

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Antonio Fagner da Silva Bastos

**Mobilidade humana solidária: um caso de integração
econômica de migrantes venezuelanos no Brasil**

Recife, 2022

Antonio Fagner da Silva Bastos

**Mobilidade humana solidária: um caso de integração
econômica de migrantes venezuelanos no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, PROPAD/UFPE sob a orientação do Professor Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD.

Recife, 2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B327m Bastos, Antonio Fagner da Silva
Mobilidade humana solidaria: um caso de integração econômica de
migrantes venezuelanos no Brasil / Antonio Fagner da Silva Bastos. – 2022.
229 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de
Pernambuco, CCSA, 2022.
Inclui referências e apêndices.

1. Migrações. 2. Integração econômica. 3. Economia social. I. Mello,
Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 077)

ANTONIO FAGNER DA SILVA BASTOS

Mobilidade humana solidária: Um caso de integração econômica de migrantes venezuelanos no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco – PROPAD/UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração e aprovada em 17 de outubro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello, UFPE (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Gomes de Paiva Junior, UFPE (Examinador interno)

Profa. Dra. Angela Cristina Rocha de Souza, UFRPE (Examinadora externa)

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen, UFRPE (Examinadora externa)

Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva, UFRN (Examinador externo)

Para quem ficou pelo caminho e para quem chegou,
dedico estas linhas.

Agradecimentos

Ao querido orientador, à prestativa banca examinadora, aos perseverantes colegas de Propad, à empenhada equipe da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2, aos amigos venezuelanos, à quase sempre presente Capes e à companheira Ana Carla, agradeço profundamente por tornarem essa empreitada possível.

“Então sigamos a utopia à la Galeano
Continuo andando, vivendo e sonhando
A esperança me move, ela que é minha fonte
E eu só sigo uma linha: a linha do horizonte”

Renan Inquérito

RESUMO

A atual crise de refugiados atinge números sem precedentes na história mundial. Até dezembro de 2021, eram mais de 89 milhões de pessoas deslocadas forçadamente devido a guerras, conflitos armados e perseguições. Fenômeno que se destaca sobretudo em países e regiões ditas em desenvolvimento e que compartilham problemas socioeconômicos, para os quais adotamos o conceito de Sul global. Uma migração nesses parâmetros é o que encontramos quando nos deparamos com o maior êxodo populacional da história recente da América Latina, que é a atual diáspora venezuelana, com mais de 6 milhões de exilados desde 2013 em suas jornadas para os países vizinhos como o Brasil, um país que se encontra permeado por distintas crises. Uma conjuntura que tende a tornar a integração desses migrantes hostil. Frente a tal problema, defendemos que práticas permeadas pela economia solidária podem favorecer um intercâmbio de saberes que facilitam o processo de integração dos migrantes. Dentro deste contexto, tivemos como objetivo principal descrever a integração de migrantes por sobrevivência no Sul global de maneira a desvelar saberes que possibilitam o processo. Como objetivos específicos, traçamos um panorama dos primeiros anos da integração venezuelana, identificamos desafios presentes na integração econômica dos migrantes venezuelanos ao Brasil, iluminamos os saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios, e, por fim, interpretamos o papel das práticas de economia solidária na superação dos desafios pelos migrantes. O que nos levou a utilizar como principais teorias auxiliares o processo de integração e a mobilidade bloqueada (*blocked mobility*). Para tal, visando um direcionamento em práticas e experiências daqueles que sido sistematicamente vítimas de injustiças causadas pelas lógicas de dominação hegemônicas, adotamos um posicionamento epistemológico assentado no pensamento pós-abissal de Boaventura de Sousa Santos. Razão pela qual escolhemos o estudo de caso ampliado de Michael Burawoy como metodologia principal. Através dela, nos debruçamos sobre o caso de venezuelanos se integrando economicamente em Pernambuco com o apoio de práticas com viés de economia solidária, tendo principalmente, mas não somente elas, a observação participante e a construção de narrativas das jornadas dos migrantes como fonte de dados e a etnografia pública e análise de conteúdo como estratégias analíticas. Nossos esforços demonstraram que a presença venezuelana se deu em quatro momentos principais, sendo o último uma fase de arrefecimento onde os migrantes têm sido direcionados, por falta de outras opções, ao empreendedorismo. No mesmo sentido, uma série de bloqueios se fazem presentes para dificultarem a integração dos migrantes, sejam oriundos de aspectos socioculturais como provocados pelo estado, pelo

mercado ou por aspectos ligados à mobilidade. Barreiras que apesar de se manterem presentes, acabam atenuadas pelos migrantes envolvidos em redes solidárias, mas que são mais superadas quando os migrantes fazem uso de saberes hegemônicos e contra-hegemônicos que eles vêm construindo em suas jornadas. Saberes que também devem ser considerados para um efetivo processo de integração no destino.

Palavras-chave: Migrações; Sul global; Integração econômica; Pensamento pós-abissal; Economia solidária; Pernambuco.

RESUMEN

La actual crisis de refugiados alcanza cifras sin precedentes en la historia mundial. A diciembre de 2021, había más de 89 millones de personas desplazadas por la fuerza debido a la guerra, el conflicto armado y la persecución. Un fenómeno que destaca sobre todo en los llamados países en desarrollo y regiones que comparten problemas socioeconómicos, para los que hemos adoptado el concepto de Sur global. Una migración en estos parámetros es la que nos encontramos cuando nos encontramos ante el mayor éxodo poblacional de la historia reciente de América Latina, que es la actual diáspora venezolana, con más de 6 millones de exiliados desde 2013 en sus viajes a países vecinos como Brasil, un país que está atravesado por distintas crisis. Una situación que tiende a tornar hostil la integración de estos migrantes. Ante esta problemática, defendemos que prácticas permeadas por la economía solidaria pueden favorecer un intercambio de saberes que facilite el proceso de integración de los migrantes. Dentro de este contexto, nuestro principal objetivo fue describir la integración de los migrantes para la sobrevivencia en el Sur global con el fin de revelar el conocimiento que hace posible el proceso. Como objetivos específicos, esbozamos un panorama de los primeros años de la integración venezolana, identificamos desafíos presentes en la integración económica de los migrantes venezolanos a Brasil, iluminamos los conocimientos que necesitan los migrantes para superar los desafíos y, finalmente, interpretamos el papel de la solidaridad. prácticas económicas en la superación de los desafíos para los migrantes. Esto nos llevó a utilizar el proceso de integración y la movilidad bloqueada como principales teorías auxiliares. Para ello, con el objetivo de orientar las prácticas y experiencias de quienes fueron sistemáticamente víctimas de las injusticias provocadas por las lógicas de dominación hegemónica, adoptamos una posición epistemológica basada en el pensamiento postabismal de Boaventura de Sousa Santos. Es por eso que elegimos el estudio de caso extendido de Michael Burawoy como nuestra metodología principal. A través de él, nos enfocamos en el caso de los venezolanos que se integran económicamente en Pernambuco con el apoyo de prácticas con sesgo de economía solidaria, teniendo como fuente de datos principalmente, pero no solo, la observación participante y la construcción de narrativas de los viajes de los migrantes. la etnografía pública y el análisis de contenido como estrategias analíticas. Nuestros esfuerzos mostraron que la presencia venezolana se dio en cuatro momentos principales, siendo el último una fase de enfriamiento donde los migrantes se han dirigido, por falta de otras opciones, al emprendimiento. En el mismo sentido, se presentan una serie de obstáculos que dificultan la integración de los

migrantes, ya sean derivados de aspectos socioculturales o provocados por el Estado, el mercado o aspectos relacionados con la movilidad. Barreras que, a pesar de permanecer presentes, terminan atenuadas por los migrantes involucrados en redes solidarias, pero que son más superadas cuando los migrantes hacen uso de saberes hegemónicos y contrahegemónicos que han ido construyendo en sus recorridos. Conocimientos que también deben ser considerados para un proceso de integración efectivo en el destino.

Palabras-clave: Migraciones; Sur global; Integración económica; Pensamiento postabismal; Economía solidaria; Pernambuco.

ABSTRACT

The current refugee crisis reaches unprecedented numbers in world history. As of December 2021, there were more than 89 million people forcibly displaced due to war, armed conflict and persecution. A phenomenon that stands out above all in so-called developing countries and regions that share socioeconomic problems, for which we have adopted the concept of the global South. A migration in these parameters is what we find when we are faced with the largest population exodus in the recent history of Latin America, which is the current Venezuelan diaspora, with more than 6 million exiles since 2013 on their journeys to neighboring countries such as Brazil, a country that is permeated by different crises. A situation that tends to make the integration of these migrants hostile. Faced with this problem, we defend that practices permeated by the solidarity economy can favor an exchange of knowledge that facilitates the process of integration of migrants. Within this context, our main objective was to describe the integration of migrants for survival in the global South in order to reveal knowledge that makes the process possible. As specific objectives, we outline an overview of the first years of Venezuelan integration, identify challenges present in the economic integration of Venezuelan migrants to Brazil, illuminate the knowledge needed by migrants to overcome the challenges, and, finally, we interpret the role of solidarity economy practices in overcoming challenges for migrants. This led us to use the integration process and blocked mobility as the main auxiliary theories. To this end, aiming to guide the practices and experiences of those who were systematically victims of injustices caused by hegemonic domination logics, we adopted an epistemological position based on the post-abysal thought of Boaventura de Sousa Santos. That's why we chose Michael Burawoy's extended case study as our primary methodology. Through it, we focus on the case of Venezuelans integrating economically in Pernambuco with the support of practices with a solidarity economy bias, having mainly, but not only, participant observation and the construction of narratives of migrants' journeys as a source of data. and public ethnography and content analysis as analytical strategies. Our efforts showed that the Venezuelan presence took place in four main moments, the last one being a cooling off phase where migrants have been directed, for lack of other options, to entrepreneurship. In the same sense, a series of obstacles are present to make it difficult for migrants to integrate, whether arising from sociocultural aspects or provoked by the state, the market or aspects related to mobility. Barriers that, despite remaining present, end up attenuated by migrants involved in solidarity networks, but which are more overcome when migrants make use of hegemonic and

counter-hegemonic knowledge that they have been building on their journeys. Knowledge that must also be considered for an effective integration process in the destination.

Key-Words: Migrations; Global south; Economic integration; Post-abysal thinking; Solidarity economy; Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Deslocamentos forçados mundiais em números	20
Figura 2: 500 migrantes 'transbordando' de barco perto da Itália.....	21
Figura 3: Os contextos presentes na jornada migratória.....	33
Figura 4: Venezuelanos cruzando a fronteira com Brasil.....	40
Figura 5: Um piche em Caracas	42
Figura 6: Pertences de venezuelanos queimados por brasileiros em Roraima	46
Figura 7: Elementos do capital de rede	72
Figura 8: Reunião na OAB para debate da pauta migratória.....	98
Figura 9: Reunião com CBNE2 para planejamento de diagnóstico com migrantes	99
Figura 10: Mutirão de revalidação de diplomas promovido por Cáritas e Compassiva.....	100
Figura 11: Equipe de Migração e Refúgio CBNE2 2020-2021.....	100
Figura 12: As Fases da Integração venezuelana em Pernambuco	106
Figura 13: Fases da Migração Venezuelana para Pernambuco	116
Figura 14: Chegada do primeiro grupo de venezuelanos a Pernambuco	117
Figura 15: Casa de Direitos dos migrantes e refugiados é inaugurada no Recife	119
Figura 16: Reunião do COMIGRAR.....	120
Figura 17: Copa dos Refugiados em Pernambuco 2019.....	122
Figura 18: Criança venezuelana segura cartaz nas ruas do Recife	123
Figura 19: Venezuelanos ficam desabrigados após incêndio	124
Figura 20: Cursos de capacitação oferecidos virtualmente aos migrantes	126
Figura 21: Reunião em Recife da Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados.....	127
Figura 22: Bloqueios presentes nas jornadas migrantes	159
Figura 23: Ecologia dos saberes para integração de migrantes no Sul global.....	163
Figura 24: Saberes para a integração de migrantes no Sul global	169
Figura 25: Migrantes participantes do Fundo Rotativo Solidário	176
Figura 26: Perfil dos participantes do fundo rotativo solidário	185
Figura 27: Domínios para integração de migrantes no Sul global	193
Figura 28: Bloqueios aos migrantes empreendedores no Sul global.....	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Domínios do processo de Integração.....	70
Quadro 2: Bloqueios ao empreendedorismo de migrantes.....	78
Quadro 3: Competências empreendedoras	81
Quadro 4: As duas faces do empreendedorismo solidário	84
Quadro 5: Documentos do <i>Corpus</i> de pesquisa.....	93
Quadro 6: Estudo de caso ampliado delineado para os objetivos específicos.....	94
Quadro 7: Gerando o tema ‘Solidariedade de Improviso’	105
Quadro 8: Roteiro guia para narrativa de história de vida.....	108
Quadro 9: Estrutura metodológica para análise de narrativas	110
Quadro 10: Roteiro guia para a observação participante.....	112
Quadro 11: Roteiro guia para entrevistas	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADEPE – Agência de Desenvolvimento de Pernambuco

AMAI – Associação Missionária Beneficente para Áreas Inóspitas

CBNE2 – Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2

CMMIR – Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COMIGRAR – Comitê Interinstitucional de Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Migração, Refúgio e Apátridas de Pernambuco

DPE – Defensoria Pública do Estado

DPU – Defensoria Pública Federal

DRUP – Diagnóstico Rápido Urbano Participativo

ECA – Estudo de Caso Ampliado

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EPS – Economia Popular Solidária

ESCAPE – Escritório de Assistência à Cidadania Africana em Pernambuco

FAB – Força Aérea Brasileira

FPF – Federação Pernambucana de Futebol

FRS – Fundo Rotativo Solidário

FSM – Fórum Social Mundial

GADE – Grupo de Embaixadores para o Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEI – Microempreendedor individual

MPF – Ministério Público Federal

MPPE – Ministério Público de Pernambuco

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PACS – Projetos Alternativos Comunitários

PF – Polícia Federal

RAFA – Rede de Amor, Fraternidade e Amizade

RMR – Região Metropolitana do Recife

SUS – Sistema único de Saúde

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	As Crises de Deslocamentos Forçados e o Sul Global	20
1.2	Uma Jornada a um Novo Começo	24
1.2.1	As lógicas hegemônicas e a deterioração da normalidade	24
1.2.2	As linhas abissais geradoras de sub-humanidade	28
1.2.3	Os saberes da jornada	30
1.3	Uma Alternativa: Integração com Viés Solidário.....	35
1.4	Refugiados à Nossa Porta	40
1.4.1	A diáspora venezuelana	41
1.4.2	A acolhida brasileira.....	45
1.5	Direcionamentos da Pesquisa	52
1.6	Justificativas e Contribuições	56
1.7	Apresentação dos Capítulos.....	59
2	EPISTEMOLOGIA E MARCO TEÓRICO.....	61
2.1	Uma Epistemologia ao Sul	62
2.2	Olhares Teóricos às Migrações de Sobrevivência	66
2.2.1	O processo de integração.....	68
2.2.2	Integração econômica e a mobilidade bloqueada	74
2.2.3	Empreendedorismo e solidariedade.....	78
3	TRILHA METODOLÓGICA	85
3.1	Estudo de Caso Ampliado.....	86
3.2	Constituição de um <i>Corpus</i>	91
3.3	Intervenção: o Campo de Pesquisa	95
3.3.1	Projetos Creciendo e RAFA	96
3.3.2	Entrada no Campo	98
3.4	Processo: Estratégias Analíticas	102
3.4.1	Traçando um panorama	103
3.4.2	Identificando bloqueios	107
3.4.3	Iluminando saberes	109
3.4.4	Tecendo redes	111
3.5	Esclarecimentos Éticos	113
4	PANORAMA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM PERNAMBUCO	115
4.1	As Fases da Presença Venezuelana em Pernambuco.....	116
4.1.1	Fase de recepção.....	117
4.1.2	Fase de articulação.....	120

4.1.3	Fase de emergência.....	122
4.1.4	Fase de arrefecimento	125
4.2	Em busca de um novo olhar.....	128
5	UMA JORNADA REPLETA DE BLOQUEIOS.....	133
5.1	Jornadas de uma Venezuela Paralisada a um Brasil Hostil	134
5.1.1	Albaro e Sonia: vendendo bolos para sobreviver	134
5.1.2	Analí: costurando novos vínculos	137
5.1.3	Elias: arte e sobrevivência	138
5.1.4	Hannah: a tradição das bonecas.....	140
5.1.5	Otniel: sou vendedor seja aonde for	143
5.1.6	Noris: das praias do Caribe às ladeiras de Olinda	144
5.1.7	Fred: uma coisa é contar, outra é viver.....	146
5.1.8	Genesis: recomeçando o negócio pela quarta vez	148
5.1.9	Desirée e Henderson: da funerária aos pastéis	150
5.1.10	Miguel: recomeçando na marcenaria.....	152
5.2	Desafios à Integração e Sobrevivência	154
6	ECOLOGIA DE SABERES PARA INTEGRAÇÃO	161
6.1	Conhecimentos para Integração Econômica.....	162
6.2	Uma Tradução Intercultural no Sul Global.....	168
7	REDES SOLIDÁRIAS EM FORMAÇÃO	173
7.1	Iniciando uma Integração Econômica de Viés Solidário.....	174
7.1.1	Vetor empreendedor: eficiência e sustentabilidade	177
7.1.2	Vetor solidário: autogestão e cooperação	180
7.2	Caminhos a Percorrer.....	184
8	RECONSTRUÇÃO DA NORMALIDADE	189
8.1	Por uma Integração com Copresença de Saberes e Mobilidade	190
8.2	Concluindo uma Jornada	199
8.2.1	Contribuições do estudo	201
8.2.2	Limitações e futuras pesquisas	203
	REFERÊNCIAS	206
	APÊNDICES	223
Apêndice A	Lista de documentos formadores do <i>corpus</i> de pesquisa	223
Apêndice B	Exemplos de material utilizado para construção das narrativas.....	229

1 INTRODUÇÃO

As migrações como objeto de estudo têm ganhado protagonismo nas décadas recentes (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014; GOLD; NAWIN, 2019; KOSER, 2007; SAMERS, 2010). Apesar de o ato migratório ser natural à espécie humana, desde suas origens nômade há cerca de 2 milhões de anos na África Oriental¹, nunca o fenômeno se fez tão atual. Testemunhamos, por um lado, o nascimento de um mundo globalizado onde a movimentação de pessoas, informações e objetos se intensificou produzindo sociedades mais conectadas (BAUMAN, 2001; CASTELLS, 2007; SHELLER; URRY, 2006; URRY, 2012), e por outro lado, a intensificação das migrações forçadas — movimento populacional feito sob coerção ou violência, típico de pessoas em vulnerabilidade se deslocando em busca de segurança e condições de sobrevivência não mais existentes em seus países de origem (CASTLES, 2003; JUBILUT; MADUREIRA, 2014; SILVA D., 2017; WEISZ, 2018) — que se faz mais presente do que nunca. É para este último tipo de deslocamento, no qual os sujeitos são migrantes de sobrevivência² (BETTS, 2010; CORRÊA *et al.*, 2015; OLENIKOVA, 2020; SILVA; ABRAHÃO, 2018), que almejamos refletir neste trabalho e trazer algum tipo de contribuição que ajude a lidar com tal fenômeno.

Para nos aprofundarmos no fenômeno, este trabalho tem como objeto de estudo o caso de venezuelanos se integrando economicamente ao Brasil com a ajuda de práticas de viés solidário³. Por consequência, considerando que cada jornada migratória é portadora de sua própria história e suas respectivas idiossincrasias (DIAS, 2019), pretende-se abordar as experiências migratórias por meio do estudo de trajetórias como uma estratégia para conhecer os obstáculos enfrentados pelos migrantes tomando como base o estudo dos materiais obtidos a partir de narrativas de vida e história oral (GARNICA, 2010; WEISZ, 2018) e de observação participante (BURAWOY, 1998, 2014) em empreendimentos para geração de renda permeados por práticas com viés de economia solidária (GAIGER, 2004, 2015; SINGER, 2001).

¹ O gênero *homo* teria surgido no continente africano há mais de 2 milhões de anos, de onde também surge o *Homo sapiens*, entre 200 mil e 70 mil anos, e começa a se espalhar pelo globo (HARARI, 2015).

² Ao vislumbrar que a preservação de pessoas e populações oriundas de crises humanitárias encontra-se em jogo, Betts (2013, p. 4-5) sugere adotar o conceito “migração de sobrevivência”, que mais abrangente que outras categorias, considera também o contexto de pessoas que não se enquadram propriamente na categoria de refugiado, o que, como veremos mais a frente, se aplica aos venezuelanos que migram para o Brasil.

³ Adotamos “práticas de viés solidário” por entendermos que os empreendimentos estudados transitam entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas. Ou seja, embora características alternativas estejam presentes, os migrantes continuam operando seus empreendimentos permeados também pelas lógicas capitalistas.

1.1 As Crises de Deslocamentos Forçados e o Sul Global

A atual crise de refugiados atinge números sem precedentes na história mundial. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em seu relatório anual “Tendências Globais”, cerca de 89,3 milhões de pessoas se deslocaram forçadamente até o fim de 2021 devido a guerras, conflitos armados e perseguições (UNHCR, 2022a). Este número é mais que o dobro da última década como apontado na Figura 1.

Figura 1: Deslocamentos forçados mundiais em números



Fonte: Elaborado a partir de UNHCR (2022).

Indivíduos normalmente procuram fugir das dificuldades ou riscos se deslocando para países ricos e desenvolvidos por acreditarem que nestes podem ter uma vida melhor. Contudo, os países ditos desenvolvidos, que no passado concediam proteção a refugiados, agora mostram-se muito mais reticentes (WENDEN, 2016). A mesma autora chega a ser mais enfática ao afirmar recentemente sobre o tema da crise dos refugiados⁴ que, considerando que o fenômeno das migrações não é novo, “a crise não é de refugiados, mas da recepção dos

⁴ Seminário “Hospitalidade – entre ética, política & estética”, promovido pela Casa de Rui Barbosa e a Embaixada da França, em Botafogo, Rio de Janeiro. Veja mais em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2019/06/28/outra-visao-sobre-a-crise-dos-refugiados.ghtml>.

refugiados”. Na mesma linha, Thomas (2009), tratando do contexto francês, defende que as políticas de imigração do país estão levando a institucionalização da xenofobia.

Com os países desenvolvidos “fechando portas”, os deslocamentos forçados têm se dado, principalmente, entre países emergentes que comungam cenários que estão constantemente passando por crises. Ainda de acordo com o relatório anteriormente citado, aproximadamente 85% das migrações internacionais⁵ acontecem para países considerados em desenvolvimento, geralmente um país vizinho ao de origem do migrante. Em 2021, cinco países eram responsáveis por mais de dois terços destes deslocamentos; são eles: Síria (6,8 milhões), Venezuela (4,6 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,4 milhões) e Mianmar (1,2 milhão) (UNHCR, 2022a).

Para tal configuração, o conceito de Sul global é pertinente. Os países do Sul global são aqueles em desenvolvimento, periféricos, que compartilham situações socioeconômicas e político-culturais em seus contextos locais e âmbitos regionais (LECHINI, 2009). Conjuntura que dá uma característica de migrações Sul-Sul (BAENINGER *et al*, 2018) para os deslocamentos contemporâneos.

Figura 2: 500 migrantes 'transbordando' de barco perto da Itália



Fonte: EPA/BBC (2021).

⁵ Se considerarmos a atual guerra na Ucrânia que já produziu entre 5 e 6 milhões de refugiados (UNHCR, 2022b), pode-se dizer que as previsões do relatório estão subestimadas.

Em acréscimo, além dos problemas já existentes, em 2020, a pandemia de Covid-19 se estabeleceu, ampliando as condições desfavoráveis que impactam as populações de todos os países; e a partir de 2022, a Guerra entre Rússia e Ucrânia se instaurou, fazendo com que grande parte da repercussão sobre refugiados se voltasse àqueles que fugiam de tal confronto. Fatos que acabaram por arrefecer o destaque necessário a ser dado aos deslocamentos forçados do Sul global que já estavam em curso, dificultando ainda mais a vida daqueles que migraram para outros destinos em busca de sobrevivência.

A condição de migrante por sobrevivência, na grande maioria das vezes, implica em indivíduos vulneráveis, sem recursos, sem proteção governamental e expostos a condições de sub-humanidade (BETTS, 2010; CORRÊA *et al.*, 2015; WEISZ, 2018). Uma vez que os migrantes que cruzam fronteiras, nem sempre conseguem ter acesso a oportunidades, proteção e condições dignas no lugar receptor; dado que as migrações são também processos controlados e limitados pelo Estado e baseados na desigualdade e discriminação (CASTLES, 2010). Ou seja, a mobilidade dos migrantes e refugiados é inextricavelmente enredada e aprimorada ou contradita pelas culturas de hospitalidade (GILL; CALETRÍO; MASON, 2011). Ao chegar no destino, o migrante de sobrevivência, em condição de vulnerabilidade, vai de encontro à hospitalidade oferecida ou à falta dela. Cenário que torna desigual o acesso a oportunidades, dificulta a integração dos migrantes à sociedade de destino e nos leva a nosso questionamento inicial: *como a integração de migrantes de sobrevivência em países do Sul global é possível?*

Diante de tal quadro, argumentamos que, para responder ao questionamento inicial, se faz necessária uma melhor compreensão dos contextos presentes na jornada de migrantes e refugiados do Sul global (SANTOS; MENESES, 2009; DE LOMBAERDE *et al.*, 2014; JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2021). Doravante, o conceito de Sul global que adotamos não se dá apenas no âmbito geográfico, mas também no epistemológico. Em conformidade com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, o Sul global é formado por países, movimentos ou lugares que compartilham os mesmos desafios socioeconômicos gerados por lógicas de opressão e dominação modernas oriundas de um Norte global capitalista, colonialista e patriarcal (SANTOS, 2018, 2019).

Conforme De Lobaerde *et al.* (2014), tanto os padrões de mobilidade humana quanto de migração no Sul se tornaram mais heterogêneos e complexos, o que requer um olhar mais próximo e contextualizado sobre as trajetórias migratórias observadas. Considerando ainda que as migrações no Sul global são muitas vezes derivadas das práticas anti-imigração do chamado Norte global (JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2021) e que para lidar com a questão,

há um tipo de cooperação norte-sul, de natureza assimétrica, que impõe condições, problematizando o debate, pesquisa e ações de maneira a-histórica e com viés funcionalista (GARCÍA, 2011; MATTIAZZI, 2014), argumentamos que as atuais soluções para a pauta migratória seguem as mesmas lógicas de dominação e acabam por replicar as condições de vulnerabilidade que os migrantes já enfrentavam em seus países de origem. Portanto, novas perspectivas para se pensar as migrações, que partam de um olhar contra-hegemônico, mostram-se oportunas para uma melhor compreensão do fenômeno mais próxima à realidade do Sul global. Posicionamento que defendemos em seguida a partir de um aprofundamento teórico na jornada dos migrantes, de maneira que as lógicas que provocam o deslocamento no país de origem, assim como as dinâmicas presentes no local de destino sejam elucidadas.

1.2 Uma Jornada a um Novo Começo

Diante do exposto, assumimos a relevância de uma perspectiva que reconheça todos os momentos da trajetória e as lutas enfrentadas pelos migrantes ao longo de sua jornada para se integrar a um novo destino. Para ilustrar nossas ideias, inicialmente julgamos significativo um olhar para a origem dos deslocamentos, realizando-se uma explanação das lógicas hegemônicas contemporâneas e sua relação com a deterioração de ambientes e a migração forçada. Em seguida, acreditamos ser relevante elucidarmos como as exclusões geradoras de vulnerabilidades aos migrantes se dão no contexto do Sul global. Depois, tratamos do processo de integração ao destino e da importância dos saberes que emergem da jornada do migrante. E finalizamos com a apresentação de um modelo conceitual explicativo das migrações no Sul global de maneira a preparar o terreno para defender como resposta ao questionamento inicial a hipótese de que o processo de integração dos migrantes pode ser beneficiado quando permeado por práticas contra-hegemônicas que possam atenuar as desigualdades enfrentadas e devolver uma normalidade outrora perdida pelos migrantes.

1.2.1 As lógicas hegemônicas e a deterioração da normalidade

Nas últimas décadas, testemunhamos uma série de transformações de cunho cultural, político, tecnológico e principalmente econômico nas sociedades ao redor do mundo. Através da globalização, como o fenômeno ficou conhecido, houve a intensificação das relações sociais em escala mundial e as conexões entre as diferentes regiões do planeta, com as escalas global e local tornando-se cada vez mais interconectadas (GIDDENS, 2000).

De acordo com Santos (2012, p. 111):

[...] a intensificação extrema das interações transnacionais, desde a mundialização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, a uma escala global, de informação e imagens através dos meios de comunicação social, às deslocamentos em massa de pessoas, como turistas, como trabalhadores migrantes ou refugiados, introduziram o termo globalização no vocabulário cotidiano (sic).

Com a globalização, a mobilidade tornou-se inerente à compreensão do mundo contemporâneo; deslocamentos que envolvem a viagem corporal de pessoas, o movimento físico de objetos, a viagem imaginativa de aspirações, anseios e memórias, e impactam

poderosamente nas mobilidades virtuais e comunicativas daqueles que se movem (HANNAM; SHELLER; URRY, 2006; URRY, 2000). Consequentemente, pensar num mundo em movimento é uma postura ontológica de encarar a realidade e compreender os mecanismos de reprodução social.

Partindo do ponto em que uma ciência social estática não mais parece ser capaz de responder os problemas contemporâneos gerados por um mundo globalizado em contínuo movimento, Mimi Sheller e John Urry, baseados em trabalhos anteriores deste último, apresentaram a ideia do novo paradigma das mobilidades. Baseando-se em recursos teóricos dentro de um campo pós-disciplinar que está convergindo em torno de estudos sobre espaço, lugar, fronteiras e movimento, o novo paradigma move-se além de conceitualizações sedentárias e nômades de lugar e movimento (SHELLER; URRY, 2006; URRY, 2007). A mobilidade se torna condição de existência que relaciona as infraestruturas imóveis que organizam o fluxo intermitente de pessoas, informações e imagens, com as fronteiras ou bloqueios que limitam, canalizam e regulam o movimento (SHELLER; URRY, 2006; MELLO; BASTOS; MELLO, 2022).

Dentro de tal perspectiva, a “vida em movimento” exige que o deslocamento espaço-temporal seja central. O que demanda flexibilidade, adaptabilidade e reflexividade para se viver numa condição de estabilidade dinâmica (ELLIOTT; URRY, 2010; URRY, 2012). Portanto, a capacidade de mobilidade tornou-se um novo capital do homem moderno, quanto mais potencialmente móvel mais adaptado aos desafios contemporâneos ele estará e mais fácil terá o acesso aos recursos que precisa. Essa é, portanto, a nova “normalidade”, a condição essencial para o indivíduo moderno. Contudo, as formas como os movimentos se tornam possíveis ocorrem de maneiras diferentes, assim como afetam de modo díspar os indivíduos. Algo que para se estudar migrantes e refugiados deve ser levado em conta.

Enquanto o ambiente em que se vive permitir uma condição de estabilidade dinâmica, dando acesso aos recursos necessários a uma vida digna, o indivíduo poderá existir de forma plena. Ou seja, ele poderá “ser” ali. Contudo, quando o mesmo ambiente passa a ficar deteriorado pela atuação de forças internas e externas, o indivíduo começa a perder sua condição de existência. Começa a “não-ser” ali. Em outras palavras, o ambiente se torna desfavorável à vida. O indivíduo não tem mais um “aqui” para viver e se vê forçado a buscar um “acolá”. A “vida em movimento” continua presente, porém perde sua natureza voluntária e ganha contornos de sobrevivência (BETTS, 2010; CORRÊA, *et al.*, 2015). Os indivíduos carecem de ambientes com estabilidade dinâmica e quando não os encontram, movem-se em

sua direção. E exatamente através da relação entre a condição de existência — ser ou não-ser — e o ambiente do indivíduo — aqui ou acolá — que desenvolvemos nosso arcabouço conceitual para analisar e tentar trazer alguma novidade ao debate sobre os fenômenos migratórios pelo Sul global.

Um olhar através do novo paradigma da mobilidade (URRY, 2007) pode auxiliar na investigação de problemas referentes à migração contemporânea, tendo em vista que a capacidade de movimento se constitui um imperativo do homem moderno. Contudo, há também a necessidade de se conceber os mecanismos que permitem a mobilidade, bem como aqueles que a tornam obrigatória. Este último cenário é mais adequado quando se pretende compreender migrações forçadas. Deslocamentos que podem ser explicados quando o lugar de origem — o aqui — está passando por crises geradoras de exclusões que inviabilizam e deterioram a normalidade daquele ambiente. Tais crises são oriundas e se retroalimentam das lógicas capitalistas de dominação que são hegemônicas no mundo moderno globalizado de natureza Eurocêntrica e Americêntrica.

A atual face do capitalismo é o neoliberalismo com a roupagem de Milton Friedman de livre-mercado e mínima intervenção do Estado nas relações econômicas, apesar desta vertente do capitalismo já está apresentando sinais claros de declínio. Ao Estado cabe o papel de mediador e legitimador da incorporação das sociedades no capitalismo global, produzindo uma divisão que define quem será integrado e quem será descartado (ENRIQUEZ, 2006; MENDES, 2016). Por sua vez, a ideologia do livre mercado orienta o sistema capitalista mundial para fortalecer o poder do capital monopolista internacional, em campos de produção, finanças, serviços e comércio, por meio de estratégias como a superexploração do trabalho, busca por rentismo e a depredação da natureza (COVARRUBIAS; WISE, 2011). A soma destas forças colaboram na deterioração dos lugares em ao menos duas frentes, por um lado agindo contra as formas de proteção social e por outro promovendo o acesso desigual a recursos básicos de existência.

Na mesma linha, Saskia Sassen, em sua obra *Expulsões*, aponta que o capitalismo tem cada vez mais evoluído para transformar uma série de ambientes inabitáveis para parcelas consideráveis da população, forçando-os a migrar para novos lugares em busca de sobrevivência (SASSEN, 2016). O resultado mais notável da atuação dessas forças é a excessiva concentração de capital, poder e riqueza nas mãos de uma pequena elite diante da degradação permanente das condições de vida e de trabalho da maioria da população

(COVARRUBIAS; WISE, 2011; HARVEY, 2011). Contudo, diferentes lugares são afetados de formas distintas por tais forças.

De acordo com Wallerstein (2004), as bases do sistema-mundo moderno se firmam na lógica de produção e acumulação capitalista, apoiadas numa globalização hierarquizada em centro, semiperiferia e periferia que as legitima. O centro é soberano às periferias através de lógicas coloniais e patriarcais marcadas, por um lado, pela expropriação individual, racial, sexista e de classe, e, por outro lado, por uma divisão basilar do trabalho social entre centro e periferia, implicando na incorporação de periferias e semiperiferias às lógicas dominantes do centro (ACCO, 2018). Como produto de todo um histórico colonial, coube aos países ditos do Sul o papel de semiperiferia e periferia, ou seja, a atribuição de servirem como fonte de recursos para desenvolvimento dos países do Norte em detrimento do próprio desenvolvimento.

É válido salientar que, considerando que o conceito de Sul que adotamos não é somente geográfico, pois é uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão (SANTOS, 2018, 2019a), pode haver também, mesmo que em menor proporção, a presença das dinâmicas de exploração e deterioração em lugares ditos do Norte global. Isto é, mesmo numa metrópole localizada no Norte “desenvolvido” é possível encontrar relações coloniais-capitalistas-patriarcais de dominação, como também numa dita do Sul, haver a imitação das relações de dominação do Norte, o que Santos (2018) chama de Sul de face imperial.

Desse modo, o que chamamos de Norte e Sul global pode, simultaneamente, ser encontrado em lugares tidos como desenvolvidos como também naqueles ditos em desenvolvimento. Ou seja, existem relações de dominação em lugares desenvolvidos como Paris ou Seul, assim como, características do Norte global podem ser visualizadas, por exemplo, em locais ao Sul como Caracas ou São Paulo. Então, a diferenciação entre Norte e Sul é clara enquanto abstração, todavia, no mundo concreto, o que existe são espaços híbridos do Sul e Norte que resultam em tensões e lutas políticas entre grupos lá presentes.

As crises que assolam um determinado lugar não são mais pequenos problemas a serem superados; são condicionantes a uma nova vida deteriorada e vulnerável. Se a vida anterior pressupunha uma existência próspera, agora esta condição não mais se revela uma possibilidade. Diante da deterioração da normalidade, a jornada do migrante se põe forçosamente em curso. E com os países ditos do Norte cada vez mais se fechando para a recepção de imigrantes (CASTLES, 2010), é para o Sul que a grande parte das migrações

internacionais se direcionam. Um Sul que cada vez mais se apresenta de face imperial devido a atuação das forças hegemônicas dominantes.

O Sul global, já marcado por um passado colonial escravagista, agora protagoniza as dinâmicas globais de pobreza extrema, deslocamento em massa, desastres ambientais e conflitos armados que criaram níveis de expulsão social nunca vistos antes (SASSEN, 2016). Deterioração que, apesar de apresentar os números mais expressivos de deslocamentos forçados atualmente, não vem de agora, com o caso da diáspora venezuelana, mas já se viu demonstrada por outros deslocamentos populacionais em anos recentes entre países do Sul global. Outro caso bastante ilustrativo e recente foi a migração de haitianos para países da América Latina. No Brasil, eles foram tratados pejorativamente como invasores e, em sua maioria, acabaram por não conseguir encontrar meios de se integrar ao país (BAENINGER; PERES, 2017, FERNANDES; FARIA, 2017; MARTINS, 2018).

Essa dinâmica de constantes deslocamentos em busca de lugares que ofereçam condições de existência não mais existentes nos países de origem dos migrantes, mas que também não são encontradas nos destinos escolhidos por eles, acaba por tornar migração e diáspora algumas das categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas geradoras de desigualdades (BALLESTRIN, 2013). O que se vê é a reprodução das lógicas de deterioração nos destinos de acolhida, mantendo os migrantes em estado de sub-humanidade. Fato que demanda novas formas de se teorizar sobre o fenômeno migratório atual.

1.2.2 As linhas abissais geradoras de sub-humanidade

De acordo com Santos (2018), o conceito de humanidade na modernidade eurocêntrica partiu sempre de uma ideia de que nem todos são verdadeiramente humanos. Grupos sociais proscritos sofrem de marginalização tendo como consequência deste processo, a exclusão social; a face mais sombria da degradação humana. Do passado ao presente, os escravos, os “selvagens”, os povos colonizados, as mulheres, os negros, as populações LGBTQIA+, os (i)migrantes, minorias religiosas, todos passaram por algum tipo de exclusão, não sendo considerados sujeitos de direitos humanos e cidadania plena.

A compreensão do que torna possível tais exclusões passa pelo reconhecimento da existência de uma linha abissal. Com base nas contribuições de Frantz Fanon sobre a construção de zonas do “não-ser” resultantes do domínio colonial, Santos (2019a), através de suas

epistemologias do Sul⁶, defende que a linha abissal marca a divisão radical entre formas de sociabilidade metropolitana e formas de sociabilidade colonial que caracterizaram o mundo moderno do século XV até o presente. Divisão que explica a existência de exclusões não-abissais e exclusões abissais (p. 43):

O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existem iniquidades sociais e de poder entre “nós” que são suscetíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põem em questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas. Por essa razão, tais exclusões são não-abissais. [...] De igual modo, o mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do eles, aqueles relativamente aos quais é inimaginável a existência de qualquer equivalência ou reciprocidade, uma vez que não são totalmente humanos. Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser incluídos.

A existência social do mundo metropolitano é regida pela tensão entre regulação e emancipação, já a do colonial se dá por dinâmicas de apropriação e violência. Enquanto no primeiro a luta é por uma emancipação que torne a regulação melhor e mais inclusiva, no mundo colonial, a luta se dá por libertação. No Sul global, o migrante forçado ao cruzar a fronteira para um novo destino, acaba por deixar o seu mundo metropolitano deteriorado e adentrar num mundo colonial de outrem.

No mundo metropolitano, a luta pela emancipação social é a luta contra exclusões sociais oriundas da forma atual de regulação social e tem o objetivo de substituí-la por uma forma de regulação social nova e menos excludente, através de mecanismos como o Estado liberal, o Estado de direito, os Direitos Humanos e a Democracia (SANTOS, 2007, 2019a). Já no mundo colonial, a apropriação das vidas e dos recursos se dá quase sempre de forma violenta, e tal violência visa, direta e indiretamente, à apropriação, o que se dá por mecanismos como trabalho forçado, eliminação extrajudicial, tortura, acumulação primitiva de capital, campos de internamento de refugiados, racismo, feminicídio (SANTOS, 2007, 2019b).

Santos (2019a, 2019b) reforça que a linha abissal está presente entre uma sociabilidade metropolitana e colonial que, apesar de radicalmente diferentes, coexistem nas sociedades pós-coloniais e alguns grupos sociais as vivenciam ao cruzarem os dois mundos em sua vida cotidiana. Por exemplo, um migrante pode, no mesmo dia, sofrer exclusões abissais relativas à xenofobia ou preconceito e sofrer exclusões não-abissais com precarização da sua força de trabalho. O que reforça a ideia de lógicas de um Sul de face imperial estarem presentes em lugares tidos como do Sul.

⁶ Apresentaremos as epistemologias do Sul mais profundamente em seção do capítulo 2.

O conceito de linha abissal ajuda, então, a explicar o qualificador “forçado” dos deslocamentos contemporâneos. Seja sob a alcunha de migração de crise (BAENINGER; PERES, 2017), migração de sobrevivência (BETTS, 2010) ou migração forçada (JUBILUT; MADUREIRA, 2014), os deslocamentos possuem algumas características comuns a serem consideradas, como o fato de migrantes estarem mais expostos a vulnerabilidade e mais propensos a precariedade no trabalho (PIZARRO; FINARDI; CONTRUCCI, 2010). Além disso, há a busca por normalidade. O migrante forçado é aquele ao qual o movimento foi imposto. Para muitos migrantes forçados, a mobilidade é uma última tentativa (GILL; CALETRÍO; MASON, 2011) de exercitar alguma agência — a restrição gerando movimento — da qual passam a experimentar com a falta de um ponto final ou destino, o deslocamento constante de um local para outro e a persistente incerteza sobre o futuro — o movimento gerando restrição.

Portanto, o fenômeno da migração forçada nada mais é que o resultado da formação de uma linha abissal. Uma exclusão radical oriunda de certas “forças” que criam fronteiras para dividir humanidade e sub-humanidade, destituindo a condição de ser de indivíduos, deteriorando a normalidade que antes encontravam em um determinado lugar e os levando a um estado de “não-ser”. Fronteiras que podem ser físicas, políticas, epistemológicas e ontológicas, cuja as forças internas e externas que produzem a desestabilização de um determinado “aqui” originam-se do modelo hegemônico capitalista, colonial e patriarcal do mundo contemporâneo (SANTOS, 2018), um sistema que se autorreproduz a partir das crises que provoca em busca de atender suas lógicas de dominação, acumulação e expansão (HARVEY, 2011). Encontrar meios de superar as linhas abissais, e as exclusões que delas resultam, passa então a ser a forma como a jornada do migrante continua. O que se dá através do momento de integração ao destino.

1.2.3 Os saberes da jornada

Após o cruzamento de fronteiras, durante o processo de acolhimento, os migrantes ainda não estarão instalados com êxito no novo destino. É aí, então, que o processo de integração⁷ se destaca como uma etapa fundamental à adaptação do migrante. Ressalta-se que o conceito de integração tem sido utilizado na literatura sociológica, “no plano micro, o modo como os atores

⁷ Discutiremos teoricamente o processo de integração no capítulo 2.

são incorporados em um espaço social comum, e, no nível macro, como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais” (PIRES, 1999, p. 9).

A integração é favorecida por uma série de saberes, tais como saber o momento de migrar e saber circular no destino (ESPIRO, 2019). Estes emergem da experiência (SANTOS, 2018; 2019; SANTOS; MENESES, 2019) e é por isso que momentos anteriores à chegada a um destino também mostram-se importantes. Pessoas em movimento têm biografias, desenvolvem trajetórias, travam relações com os espaços sociais pelos quais percorrem e conectam suas jornadas (DIAS, 2019). Jornada que só se encerra quando o processo de integração se completa, pois no destino, ainda permanecem obstáculos para os migrantes recuperarem sua dignidade. É da jornada que as ausências, emergências e as práticas delas decorrentes podem ser melhor visualizadas e compreendidas, evitando-se o desperdício de experiências (BENZAQUEN, 2014) que a trajetória do migrante oferece.

O reconhecimento da jornada migratória permite a existência de uma tradução intercultural (SANTOS, 2018; 2019; SANTOS; MENESES, 2019) que gere um conjunto de saberes que se complemente aos presentes no destino e que necessitam ser aos migrantes transmitidos, apreendidos e compartilhados, mas que também reconheça os saberes produzidos pelos próprios e não os silencie. Desde um momento de deterioração até o processo de integração, há luta, há experiências de resistência e adaptação que se valorizados podem vir a ser sementes de transformações mais amplas. A forma como as linhas e exclusões abissais, tanto as do contexto macro como as do contexto micro, vão sendo contornadas podem nos mostrar que existem caminhos alternativos e que há outras respostas possíveis produzidas por aqueles excluídos.

Portanto, o conceito de jornada é complementar para a compreensão dos deslocamentos entre o Sul. Após determinadas “forças” atuarem sobre um lugar produzindo linhas abissais que excluem radicalmente indivíduos, estes se veem compelidos a se movimentar e a iniciar sua jornada migratória. No entanto, ao longo da jornada, fronteiras precisam ser cruzadas e barreiras superadas até que a integração de fato aconteça. Todo um período gerador de saberes que necessitam de reconhecimento. Portanto, conforme a Figura 3 mais a frente, são quatro momentos principais pelos quais um migrante passa em sua jornada e que não necessariamente se dão de forma linear e exclusiva. Isto é, embora estejam presentes ao longo de todo processo, são preponderantes numa etapa específica da jornada.

Primeiro, há o momento da normalidade, no qual o indivíduo se encontrava, fazia parte “deste lado da linha” e conseguia viver com dignidade. Num contexto em que não haveria

mobilidade forçada, apenas voluntária, já que o seu ambiente garantiria condições de existência. Era possível “ser-aqui”. Contudo, através da atuação de determinadas forças, tal condição se esvai, e a normalidade presente é deteriorada. Assim, o “ser-aqui” se degrada e uma linha abissal é formada, na qual o indivíduo entra para uma zona de exclusão e passa a “não-ser aqui”, uma condição de sub-humanidade.

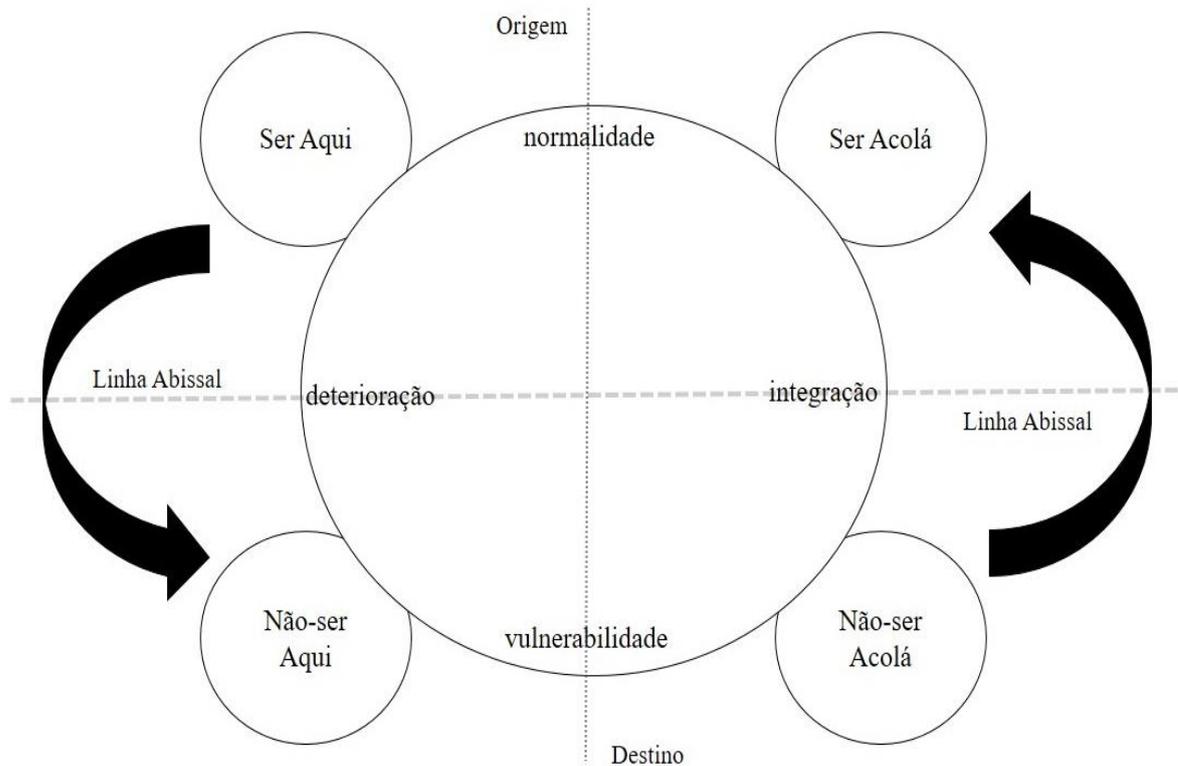
O segundo momento se dá diante de uma conjuntura de deterioração, com ausência de normalidade institucional e de condições básicas de civilidade e existência com dignidade, na qual restam duas opções ao indivíduo: ficar e tentar sobreviver com aquilo que seu ambiente (não) oferece ou migrar em busca de um lugar que proporcione melhores condições. Focando no segundo grupo, àqueles com mais recursos, conexões, capacidade de adaptabilidade e que geralmente são os primeiros a sair, tendem a ser mais facilmente aceitos nos destinos (WEISZ, 2018), enquanto os retardatários, que comumente não possuem as mesmas características, podem não ter oportunidades semelhantes e provavelmente ficarão expostos a um terceiro momento em que condições de extrema vulnerabilidade se fazem presentes. Em outras palavras, além de “não-ser aqui” eles também passam a “não-ser acolá”, estágio no qual a sua sub-humanidade atinge o ápice.

O último contexto é o da integração, ao qual todos os migrantes estão expostos. É o contexto onde tenta-se novamente cruzar a linha abissal para “ser-acolá”. O processo de integração é uma espécie de espaço de fronteira, onde uma cultura recém-chegada converge com outra já estabelecida através dos diversos âmbitos do cotidiano, como moradia, educação, saúde, lazer, trabalho, etc. É nesse encontro onde uma copresença de saberes se faz necessária. Porém, se essa copresença se der por um viés de assimilação, que silencie os saberes oriundos dos migrantes e considere apenas os do destino, a linha abissal poderá não ser superada e a condição de sub-humanidade tenderá a persistir.

A Figura 3 apresenta como a dinâmica da jornada migratória se apresenta no Sul global. Em suma, a jornada migrante pelo Sul global pode ser explicada com base em quatro momentos. A jornada se inicia quando a ‘normalidade’ de um ambiente sofre uma ‘deterioração’ forçando os indivíduos a se deslocar e só acaba quando as ‘vulnerabilidades’ enfrentadas pelos migrantes são superadas por processo de ‘integração’ que lhes devolva a normalidade outrora perdida. Reconhecer a importância de todos esses momentos da jornada migratória pode mostrar-se como uma importante ferramenta para a compreensão dos deslocamentos forçados pelo Sul global. Isto porque ao percorrermos tal jornada, de forma que os saberes produzidos ao longo

dela sejam iluminados, poderemos também olhar para nosso próprio “ser-aqui” de maneira a também visualizarmos as forças que o deterioram e as linhas abissais que estão se formando.

Figura 3: Os contextos presentes na jornada migratória



Fonte: Bastos, Mello e Mello (2022).

Portanto, com base nas jornadas migratórias no Sul global, os saberes que emergem dos sujeitos poderão ser mais facilmente identificados. Saberes que serão úteis para que um momento de normalidade novamente se faça presente aos migrantes. Normalidade que pode ser traduzida como um retorno à vida cotidiana semelhante àquela que cada migrante outrora vivia em seu país de origem. Ou em termos conceituais, que as condições de sub-humanidade e exclusão que os indivíduos passaram a enfrentar quando decidiram migrar sejam encerradas no destino de acolhida.

Finalmente, se as linhas de exclusão são geradas pelas lógicas hegemônicas, sua confrontação exige formas de pensar e agir contra-hegemônicas. Pensar a integração por uma lógica contra-hegemônica é buscar meios de se intercambiar os conhecimentos e assim fazer emergir uma ecologia dos saberes capaz de oferecer um rico contexto de aprendizado sobre migrações que ocorrem entre países do Sul global. Por consequência, experiências contra-hegemônicas envolvendo a integração de migrantes precisam ser consideradas e aprofundadas

na busca pelo potencial que elas têm de dar novos contornos a integração dos migrantes no Sul global.

1.3 Uma Alternativa: Integração com Viés Solidário

Se o momento final da jornada do migrante é a integração, cabe-nos adentrar em tal processo para poder compreender como a mesma se torna possível dentro de uma perspectiva contra-hegemônica. Num contexto no qual os sujeitos epistemológicos são migrantes de sobrevivência é a integração econômica que tem papel de destaque. Dado que na ausência de políticas mais compreensivas e oportunidades, o que garante a sobrevivência é a renda. Principalmente dada a importância da variável tempo para tal conjuntura. Eles precisam de recursos hoje, de proteção hoje, de renda hoje. E destinos onde as lógicas hegemônicas operam não proporcionam oportunidades para que isso se dê. O que eles oferecem é ajuda humanitária limitada, quando não maquiada, por parte do Estado (MILESI; COURY; ROVERY, 2018; CARVALHO, 2020) e oportunidades precárias ou até mesmo análogas à escravidão por parte do Mercado (VASCONCELOS, 2018; DA SILVA; TEIXEIRA, 2021).

A integração econômica, de maneira geral, refere-se ao potencial alcançado pelo migrante para estabelecer meios de subsistência sustentáveis, atingir um grau crescente de autossuficiência e tornar-se cada vez menos dependente de ajuda estatal ou ajuda humanitária (CRISP, 2004; RUEDIGER, *et al.*, 2017; BRANCO, 2020). No âmbito econômico, as opções que aos migrantes costumam se apresentar envolvem principalmente duas esferas: o mercado de trabalho (MARINUCCI, 2017; OIT, 2017) e o empreendedorismo (CRUZ; FALCÃO, 2016; TEDESCO, 2017). Porém, em ambas, a condição de migrante por sobrevivência faz com que a integração se dê com uma série de obstáculos. No primeiro caso, o migrante fica mais exposto a problemas como precariedade e exploração de seu trabalho (PEROCCO, 2017; LEITE; GIAVAROTTI; RIBEIRO, 2019), e no segundo, à falta de acesso a recursos necessários para abrir seu próprio negócio devido uma série de dificuldades financeiras, jurídicas e de mercado (TEDESCO, 2017); o que na maioria das vezes o obriga a seguir o caminho de empreender na informalidade para conseguir alguma renda (OIT, 2017). Tal condição hostil do ambiente receptor somada à situação do migrante de sobrevivência, que está sem recursos, sem proteção e precisando de renda, irá culminar que o mesmo permaneça em vulnerabilidade.

Como resultado de tal abandono, restam aos migrantes práticas de empreendedorismo como estratégia de enfrentamento às dificuldades no destino (SCHERER; GRISCI, 2022). Caminho que muitas vezes é traçado em parceria com organizações do terceiro setor. Estas podem atuar fomentando tal prática tanto pelas vias tradicionais, como por vias alternativas (PEREIRA, 2011; ZANFORLIN; AMARAL, 2019; VASCONCELOS; NASCIMENTO,

2021). No entanto, a estratégia tradicional deve ser criticada, principalmente, quando utilizada para “substituir” completamente o papel do Estado na acolhida e afirmar os princípios hegemônicos do capitalismo como individualidade e competição entre os migrantes.

Zanforlin e Amaral (2019), ao analisarem práticas de empreendedorismo com cunho tradicional, apontam que o migrante passou a integrar o contexto comunicacional circulante atual em que a perda de direitos laborais passa a ser compensada por uma suposta liberdade e autonomia do empreendedor. Para eles, o migrante é estimulado a transformar sua condição social e econômica por si mesmo, sem a contrapartida do Estado, na forma de políticas públicas voltadas para a inserção dessa população no mercado de trabalho local (ZANFORLIN; AMARAL, 2019).

Um outro aspecto primordial a ser considerado está nos saberes. A literatura da área defende que o ato de empreender exige uma série de competências: as de oportunidade, de relacionamento, conceituais, administrativas, estratégicas, de comprometimento e de equilíbrio do trabalho com a vida pessoal (MELLO, LEÃO, PAIVA JR, 2006). Contudo, para um migrante de sobrevivência, na informalidade, nem sempre é possível considerar tais competências. Além disso, há uma série de conhecimentos necessários do destino que um estrangeiro não tem acesso facilmente quando recém-chegado. Este, quase sempre, encontra dificuldade de reuni-los, principalmente, quando inserido num ambiente competitivo. Lacunas que o empreendedorismo praticado pelos migrantes e as vias alternativas com viés solidário, que vem sendo oferecidas pelas organizações do terceiro setor, podem preencher de maneira que os migrantes possam coexistir no novo mercado (BERTINI, 2018; CONTIPELLI; MENEZES, 2018). Este tipo de prática é cada dia mais necessária e nos últimos anos ganhou força e protagonismo justamente no Sul global.

De acordo com Santos (2012), os grupos sociais excluídos pelas lógicas hegemônicas globais começaram a se organizar:

São um vasto conjunto de redes transnacionais, articulando iniciativas, organizações e movimentos (de operários, camponeses, povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, ecologistas, cooperativistas, defensores de direitos humanos, etc.), que, em diferentes países, lutam contra as exclusões econômicas, sociais, políticas e culturais causadas pela globalização. Constituem uma globalização alternativa ou contra-hegemônica, de que a expressão mais conseguida ao longo da última década foi o Fórum Social Mundial. (SANTOS, 2012, p. 112).

O Fórum Social Mundial (FSM) surgiu em 2001 como expressão de uma demanda contida da emergente cidadania planetária para pensar as possíveis ações de transformação da

ordem global existente, tornando-se um espaço privilegiado de mobilização e encontro de diversos grupos que se opõem à globalização econômica e financeira dominante (GRZYBOWSKI, 2006).

É a partir do FSM que pela primeira vez passou-se de uma lógica de Estados-nação para uma lógica de movimentos e organizações sociais, ou seja, o agregador já não seria mais o Estado, mas ideias de classe, etnia, identidade ou movimentos populares que saem da geopolítica dos Estados para um outro tipo de organização e de articulação (SANTOS, 2018). Como resultado, o FSM acabou por ser um espaço onde uma série de estratégias contra-hegemônicas ganharam mais intensidade para se pensar o Sul pelo Sul, dentre elas, uma prática já existente desde a década de 1980 nos moldes atuais: a economia solidária⁸.

Se o Estado é falho em atender às demandas e o Mercado exclui ou precariza determinados grupos, estes agora se organizam por vias próprias. Conforme Azambuja (2009, p. 283): “as iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e, também, pessoas historicamente excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda”. A economia solidária é considerada um passo concreto e indispensável para dar credibilidade e gerar intensa adesão social aos propósitos de uma nova arquitetura mundial (SINGER, 2001; GAIGER, 2004; PINHEIRO, 2013; BOTELHO *et al.*, 2015). O movimento solidário é fortemente ligado a dinâmicas presentes em cada sociedade. No Brasil, por exemplo, é uma prática com histórica presença nas instituições de acolhida a migrantes (GAIGER, 2004; LEITE, 2009), bem como também está presente em ações de grupos ou movimentos de trabalho no campo (CORDEIRO; MELLO, 2013; LEITE *et al.*, 2016).

As iniciativas de economia solidária invertem os princípios hegemônicos da economia tradicional de concentração de riquezas e geração de desigualdades, tornando-se formas de luta política de grupos da sociedade para a instituição de nova relação com a economia (COELHO; GODOY, 2011), focando em princípios como solidariedade, comércio justo, cooperação, respeito ao meio ambiente, financiamento coletivo, etc. As iniciativas são originárias localmente, baseadas na ideia de comunidade, podendo ser vistas de forma utilitarista como ações paliativas às ausências do Estado e Mercado, ou concebendo a inserção social ou cívica como sua finalidade maior (ANDION, 1998). Conforme Esteves (2011, p. 256):

⁸ Conforme Singer (2002), as bases da economia solidária nasceram pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção no início do século XIX.

No contexto do capitalismo, onde o desemprego estrutural e a precarização do trabalho acarretam grande número de trabalhadores e trabalhadoras excluídos das relações de trabalho do mercado formal, a economia solidária surge como possibilidade de sobrevivência. [...] O mercado capitalista se baseia em uma lógica excludente, onde, para determinado grupo que é considerado incapaz, não são apresentadas oportunidades. Classes marginalizadas por conta da idade, da falta de qualificação, discriminação de raça ou gênero são excluídas socialmente dadas à configuração do mercado e não têm asseguradas garantias básicas de subsistência. Neste sentido, a economia solidária procura incluí-las, através das organizações produtivas solidárias, entendendo o trabalho enquanto centralidade nas relações sociais e permitindo, a partir disto, uma nova compreensão social, onde a inclusão social parte do preceito da inclusão pelo trabalho.

As crises existentes no Estado e também presentes da sinergia institucional entre o Estado e o Mercado levam à intensificação de iniciativas locais que buscam uma contribuição significativa para a coesão social e a criação de empregos (SERVA, 1997). É, portanto, um “fenômeno de forma singular de organização e atuação que, pela coletividade do trabalho, constitui espaço que não é só econômico, mas de recuperação e de ressignificação de valores e práticas sociais sucateadas e esquecidas pelo capitalismo” (COELHO; GODOY, 2011, p. 730). Isto é, uma prática de caráter alternativo às bases hegemônicas que se mostram geradoras de crises no mundo contemporâneo.

Receber apoio ou financiamento dentro de uma lógica de economia solidária pode, por exemplo, ser a única estratégia de enfrentamento possível oferecida a migrantes e refugiados que são desconsiderados pelo Estado e Mercado (BERTINI, 2018). O objetivo das distintas formas de economia solidária é permitir que pessoas excluídas do sistema bancário criem sua própria fonte de renda (FRANÇA FILHO, 2003). É possível identificar três formas organizacionais em tal campo, que seguem em processo de fortalecimento dentro dos princípios da economia solidária: os fundos rotativos solidários, os bancos comunitários de desenvolvimento e as cooperativas de crédito solidário (SILVA, S., 2017). São experiências que “tratam da afirmação de uma ética quanto à aplicação do dinheiro em projetos que articulem, por exemplo, trabalhos contra a exclusão, pela preservação ambiental, de ação cultural, pelo desenvolvimento local, etc.” (FRANÇA FILHO, 2003, p. 22), e que podem apresentar-se mais viáveis para os migrantes que se vêm forçados a empreender na informalidade como única alternativa de integração econômica.

A relação entre capital social e o empreendedorismo de migrantes ocorre em razão ao uso de alguns elementos do capital social, tais como a solidariedade, valores éticos e culturais, conhecimentos e habilidades (MARTES; RODRIGUEZ, 2004). Em decorrência, além de haver uma sinergia do empreendedorismo com a construção de uma comunidade (ZHOU, 2004), os empreendedores conseguem minimizar riscos construindo mecanismos de cooperação

(MARTES; RODRIGUEZ, 2004). A geração de renda através de práticas de economia solidária, tendo em vista seu caráter contra-hegemônico (SANTOS, 2007), pode mostrar-se o caminho para que as desigualdades presentes sejam amenizadas (BERTINI, 2014) e o momento da integração possa novamente trazer alguma normalidade outrora perdida pelo migrante.

Portanto, passa a ser cada vez mais oportuno nos aprofundarmos sobre casos de empreendedorismo migrante permeados por vias solidárias. De maneira a evidenciar se, de fato, tal estratégia alternativa pode amenizar as vulnerabilidades e favorecer a saída da condição de sub-humanidade, fazendo com que a jornada do migrante se complete e ele recupere a normalidade no destino que o acolheu. Mas como, de maneira concreta, a economia solidária pode ser um vetor para a integração dos migrantes em um ambiente hostil? Encontrar uma resposta para tal indagação pode passar por exemplos de migrantes que em parceria com as instituições que ocupam a lacuna deixada pelo Estado, estão encontrando meios de contornar os obstáculos de sua jornada, gerando renda e ainda possibilitando que os saberes necessários ao processo de integração sejam transmitidos, compartilhados, apreendidos ou criados. Diante disso, cabe-nos perscrutar um contexto de migrações de sobrevivência Sul-Sul em busca de um cenário que possa evidenciar tais proposições. Assim, a atual diáspora venezuelana para o Brasil entra em pauta.

1.4 Refugiados à Nossa Porta

As atribuições geradoras de deslocamentos forçados são resultado também da atuação de forças hegemônicas capitalistas de exploração, a que países periféricos são submetidos por países “desenvolvidos” (SASSEN, 2016) em relações predatórias globais de centro-periferia (WALLERSTEIN, 2004). Tais lógicas também estão presentes nos países de destino, ajudando a fomentar o quadro de problemas socioeconômicos (desemprego, precarização, perda de direitos sociais, exclusão, abandono) que eles enfrentam. Diante de tal cenário, como os migrantes de sobrevivência poderão alcançar condições dignas para recomeçar suas vidas? Este é um contexto representativo que se aplica a atual diáspora venezuelana para países vizinhos. Um evento de grandes proporções que se mostra oportuno para investigações do fenômeno migratório contemporâneo, principalmente pelo seu potencial de explorar dinâmicas migratórias entre países do Sul global.

Figura 4: Venezuelanos cruzando a fronteira com Brasil



Fonte: ANSA/Brasil (2019).

Assim, uma migração entre países do Sul global é o que encontramos quando nos deparamos com o maior êxodo populacional da história recente da América Latina (UNHCR, 2019), que é a atual diáspora venezuelana, com mais de 6,1 milhões de exilados desde 2013, de

acordo com a plataforma R4V⁹, e com o fato de muitos deles terem como única opção para abrigo um país em crises, com cultura e idioma diferentes, que é o caso do Brasil, que dos países vizinhos que receberam os venezuelanos, era aquele com o maior número oficial¹⁰ de reconhecidos como refugiados¹¹ (BRASIL, 2020).

Além de tudo, o Brasil enfrenta uma série de crises de ordem econômica, ambiental, social, moral e sanitária, que foram ainda mais ampliadas com a chegada pandemia de Covid-19, o que pode ser um impeditivo para o processo de integração dos migrantes venezuelanos ao Brasil. Um profuso e oportuno contexto que demanda investigação e que nos leva a aprimorar nosso questionamento inicial. Levando em consideração a atual crise dos refugiados em deslocamentos por sobrevivência, as novas dinâmicas geradas pela pandemia de Covid-19 e as crises internas que já afetavam o país, *como a integração dos migrantes venezuelanos ao Brasil é possível?*

Questão que para ser respondida dentro da perspectiva que aqui defendemos, exige que os contextos presentes na jornada migratória venezuelana ao Brasil sejam considerados e perscrutados.

1.4.1 A diáspora venezuelana

A diáspora venezuelana é oriunda de uma profunda crise econômica e política que se instaurou no país a partir de 2013, pela qual os migrantes deixaram a Venezuela em busca de melhores condições de vida tanto para si como para outros que ficaram.

Os fatores estruturais ou históricos que condicionaram a origem e evolução da situação atual são diversos. Desde uma transição frustrada de uma economia rentista baseada nas receitas

⁹Segundo estimativas oficiais de governos anfitriões de migrantes, refugiados e solicitantes de asilo. Dados da Plataforma R4V disponíveis em 05 de maio de 2022. A R4V é uma Plataforma Regional de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela, liderada em conjunto pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Os números atuais podem ser acompanhados em <https://www.r4v.info/pt/>. A Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que até o fim de 2022 poderá haver 8,9 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos radicados em 17 países da América Latina, superando os atuais 6,1 milhões (AGÊNCIA BRASIL, 2021)

¹⁰ De acordo com a Plataforma R4V, até dezembro de 2021, cerca de 49 mil venezuelanos foram reconhecidos pelo governo brasileiro como Refugiados.

¹¹ Refúgio que na prática é um dispositivo jurídico (BRASIL, 1997) que garante proteção e direitos aquele que o recebe nos termos acordados na convenção da ONU relativa ao estatuto dos refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, da qual o Brasil é signatário, mas que ainda é um instrumento que possui categorias limitadas de inclusão (JUBILUT; MADUREIRA, 2014).

do petróleo para um esquema econômico mais diversificado e que não pode produzir localmente a maioria dos bens demandados pela população – em termos de escassez de alimentos e medicamentos, passando pela corrupção estatal, os bloqueios gerados pelas sanções do imperialismo americano, até os conflitos internos que se dão pelo processo de mudança que a Venezuela vem passando nas últimas décadas (CHAVES *et al*, 2017; BORON, 2017). Conjuntura que delinearíamos a seguir.

Figura 5: Um piche em Caracas



Fonte: Federico Parra/ AFP (2019).

Em Caracas, uma frase pichada num muro dá o tom cotidiano ali presente: *¿La normalidad es un privilegio?* Quando o ambiente em que se vive não proporciona condições básicas como alimento, trabalho e segurança, abandoná-lo passa a ser a alternativa derradeira. Diante de um cenário de crise humanitária e política, a Venezuela encontra-se em uma situação de extrema migração. Começamos contextualizando a origem de tal diáspora apontando alguns momentos marcantes da história recente política e econômica do país.

Entre 1959 e 1983, período pós-ditadura, a Venezuela chegou a ser um dos países mais ricos da América Latina. Na "Venezuela saudita", devido ao dinheiro oriundo do petróleo, grande parte dos venezuelanos tinham alto poder de compra com uma moeda estável. O desemprego no país se mantinha na marca de 10%, a inflação era a menor do que a registrada em outros países da região. Por algumas décadas, os governantes do período conseguiram

manter uma inédita estabilidade econômica e política, além de apaziguar a histórica disputa por poder interna entre militares e civis (PARDO, 2019). Além do mais, o país era internamente conhecido como receptor de populações, com mais de 7% de seus habitantes sendo estrangeiros (ALLEN GONZÁLEZ, 2017).

Contudo, a partir de 1983, o país passou a enfrentar uma crise econômica. A pobreza cresceu exponencialmente depois de três décadas em queda e junto à insatisfação com os casos de corrupção governamentais formou-se um contexto que viria a eleger Hugo Chávez 15 anos depois em 1998. Durante o governo chavista (1998-2013), o país voltou a crescer, impulsionado por uma nova bonança do petróleo. Chávez se tornou o político mais popular da história venezuelana e aproveitou os "petrodólares" para financiar programas sociais e importações de praticamente tudo que era consumido no país (PARDO, 2019).

O chavismo, iniciado com a eleição de Hugo Chávez, consolidou um projeto político focado em maior controle e atuação do Estado (MANTOVANI, 2014). De acordo com Svampa (2017), quando Hugo Chávez assumiu o poder em 1998, o preço do barril de petróleo era de 7 dólares; enquanto em 2008 atingiu 120 por barril. Com isso, entre os anos de 2001 e 2011, num contexto de alta dos preços das *commodities*, o chavismo aumentou os gastos sociais públicos, conseguindo uma redução significativa da pobreza. O chavismo aprofundou, contudo, o caráter monoprodutor e rentista do Estado, sendo ainda reforçado pelos novos planos de desenvolvimento, baseados na expansão da fronteira extrativista (petróleo e mineração). Voltado ao petróleo, o desenvolvimento agrícola e industrial venezuelano foi colocado em segundo plano, com a produção local sendo substituída por importações mais baratas, o que levou a Venezuelana a se tornar um grave caso de doença holandesa¹². Escolhas que tornaram o país altamente dependente deste recurso (e praticamente sua única fonte de receita). Em 2014, no entanto, o preço da matéria-prima desabou e no país se iniciou a mais recente e severa crise econômica (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Eleito ainda em 2013, com o país já apresentando sinais de crise econômica e política, o atual presidente Nicolás Maduro deu continuidade às políticas de Chávez. A partir de 2014, a queda internacional dos preços do barril de petróleo, somada à política de controle de preços

¹² Doença holandesa (Dutch disease), em termos econômicos, refere-se à relação ao aumento de exportações de recursos naturais junto à queda do setor manufatureiro. Ou seja, a existência de um recurso natural em abundância (como o petróleo venezuelano) tende a bloquear o desenvolvimento econômico de um país. O que se daria com a excessiva concentração econômica para produção de tal bem, somado ao baixo estímulo à industrialização e agricultura, afetando a diversificação de atividades econômicas do país. O aumento das receitas vindas da exportação de matérias-primas acaba apreciando a moeda local e gerando prejuízos para a exportação de outros bens manufaturados, fazendo com que a indústria entre em declínio, por perder competitividade, já que tornar-se mais barato importar do que exportar. (BRESSER-PEREIRA, 2010; REIS, 2019).

para segurar artificialmente a inflação, acabou com a indústria interna e gerou uma hiperinflação que fomentou a destruição da moeda local, o bolívar venezuelano. Além disso, movimentos externos também ajudaram na desestabilização do país. Por um lado, salienta-se o papel das *guerras híbridas*¹³ na polarização da população e, por outro lado, destacam-se as sanções impostas pelo imperialismo dos Estados Unidos prejudicaram substancialmente a economia do país (CORAZZA; MESQUITA, 2018). Com isso, a Venezuela passou a viver a maior recessão de sua história com quatro anos seguidos de retração econômica com efeitos severos para a população; só com a fome, por exemplo, os venezuelanos perderem, em média, 11 quilos cada em 2018 (PARDO, 2019). Uma conjuntura cuja a normalidade se deteriorou e inviabilizou a condição de existência de grande parte dos venezuelanos.

Todavia, embora estejam presentes discursos¹⁴ de que a crise seja fruto apenas de ações ditatoriais de Nicolás Maduro, na verdade as causas do colapso do país são mais profundas. Seu passado como colônia fomentou uma sociedade rentista (BRICEÑO-LEÓN, 2006) cuja a dependência da lógica extrativista na economia até hoje perdura (MANTOVANI, 2016), tendo o país a maior reserva de petróleo do mundo (FONTAINE; CAVIEDES, 2016) e extensas reservas de outros minérios como o ouro a serem exploradas (ROSALES, 2019), as disputas pelo controle dos recursos e domínio de tal lógica resultaram nas crises políticas e econômicas que acabaram por deteriorar o país (CHAVEZ *et al.*, 2017), tornando a vida de grande parte da população inviável, com forte polarização política, inflação desenfreada, casos de violência extrema, escassez de comida e acesso a recursos, ausência de serviços de saúde e medicamentos, forçando a população a deixar o país (JOHN, 2019).

Conforme Lander (2017), é uma crise derivada do esgotamento do modelo rentista do petróleo. Porque mesmo que o petróleo não tenha se esgotado, mas o modelo chegou ao seu limite, com uma estrutura social altamente dependente, um padrão estatal, um padrão cultural e um padrão de organização partidária da exploração do petróleo. O declínio sustentado da

¹³ De acordo com Sánchez (2020, p. 96-98), a guerra híbrida pode ser conceituada como um tipo de conflito caracterizado por uma combinação de ações: guerra convencional, guerra assimétrica, guerra irregular, guerra não linear, guerra cibernética, guerra composta, entre outras. O objetivo de tais ações é projetar influência "no mundo físico, psicológico, perceptivo ou virtual" para desmoralizar e desestabilizar o oponente ou inimigo. A guerra híbrida contra a Venezuela é uma guerra de amplo espectro implantada simultaneamente em diferentes áreas internas, também projetada no exterior para impactar a opinião pública mundial, à qual é enviada indiretamente uma mensagem "é isso que acontece quando os povos escolhem mal? Abarca desde o econômico, passando pela sabotagem interna e externa de serviços e infraestruturas por elementos presentes no Estado venezuelano, ora aliados a atores externos, ora por meio de ataques cibernéticos, guerra psicológica baseada na mídia de manifestação e população de mídia social, a uso da criminalidade comum ou paramilitarismo para o assassinato seletivo de líderes sociais, ou a ação coordenada de certos países, liderada pelos Estados Unidos, para causar isolamento político e cerco diplomático.

¹⁴ Veja mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/crise-na-venezuela-e-culpa-de-maduro-diz-embaixadora-dos-eua-na-onu.shtml>

renda do petróleo estava limitando severamente a capacidade do Estado de atender às demandas e expectativas da população. (LANDER, 2017). Crise que não apresenta perspectivas de solução independentemente de quem governe o país e que continua tendo a população venezuelana como a principal afetada.

O contexto de deterioração venezuelana, portanto, forçou sua população a buscar meios para sobreviver. No entanto, enquanto a grande maioria da população passa necessidades, sofre com violência e com os problemas econômicos, alguns poucos grupos — como os boliburgueses¹⁵ — não foram afetados e, graças às suas conexões, continuaram a usufruir de uma série de benesses e promover o *status quo*. Assim, a maioria, que não possui a mesma estabilidade, se viu forçada a escolher um de dois caminhos para a sobrevivência. Os primeiros são aqueles que por possuir pouca ou nenhuma capacidade de movimento, estão paralisados e tentam resistir às condições impostas. Os últimos, utilizam de sua capacidade de movimento para tentar sobreviver em outro país e até mesmo auxiliar os remanescentes através de remessas de dinheiro do exterior, por exemplo. Situação que os leva a enfrentar condições precárias nos abrigos oferecidos e até mesmo a dormir na rua, mendigar, se prostituir ou a migrar sem apoio algum por regiões dos destinos à procura de algum lugar acolhedor, numa verdadeira condição sub-humana. Cenário comum àqueles que escolheram o Brasil como destino.

1.4.2 A acolhida brasileira

Os migrantes venezuelanos, com poucos recursos, se viram forçados a escolher os destinos mais próximos, principalmente aqueles que fazem fronteira com a Venezuela. Para os que optaram pelo Brasil, os desafios são tamanhos, haja vista que se deparam com outro idioma e também com uma cultura bem diferente da sua, por exemplo, o que implica num esforço ainda maior para se integrarem ao país.

Trata-se, portanto, de um migrante em condição de extrema vulnerabilidade adentrando numa nova e diferente cultura. Se isso por si só já se mostra altamente problemático, a questão ganha novos contornos com a ascensão de uma pandemia infectocontagiosa que fez a grande maioria dos países do globo tomar medidas para evitar sua propagação. O que impacta o ato

¹⁵ Elite afortunada formada por militares, políticos, funcionários públicos e empresários ligados ao chavismo. Por manter conexões com o regime, esses grupos também foram apelidados de *enchufados* (apadrinhados). Veja mais em: <https://theintercept.com/2019/04/07/venezuela-maduro-fome-elite-golfe>.

migratório diretamente em, pelo menos, duas frentes. De um lado, com o fechamento de fronteiras para estrangeiros bloqueando novas migrações ou dificultando relações transnacionais e, do outro lado, uma política de isolamento social adotada que, dentre outras coisas, amplifica os obstáculos daqueles que já chegaram a algum destino para alcançar melhores condições de vida. Realidade que tornou ainda mais desafiante a jornada dos mais de 6,1 milhões de venezuelanos que já tinham deixado seu país, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da doença respiratória *Covid-19* como uma pandemia¹⁶, em 11 de março de 2020.

Figura 6: Pertences de venezuelanos queimados por brasileiros em Roraima



Fonte: Avener Prado/Folhapress (2018).

Segundo dados recentes (POLÍCIA FEDERAL, 2019), mais de 504 mil venezuelanos cruzaram a fronteira apenas entre janeiro de 2017 e setembro de 2019. Atualmente, cerca de 351 mil continuam no país, tendo obtido algum tipo de autorização para permanecerem entre pedidos de refúgio ou residência temporária¹⁷ (OIM, 2021; R4V, 2022). O alto número de

¹⁶ Segundo a plataforma Worldometers, um ano após ser declarada como pandemia, em 11 de março de 2022, a *Coronavirus Disease 2019*, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, tinha ultrapassado mais de 500 milhões de pessoas ao redor do mundo, matando mais de 6 milhões. Dados atualizados estão disponíveis em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>.

¹⁷ A condição de refugiado é dada a pessoas com fundado temor por sua vida por motivos de: religião, opinião política, pertencimento a um determinado grupo social ou étnico, devido a conflitos armados e a grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 1997, 2017, 2018). Ou seja, se o migrante possuir algum

chegadas levou as regiões fronteiriças, principalmente Pacaraima no estado de Roraima (RR), principal porta de entrada de venezuelanos para o Brasil, a ter que lidar com os efeitos do elevado número de migrantes, mesmo sem possuírem estrutura para tal, o que desestabilizou a sociedade local, desembocando até mesmo em ataques de brasileiros contra venezuelanos¹⁸.

Tendo em vista dar alguma resposta àqueles que buscaram o Brasil, no primeiro trimestre de 2018, foi iniciada a Operação Acolhida. Viabilizada pelo Governo Federal e pela Organização das Nações Unidas (ONU), a política consiste em ordenar, abrigar e, através de um programa de interiorização, levar os migrantes, situados em Roraima, para outras cidades do país, para que eles possam ter novas oportunidades de vida e de trabalho. A princípio respaldada por uma medida provisória que posteriormente foi transformada na Lei nº 13.684/2018¹⁹. De acordo com o Exército Brasileiro, principal executor da medida, a Operação Acolhida destina-se a apoiar, com pessoal, material e instalações, a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório para o estado de Roraima (EXÉRCITO DO BRASIL, 2018).

As agências da ONU e organizações da sociedade civil se articularam junto às Forças Armadas e ao Poder Público para viabilizar a resposta humanitária no Brasil, que foi dividida em três principais eixos: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização (BRASIL, 2019). Para o deslocamento, cada migrante foi devidamente imunizado em relação a doenças como sarampo, caxumba, rubéola, febre amarela, difteria, tétano e coqueluche. Além disso, o governo afirma que os venezuelanos passaram por regularização migratória, seja por meio de solicitação de refúgio ou de residência temporária, junto à Polícia Federal (BRASIL, 2019). Programa que em janeiro de 2019²⁰ foi prorrogado.

temor de retornar a Venezuela é recomendável que solicite refúgio. Já a condição de residente temporário, que após dois anos, pode se transformar em residência por tempo indeterminado, é dada a pessoas de países fronteiriços por diferentes motivos, entre eles a condição de crise humanitária (BRASIL, 2017, 2018; JUSTIÇA DO BRASIL, 2018).

¹⁸ Em 18 de agosto de 2018, brasileiros de Pacaraima expulsaram venezuelanos que se abrigavam nas ruas e atearam fogo em seus objetos. Veja mais em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/prefiro-morrer-de-fome-na-venezuela-do-que-agredido-aqui-diz-imigrante-atacado-por-brasileiros-na-fronteira-em-rr.ghtml>.

¹⁹ Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária e dá outras providências.

²⁰ A decisão foi anunciada pelo ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, que destacou que o programa não seria interrompido pelo menos até março de 2020: “Nós temos uma previsão [de despesas] que é finita. Tem que ver essa parte orçamentária para prosseguir”. Veja mais em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-01/governo-prorroga-por-um-ano-operacao-acolhida-venezuelanos>.

Não obstante, menos de 80 mil venezuelanos²¹ haviam sido contemplados pelo programa de interiorização da Operação Acolhida até junho de 2022. O que indica uma lacuna gigantesca entre a permanência e a interiorização dos venezuelanos. Ou seja, por motivos de uma demanda muito superior à que o programa abarca, a maior parte dos migrantes está buscando a integração ou reunião familiar por conta própria, o que tende a gerar problemas sociais, de saúde, habitacionais, etc., levando-os a enfrentar condições sub-humanas. Além disso, até mesmo o migrante beneficiado pelo programa de interiorização não necessariamente consegue ter um acolhimento que propicie sua integração (SIMÕES *et al.*, 2017). Adversidade que precisa ser enfrentada.

A certa altura de uma de suas últimas obras, o ensaio “Estranhos à nossa porta”, Bauman (2017) nos lembra que para tantos, os imigrantes são personificações do colapso da ordem e que é um hábito muito humano culpar e punir os mensageiros pelo conteúdo odioso da mensagem que são portadores (BAUMAN, 2017). Assim, mesmo que a Operação Acolhida tenha dado certa resposta inicial para alguns venezuelanos, o país não tem se mostrado realmente capaz de oferecer aos recém-chegados uma integração que os ajude a recuperar a dignidade outrora perdida em seu país. No caso venezuelano uma série de obstáculos permanecem mesmo após o processo ter se iniciado. Consequentemente, os migrantes se deparam com um país também em crise e que tende a se mostrar hostil²². O que se dá muito pela ausência de políticas públicas a eles direcionadas. Se exclusões ainda permanecem para os migrantes, então a acolhida oferecida é insuficiente para garantir um processo de integração que lhes permita sobreviver com dignidade. Mas como essa hostilidade se apresenta?

Compelido a sair de seu país em busca de melhores condições de vida, o migrante venezuelano enfrenta uma série de desafios ao chegar ao Brasil. Primeiro, o país passa por uma crise econômica sem precedentes com alto índice de desemprego²³ e insatisfação popular generalizada²⁴. Após, uma polarização política se faz presente e nela a Venezuela é sempre citada como exemplo e contraexemplo, o que pode favorecer episódios de xenofobia. Terceiro,

²¹ Segundo dados da Plataforma R4V disponíveis em 19 de julho de 2022 o número exato de venezuelanos interiorizados era de 78.767. Os dados podem ser acompanhados em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

²² De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a hostilidade brasileira para com estrangeiros não europeus sempre esteve presente ao longo de mais de 500 anos de povoamento no país (IBGE, 2000). Tal hostilidade também é discutida por Patarra (2012).

²³ Em 14 de agosto de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que mais de 40 milhões de brasileiros estão à procura de emprego. Veja mais detalhes em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28614-pnad-covid19-7-1-da-populacao-ocupada-estava-afastada-do-trabalho-devido-ao-distanciamento-social-na-quarta-semana-de-julho>.

²⁴ Em 2018, por exemplo, uma greve promovida por caminhoneiros paralisou o país por mais de uma semana. Mais detalhes podem ser encontrados em (MELLO; BASTOS; MELLO, 2020).

o país passa por uma crise moral, em que, discursos contra direitos humanos ganham força, assim como outros ultranacionalistas. Quarto, o Brasil vem enfrentando uma série de crises ambientais (desastres com barragens de rejeitos de minério, aumento de queimadas em biomas, litoral sendo poluído por petróleo bruto, entre outros). E por último, o país é o mais afetado da região e segundo em âmbito mundial²⁵ pela pandemia em número de casos e de mortes, tendo o governo federal se posicionado inicialmente a favor de medidas sem respaldo científico frente ao problema e apenas tardiamente ter mudado de postura, pontos que podem ter agravado ainda mais os efeitos negativos da pandemia²⁶. Todo um macro contexto presente no destino que pode contribuir para a não integração dos migrantes recém-chegados.

Embora hodiernamente tenham sido aprovadas leis sobre migração e acolhida humanitária (BRASIL, 2017, 2018), nos anos recentes, o modelo governamental sofreu alterações em direção a um projeto neoliberal menos receptivo a migrantes (FELDMAN-BIANCO, 2019) e com forte viés de securitização²⁷. O atual presidente da república tem se espelhado no *trumpismo*²⁸ mais populista, nacionalista, antiglobalista e de clara preferência a uma suposta soberania em detrimento de direitos humanos. Posição demonstrada, por exemplo, com a saída imediata do país do pacto global de migração segura, ordenada e regular da ONU²⁹ imediatamente após a posse presidencial. Ou pela não aderência na ONU ao ato de 95 países de assumirem conjuntamente compromissos de apoiar imigrantes em decorrência da pandemia da Covid-19³⁰.

Para o Brasil, especificamente, em diretriz assumida através do Plano de Ação Brasília de 2014³¹, uma acolhida com integração local é aquela que ocorre quando há uma plena inserção

²⁵ Com dois anos de pandemia, em 11 de março de 2022, segundo a plataforma Worldometers, o Brasil alcançou a marca de 30 milhões de infectados e ultrapassou os mais de 650 mil óbitos, perdendo em número apenas para os EUA. Dados atualizados estão disponíveis em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/>.

²⁶ Devido a falta de colaboração entre atores governamentais, a vacinação brasileira se iniciou com considerável atraso. Veja mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>.

²⁷ Migração considerada como uma questão de ameaça à segurança nacional (BRANCANTE; REIS, 2009).

²⁸ No *trumpismo* existem três códigos principais a serem considerados: abordagem empresarial, populista e *antiestablishment* (BEEMAN, 2018).

²⁹ Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, é um acordo não vinculante adotado em Marrakesh em 20 de dezembro de 2018 por 164 Estados-membros da ONU. Veja mais em: <https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-adota-oficialmente-pacto-global-para-a-migracao/>.

³⁰ A declaração ocorreu no Conselho de Direitos Humanos da ONU em 09 de março de 2021. Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/09/brasil-nao-adere-a-ato-de-95-paises-de-apoio-aos-imigrantes-na-pandemia.htm>

³¹ Em dezembro de 2014, os governos da América Latina e do Caribe se reuniram em Brasília para marcar o 30º aniversário da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados de 1984 e aprovaram a Declaração e Plano de Ação de Brasília, concordando em trabalhar juntos para manter os mais elevados padrões de proteção a nível internacional e regional, implementar soluções inovadoras para os refugiados e pessoas deslocadas, e acabar com

jurídica, social, econômica e cultural, além de direitos respeitados, e acesso às políticas públicas disponíveis a todas as pessoas cidadãs do país. Algo que parece distante da realidade. No contexto específico venezuelano, os já mencionados episódios de xenofobia em Pacaraima, tentativas por parte do governo de Roraima de fechar a fronteira³² com a Venezuela, fechamento efetivo da fronteira como medida sanitária da pandemia³³, tentativa de facilitar deportações por parte do ministério da justiça³⁴, o caso recente dos haitianos — uma migração com características semelhantes — que foram tratados pejorativamente como invasores (FERNANDES; FARIA, 2017; MARTINS, 2018) e relações assimétricas entre brasileiros e venezuelanos na fronteira, com os primeiros se aproveitando dos últimos (VASCONCELOS, 2018) são alguns pontos que denotam o Brasil como um ambiente hostil.

Há ainda o agravante de que não é apenas no âmbito federal, que os migrantes, de todas as nacionalidades, encontram barreiras para se integrarem ao país. Poucos estados e municípios possuem ações direcionadas à integração deste público, a exceção principalmente de São Paulo³⁵. Contudo, diante de um fenômeno novo e expressivo, como a atual diáspora venezuelana, outras partes do Brasil passaram também a receber a população venezuelana, mesmo sem possuir políticas públicas voltadas ao tema. A falta de uma expertise anterior para o acolhimento é uma barreira que abre uma oportuna janela para se investigar novos conhecimentos ou dinâmicas que podem vir a surgir. Principalmente se considerarmos regiões que historicamente estão acostumadas a ver sua própria população emigrar para outros lugares, como é o caso dos estados da região Nordeste (VAINER, 2000).

Em Pernambuco, por exemplo, cuja capital tem o maior índice de desigualdade do Brasil³⁶ e maior taxa de assassinatos do país³⁷, apesar de não existir nenhuma política pública

a difícil situação enfrentada pelas pessoas apátridas na região. O documento pode ser encontrado na íntegra aqui: <https://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/declaracao-e-plano-de-acao-do-brasil/>.

³² A fronteira ficou fechada por menos de um dia, até a justiça decretar a reabertura após pedido do governo federal. Veja mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969_507654.html

³³ Em março de 2020, sob o argumento de medida sanitária contra a pandemia de Coronavírus, a fronteira com a Venezuela foi fechada. Veja mais em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/18/fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-e-fechada.ghtml>.

³⁴ A Portaria nº 666 do Ministério da Justiça do Brasil dava prazo de 48 horas a partir da notificação para que pessoas obrigadas a deixar o país recorressem da decisão administrativa. Já a nova Portaria nº 770 garante 5 dias para o interessado se defender. Veja mais em: <https://www.poder360.com.br/governo/moro-recua-revoga-portaria-666-e-suaviza-regras-para-deportacoes/>.

³⁵ O Estado possui uma série de ações voltadas ao público como o Centro de Integração e Cidadania do Imigrante (CIC do Imigrante), já na capital há a Lei 16.478/2016 que Institui a Política Municipal para a População Imigrante.

³⁶ Veja mais em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-em-concentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml>.

³⁷ Pernambuco teve a maior taxa de crimes contra a vida do Brasil nos três primeiros meses de 2022: 10 mortes por cada 100 mil habitantes (MONITOR DA VIOLÊNCIA, 2022).

prévia voltada para imigrantes, cerca de 900 venezuelanos haviam sido interiorizados pelo programa do governo federal até junho de 2022 (OIM, 2021; R4V, 2022), ficando a cargo das instituições da sociedade civil dar a assistência inicial aos recém-chegados e aos próprios migrantes encontrar meios próprios de integração a um país que se mostra hostil tanto no âmbito nacional como também no local (MOREIRA, 2015; NUZZI, 2020). Cenário que amplifica as dificuldades à integração do migrante e que nos faz assumir como problema de pesquisa o fato de *o Brasil se apresentar como um país hostil a imigrantes, o que torna particularmente desafiante o processo de integração econômica dos venezuelanos que migraram por sobrevivência.*

Diante da problemática delineada, buscar investigar maneiras que esses migrantes estão adotando para tentar contornar tal obstáculo dentro das alternativas a eles apresentadas, num contexto onde não havia expertise anterior, muito menos políticas públicas específicas para lidar com o fenômeno migratório, mostra-se uma conjuntura propícia a gerar novos conhecimentos.

1.5 Direcionamentos da Pesquisa

O problema de se integrar economicamente a uma nova cultura que se apresenta hostil obriga os migrantes a dependerem quase que exclusivamente de instituições do terceiro setor para serem acolhidos e recomeçarem suas vidas ou até mesmo tentarem isso por conta própria dentro de uma lógica sistêmica que muitas vezes os vê como descartáveis e/ou assimiláveis e tendo uma série de barreiras (culturais, financeiras, jurídicas e de mercado) a superar que bloqueiam sua mobilidade econômica. O que é ainda mais amplificado quando o destino não possui histórico com recepção de migrantes de sobrevivência, muito menos políticas públicas para lidar com esse novo público. Contornos que os forçam a tentarem empreender como única alternativa para geração de renda. Contudo, tal via de integração, assim como qualquer outra, exige uma copresença de saberes a serem apreendidos, transmitidos e compartilhados, o que torna ainda mais desafiante a jornada dos migrantes para se integrarem ao Brasil.

Diante dos desafios impostos pela hostilidade aqui oferecida e da relevância de se alcançar uma gama de saberes, resgatamos nosso questionamento inicial que tratava sobre como a integração dos migrantes venezuelanos ao Brasil era possível e o reformulamos para pensar o problema tanto de forma epistemológica como de maneira prática. O que nos levou a novos questionamentos:

- *Que bloqueios traduzem a hostilidade enfrentada pelos migrantes venezuelanos no Brasil?*
- *Quais saberes possibilitam aos migrantes venezuelanos contornar os desafios encontrados?*
- *Como o viés solidário pode tornar a integração econômica mais efetiva?*

Respondê-los exige por um lado, uma compreensão da jornada enfrentada pelos venezuelanos, de forma a se identificar os desafios nela presente; e por outro lado, uma iluminação dos saberes, tanto os produzidos na luta e resistência dos migrantes às exclusões existentes, quanto os prévios que eles carregam consigo, como ainda, os existentes no destino. Para examinar com mais proximidade o fenômeno da imigração venezuelana diante da hostilidade brasileira, na busca por compreender suas nuances e observar que conhecimentos são produzidos, transmitidos, compartilhados e adquiridos durante o processo, nos parece mais apropriado adentrar num cenário mais desafiador, como o de Pernambuco, em que diversos obstáculos estão presentes: da falta de políticas públicas direcionadas aos migrantes à falta de expertise local para tratar o tema. Uma conjuntura na qual os meios subalternos aos

estabelecidos podem ser não somente a opção mais viável para os migrantes, mas até mesmo a única opção.

Desse modo, daremos ênfase aos venezuelanos que estão envolvidos em processos integrativos que dialoguem com as premissas até aqui abordadas. Isto é, como os sujeitos epistemológicos são migrantes de sobrevivência, buscaremos aqueles cuja jornada perpassa por processos de integração voltados à geração de renda que se deem sob a égide de práticas contra-hegemônicas. Defendemos que, em resposta às vulnerabilidades oriundas das lógicas hegemônicas, caminhos contra-hegemônicos são mais capazes de propiciar à copresença dos saberes necessários à integração econômica dos migrantes. Nossa hipótese é que *práticas permeadas pela economia solidária favorecem o intercâmbio de saberes necessários para tornar a geração de renda pelos migrantes de sobrevivência mais efetiva*. Para que esta se confirme, duas premissas precisam ser verdadeiras: (1) empreender é um ato que exige distintos saberes aos migrantes; e (2) práticas de viés solidário favorecem o alcance de tais saberes. Logo, buscar elucidar como tais premissas se mostrarão verdadeiras é uma das tarefas que buscaremos ao nos aprofundarmos sobre jornadas migratórias dos venezuelanos se integrando ao Brasil através de práticas de viés solidário.

Como prática subalterna, a economia solidária é fomentada notadamente pelo terceiro setor que é também o principal responsável por oferecer acolhida àqueles recém-chegados ao Brasil. Moreira (2014) destaca que a parceria entre o ACNUR e instituições religiosas com o intuito de fornecer assistência a refugiados remota ao final dos anos 1970. Dentro desse corte, uma instituição que se tornou uma das principais responsáveis pelo acolhimento a migrantes em todo o território brasileiro e que também se destaca por ter a economia solidária como um princípio de longa data é a Cáritas Brasileira³⁸. Esta é uma entidade nacional de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos e que vem atuando há mais de 35 anos no fomento e apoio a diversas iniciativas de economia popular solidária em todo o território nacional (CÁRITAS, 2019) e que atualmente desenvolve uma série de projetos junto

³⁸ A Cáritas Brasileira, criada em 12 de novembro de 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como um de seus organismos, foi encarregada de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição do Programa de Alimentos para a Paz, implementada após a Segunda Guerra Mundial. É uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Com 60 anos de história, é uma rede solidária de mais de 15 mil agentes, a maioria voluntária, com ação por todo o país. Atualmente, está organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte 2 (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. No Brasil, as Cáritas estão presentes em diferentes cidades e são institutos de referência na acolhida e orientação de refugiados e solicitantes de refúgio.

aos migrantes venezuelanos para colaborar com a integração deles por todo o Brasil, inclusive através de práticas de viés solidário para estimular a geração de renda pelos mesmos.

Ou seja, a inclinação pelas práticas de economia solidária para a integração de migrantes é motivada tanto pelo seu caráter alternativo às bases capitalistas que se mostram geradoras de crises no mundo contemporâneo, como também, empiricamente por sua histórica presença nas instituições de acolhida a migrantes no Brasil (GAIGER, 2004; LEITE, 2009) e na América Latina (BERTINI, 2018). Em resumo, além de atuar com a acolhida, a Cáritas também tem amplo histórico com projetos de Economia Solidária, uma junção que pode fornecer aos migrantes condições para que os saberes necessários à integração possam emergir.

No entanto, embora a Cáritas seja reconhecida nacionalmente pela sua atuação e esteja presente por todo o território nacional, nem todas as suas regionais já possuíam expertise com a causa migratória quando começaram a dar acolhimento para os venezuelanos interiorizados. Isto somado ao fato de também não haver em várias localidades políticas públicas direcionadas ao público migrante, como é o contexto do estado de Pernambuco, forma-se uma conjuntura que pode se apresentar desfavorável para a integração econômica dos migrantes e que, em decorrência, torna-se um caso oportuno para observarmos a validade da hipótese aqui apresentada. O que buscaremos fazer através do objetivo geral deste estudo: *descrever a integração de migrantes por sobrevivência no Sul global de maneira a desvelar saberes que possibilitam o processo.*

A busca por alcançar o objetivo geral passa por apontamentos tanto no âmbito teórico como prático que delinearão nossos objetivos específicos. Primeiro, é importante conhecer o contexto micro do campo estudado, por isso buscaremos traçar um panorama dos primeiros anos da presença venezuelana em Pernambuco. Em seguida, a partir do panorama traçado, cabemos investigar mais profundamente como a hostilidade brasileira se manifesta a nível local e como ela se apresenta no processo de integração. Terceiro, se a integração exige uma copresença de saberes, é preciso que identifiquemos que saberes são esses, sejam os prévios, os que surgem nas lutas e resistências frente aos obstáculos existentes, sejam aqueles impostos pelo destino. Quarto, se acreditamos que as práticas contra-hegemônicas favorecem a integração dos migrantes, precisamos a partir de um caso prático aprofundar em como isso acontece.

Com vistas a atender tais apontamentos, visando alcançar o objetivo geral, vislumbramos quatro outros objetivos específicos a serem buscados.

- a. Traçar um panorama dos primeiros anos da integração venezuelana;
- b. Desvelar desafios presentes na integração econômica dos migrantes venezuelanos ao Brasil;
- c. Reconhecer saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios;
- d. Interpretar qual o papel das práticas de economia solidária na superação dos desafios pelos migrantes.

Estando expostos os questionamentos que guiarão nossos esforços, bem como a hipótese que buscaremos defender e os objetivos almejados para suportá-la, cabe agora apresentar as razões para a construção desse estudo.

1.6 Justificativas e Contribuições

O empenho a ser aqui desenvolvido é relevante tanto no domínio teórico quanto no prático. No que se refere ao âmbito teórico, como as migrações são constitutivas das sociedades globalizadas (WENDEN, 2016), há relevância na junção de uma perspectiva na qual os deslocamentos são essenciais à sobrevivência dos indivíduos e outra do pensamento pós-abissal com sua lógica contra-hegemônica às forças que tem importante papel na origem da crise dos refugiados. Ou seja, o fenômeno visto pela junção de lentes teóricas distintas, porém convergentes que tende a unir uma visão da jornada migratória às experiências dos migrantes que a percorrem.

Pontos que concordam com Castles (2010), quando este alega que a pesquisa em migrações é fragmentada, com pouca colaboração analítica e metodológica por entre as disciplinas. De acordo com ele, o viés disciplinar tem geralmente significado uma abordagem reducionista, que foca aspectos limitados das experiências migratórias, bloqueando o conhecimento do processo migratório como um todo (CASTLES, 2010). Ao estudar situações em que o movimento gera restrição, a restrição gera movimento e o movimento ocorre dentro de restrições e restrições dentro dos movimentos, um diálogo entre fixidez e fluxo tem o potencial de emergir de maneiras que até agora não foram exploradas (GIL; CALETRO; MASON, 2011), o que denota relevância desta contribuição científica.

Assim, o caso venezuelano permite-nos extrapolar do plano micro para um espectro ainda pouco pesquisado: o das migrações de sobrevivência Sul-Sul. Enquanto as teorias migratórias hegemônicas foram construídas para explicar fluxos notadamente de países do Sul global para países no Norte global, as mesmas não anteciparam as novas dinâmicas contemporâneas em que países desenvolvidos têm se fechado para a recepção de migrantes de sobrevivência e a estes ter restado como única opção para sobreviver ir para países vizinhos que compartilham problemas semelhantes e tendem a tornar mais difícil o processo de integração. De tal forma, nossas contribuições, a partir deste texto, possuem potencial explicativo mais amplo ao abarcar dinâmicas que refletem o momento atual dos deslocamentos forçados ao redor do globo.

Além do mais, há uma lacuna na construção das teorias e de estudos qualitativos sobre as dinâmicas que envolvam migrantes e empreendedorismo em países em desenvolvimento (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013), escassez também percebida em trabalhos que abordem ambos os temas na literatura nacional (CRUZ; FALCÃO, 2016). Assim, acreditamos que esse viés

dialético de produção, iluminação e intercâmbio de saberes dentro de um contexto hostil e que faça esse percurso através das epistemologias pensadas a partir do Sul global, além de ajudar a suprir as lacunas apontadas também traz originalidade ao projeto, contribuindo para que outros trabalhos também visem tentar dar mais voz àqueles que são protagonistas do fenômeno migratório.

Em outra direção, como a deterioração da normalidade pôs a diáspora venezuelana em curso, e mesmo que o caso possua nuances específicas, suas causas macro também se fazem presentes nos países escolhidos pelos venezuelanos. São nações que também tem passado colonial e cujas economias vem recentemente se pautando nas lógicas de exploração e dominação. Assim, o caso venezuelano oferece muito potencial de fornecer aprendizados a serem utilizados na compreensão das crises que também estão presentes, em menor grau, nos destinos. Em outras palavras, o Brasil tem muito a apreender com a diáspora venezuelana. Assim, reconhecer os saberes produzidos durante a jornada dos venezuelanos para se integrarem economicamente a um ambiente hostil poderá oferecer um rico contexto de aprendizado sobre migrações que ocorrem entre dois países do Sul Global. O que tende a tornar as contribuições obtidas aqui relevantes para o desenvolvimento do país

A pesquisa também está alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU)³⁹, dando ênfase ao objetivo 10 que trata da redução das desigualdades, mais especificamente no item ‘10.7’ que visa facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas. Com efeito, esperamos que o conjunto de conhecimentos iluminados possam contribuir tanto para subsidiar o planejamento governamental como também às ações das entidades civis no fomento de projetos voltados ao fenômeno migratório que promovam a integração econômica de migrantes. É de interesse também que os esforços aqui empreendidos sejam traduzidos numa ferramenta de inovação social que contribua para aperfeiçoar o processo de integração econômica de migrantes a partir da iluminação dos saberes, fazendo-os chegar a um público ainda maior, para que a partir disso as dificuldades de suas próprias jornadas possam ser atenuadas. Oferecendo, então, pertinentes subsídios à ciência básica e fundamental. Destarte, o contexto a ser explorado oferece aporte prático para a administração pública e também epistemológico por ter potencial de gerar novos saberes sobre a integração econômica em lugares hostis.

³⁹ Veja mais em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Em seguida, e no mesmo sentido, Moreira (2014) defende ser relevante se ampliar a discussão e se produzir mais pesquisas de cunho teórico-conceitual, metodológico e empírico sobre a integração de refugiados – sobretudo no Brasil, onde o tema é incipiente. Ela destaca ainda que as contribuições seriam de fato enriquecedoras se conseguissem explorar as percepções, perspectivas e experiências dos próprios refugiados a fim de captar como os processos de integração são vivenciados por esses sujeitos (MOREIRA, 2014, 2017). Algo que muito dialoga com a ideia aqui projetada de lançar luz aos conhecimentos produzidos pelos migrantes em busca de se integrarem ao Brasil.

Ainda no âmbito prático, a investigação sobre qualquer fenômeno migratório específico deve sempre incluir uma pesquisa sobre o contexto social em que ele acontece (CASTLES, 2010). Quando as fronteiras físicas, materiais e simbólicas são cruzadas, novas atribuições situacionais e vivências de marginalização podem emergir. Logo, de todo contexto similar algum aprendizado pode ser retirado. O acolhimento ao Venezuelano, por exemplo, envolve diferentes atores governamentais e da sociedade, e a decisão de receber um alto número de imigrantes denota altos graus de complexidade, englobando aspectos sociais, étnico-culturais, econômicos, geoestratégicos, demográficos e políticos (MOREIRA, 2015), logo, qualquer empenho que colabore com seu escrutínio e posterior aprimoramento das possíveis lacunas identificadas é de interesse prático, podendo contribuir na elaboração de políticas públicas destinadas aos migrantes e refugiados, garantir mais qualidade de vida para os migrantes e ainda oferecer a oportunidade de olharmos para nosso próprio país e visualizarmos forças que deterioram a nossa normalidade e que se não mitigadas podem nos levar a enfrentar um futuro parecido.

1.7 Apresentação dos Capítulos

Esta tese é composta por oito capítulos. Neste capítulo inicial apresentamos o fenômeno central da pesquisa, a problemática que nos despertou interesse de investigação, nosso objeto de estudo, o problema de pesquisa observado e os direcionamentos derivados dele: as perguntas, hipótese, objetivos e justificativas de pesquisa.

No capítulo dois, trazemos nosso referencial teórico composto pela parte epistemológica onde discutimos porque as epistemologias do Sul (SANTOS, 2018, 2019) mostram-se mais adequadas para a construção de conhecimento no Sul global e pela parte teórica pela qual apresentamos as teorias auxiliares que utilizamos para adentrar no caso de venezuelanos se integrando economicamente em um país que lhes é hostil. Assim, a integração como processo (AGER; STRANG, 2008) é trabalhada para apresentar os domínios necessários para um migrante se integrar a um determinado destino. A mobilidade bloqueada (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; ALASLANI, 2019) é utilizada para explicar os bloqueios que tendem a aparecer para esses migrantes. E, por último, trabalhamos na junção do empreendedorismo com a solidariedade (GAIGER, 2015) como possível alternativa para uma integração econômica mais amena.

Os caminhos metodológicos traçados são expostos no capítulo três. Iniciamos abordando o estudo de caso ampliado, que foi nossa estratégia adotada para investigar um caso que a partir de seus microprocessos possui potencial explicativo mais amplo. Após, demonstramos como nosso *corpus* de pesquisa foi construído e abordamos nossa entrada no campo de pesquisa. Em seguida, descremos o processo analítico adotado na busca de se atender cada um dos quatro objetivos específicos planejados. E finalizamos com alguns esclarecimentos éticos pertinentes à pesquisa.

Nos capítulos quatro, cinco, seis e sete respondemos aos nossos objetivos específicos. No capítulo quatro adentramos em nosso primeiro objetivo específico e traçamos um panorama de como se deu a migração dos venezuelanos para o contexto estudado, dando destaque ao fato de que a partir de um tempo pós-instalação da pandemia, a repercussão do tema sofreu um arrefecimento e sem haver nenhuma política pública robusta implementada para a causa dos migrantes, estes foram forçados a empreender como solução à sobrevivência. No capítulo cinco, nos deparamos com a identificação dos bloqueios que cada migrante escolhido para fazer parte desta pesquisa enfrentou em sua jornada. No capítulo seis, nos debruçamos sobre os saberes que emergiram durante a jornada migratória e que se fazem importantes para que a integração

econômica dos migrantes aconteça. E no capítulo sete, ampliamos nossa investigação às redes solidárias em formação das quais projetos de fomento ao empreendedorismo dos migrantes eram estimulados.

Finalmente, o capítulo oito foi dividido em duas partes. Na primeira, retornamos as teorias auxiliares iniciais de maneira a ampliá-las sob um olhar que abarque as migrações entre países do Sul global de maneira a suprir as lacunas que estas apresentavam quando utilizadas em análises do fenômeno sobre esta ótica não antes antecipada por elas. Na segunda parte, trazemos nossas conclusões de estudo, além das limitações da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2 EPISTEMOLOGIA E MARCO TEÓRICO

“As migrações contemporâneas oferecem-nos a oportunidade de superar os nossos medos para nos deixarmos enriquecer pela diversidade do dom de cada um.” (Papa Francisco)

Para que as premissas apresentadas na seção anterior sejam exploradas, são necessários alguns esclarecimentos epistemológicos, bem como a apresentação do marco teórico que embasou nossas análises. O direcionamento em práticas e experiências daqueles que são sistematicamente vítimas de injustiças causadas pelas lógicas de dominação hegemônicas nos leva a adotar um posicionamento epistemológico assentado no pensamento pós-abissal de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2002, 2007, 2016, 2018, 2019; SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016; SANTOS; MENESES, 2009), que busca validar o conhecimento ancorado nas lutas e resistências contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Iniciamos discorrendo o pensamento pós-abissal como estratégia para nortear a construção de uma epistemologia da integração de migrantes de sobrevivência no Sul global. Buscando por um lado responder como o conhecimento da integração de migrantes é possível e por outro lado explicar o porquê de tal conhecimento ser necessário.

Em seguida, trazemos alguns esclarecimentos teórico-conceituais que orientaram a busca dos objetivos deste trabalho. Primeiro, tratamos sobre as principais linhas teóricas dos estudos das migrações internacionais. Depois, refletimos sobre os elementos presentes tanto para facilitar os deslocamentos como também necessários ao processo de integração, este também discutido quando são apresentados os domínios que o compõe. Após, abordamos a integração econômica dos migrantes, dando destaque ao papel da *blocked mobility* (mobilidade bloqueada) como explicação à hostilidade encontrada pelos migrantes nos destinos de acolhida. Logo após, tratamos da relação entre esses bloqueios e o empreendedorismo migrante. Finalizamos abordando as competências empreendedoras necessárias e os princípios contra-hegemônicos que regem a economia solidária e podem facilitar o processo de integração econômica dos migrantes.

2.1 Uma Epistemologia ao Sul

Ao partirmos de uma ontologia na qual é o movimento quem molda as realidades contemporâneas e assumindo que as lógicas hegemônicas são responsáveis pelos deslocamentos forçados entre países do Sul global, nos posicionamos que, para buscar soluções para tal problema, deveríamos fazê-lo através de um olhar do Sul galgado axiologicamente em valores como contextualização dos saberes, interculturalidade, inclusão e solidariedade. Ou seja, por meios contrários aos das lógicas dominantes eurocêtricas.

Em geral, as ciências sociais se assentam na ideia de que as epistemologias eurocêtricas do Norte são a solução e o que é oriundo do Sul é o problema, impondo uma matriz de relação superior-inferior entre o Norte e o Sul, porém o mundo está cada vez menos eurocêntrico em suas dinâmicas (SANTOS, 2018, 2019). Isto é, o conhecimento eurocêntrico parece cada vez mais não dar conta das complexidades dos problemas do mundo, principalmente os do Sul. Santos (2016) ilustra isso ao exemplificar que colonialismo, evangelização, neocolonialismo, imperialismo, desenvolvimento, globalização, ajuda externa, direitos humanos, assistência humanitária costumam ser algumas das soluções eurocêtricas para os problemas do mundo. Defendemos, no entanto, que problemas do Sul precisam de soluções geradas pelo Sul, ou seja, formas de resolução das demandas que afrontem a lógica da institucionalidade moderna (BENZAQUEN, 2014) e para isso, fazemos uso do pensamento pós-abissal das epistemologias do Sul propostas por Boaventura de Sousa Santos.

As bases ontológicas e epistemológicas galgadas no pensamento pós-abissal de Santos (2002, 2007, 2016, 2018, 2019) estão classificadas no que Creswell (2010) nomeia de concepções filosóficas reivindicatórias/participativas, isto é, uma visão que vai além da construcionista social e defende uma agenda de ação, no sentido político mesmo, que ajude a transformar a vida dos envolvidos. Em vez de uma teoria universalizante, Santos (2018, p. 58) propõe que se faça “um processo de tradução intercultural capaz de criar inteligibilidade mútua entre diferentes experiências possíveis e disponíveis”. Isto porque a compreensão do mundo vai além da compreensão hegemônica do mundo de visão eurocêntrica imposta pelo Norte global. Esta denomina todas as formas sociais que não seguem seus preceitos como formas de não existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local, o improdutivo.

Algumas premissas são necessárias para o entendimento da proposta das epistemologias do Sul. De acordo com Santos (2018), todas as formas de conhecimento são incompletas, logo a compreensão do mundo excede em muito a compreensão eurocêntrica do mundo. Tal

compreensão eurocêntrica do mundo — que Santos (2002) denomina razão indolente — cria e legitima poder através de concepções de tempo e temporalidade, concepções que atuam para contrair o presente de forma a validar apenas as experiências que se enquadrem nas lógicas dominantes sob uma promessa de expansão das possibilidades no futuro. Em resposta, Santos (2018) defende ser necessária uma racionalidade cosmopolita que desafie tais concepções para dar mais alternativas ao presente — valorizando a inesgotável experiência social que o mundo desconhece — e contrair o futuro na busca de possibilidades concretas. Uma racionalidade que aumente o campo das experiências vividas para que seja possível avaliar melhor as alternativas que são hoje possíveis e disponíveis (SANTOS, 2002). O conceito de experiência que é relevante para as epistemologias do Sul é o de *experiência vivida*, quando não é possível distinguir a experiência em si mesma do sujeito que a vive, uma experiência como necessidade ou inevitabilidade (SANTOS, 2019). Uma experiência que é inerente a quem sofre com algum tipo de dominação e por conta disso, vive na luta para superá-la.

As epistemologias do Sul visam por um lado, criticar a hegemonia e exclusividade do saber científico e, por outro lado, procuram tornar visíveis conhecimentos invisibilizados pelo pensamento abissal, que se caracterizou por dividir o pensamento em várias linhas radicais e o mundo contemporâneo em duas esferas, do Norte e do Sul, ou de zonas metropolitanas e zonas coloniais (SANTOS, 2007, 2018). O objetivo das epistemologias do Sul é, então, permitir que grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e em seus próprios termos, pois só assim serão capazes de o transformar de acordo com suas próprias aspirações (SANTOS, 2019). Assim, torna-se uma maneira de olhar para o conhecimento — produzido, apreendido, compartilhado — como objeto de estudo para um dado fenômeno.

As epistemologias do Sul são um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido por quem tem sofrido sistematicamente as injustiças, opressão, sujeição e exclusão causadas pelos modos de dominação modernos que são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (SANTOS, 2018). É, portanto, um conhecimento produzido na luta (SANTOS, MENESES, 2019) contra formas de opressão, exploração e discriminação impostas aos países, grupos ou movimentos que formam o Sul global.

De acordo com Lander (2005), a busca de alternativas à configuração profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. O que para ele requer, por exemplo, o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos

globalmente como ciências sociais modernas. A ciência moderna ocidental e eurocêntrica, que se apresenta como hegemônica e única detentora da produção do conhecimento válido, rigoroso, universalizante e neutro, que separa ciência da sociedade e exclui todo saber que aos seus moldes não se enquadra, é o que Santos (2018) denomina de pensamento abissal oriundo das epistemologias do Norte. É um conjunto de conhecimentos que cada vez mais tem se mostrado incapaz de lidar com demandas contemporâneas, nas quais não é mais possível, por exemplo, se observar regularidades ou se fazer observações controladas do social em busca de se obter a “verdade”.

Conforme Santos (2019), os principais instrumentos das epistemologias do Sul são: a linha abissal e seus derivados modos de exclusão; a sociologia das ausências e a sociologia das emergências; a artesanaria das práticas que geram a ecologia dos saberes e a tradução intercultural. O conceito de linha abissal, já apresentado no capítulo 1, é utilizado para explicar as negações radicais que produzem ausência radical (SANTOS, 2007). Explicar as condições que produzem distinções que tornam possível a exclusão, a existência de não-seres, a “ausência de humanidade, a subumanidade moderna”. Em suas palavras (2007, p. 76), as distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. São linhas que separam os humanos dos sub-humanos gerando exclusões abissais (MENESES, 2016) e, além de tudo, fazendo com que saberes e práticas desapareçam ao espelho do cânone monocultural definido pelo lado hegemônico (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016).

A sociologia das ausências visa transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. A sociologia das ausências surge como uma nova ontologia para ampliar a diversificação social e as experiências que no lado dominante da linha são tratadas como irreconhecíveis (SANTOS, 2002). Sua função é demonstrar que aquilo que não existe é, na verdade, produzido como tal e a produção das presenças acontece quando os fragmentos das experiências sociais antes não reconhecidos são considerados (SANTOS, 2018). Já a sociologia das emergências visa investigar as alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, que podem ser estabelecidas junto com os elementos que já existiam, ou seja, procura ampliar as possibilidades incorporando novos valores simbólicos e sociais através de um conhecimento construído com os sujeitos (SANTOS, 2002, 2019a). São saberes que emergem da autoria, escrita, oralidade, luta, experiência e corporeidade (SANTOS, 2019) daqueles oprimidos pelas formas de dominação modernas.

De acordo com Santos (2019, p. 122), ao abordar as artesanias das práticas, distingue-se o conhecimento em dois tipos: os conhecimentos científicos e os conhecimentos-na-luta. Enquanto os primeiros têm o viés hegemônico e costumam ser utilizados para a dominação existente, os últimos conhecimentos podem ser nascidos ou produzidos nas lutas contra a dominação moderna de lógicas capitalistas-colonialistas-patriarcais, podendo ser conhecimentos artesanais próprios mobilizados durante lutas concretas ou conhecimentos artesanais produzidos em lutas anteriores, próprias ou alheias (SANTOS, 2019; SANTOS; MENESES, 2019). Portanto, as formas de resistência farão emergir novos saberes que nem sempre seriam reconhecidos como válidos, mas que carecem ser transmitidos, apreendidos e compartilhados.

Finalmente, a tradução permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências (SANTOS, 2002). O procedimento busca tirar de um conflito todos os aspectos hegemônicos presentes nas experiências e estudar essas mesmas experiências com o intuito de encontrar funções contra-hegemônicas que favoreçam a ecologia de saberes (SANTOS, 2007). É através da tradução que a copresença torna-se possível, isto é, uma condição que permita duas culturas coexistirem contemporaneamente sem que uma inviabilize a outra, onde haja equivalência e reciprocidade. A partir daquilo que é encontrado, pode-se reconstruir alguns conhecimentos já estabelecidos em direção a um pensamento pós-abissal. Isto porque “o lugar de enunciação da ecologia são todos ou lugares onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora” (SANTOS, 2018, p. 71).

A adoção das epistemologias do Sul para se olhar as migrações de sobrevivência entre países do Sul, mostra-se como uma promissora forma de se tratar o fenômeno trazendo novas e alternativas possibilidades de investigação para o mesmo. Uma epistemologia da integração de migrantes de sobrevivência no Sul global pode surgir quando analisamos como as linhas abissais se formam forçando os deslocamentos, verificamos quais as ausências que se apresentam aos migrantes enquanto não conseguem se integrar a um novo destino, descobrimos que novas sociabilidades emergem e que conhecimentos são gerados, apropriados ou reapropriados durante a jornada migratória e traduzimos toda a ecologia de saberes resultante de maneira a gerar uma inteligibilidade recíproca que favoreça que os condicionantes das forças dominantes, e as vulnerabilidades que os acompanham, sejam mitigados. No entanto, para que uma ecologia de saberes possa emergir, primeiro é preciso identificar a conjuntura teórica do fenômeno de onde eles poderão surgir visando suprir lacunas ali existentes.

2.2 Olhares Teóricos às Migrações de Sobrevivência

As migrações internacionais contemporâneas se organizam em sistemas “migratórios complexos em torno de uma mesma região, onde se constroem complementaridades entre zonas de partida e de acolhida que correspondem a proximidades geográficas; vínculos históricos, linguísticos e culturais; redes transnacionais construídas pelos migrantes” (WENDEN, 2016, p. 19). As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo (PATARRA, 2006). Em resumo, as teorias sobre migração existentes abordam: a) os determinantes das origens da migração; b) os determinantes de sua continuação e direcionalidade; c) usos do trabalho migrante; e d) padrões de assentamento e adaptação de migrantes (PORTES; RUMBAUT, 2014). Conforme Castles, De Haas e Miller (2014), o foco de tais teorias se divide em dois blocos: aquelas que investigam as causas dos processos migratórios e aquelas que analisam os impactos da migração para as comunidades e sociedades que perdem e recebem migrantes.

Para compreender os motivos que repelem ou atraem migrantes de ou para um determinado destino, pode-se fazer uso de teorias do *push-pull* algo já introduzido com a publicação clássica de 1885 de Ravenstein (DURAND; LUSSI, 2015; CAVALCANTI *et al.*, 2017). Se a escolha for por um cerne econômico e de caráter decisório individual, as opções iriam desde a *abordagem neoclássica*, cuja decisão migratória se daria em função de diferenciais de salário e renda e probabilidade de emprego, passando pela *nova economia das migrações*, na qual pessoas agem coletivamente para maximizar os ganhos e para minimizar os custos e os riscos migratórios (MASSEY *et al.*, 1993). Na mesma linha, mas de nível macro, há também a *teoria dos mercados de trabalho duplos*, que enfatiza relações de trabalho entre nações, ou seja, por fatores estruturais de oferta e demanda (MASSEY *et al.*, 1993). Outra forma estrutural de compreender as migrações se dá pela *teoria do sistema-mundo* (WALLERSTEIN, 2004), esta separa nações com base na relação centro e periferia da qual os fluxos migratórios são direcionados.

Das teorias que analisam a perpetuação e os impactos das migrações, se pode adotar a *teoria das redes*, a *teoria institucional*, da *causação cumulativa*, dos *sistemas migratórios*, teorias da *integração e assimilação*, dentre outras (CAVALCANTI *et al.*, 2017). Uma das inovações mais aceitas na teoria das migrações tem sido a adoção das teorias das redes, as quais focam a ação coletiva dos migrantes e comunidades na organização de processos migratórios e

de integração. As redes informais proporcionam recursos vitais a indivíduos e grupos (CASTLES, 2010). Por outro lado, o uso de teorias institucionais poderia dar maior atenção às instituições que assumem papéis de apoio ou de exploração no percurso migratório (DURAND; LUSSI, 2015). A causação cumulativa poderia ser uma opção para compreender como cada ação tomada pelo migrante vai modificando o contexto social ao qual ele está inserido (MASSEY *et al.*, 1993). Ou ainda as diferentes teorias de sistemas migratórios que evidenciam que as migrações são influenciadas por vínculos prévios entre os países de origem e destino (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2014).

Recentemente, o mundo em movimento, globalizado e permeado por crises, com sérios impactos no Sul também abriu caminho para que estudos sobre migrações ganhassem contornos transnacionais (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995; VERTOVEC, 2009). É uma perspectiva que recebeu um forte impulso com o advento das novas tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações, que vieram facilitar enormemente a comunicação rápida através das fronteiras nacionais e a grandes distâncias (PORTES, 2004). A partir de então, os fluxos migratórios passaram a ser vistos, não mais como fluxos bilaterais e com prevalência unidirecionais, mas como realidades transnacionais, incluindo deslocamentos, atividades e espaços transnacionais (DURAND; LUSSI, 2015). Ou seja, os deslocamentos contemporâneos são formados por migrantes que mantêm vínculos com seus países de origem enquanto tentam sobreviver nos destinos onde se encontram. Logo, é uma perspectiva não só voltada aos deslocamentos, mas também diretamente relacionada aos processos vividos pelos migrantes nos destinos.

Contudo, com o agigantamento dos números de deslocamentos forçados entre países do Sul global, novos olhares se fazem necessários para se pensar como a vida dos migrantes nos lugares de recepção é possível. Assim, a partir do provável encontro entre um migrante por sobrevivência e um destino fragilizado, a trilha teórica dos impactos das migrações pode ser reveladora de nuances do fenômeno. Assim, embora as causas do fenômeno migratório estudado, como também questões sobre sua persistência e direção, estejam presentes nas discussões, o lugar de chegada da jornada e o resultante processo de integração também é basilar para a compreensão da conjuntura aqui escolhida e por isso vamos adentrar a seguir em nuances relativas à tal processo, de maneira a ampliar os olhares teóricos para o fenômeno migratório, especialmente no Sul global.

2.2.1 O processo de integração

Ao trazermos o conceito de integração para o cenário das migrações, podemos nos referir a este por duas vias. A integração assumida como um processo sequencial, singular, universal, de estágio e com ritmo regular, ao qual todos os imigrantes ou refugiados são expostos (CASTLES *et al.*, 2002) ou a integração como um processo dual e local pelo qual os imigrantes passam a fazer parte do tecido social da sociedade de acolhimento (MOREIRA, 2014). Acompanhamos a segunda via e defendemos que se integrar significa participar ativamente da vida social e cultural no país de destino receptor do migrante.

Angulo (2009) afirma que a integração é um processo recíproco, multidimensional e bidirecional, no qual participam ativamente tanto os imigrantes quanto os diversos atores da sociedade receptora e suas instituições e abarca concomitantemente as esferas legal, econômica e social. Em outras palavras, é um processo que é dinâmico e bidirecional, exigindo demandas das sociedades receptoras e dos indivíduos recém-chegados (ADAM *et al.*, 2019; STRANG; AGER, 2010). “Ao tomar a integração como processo de via dupla, há que se abrir espaço para os refugiados se manifestarem a respeito de como o percebem em suas múltiplas dimensões e sobre os objetivos que os programas e as políticas nas diversas áreas devem alcançar” (MOREIRA, 2014, p. 91).

Strang e Ager (2010) destacam que a noção de processo bidirecional carrega consigo o perigo inerente de uma suposição implícita de que a integração diz respeito às relações entre dois grupos distintos, mas homogêneos, que são os estabelecidos e os que chegam (STRANG; AGER, 2010). O que pode tornar o processo unidirecional. A integração quando assim acontece assume uma perspectiva de assimilação. Conforme Portes e Rumbaut (2014), tal perspectiva define a situação dos imigrantes como envolvendo um choque de normas culturais, valores e identidades conflitantes. Nesse caso, ocorreria a colonização de um grupo sobre o outro, se assemelhando mais a uma perspectiva unidirecional, o que tenderia a manter a condição de não-existência dos migrantes.

A direção oposta seria uma perspectiva com pluralismo cultural. Esta refere-se a uma situação em que os migrantes são capazes de manter sua própria cultura, modificada pelo contato com o núcleo, mas ainda preservada em seu caráter distinto (PORTES; RUMBAUT, 2014). Portanto, uma visão mais plural da integração é o caminho que almejamos e achamos mais adequado aos migrantes de sobrevivência, o que evitaria “direcioná-los”, pela urgência em sair da vulnerabilidade, à aculturação e/ou assimilação.

No intuito de seguir pela perspectiva plural, um outro ponto que necessita ser considerado é que a integração é um processo que vai ocorrendo ao longo de toda a jornada do migrante (MEZZADRA, 2012). Como pontua Moreira (2014, p. 90):

A integração deve ser entendida como um termo abrangente, abarcando um conjunto de processos em múltiplas esferas, cada qual possuindo seu próprio modo de operação e significado, desenrolando-se em temporalidades e trajetórias que lhes são peculiares e produzindo resultados variáveis.

Nesse sentido, a integração não acontece num evento específico que contorne um obstáculo enfrentado pelo migrante como o cruzamento de uma fronteira, o recebimento de uma autorização legal, a conquista de um emprego ou o alcance de uma moradia, mas sim pelo somatório de coisas. É uma jornada através de vários domínios diferentes que exigem saberes e estratégias distintas que somados levarão ao processo de integração. Isto é, considerar como o migrante perpassa por diferentes domínios em sua jornada se mostra uma estratégia necessária para a compreensão do processo de integração dele ao destino que o acolheu, principalmente quando este último se apresenta hostil aos migrantes (AIZAWA, 2021; LUCENA *et al.*, 2021; PIZARRO; FINARDI; CONTRUCCI, 2010; PEROCCO, 2017; VINCENZI *et al.*, 2021; ZANFORLIN; AMARAL, 2019), como o Sul global, no qual alguns domínios tendem a ser negados ou dificultados até mesmo para aqueles que já estão estabelecidos no destino.

Diferentes autores tratam dos domínios necessários ao processo de integração. Spencer e Charsley (2016) consideram cinco domínios: estrutural (mercado de trabalho e habitação, educação e treinamento); social (interações sociais, relacionamentos, casamento); cultural (mudança de valores, atitudes, comportamento e estilo de vida); político (participação na vida comunitária e no processo democrático); e identitário (pertencimento com o lugar, nação, comunidades e pessoas entre as quais vivem). De modo semelhante, Tang, Xu e Qiu (2022) também consideram cinco domínios para a integração dos migrantes: econômico, político, social, cultural e psicológico (este como uma variação do identitário). Harder *et al.* (2018) propõem seis domínios para a integração: psicológico, econômica, político, social, linguístico (este dando um foco especial à necessidade de se dominar o idioma do local de acolhida) e navegacional (voltado aos aprendizados do cotidiano que o novo local impõe).

Seguindo a tradição funcionalista, Ager e Strang (2008) elaboraram um framework conceitual sobre a integração como processo com base no alcance pelo migrante a quatro domínios, tendo como diferencial seu funcionamento como uma escala, dos mais básicos aos mais complexos. O primeiro domínio trata dos *marcadores e meios*, que englobam renda,

emprego, moradia, educação e saúde, as questões mais básicas e cruciais para migrantes por sobrevivência em condição de vulnerabilidade; o segundo domínio é o das *conexões sociais*, que abrange as relações dos migrantes, seja com os outros membros da sociedade receptora (laços sociais), seja com a própria comunidade de refugiados (pontes sociais) ou seja com as instituições sociais governamentais ou não-governamentais que atuam na causa migratória (links sociais). O terceiro é o dos *facilitadores*, que se refere às habilidades ou conhecimentos necessários à adaptação no destino, tais como conhecimento da língua e da cultura, bem como das condições de acolhida que ele oferece, como as condições de segurança e estabilidade. O último domínio é o de *fundação*, que é o acesso a direitos e garantias que possam fazer com que o migrante alcance uma condição de cidadania que vá além de um simples reconhecimento documental (AGER; STRANG, 2008; STRANG; AGER, 2010). Diante do contexto de Sul global, os domínios propostos por Ager e Strang (2008), em especial por sua ênfase nas conexões sociais, mostram-se mais propícios para o exame de um processo de integração nos moldes defendidos até aqui, isto é, que pode ter suas vulnerabilidades atenuadas através do fortalecimento de vínculos colaborativos e solidários, motivo pelo qual foi o arcabouço conceitual inicialmente adotado conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Domínios do processo de Integração

Categorias	Subcategorias
1. <i>Marcadores e meios</i>	1.1 Trabalho e renda (conteúdos relacionados ao sustento financeiro do migrante) 1.2 Habitação (conteúdos relacionados à moradia) 1.3 Educação (conteúdos relacionados à formação e qualificação) 1.4 Saúde (conteúdos relacionados à saúde)
2. <i>Conexões sociais</i>	2.1 Laços sociais (elos com a comunidade local) 2.2 Links sociais (elos com as instituições envolvidas na acolhida) 2.3 Pontes sociais (elos com outros migrantes)
3. <i>Facilitadores</i>	3.1 Língua (conteúdos sobre idioma) 3.2 Cultura (conteúdos sobre intercâmbio entre ambas as culturas) 3.3 Segurança (conteúdos sobre as condições de segurança do migrante no Brasil) 3.4 Estabilidade (conteúdos sobre as condições do migrante em se estabilizar e poder planejar o futuro)
4. <i>Fundação</i>	4.1 Direitos (conteúdos relacionados aos direitos e deveres do migrante no Brasil) 4.2 Cidadania (conteúdos relacionados a completa integração do migrante ao país)

Fonte: elaborado a partir de Ager e Strang (2008) e Strang e Ager (2010).

Portanto, são domínios que a partir de seu escrutínio podem contribuir para dar um panorama nos processos de integração presentes em um determinado destino. Contudo, alcançá-los, principalmente num contexto problemático como é o do Sul global, exige aos migrantes uma série de saberes a serem apreendidos ao longo de sua jornada. Se as lógicas hegemônicas responsáveis pela deterioração da vida nos lugares de origem também estão presentes nos destinos de acolhida, a apreensão de tais saberes para uma integração que lhes permita sair da vulnerabilidade tende a ser dificultada. Lacuna que abre a necessidade de se perscrutar a jornada migratória para melhor compreender suas nuances e os saberes que dela poderão emergir.

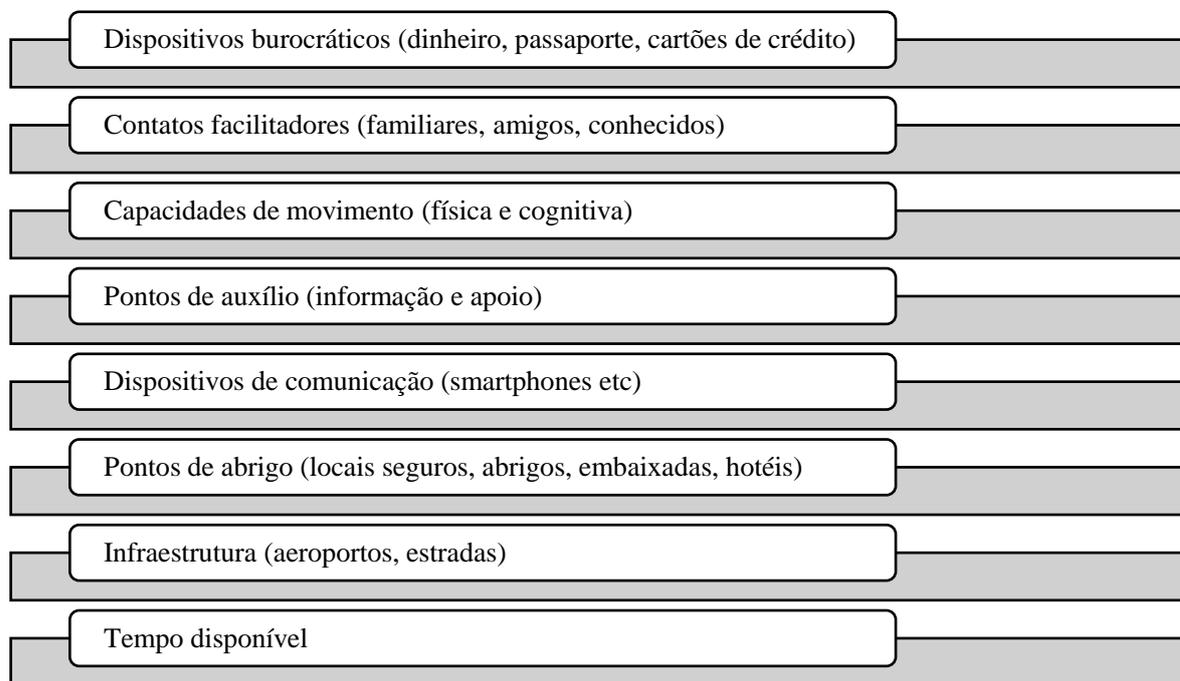
De tal modo, há necessidade de considerarmos olhares teóricos que contemplem os momentos da jornada migratória no Sul global. Para tratar dos elementos cuja existência tem potencial para trazer aos migrantes a normalidade outrora deteriorada, entendemos que o processo de integração para ser eficaz deve devolver as condições de existência aos migrantes e como vimos anteriormente, dentro do paradigma das mobilidades, o movimento tornou-se condição *sine qua non* aos indivíduos (SHELLER; URRY, 2006) para garantir uma condição de estabilidade dinâmica que propicie o enfrentamento dos desafios contemporâneos (ELLIOTT; URRY, 2010). Diante desta nova condição móvel, a identidade reformula-se em termos de capacidades para movimento e, assim, a efetividade do processo de integração pode ser observada à medida que os migrantes conseguem retornar a uma condição de estabilidade dinâmica, o que pode ser avaliado a partir de conceitos como o de capital de rede, o de motilidade e o de autonomia socioespacial.

O capital de rede refere-se as conexões pessoais como uma forma de capital capaz de gerar retornos, uma forma de capital em pé de igualdade com o capital econômico e cultural (WONG; SALAFF, 1998). Para Urry (2012), capital de rede é a capacidade de engendrar e manter relações sociais com pessoas próximas ou distantes em busca de ganhos emocionais, financeiros e práticos. Conforme Martin (2017), o capital de rede surge do acesso às possibilidades burocráticas, econômicas, sociais, corporais, infraestruturais e tecnológicas que facilitam a mobilidade (MARTIN, 2017). Então, quanto mais capital de rede⁴⁰ possui um indivíduo, mais as vulnerabilidades de sua jornada migratória poderão ser amenizadas.

⁴⁰ O conceito de capital de rede já é até mesmo usado de forma similar pelo ACNUR (2019) quando este considera que a população refugiada dispõe, além de capital econômico e/ou social, de razoável conhecimento de rotas de viagem e conhecimentos administrativos essenciais à migração. Aos últimos, o ACNUR (2019) denomina capital de mobilidade, que seria um conjunto de recursos tangíveis ou não que se apresentam, por exemplo, sob a forma de conhecimentos (formalidades administrativas, procedimentos de viagens, conhecimentos linguísticos e de costumes) e documentos (passaporte, contratos de trabalho ou vistos para residência).

O capital de rede fornece uma perspectiva que enfatiza as conexões em si, em vez dos recursos conectados (HOGAN, 2014). Contudo, Urry (2012) salienta que as mobilidades subjacentes não fazem nada em si mesmas. Para ele, o essencial são as consequências sociais de tais mobilidades, ou seja, ser capaz de engendrar as relações sociais com pessoas e lugares visando formar e sustentar redes (URRY, 2012). Os membros da rede fornecem ajuda emocional, material, informacional, companheirismo e um sentimento de pertença. Seu “apoio social” é uma das principais maneiras pelas quais as famílias obtêm recursos para lidar com a vida diária, aproveitar oportunidades e reduzir incertezas (WELLMAN; FRANK, 2001). O capital de rede requer, portanto, os suportes físicos para a rede — a infraestrutura que permite mobilidade e conectividade — bem como as competências incorporadas de indivíduos e grupos para obter vantagem desses suportes em diferentes graus (HOGAN, 2014). O capital da rede é gerado através de mobilidades, pode ser produzido à distância e é auto-catalisante — a produção de conexões é central para o seu valor e cria oportunidades para criar mais conexões (HOGAN, 2014) e pode ser resumido nos oito elementos da Figura 7 a seguir.

Figura 7: Elementos do capital de rede



Fonte: Elaborado com base em Urry (2012).

O potencial de movimento do indivíduo pode ser traçado através das variáveis acesso (o que o ambiente oferece), competência (pertencentes ao indivíduo) e apropriação (como os indivíduos se relacionam com o que ambiente oferece) que são a base do conceito de *motilidade*

(KAUFMANN, 2014). A variável acesso refere-se à gama de mobilidades possíveis de acordo com o local, o tempo e outras restrições contextuais, e pode ser influenciado por redes e dinâmicas dentro dos territórios. Já a competência inclui capacidades e habilidades que podem direta ou indiretamente se relacionar ao acesso e à apropriação. Por último, a apropriação refere-se a como agentes (incluindo indivíduos, grupos, redes ou instituições) interpretam e agem com base no acesso ou nas habilidades percebidas ou reais (KAUFMANN; BERGMAN, JOYE, 2004).

Assim, o conceito de motilidade é complementar ao de capital de rede e os elementos de ambos se mostram úteis para contextos de deslocamento forçados, cujos destinos possuem suas lógicas e conhecimentos próprios que carecem ser aprendidos por aqueles que chegam em suas tentativas para integrarem. Ambos podem ser adotados como maneira de visualizar se os migrantes estão conseguindo formar redes e o quão potencialmente móveis estão no país de acolhida, elementos necessários a uma ‘vida móvel’ (ELLIOTT; URRY, 2010; URRY, 2012), condição essencial para o homem se adaptar aos desafios da contemporaneidade e recuperar a normalidade outrora perdida.

Um outro conceito pertinente à mobilidade humana e que tem muito utilidade nos estudos migratórios é o de autonomia socioespacial. Este destaca a importância das relações contextuais de um indivíduo em um determinado ambiente que tornem possíveis transformar capacidades em recursos necessários, (WEISZ, 2018). Para a autora, as relações contextuais não se limitam apenas aos contextos territoriais e à mobilidade, mas também àquelas de natureza política e social e por isso são decisivas para a transformação de recursos em capacidades. Logo, pessoas que estão situadas em contextos mais privilegiados ou que podem escolher entre contextos, estão em melhor posição do que aquelas presas a contextos desfavoráveis. Uma lógica que se aplica as migrações de sobrevivência no Sul global nas quais os sujeitos precisam se integrar em condições de baixa autonomia socioespacial.

No entanto, como já abordado, o processo de integração dos migrantes não acontece num evento específico, mas se dá evoluindo a partir de uma série de domínios. A interseção entre um destino permeado por crises com a vulnerabilidade da condição de migrantes por sobrevivência torna o domínio econômico preponderante. Pois na ausência de proteção do Estado e com as possibilidades oferecidas pelo mercado sendo escassas ou precarizadas, o que vai garantir a sobrevivência dos migrantes é a obtenção de renda por conta própria. E esta vai depender tanto do capital de rede que os indivíduos conseguirem gerar, como da apropriação de competências num contexto de acesso escasso a oportunidades e com baixa autonomia

socioespacial. Elementos que poderão ajudar a explicar se a integração dos migrantes tem sido efetiva ou não.

Portanto, no Sul global com suas ausências de condições básicas a oferecer, o domínio que afeta diretamente migrantes de sobrevivência é o econômico, pois os mesmos precisam obter renda para se manter independente das condições oferecidas pelo destino, o que torna a integração econômica especialmente relevante para as migrações em tal contexto.

2.2.2 Integração econômica e a mobilidade bloqueada

A integração econômica de migrantes, de acordo com Kuhlman (1991), envolve uma participação adequada na economia que garanta uma renda capaz de permitir um padrão de vida aceitável com acesso igual ao da população anfitriã aos bens e serviços. Ou em outras palavras, refere-se ao processo pelo qual as características socioeconômicas dos membros do grupo de imigrantes se assemelham às dos nativos nas sociedades de acolhimento (BRZOZOWSKI, 2019). O que pode se dar tanto pelo mercado de trabalho como também através da abertura de negócios próprios. No entanto, no contexto de Sul Global que vem sendo delineado, os migrantes acabam forçados a empreender para sobreviverem, algo que não está distante da realidade de grande parte da população anfitriã que também sofre com os problemas oriundos das diversas crises que os destinos apresentam.

Conforme Brzozowski (2019), o interesse crescente em abordagens sobre empreendedorismo migrante resulta do aumento dos problemas com a integração econômica dos recém-chegados nos principais destinos e de preocupações políticas sobre a concepção de abordagens de integração mais sólidas. Diante de tal cenário, estudos que envolvam os temas empreendedorismo e migração acabaram por ganhar bastante relevância, gerando uma série de abordagens teóricas. Dentre elas estão: a abordagem do enclave étnico, da assimilação, do transnacionalismo, da inserção mista e da mobilidade bloqueada (*blocked mobility*).

Uma das abordagens mais populares é a do enclave étnico, que defende que a criação de empreendimentos por grupos étnicos numa determinada localidade contribui para a formação de enclaves étnicos que preservam sua cultura, mesmo localizados nos países de acolhimento, ou seja, as populações de migrantes se agrupam formando nichos especiais na economia do país destino (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013). De acordo com Brzozowski (2019),

tal abordagem é útil para explicar a criação de empresas de imigrantes, mas a sua aplicação à investigação do desenvolvimento delas é limitado.

Outra perspectiva que se destaca é a da assimilação, que pode ser linear ou segmentada. A abordagem da assimilação linear sugere que há absorção gradual de imigrantes na economia dominante do país destino, por meio de empregos de menos prestígio e início de negócios em mercados menos compensadores, uma vez que carecem de capital humano e cultural específico do país. Contudo, essa visão é desafiada pela abordagem segmentada, que sugere que os imigrantes podem seguir diferentes caminhos para uma adaptação socioeconômica no país de acolhimento e logo, não haveria um caminho linear de integração (BRZOZOWSKI, 2019). O que confere ao contexto individual a forma como a integração econômica se daria.

Um enfoque com bastante relevância é o do transnacionalismo (SCHILLER; BASCH; BLANC, 1995). Este sugere uma forma alternativa de adaptação econômica do imigrante na economia anfitriã segundo a qual os imigrantes mantêm operações econômicas tanto no país de origem quanto no destino (VERTOVEC, 2009). Tal característica se dá tanto fisicamente com certa predominância em regiões de fronteira, como também tem ganhado destaque com as facilidades de mobilidade virtual trazidas pela globalização (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013).

A inserção mista é um conceito teórico desenvolvido no âmbito dos estudos sobre empreendedorismo e representa uma abordagem holística para o estabelecimento econômico de imigrantes no país anfitrião (BRZOZOWSKI, 2019). Tal abordagem enfatiza como diferentes regimes de regulamentação de negócios e da economia informal levam a diferentes dinâmicas de empreendedorismo de imigrantes em diferentes países (ALASLANI; COLLINS, 2017). De acordo com Aliaga-Isla e Rialp (2013), tal abordagem defende a incorporação de oportunidades nos países de acolhimento para compreender o empreendedorismo imigrante. Ou seja, considera como relevante as facilidades oferecidas no destino.

No entanto, num contexto de hostilidade, como o até aqui delineado, o destino tende a dificultar mais do que favorecer a integração econômica dos migrantes. Frente a isso, a abordagem da mobilidade bloqueada, que se concentra nas limitações que os imigrantes têm nos países de acolhimento (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013), pode trazer importantes contribuições. Principalmente quando consideramos que o fenômeno em questão é novo, no qual os lugares de acolhida não estavam acostumados, nem preparados, para a recepção de migrantes de sobrevivência, o que pode revelar novas formas de bloqueio a integração deles.

De acordo com Alaslani (2019), a abordagem de mobilidade bloqueada concentra-se nas limitações que os imigrantes enfrentam para obter renda em seus países de acolhimento e

pode ser usada para analisar a trajetória dos imigrantes em direção ao trabalho autônomo ou o empreendedorismo. O que condiz com as pontuações de pesquisa que vem sendo levantadas até aqui.

A teoria da mobilidade bloqueada surgiu a partir de pesquisas do campo do trabalho⁴¹ que demonstraram que os arranjos do mercado de trabalho separam certos grupos, criando barreiras à sua mobilidade (ALDRICH; WALDINGER, 1990). A teoria baseia-se em dois pressupostos básicos. O primeiro é que as pequenas empresas são um setor secundário da força de trabalho, no qual os empregados apresentam baixos níveis de satisfação e vínculo com o emprego, mas não conseguem obter empregos na força de trabalho primária de grandes organizações. Em segundo lugar, funcionários insatisfeitos com empregos de baixa remuneração mudam para o empreendedorismo para obter melhores rendimentos. Por consequência, a teoria original prevê que os trabalhadores em pequenas organizações são mais propensos a ingressar no empreendedorismo (ALASLANI, 2019). Dentre tais grupos marginalizados, os migrantes são principais representantes.

Muitos migrantes sofrem de desconhecimento das estruturas sociais, econômicas e jurídicas da sociedade de acolhimento, dificuldades com as línguas, não reconhecimento de diplomas e discriminação (WAUTERS; LAMBRECHT, 2008; BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020; MARQUES; SOUZA, 2021; PAULI *et al*, 2021; FAUTINO; OLIVEIRA, 2022). Essas desvantagens no mercado de trabalho tornam propensa a demanda por atividades de pequenos negócios entre os imigrantes (BEAJOUT; MAXIM; ZHAO, 1994). Desse modo, a abordagem da mobilidade bloqueada quando aplicada ao fenômeno migratório afirma que os imigrantes estão em uma posição desvantajosa no mercado de trabalho nos destinos de acolhida devido às limitações, como língua diferente, credenciais de educação tidas como inválidas, racismo e discriminação, entre outras (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013). Logo, tais bloqueios são forças estruturais que impedem o avanço econômico deles, estreitando o impulso empreendedor como o único caminho para a busca por renda (TEIXEIRA, 2001).

A ênfase da tese da mobilidade bloqueada ao abordar os obstáculos encontrados pelos migrantes no emprego está na discriminação. Aos migrantes costumam sobrar os trabalhos precarizados, com altos níveis de exploração, e na maioria das vezes relacionados com atividades braçais (ALASLANI, 2019). Em decorrência disso, a troca do mercado de trabalho pelo empreendedorismo nos países em que se estabelecem é muitas vezes porque a

⁴¹ Light (1979) é considerado um dos clássicos nesse sentido quando demonstrou que minorias excluídas e não assimiladas são levadas a abrir os próprios negócios pelas desvantagens que enfrentam no mercado de trabalho.

discriminação racial formal ou informal os impede de conseguir um emprego compatível com seu capital humano (ALASLANI; COLLINS, 2017). Raijman e Tienda (2000), por exemplo, estudando o contexto da recepção de imigrantes nos Estados Unidos perceberam que tanto os migrantes com nível relativamente alto de escolaridade quanto os com baixa escolaridade viram no empreendedorismo uma via para a mobilidade econômica. Logo, são forças capitalistas, colonialistas e até mesmo patriarcais que influenciam os bloqueios sofridos pelos migrantes nos destinos.

A força da abordagem da mobilidade bloqueada na explicação do empreendedorismo migrante se dá, portanto, por conta de a mesma colocar a racialização formal e informal das minorias imigrantes na economia e na sociedade na vanguarda das explicações de sua motivação para estabelecer empresas comerciais. Além de contornar a discriminação inerente ao local de trabalho, o estabelecimento de seus próprios negócios lhes dá a oportunidade de obter níveis mais altos de renda (ALASLANI, 2019). No entanto, de acordo com Ambrosini (2012), buscar melhoria de renda através de práticas relacionadas ao empreendedorismo não faz com que as barreiras encontradas pelos migrantes que desejam permanecer no país de acolhimento sejam superadas e as dificuldades na melhoria de seu estatuto socioeconômico, por conta de uma série de bloqueios, tendem a permanecer.

Portanto, a mobilidade bloqueada pode funcionar como uma importante ferramenta explicativa para macro contextos no Sul global, pois os migrantes além de já serem naturalmente empurrados para o empreendedorismo, o contexto hostil de acolhida acaba por gerar mais obstáculos ainda para tal atividade, com a precarização das condições de vida e trabalho dos sujeitos ganhando ainda mais destaque no Sul global. Nesse sentido, Alrawadieh, Karayilan e Cetin (2018) apontaram que os empreendedores refugiados são bloqueados por quatro questões principais: obstáculos legislativos e administrativos, financeiros, socioculturais e relacionados com o Mercado. O Quadro 2 resume os quatro pontos.

No contexto micro, com a hostilidade apresentada pelos países do Sul Global (JUBILUT; MADUREIRA, 2014), é de se esperar que as forças estruturais que bloqueiam a mobilidade econômica dos migrantes também se façam presentes. A partir do contexto da diáspora venezuelana ao Brasil, Barbosa, Tonhati e Ubiali (2020) identificaram cinco pontos principais atuando como barreiras para empreendedores venezuelanos no Brasil: (des)informações sobre o MEI, acesso a crédito bancário, idioma, (des)informação sobre as culturas e ajuda financeira a familiares.

Quadro 2: Bloqueios ao empreendedorismo de migrantes

Categorias	Subcategorias	Descrição
Bloqueios do Estado (<i>legislative e administrative</i>)	Burocracia	burocracia e outros procedimentos complexos
	Legislação	leis pouco claras e falta de legislação especial
	Incentivos	falta de apoio governamental para empreendedores refugiados
Bloqueios do Mercado (<i>market-related issues</i>)	Qualificação profissional	falta de recursos humanos qualificados
	Confiança	discriminação, ambiguidade e instabilidade das partes interessadas
	Concorrência	concorrência desleal
	Estabilidade	altas taxas de rotatividade e receitas limitadas
	Conhecimento	falta de familiaridade com o ambiente de mercado
Bloqueios de Financiamento (<i>financial</i>)	Crédito	acesso limitado a recursos financeiros como crédito
	Bancos	procedimentos bancários rígidos
	Mobilidade de capital	restrições à mobilidade de capital
	Impostos	altas taxas de impostos
Bloqueios da cultura e sociedade locais (<i>socio-cultural</i>)	Idioma	dificuldades com o Idioma
	Racismo	episódios de Racismo
	Xenofobia	o assédio dos habitantes locais
	Segurança	insegurança social
	Alienação sociocultural	falta de interesse sobre questões do lugar de destino

Fonte: elaborado com base em Alrawadieh, Karayilan e Cetin (2018).

Com os acessos, que o ambiente deveria oferecer, sendo bloqueados pela hostilidade do destino, resta aos migrantes a alternativa última do empreendedorismo. Contudo, tal prática para ser executada de maneira satisfatória exigirá, por um lado, uma série de competências dos envolvidos com ela e, por outro lado, de caminhos que favoreçam a apropriação delas dentro de um contexto hostil.

2.2.3 Empreendedorismo e solidariedade

Dentro da visão hegemônica, Joseph Schumpeter (1883-1950) é quem obteve maior destaque teorizando a respeito do polissêmico conceito de empreendedor, que para ele seria o equivalente a um agente de inovação, que tem capacidade de unir e conectar diferentes atores e recursos dispersos no mercado e na sociedade para agregar valor à atividade produtiva (VALE; WILKISON; AMANCIO, 2008). Sob tal perspectiva, o empreendedor seria um indivíduo que

“identifica oportunidades de novas combinações produtivas – de inovações – que outros não observam, dotado de uma capacidade de liderança e de uma propensão à mudança que o constituem como uma personalidade revolucionária” (GAIGER; CORRÊA, 2011, p. 36) e que, ainda, propicia “a quebra de paradigmas nas economias de mercado, estabelecendo novos patamares econômicos e tecnológicos nas suas estruturas produtivas, sempre na busca do lucro e da realização profissional e individual” (GOMES, 2005, p. 2) e, por fim, seu sucesso seria condição necessária para o processo de desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1997).

Nas últimas décadas, o declínio do número de empregos, resultado da reestruturação produtiva provocada pela crise capitalista, acabou contribuindo para o crescente interesse da iniciativa privada e dos órgãos públicos pela prática empreendedora como estratégia alternativa para a geração de trabalho, emprego e renda (PAIVA JUNIOR.; GUERRA, 2010). A partir de então, uma cultura de autoemprego se fortaleceu e passou a disseminar amplamente noções de que a informalidade é um caminho válido ao campo do trabalho formal, promovendo como consequência, tanto a precarização dos direitos e condições de trabalho, como a redução dos custos de manutenção do trabalho e da máquina econômica (ESTEVES, 2011). O que acabou por contribuir para que a cultura capitalista neoliberal de ênfase na liberdade econômica e desregulação social se tornasse hegemônica. De acordo com Carmo *et al.* (2021, p. 19), o empreendedorismo passou a consistir “em uma ideologia depositária de uma racionalidade neoliberal, cuja forma de disseminação por meio de discursos, imperativos e normas de conduta, acaba por naturalizar sua forma de dominação”. E para suas diversas acepções, o foco se dá na individualidade, considerada de forma atomizada, em detrimento dos aspectos relacionais e contextuais (GAIGER; CORRÊA, 2011).

No Brasil, por exemplo, o empreendedorismo vem sendo, desde a década de 1970, carregado por discursos que o elegem como uma solução para a crise do desemprego o que junto à mudança de orientação política no Brasil para uma vertente neoliberal tem refletido em seu aumento expressivo (CARMO *et al.*, 2021). Assim, a via individual, pela qual o trabalhador tem que se adequar às novas estruturas de mercado e aderir às suas novas exigências, acaba sendo a única resposta ao desemprego e com isso é o empreendedor que é responsabilizado pelo sucesso ou fracasso de sua empreitada (ESTEVES, 2011). Como resultado, o que se tem percebido na grande maioria dos empreendimentos no Brasil é o chamado empreendedorismo de subsistência, sustentado em pequenos negócios e que não possuem nenhum empregado, ou seja, envolvem apenas um empreendedor individual (CARMO *et al.*, 2021). Assim, o pequeno negócio torna-se a derradeira possibilidade de ocupação para o trabalhador desempregado, que

não encontra mais espaço em grandes instituições capitalistas que o excluam (ESTEVES, 2011). Como reforçam Bertucci e Silva (2003), como reação a crise do trabalho, o empreendedorismo surge com uma das iniciativas de perspectiva liberal a serem enfatizadas, na qual há a mobilização para que os desempregados se transformem em pequenos empresários, fazendo com que a responsabilidade pela permanência, recolocação e solução da crise do trabalho seja atribuída a cada indivíduo em particular e não ao sistema. Conjuntura na qual migrantes por sobrevivência em destinos permeados em crises, com ausências de políticas públicas robustas a eles direcionadas, estão inseridos.

Um outro aspecto primordial a ser considerado está nas competências necessárias para desempenhar tal atividade. Mello, Leão e Paiva Jr defendem (2006) que o ato de empreender exige uma série de competências, a saber: as de oportunidade, de relacionamento, conceituais, administrativas, estratégicas, de comprometimento e de equilíbrio do trabalho com a vida pessoal (Quadro 3), contudo o desenvolvimento, apreensão e compartilhamento de tais competências pelos migrantes tende a ser ainda mais difícil quando se opera dentro de uma lógica individual num ambiente hostil e desconhecido.

O empreendedorismo praticado por migrantes tem sido um tema em voga de diversos estudos (CRUZ; FALCÃO, 2016). Estes costumam tratar das análises econômicas, derivadas de visões ligadas à nova economia das migrações, onde o agir coletivo se dá para maximizar ganhos e minimizar os custos e os riscos migratórios (MASSEY *et al.*, 1993) mas, que envolvem indivíduos com algum capital. Considerando que o empreendedorismo é um fenômeno complexo e que vem buscando seu espaço também em esferas da sustentabilidade econômica, social e cultural (SOUSA; PAIVA JUNIOR; XAVIER FILHO, 2015), aqui pretendemos enveredar por esse fenômeno praticado por migrantes de sobrevivência, que pela conjuntura estão desprovidos de capital econômico e precisam encontrar meios de obter renda. Condição que nos leva a uma orientação mais pelo empreendedorismo *de necessidade*, típico de países em desenvolvimento, do que pelo empreendedorismo tradicional *de oportunidade* mais encontrado em lugares ditos como desenvolvidos (ESTEVES, 2011; GAIGER; CORRÊA, 2011). Posição que também se alinha com nossa orientação epistemológica de buscar conhecimentos produzidos nas lutas daqueles marginalizados pelas lógicas dominantes nas quais opera a visão tradicional do empreendedorismo.

Quadro 3: Competências empreendedoras

Competências	Descrição
Competências de Oportunidade	Um empreendedor deve identificar as oportunidades de negócios a partir de experiências prévias; avaliar os espaços de mercado não atendidos; pesquisar oportunidades por meio dos esforços de marketing; identificar sinergia com parceiros.
Competências de Relacionamento	Um empreendedor deve construir e manter redes de relacionamentos; utilizar-se dos relacionamentos.
Competências Conceituais	Um empreendedor deve raciocinar de forma criativa; inovar; lidar com risco; ter vocação; ter autonomia; ter sensibilidade e vontade de aprender;
Competências Administrativas	Um empreendedor deve planejar; organizar; liderar; controlar; atuar mercadologicamente à eficiente alocação de talentos, recursos físicos, financeiros e tecnológicos
Competências Estratégicas	Um empreendedor deve planejar estrategicamente; posicionar o produto/negócio no mercado; gerir estrategicamente de maneira a visualizam panoramas de longo prazo como também planejar objetivos e posicionamentos de médio prazo alcançáveis e realistas
Competências de Comprometimento	Um empreendedor deve ter comprometimento com o negócio; e comprometimento pessoal, sobretudo em situações adversas.
Competências de Equilíbrio	Um empreendedor deve dar vazão ao estresse; ter uma compreensão prazerosa do trabalho de maneira a equilibrar o trabalho e a vida pessoal.

Fonte: elaborado com base em Mello, Leão, Paiva Jr (2006).

O empreendedorismo social é um campo de ação que abrange as atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar oportunidades para aumentar a riqueza social (ZAHRA *et al.*, 2008) e visa unir dois objetivos considerados irreconciliáveis: geração de impacto social e de valor econômico (LIMEIRA, 2015). O viés contido na ação empreendedora sob o enfoque do empreendedorismo social implica na efetivação do enfrentamento a situações de vulnerabilidade social, exceções econômicas e cerceamento de cidadania, e se difere do empreendedorismo tradicional por ter, em seu escopo, características que não favorecem o empreendedor individualmente, através de benefícios econômicos, mas visam modificar sua realidade social (XAVIER FILHO *et al.*, 2014). Portanto, o foco das ações do empreendedorismo social não é lucro, embora sua geração esteja presente como um meio para maximizar o impacto social (ESTEVES, 2011).

Com a responsabilidade de garantir condições de sobrevivência dignas passando da esfera política e social para o nível individual, contexto que se dá principalmente em países em desenvolvimento (CARMO *et al.*, 2021), a ação empreendedora acaba por ganhar protagonismo. No entanto, a complexidade da ação empreendedora não permite que o assunto seja abordado com profundidade quando se tem uma concepção fragmentada, determinista e a-histórica da ação humana, uma vez que nenhum ser humano age unicamente pela racionalidade instrumental nem vive dissociado do seu contexto cultural (PAIVA JUNIOR.; GUERRA, 2010). No caso da ação empreendedora de migrantes de sobrevivência, é preciso reconhecer tanto o contexto hostil do local onde ela se dá como também as possibilidades de as competências necessárias serem desenvolvidas, apreendidas e compartilhadas. Dentro do que vem sendo construído até aqui, a busca por se aumentar o capital de rede dos migrantes mostra-se como uma resposta aos bloqueios enfrentados, e o caminho para se alcançar tal capital, num contexto que empurra os migrantes para a ação empreendedora, pode se dar através de práticas de empreendedorismo com viés solidário. Pois dessa conjunção de forças podem emergir redes solidárias de cooperação capazes de gerar mecanismos de sinergia no processo de efetivação da sobrevivência desses imigrantes, tais como capital de rede, motilidade ou autonomia socioespacial.

As redes solidárias são iniciativas que integram empreendimentos que agem de acordo com os ideais da Economia Solidária. Isto é, a “democratização do acesso aos meios de produção e a disseminação de valores de justiça social, de solidariedade e de cooperação, confrontando a sociabilidade do capital e possibilitando superá-la” (SILVA; SILVA, 2022, p. 58). Tais redes constroem iniciativas de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas, além de parcerias com distintos setores da sociedade e funcionam como uma estratégia para potencializar conexões já existentes e integrar a produção comercialização, financiamento, consumo e outras organizações populares em um movimento de realimentação (ZANCO; ALVES; CORBARI, 2017). As redes contemplam relações estabelecidas com base em vínculos de afinidade pessoal, identidade intelectual e convivência profissional (PAIVA JUNIOR; FERNANDES, 2012) e funcionam como espaços auxiliares à construção de sentido na edificação dos seus artefatos institucionais (SOUSA; PAIVA JUNIOR; XAVIER FILHO, 2015) dando novas possibilidades ao empreendedorismo.

Conforme Parente *et al.* (2011), a incapacidade e a inadequação dos governos em solucionar problemas sociais, tem fomentado iniciativas da sociedade civil em busca de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo

mercado. Lacuna pela qual as práticas de empreendedorismo social surgem (GARCIA *et al.*, 2021), exatamente do gargalo criado pela lógica neoliberal de estado mínimo (KIBLER *et al.*, 2018). A dimensão contra-hegemônica buscada aqui é a coletiva com o empreendedorismo perdendo suas bases de competição e individualidade para buscar ser uma ferramenta de emancipação, de mudança social dos grupos envolvidos. Perspectiva pela qual, de acordo com Bertucci e Silva (2003, p. 66):

[...] são destacadas as variadas formas de organização do trabalho e da produção protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia.

No caso de empreendimentos econômicos sob o viés da economia solidária, o diferencial associativo, a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, o compartilhamento de conhecimentos e a confiança envolvem aspectos supraindividuais decisivos, que não são incorporados pelo modelo econômico dominante (GAIGER; CORRÊA, 2011). De acordo com Gaiger (2015, p. 57-58), os empreendimentos econômicos solidários (EES):

[...] apresentam sinais de vitalidade não desprezíveis e sinalizam práticas distributivas favoráveis à preservação de postos de trabalho e de rendimentos mínimos a seus membros. Assim, converte-se em uma predisposição à equidade, porquanto essa se mostra congruente com o andar dos fatos: para o fortalecimento a um só tempo econômico e social do empreendimento, faz sentido tratar a todos com justiça. [...], do ponto de vista de sua dinâmica organizacional os EES funcionariam como “comunidades de trabalho”, as quais ativam forças produtivas especificamente derivadas da associação dos trabalhadores, a partir de laços sociais que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, alimentando aspirações e horizontes comuns, ancorados na história compartilhada por seus membros. [...]. Esses processos tenderiam a fomentar situações propícias à constituição de indivíduos aptos a incrementarem e a reterem para si a riqueza material e imaterial que produzem. Por suas implicações intersubjetivas, essas interdependências proporcionam uma vivência dos indivíduos como protagonistas, sujeitos de direito, e conduzem à politização das lutas coletivas por renda e bem-estar.

Consoante com Gaiger (2015), há duas frentes a serem alinhadas pelos EES (Quadro 4). A vertente do “empreendedorismo” destina-se a assegurar o funcionamento das atividades produtivas, propiciando remuneração e demais benefícios a seus integrantes e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade do EES a médio e longo prazo. Já a vertente do “solidarismo” refere-se à inclusão equitativa de todos os membros, à participação igualitária nas decisões, à cooperação produtiva e social nas atividades internas e ao seu envolvimento em questões externas de interesse coletivo, em âmbito comunitário, local ou mais amplo.

Quadro 4: As duas faces do empreendedorismo solidário

Vetor Empreendedor	Vetor Solidário
Dimensão de <i>eficiência</i> de um EES diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento.	Dimensão de <i>autogestão</i> vincula-se à democracia, à participação e à autonomia do EES em seus processos de gestão, relacionando-se tanto aos membros quanto a organizações e forças externas.
Dimensão de <i>sustentabilidade</i> , diz respeito à capacidade de gerar condições para que o EES siga funcionando a médio e longo prazo.	Dimensão de <i>cooperação</i> refere-se a valores e práticas de mutualidade, colaboração, compromisso social, gratuidade e inclusão equitativa dos envolvidos.

Fonte: Elaborado com base em Gaiger (2015)

Assim sendo, empreender, sob o viés da economia solidária, equivale primordialmente a respeitar as características da comunidade de trabalho – cerne dos empreendimentos – e se beneficiar de suas virtudes, apoiando-se nas forças geradas pela união dos membros (GAIGER; CORRÊA, 2011). Fatores que quando considerados dentro de um contexto de migrações de sobrevivência poderão amenizar os bloqueios à integração econômica encontrados pelos migrantes.

3 TRILHA METODOLÓGICA



Em seu quarto artigo, a Lei 13445/2017, mais conhecida como Lei de Migração, é clara ao afirmar que “ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” além de outros direitos assegurados aos brasileiros e, apesar de alguns discursos contrários como o exposto na imagem acima, deveria ser papel de cada brasileiro encontrar maneiras de amenizar as dificuldades que nosso país oferece e, assim, ajudar com que os migrantes e refugiados possam encontrar condições dignas para recomeçar suas vidas.

De acordo com Moreira (2017), a área de estudos sobre migrações forçadas tem estado majoritariamente atrelada a um compromisso ético por parte de pesquisadores com a busca por melhorias nas condições de vida de pessoas que enfrentam alto sofrimento humano e o engajamento dos pesquisadores enquanto ativistas, militantes, atuando politicamente em prol de migrantes por meio de *advocacy*, é visto pelo campo como inerente a tal compromisso. Além do mais, como sinaliza Fernández (2017), os processos de pesquisa e os saberes deles decorrentes devem ser concebidos como fruto de uma construção compartilhada "com" e como um processo dialético em que os diferentes participantes contribuem, a partir de diferentes papéis e de forma equivalente, para a produção de conhecimento.

Tendo sido apresentadas as bases epistemológicas e o marco teórico, cabe agora esmiuçar o método principal adotado. Iniciamos apresentando o Estudo de Caso Ampliado como estratégia metodológica principal empregada. Após, discorreremos sobre o campo de pesquisa escolhido e sobre a construção do *corpus* de pesquisa. Em seguida, apontamos o processo analítico utilizado e as respectivas técnicas complementares para o alcance de cada objetivo específico. Terminamos trazendo os esclarecimentos éticos relevantes à pesquisa.

3.1 Estudo de Caso Ampliado

Os contornos que vem sendo construídos até aqui nos levam a considerar a integração dos migrantes venezuelanos no contexto atual brasileiro com singularidades das quais podemos extrair uma série de aprendizados. Isso nos levou a escolher o estudo de caso como estratégia metodológica para o estudo. Castles (2010), defende que é importante vincular experiências migratórias em nível local (seja no local de origem ou de acolhida) com outros níveis socioespaciais. Já García (2011), advoga que os estudos de caso são adequados em virtude das peculiaridades do fenômeno migratório.

A partir da escolha do estudo de caso, pode-se tomar duas estratégias: conter a condição etnográfica do fenômeno ou voltá-la a favor do pesquisador. Na primeira, de abordagem positivista, se minimiza o envolvimento com o mundo estudado, isolando os sujeitos do conhecimento ao observá-los de fora, buscando uma neutralidade nas ações do pesquisador. Na segunda, a abordagem reflexiva, o pesquisador tematiza sua participação no mundo a ser estudado, mobilizando múltiplos diálogos para alcançar as explicações do fenômeno empírico (BURAWOY, 2014). Considerando que, nas epistemologias do Sul, Santos (2019) advoga por uma metodologia que busque não o conhecimento *sobre*, mas o conhecimento *com*, é a estratégia reflexiva que melhor dialoga com tal preceito. Nesse sentido, elegemos o “Extended Case Method” de Michael Burawoy (1998), doravante “estudo de caso ampliado”, como metodologia principal a ser adotada.

O estudo de caso ampliado rejeita a busca de qualquer ciência objetiva, celebrando a relação interativa entre o participante e o observador, o caráter subjetivo e idiossincrático da pesquisa e a singularidade de seus resultados (BURAWOY *et al.*, 1991). Ele defende os seguintes princípios: não se pode observar a realidade social sem a teoria; somos partes inerentes do mundo que estudamos; a teoria analítica revela o contexto ampliado de nossas ações; não há terreno neutro; o mundo possui ímpeto próprio, desafiando continuamente nossas afirmações; e é possível se produzir bom conhecimento partindo de dentro do senso comum (BURAWOY *et al.*, 1991). Fundamentos que permitem uma aproximação entre essa estratégia de pesquisa e as epistemologias do Sul.

De forma complementar, sua estratégia etnográfica é adequada para eventos extremos de crise, o que se aplica ao atual caso venezuelano:

A etnografia oferece abordagens especialmente poderosas a respeito do catastrófico colapso de muitas comunidades, ao passo que a aplicação do estudo de caso ampliado

à etnografia global ajuda-nos a discernir padrões comuns ao redor do mundo, bem como as forças que os criam. Conectar processos micro às forças macro, oferece o fundamento para uma sociologia pública que transforma problemas privados em questões públicas (BURAWOY, 2014, p. 17).

O estudo de caso ampliado tem como principal estratégia de pesquisa a etnografia pública e como técnica de coleta fundamental a observação participante. Na etnografia pública, o pesquisador atua como intérprete, empregando sua ciência a fim de elaborar e depois transformar a teoria popular dos participantes, buscando tornar esse resultado acessível tanto ao público acadêmico como ao não acadêmico (BURAWOY, 2014). O estudo de caso ampliado aplica uma ciência reflexiva à etnografia a partir de uma teoria preexistente, com objetivo de extrair o universal do particular, mover-se do micro ao macro, conectar o presente ao passado e antecipar o futuro (BURAWOY, 2014). E o faz com base em quatro etapas: *intervenção*, que é a ampliação do observador ao participante; *processo*, que é ampliação das observações no espaço e no tempo; *estruturação*, que é a ampliação a partir do processo em direção às forças sociais; e *reconstrução*, que é a ampliação das teorias utilizadas para entrada no campo (BURAWOY, 1998, 2014). Em resumo, através do estudo de caso ampliado, o pesquisador vai a campo já com teorias pré-existentes e tenta reconstruí-las a partir da observação dos microprocessos ali encontrados, através de aprofundamento no tempo e espaço do fenômeno, e que sofrem influência de um contexto maior. É por isso que a técnica de observação participante ganha protagonismo em estudos de caso ampliado.

Na observação participante, o pesquisador participa das rotinas diárias no ambiente, desenvolve relações contínuas com as pessoas que lá se encontram e observa o que está acontecendo (EMERSON, FRETZ, SHAW, 2014). A técnica permite confrontar participantes em sua realidade corpórea, em suas existências concretas, em seus tempos e espaços (BURAWOY *et al.*, 1991). Burawoy (2014) define, então, a observação participante como uma pesquisa de campo realizada no tempo e no espaço dos "sujeitos" e não do observador. Ele defende que o pesquisador "interaja", mesmo que não seja um participante completo, que esteja no campo toda semana, durante, pelo menos, doze semanas e que gaste lá dependendo do projeto, um mínimo de duas manhãs, tardes ou noites por semana (BURAWOY, 1991, 2014).

Num estudo de caso ampliado busca-se reconhecer os princípios da ciência reflexiva para que a coerência epistemológica e metodológica seja mantida. Para Burawoy (1998, 2014), os princípios da ciência positiva (reatividade, regularidade, replicabilidade e

representatividade) possuem uma série de lacunas, que ele chama de efeitos de contexto⁴² e que precisam ser substituídos. A reatividade — na qual o pesquisador deveria evitar afetar e distorcer os mundos que estudam — é substituída pela intersubjetividade da relação entre observador e participante, como uma característica inerente a toda ciência social. Se não é possível padronizar as respostas para cumprir as exigências do princípio da regularidade, o caminho é decifrar o significado do que os observados dizem e fazem. Se a replicabilidade só é possível em fenômenos triviais, com condições fixas da pesquisa social, deve-se fazer da necessidade uma virtude e insistir em localizar as situações sociais no campo das relações. Se não há uma amostra representativa porque a população não pode ser totalmente conhecida, talvez seja melhor abandonar a ideia e inferir a teoria a partir dos dados e usar nossos materiais de caso para desafiar e reconstruir a teoria preexistente.

A ciência reflexiva também deve levar em conta os efeitos de poder que Burawoy (2014) considera como necessário serem minimizados em análises com estudos de caso ampliado: reduzir os efeitos de *dominação*, porque há barreiras hierárquicas percebidas entre observador e participante; minimizar o *silenciamento*, buscando vozes reprimidas pelo contexto; diminuir a *objetivação*, ou seja, o problema de hipostasiar as forças sociais como coisas externas e naturais; e abrandar a *normalização* de um mundo complexo em categorias de interpretação.

Contudo, apenas a observação participante também se mostra como uma técnica metodológica extrativista, isto é, o conhecimento que é transmitido pela comunidade investigada é transformado em informação sem que haja participação dela no processo (SANTOS, 2018). E por si só, não é suficiente para atender aos princípios idealizados pelas epistemologias do Sul. Por isso, metodologias participativas são prementes. As metodologias participativas valorizam aspectos desconsiderados pela ciência moderna ocidental, tais como aqueles oriundos da oralidade, da contemplação, das emoções, das lutas, das experiências. Ao defender a ideia de uma escuta profunda, por exemplo, Santos (2018, p. 87) aponta a importância da oralidade para a construção dos saberes:

O registro oral pode ser muito mais anárquico, mais caótico, quiçá menos cuidadoso, mas, sendo mais íntimo, permite uma conversa em vez de uma expropriação, permite um diálogo. [...] Escutar é tentar experimentar efetivamente a incompletude do conhecimento. Porque eu, quando escuto, estou de alguma maneira a reconhecer que

⁴² A reatividade acontece independentemente da atitude do entrevistador, seja por causa de suas características pessoais (raça e gênero), seja pela agenda da entrevista (a ordem e a colocação das questões); a regularidade não elimina os efeitos associados ao respondente, como produção de sentidos não previstos, e as respostas não podem ser completamente dissociadas dos contextos econômico, político e social; a replicabilidade é contrariada por fatores externos incontroláveis; a representatividade é questionada por considerar o indivíduo como a correta unidade de análise, já que seus atributos e opiniões são construídos a partir de relações sociais (SILVA, 2018).

há um outro conhecimento que pode ser benéfico também para mim. Não é ouvir, é escutar. Escutar é, neste contexto, entender. Ouvir é reduzir tudo o que ouço ao meu próprio paradigma. Escutar é despojar-me do meu paradigma e abrir-me a outros.

Como forma adicional, uma estratégia que valoriza a oralidade e as experiências de vida pode ser uma técnica que contribua para que o estudo seja menos extrativista. Dessa forma, destacamos que o estudo de trajetória de vida através da história oral dos participantes se apresenta como um *locus* rico para complexificar a compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais em diferentes níveis de análise (GUÉRIOS, 2011). Conforme Weisz (2018, p. 120):

uma abordagem de trajetória de vida para a migração contribui para a compreensão dos fatores que estruturam o curso de vida dos refugiados, os quais extrapolam seu status legal. Os migrantes diferem dos não migrantes, na medida em que suas mudanças de status não se dão apenas entre educação e mercado de trabalho, e entre ser solteiro e começar uma família, mas também na necessidade de superar regimes de fronteira nacionais, um processo durante o qual pesam as vantagens e desvantagens colocadas pelos diversos contextos (WEISZ, 2011).

Já Garnica (2010, p. 33), por sua vez, anuncia que a história oral como metodologia deve:

(a) dialogar com fontes de várias naturezas (escritas, pictóricas, fílmicas etc.); (b) exercitar a pluralidade de perspectivas (interpretações); (c) abraçar uma proposta de configuração coletiva no que diz respeito aos atores sociais envolvidos na pesquisa, na condição de pesquisadores ou de depoentes; (d) engendrar um registro cuidadoso e eticamente comprometido; (e) dominar a elaboração de narrativas e adotar o posicionamento/compromisso de que tais narrativas têm a função de reconduzir o sujeito “para dentro” das investigações; (f) defender o afastamento da perspectiva historiográfica positivista.

É por isso que, como forma de complementar o aprofundamento ao caso e ser menos extrativista, buscaremos construir histórias narrativas das trajetórias de migrantes venezuelanos que estejam envolvidos com o objeto estudado. Como parte de uma etnografia pública, outras técnicas analíticas complementares também serão utilizadas de maneira a se construir o quadro da migração de sobrevivência em Pernambuco.

Por fim, uma pesquisa qualitativa exige que critérios para sua validade sejam adotados. Validade como capacidade de que os métodos adotados numa pesquisa propiciarem o alcance verdadeiro dos seus objetivos. Ou seja, a validade de uma pesquisa é a forma de determinar se há coesão no que verdadeiramente o pesquisador propôs-se a investigar, se seus processos metodológicos são coerentes e se seus resultados são consistentes (OLLAIK; ZILLER, 2012). De acordo com Paiva Jr, Leão e Mello (2011), os critérios de validade em pesquisas

qualitativas são: construção do *corpus* de pesquisa, triangulação; feedback dos informantes, surpresa e descrição clara, rica e detalhada dos procedimentos. Estes são fundamentais para assegurar uma válida e confiável execução e interpretação dos resultados.

A *triangulação* será externa e interna. Externamente, se dará na discussão dos achados entre orientador e orientando buscando reduzir as inconsistências da análise, já internamente, se dará com a validação dos participantes da pesquisa que terão acesso ao conteúdo obtido e poderão fazer sugestões. A *surpresa* é desejável tendo em vista que se busca saberes que emergirão do caso e possam ter sido decisivos na superação dos desafios enfrentados pelos migrantes. O *feedback dos informantes* é também algo inerente ao estudo de caso ampliado, ainda mais no caso em questão que, por envolver diferentes culturas e idiomas, pode evitar confusões de linguagem (BURAWOY, 2014). Por fim, a *descrição clara, rica e detalhada* refere-se a clareza nos procedimentos, na boa documentação, na transparência de maneira a gerar condições para que outros pesquisadores possam compreender o que foi realizado (PAIVA JR; LEÃO; MELLO, 2011). Já a construção de um bom *corpus* de pesquisa, exige que uma série de fontes seja utilizada para que questionamentos possam ser respondidos de maneira a atender a finalidade para a qual foi construído. Tarefa que exige maior aprofundamento e é executada na seção subsequente.

3.2 Constituição de um *Corpus*

A pesquisa, por seu viés qualitativo, não trabalhará com a ideia de amostra de participantes, mas de construção de um *corpus* de pesquisa. A palavra *corpus* (latim; plural corpora) significa corpo, conjunto. O *corpus* é um artefato produzido para a pesquisa (SARDINHA, 2000). De acordo com Mello e Sá (2006), um *corpus* de pesquisa é um conjunto de fontes linguísticas que produzem efeitos, ou seja, geram as evidências significativas para o estudo de determinados fenômenos. Além disso, o *corpus* é um sistema que cresce, procedendo por etapas: selecionar; analisar; selecionar de novo (BAUER; AARTS, 2002). É, portanto, uma representação de uma determinada realidade num determinado tempo (MELLO; SÁ, 2006) e tem como objetivo ajudar a responder a questões relativas aos objetivos da investigação.

Para Sardinha (2000), um *corpus* deve seguir alguns princípios: origem, os dados devem ser autênticos; propósito, deve ter a finalidade de ser um objeto de estudo; composição, o conteúdo deve ser criteriosamente escolhido; formatação, os dados devem ser legíveis por computador; representatividade, deve ser representativo de uma língua ou variedade; e extensão, deve ser vasto para ser representativo. Sobre extensão e representatividade, Bauer e Aarts (2002) defendem que não uma quantidade de conteúdo, mas uma representatividade que é o que merece mais atenção em pesquisas qualitativas. Conforme Barthes (1996), o *corpus* é uma construção do pesquisador e a decisão quanto à sua extensão e aos materiais que irão compô-lo, é do pesquisador.

Assim, a composição do corpus de pesquisa se dará com o propósito de responder a questionamentos pertinentes ao estudo. Considerando que almejamos descobrir que bloqueios traduzem a hostilidade enfrentada pelos migrantes venezuelanos no Brasil, os saberes possibilitam aos migrantes venezuelanos contornar os desafios encontrados e como o viés solidário pode tornar a integração econômica mais efetiva; e que nosso objetivo principal é descrever a integração de migrantes por sobrevivência no Sul global de maneira a desvelar saberes que possibilitam o processo, algumas indagações se fazem necessárias:

- (a) Quem são os principais atores envolvidos com a integração venezuelana em Pernambuco?
- (b) Quais os principais eventos críticos se deram nos primeiros anos da presença venezuelana em Pernambuco?
- (c) Quais os principais problemas enfrentados pelos venezuelanos em Pernambuco?

- (d) Quais soluções foram geradas para atender demandas dos migrantes venezuelanos?
- (e) Como a prática empreendedora tem se dado para os migrantes em Pernambuco?
- (f) Como a economia solidária tem favorecido os migrantes empreendedores?
- (g) Que tipos de conhecimentos foram necessários aos migrantes no Brasil?
- (h) Que saberes foram essenciais durante toda a jornada migratória?

A coleta dos dados para a construção do *corpus* vem se dando com as seguintes técnicas: notas de campo oriundas de observação participante em ações e atividades relacionados à causa migratória principalmente, relatos derivados de acompanhamentos com migrantes, pesquisa virtual de publicações relacionadas às migrações em Pernambuco e entrevistas com atores envolvidos diretamente nos projetos observados e de forma complementar, fotos, vídeos e documentos relacionados ao tema produzidos por organizações que atuam junto aos migrantes.

De modo mais objetivo, para as histórias narrativas foram convidados a participar os migrantes venezuelanos que estão participando de atividades voltadas aos temas aqui buscados: empreendedores atuando com fomento de práticas de viés solidário. A observação participante se deu nos acompanhamentos aos processos de geração de renda protagonizados pelos migrantes e fomentados pela Cáritas Brasileira Nordeste 2 (CBNE2). Além do mais, realizamos entrevistas com atores que desempenhem algum papel crucial aos projetos de geração de renda.

Para complementar o *corpus*, material institucional ou de mapeamento interno relativo ao tema produzido pela CBNE2, assim como reportagens produzidas pela mídia e documentos públicos que impactaram de alguma forma o fenômeno e puderam contribuir a sanar possíveis gargalos que ainda permaneciam. A seleção dos dados secundários levou em conta o contexto espaço-temporal. Tanto no sentido de buscar alguma notícia referente a algum caso narrado pelos migrantes que tenha se dado ao longo de sua jornada, como para considerar eventos importantes para o tema que tenham se dado na região estudada ou que citassem os projetos foco da investigação. Ou seja, a busca por documentos secundários se deu de maneira provocada enquanto a pesquisa acontecia.

De maneira geral, o *corpus* para este estudo vem sendo construído desde julho de 2018. Inicialmente, com a coleta de reportagens e matérias na internet relacionadas ao tema da migração em Pernambuco. Em seguida, através de notas de campo elaboradas pelo autor enquanto adentrava no campo. Aqui, salienta-se que as notas já eram realizadas mesmo sem protocolos de pesquisa delineados para dirigir o olhar a questões específicas, mas sim como relatos do que acontecia no dia a dia das visitas. À medida que o pesquisador ia se

familiarizando ao problema, pôde ir direcionando o olhar para as questões pertinentes a pesquisa, que também estava em construção, o que se deu em torno do ano de 2020. A partir deste último ano do estudo, a coleta seguiu os protocolos de pesquisa que serão mais afrente apontados. Protocolos que, vale salientar, são fruto da evolução do processo de adentrar ao campo. O Quadro 5 apresenta um resumo dos documentos que formaram *corpus*⁴³.

Quadro 5: Documentos do *Corpus* de pesquisa

Gênero Discursivo	Quant.	Tipo
Publicações Virtuais (fontes secundárias)	107	Notícias ou publicações virtuais vinculadas por organizações ou entidades que participam do processo de acolhimento de migrantes em Pernambuco.
Narrativas de vida (elaboradas pelo autor a partir da fala de migrantes)	10	Com migrantes envolvidos nos dez empreendimentos estudados
Entrevistas com migrantes (para complementar as narrativas de vida)	25	Com migrantes envolvidos nos dez empreendimentos estudados
Entrevistas (elaboradas pelo autor)	5	Com membros (equipe, financiador, voluntários) de entidade que atua no fomento ao empreendedorismo de migrantes
Notas de Campo (elaboradas pelo autor)	34	Oriundas de observações participantes em acompanhamentos com migrantes empreendedores
Fotos (elaboradas pelo autor)	40	Fotografias do autor em campo
Vídeos (fontes secundárias)	5	Vídeos produzidos por organizações que atuam junto à
Documentos ou Relatórios	8	Material produzido por organizações ligadas à causa migratória em Pernambuco

Fonte: o autor.

Finalmente, a coleta de dados se encerrou em janeiro de 2022. Para facilitar as análises das relações encontradas, as evidências coletadas serão organizadas e armazenadas dentro de mídia digital utilizando programas de apoio para análise e organizações de dados, mais especificamente o *Microsoft Excel* e a plataforma *Taguette*⁴⁴, dos quais poderemos gerar nós, relações e categorias conforme a evolução da investigação.

Em suma, as estratégias metodológicas de nosso estudo de caso ampliado elaboradas para atender aos objetivos delineados são resumidas no Quadro 6 subsequente.

⁴³ O Apêndice 1 apresenta uma lista de todos os documentos presentes no *corpus*.

⁴⁴ Veja mais sobre a ferramenta em Rampin e Rampin (2021).

Quadro 6: Estudo de caso ampliado delineado para os objetivos específicos

Objetivos Específicos		i. Traçar um panorama dos primeiros anos da integração venezuelana	ii. Desvelar desafios presentes na integração econômica dos migrantes venezuelanos	iii. Reconhecer saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios	iv. Interpretar qual o papel das práticas de economia solidária na superação dos desafios pelos migrantes
Estudo de Caso Ampliado	Intervenção	Pesquisa virtual e participação em reuniões e eventos relacionados aos migrantes em Pernambuco	Acompanhamento de migrantes empreendedores e de ações realizadas pela equipe da Cáritas Brasileira Nordeste	Acompanhamento de migrantes empreendedores e de ações realizadas pela equipe da Cáritas Brasileira Nordeste 2	Acompanhamento de migrantes empreendedores e de ações realizadas pela equipe da Cáritas Brasileira Nordeste 2
	Processo	Estudo Exploratório através de Análise de Conteúdo de Fontes Secundárias	Etnografia Sociológica para construção de Trajetórias de Vida	Etnografia Sociológica para a partir da análise de narrativas observação de saberes	Etnografia Sociológica para observação das práticas econômicas solidárias
	Estruturação	Compreender os momentos do Processo de Integração em Pernambuco	Buscar as forças que bloqueiam a mobilidade de migrantes empreendedores	Buscar os saberes que emergiram da jornada migratória	Observar o funcionamento dos vetores do Empreendedorismo Solidário
	Reconstrução	Gerar novas possibilidades teóricas para uma melhor compreensão das migrações de sobrevivência no Sul Global tendo a ampliação das teorias do processo de integração e da mobilidade bloqueada como foco.			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas subseções seguintes deste capítulo, adentramos com mais detalhes nas etapas *Intervenção* e *Processo* do estudo de caso ampliado. A *Estruturação* se dará no decorrer dos capítulos 4, 5, 6, e 7. Já a *Reconstrução* se dará como parte do capítulo final de nossa empreitada.

3.3 Intervenção: o Campo de Pesquisa

Como já abordado, parte do problema de uma integração a um Brasil que se mostra hostil também se dá porque regiões que não tinham histórico de recepção a migrantes passaram a recebê-los através do programa de interiorização da Operação Acolhida. O que se deu através de parcerias com organizações do terceiro setor, dentre elas a Cáritas Brasileira. A Cáritas Brasileira é uma das entidades que, reconhecidamente, prestam serviços de acolhida e integração a refugiados(as) no Brasil. Além de contar com inúmeros parceiros, como a ACNUR e o Ministério da Justiça para a realização dos programas de Acolhimento, Proteção Legal e Integração Local. A entidade tem atuado de maneira a coordenar apoio e desenvolvimento de capacidades, particularmente considerando necessidades, levantamentos, monitoramento e proteção dos imigrantes interiorizados.

Como a Cáritas Brasileira é uma entidade de atuação nacional no acolhimento a migrantes e refugiados com larga experiência, vislumbramos que seria de maior interesse para a pesquisa se o foco da investigação se desse em uma das regiões atendidas por ela, mas sem expertise com o tema, em que todas as ações direcionadas aos migrantes fossem iniciantes e que ainda fossem em lugares os quais as crises provocadas pelas lógicas hegemônicas estivessem presentes e tornassem a sobrevivência mais árdua. Desse modo, teríamos migrantes envolvidos em práticas contra-hegemônicas atuando em regiões que não tem histórico de receber pessoas oriundas de deslocamentos forçados, o que possibilitou um contexto ainda mais profícuo de investigação por conta de as vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes serem acentuadas. Assim, escolhemos investigar ações promovidas pela Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) que a é responsável pelo acolhimento inicial de migrantes venezuelanos em Pernambuco, estado cuja capital apresenta o maior índice de desigualdade social do país e o Estado ocupa o terceiro lugar, além de expressivos índices de violência⁴⁵, o que amplifica ainda mais os obstáculos à integração e dá mais robustez aos achados do estudo.

A CBNE2 é uma regional criada em 2004 e que atende os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte localizados na região Nordeste do Brasil e que somente no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, realizou o acolhimento institucional oficial de 51 famílias de imigrantes venezuelanas, somando o número de 139 pessoas. Contudo, até o presente momento, famílias e migrantes continuam a chegar, em cidades atendidas pelo território do Regional NE2, e seguem acolhimento e apoio a nível emergencial como também

⁴⁵ Rever notas 33 e 34.

no resgate de autonomia e protagonismo. O que tornou o contexto mais desafiante quando consideramos que a regional não tinha até 2018 o envolvimento com o tema.

A CBNE2 tem atuado na resposta às demandas sociais através de iniciativas emergenciais relacionadas, sobretudo, às secas, desastres e enchentes, com Programas de Convivência com o Semiárido, de Economia Solidária e de Infância, Adolescência e Juventude, e em 2019, com a implementação de um Programa de Migração e Refúgio, passou também a dar o acolhimento inicial aos venezuelanos interiorizados pela Operação Acolhida (CBNE2, 2020). Tendo se movido em várias frentes junto aos migrantes, seja com bolsas de subsistência, seja com atendimentos específicos nas áreas psicológicas ou jurídicas, seja com fomento a projetos de geração de renda através de práticas com viés de economia solidária.

Entre as ações promovidas pelo Programa de Migração e Refúgio da Cáritas destacam-se os projetos Creciendo e RAFA. Que são projetos que visam incluir venezuelanos em negócios para geração de renda, fornecendo oficinas de formação em empreendedorismo, acompanhamento dos negócios e acesso a um Fundo Rotativo Solidário para obtenção de microcréditos para investimento nos empreendimentos, além de outras atividades ligadas à empregabilidade (CBNE2, 2020). Tal fundo é uma poupança comunitária coletiva, formada por doação voluntária, cujo valor é repassado para os empreendedores de áreas como moda, costura, artesanato, fotografia, vendas e saúde e que após certo tempo devolvem o investimento de forma parcelada e sem juros para que outros venezuelanos também possam ter acesso (CBNE2, 2020). Ou seja, é uma forma alternativa do migrante obter um crédito inicial para seu negócio e ao mesmo tempo inclusiva, já que as barreiras para que isso acontecesse em instituições bancárias da economia tradicional são as mais diversas.

Projetos cujos seus objetivos, que descrevermos a seguir, ainda favorecem a criação de uma rede solidária aos migrantes, o que pode favorecer que as vulnerabilidades do processo sejam atenuadas ao favorecer o intercâmbio dos saberes necessários ao processo de integração.

3.3.1 Projetos Creciendo e RAFA

Iniciado em 2020, o Projeto Creciendo tem como principal objetivo implementar ações que integrem e promovam a inclusão sócio-laboral de migrantes venezuelanos, que estão nos estados de atuação da Cáritas Brasileira Regional NE 2 (AL, PB, PE e RN). Suas principais ações são promover um processo de acolhimento e de diagnóstico participativo contextualizado

visando fortalecer a integração dos beneficiários, bem como, o acesso à proteção efetiva e serviços básicos, em aliança com instituições públicas; promover processos formativos em diferentes áreas de atuação visando o fortalecimento da auto-subsistência e acesso ao mundo do trabalho para os migrantes; dar visibilidade e promover iniciativas que fortaleçam a autonomia, a integração e o acolhimento sociocultural dos migrantes.

O projeto baseia-se numa perspectiva do empreendedorismo solidário, através da realização de oficinas profissionalizantes com foco no mundo do trabalho e na abertura de pequenos negócios, associativismo e cooperativismo, proporcionando aos migrantes acesso a diferentes formas de financiamento e promovendo a geração de renda para os participantes com base em práticas de economia solidária. Uma das ferramentas que o projeto almeja para dar visibilidade aos grupos de migrantes é a criação de uma plataforma digital⁴⁶ que sirva de referência para outras organizações da sociedade civil no que toca a contratação de serviços e atração de parcerias, o que implicará no favorecimento do surgimento de uma rede solidária para os migrantes. Elementos que abrem possibilidades para que a investigação até aqui delineada encontre um campo de atuação.

Para efetivação de seus objetivos, a CBNE2 conta também com colaborações da sociedade civil. De uma dessas parcerias, surgiu em 2019 a Rede de Amor, Fraternidade e Amizade, a partir de um financiador privado que manifestou interesse em colaborar de forma mais efetiva com as famílias venezuelanas que estavam em Recife na época. Sob o acrônimo de RAFA, o Projeto tem o intuito de colaborar com aquelas que se encontram especificamente na região metropolitana do Recife. O foco do projeto está no apoio a integração social de venezuelanos através do fomento ao empreendedorismo e à inserção laboral. Para isso, atua em quatro frentes: apoiando iniciativas de geração de renda desenvolvidas pelas famílias e grupos acompanhados por meio da aquisição de insumos para fortalecimento de seus negócios; financiando ações que fortaleçam empreendimentos com foco em economia solidária através de fundo rotativo solidário; estimulando a participação dos migrantes em cursos de formação; e sensibilizando empregadores para contratação de migrantes.

Embora com uma perspectiva mais geral voltada a empregabilidade e geração de renda, e com foco apenas no estado de Pernambuco, o Projeto RAFA também promove ações ligadas à economia solidária, mais especificamente ligadas ao microcrédito solidário para financiar pequenos negócios. O que é uma oportunidade que reforça o campo de atuação buscado no

⁴⁶ A plataforma Creciendo está disponível em <https://www.creciendo.com.br/>.

estudo, até mesmo porque a ferramenta do projeto Creciendo também é utilizada pelos beneficiários deste projeto.

3.3.2 Entrada no Campo

Para adentrar no campo e poder ampliar as observações ao tempo e espaço dos observados, como exigido pela ciência reflexiva que guia o estudo de caso ampliado, iniciei um *rapport* com a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 em setembro de 2019. Data que marcava a organização da edição local da Copa dos Refugiados. Competição que aconteceu na Arena Pernambuco, a qual a CBNE2 foi uma das parceiras organizadoras e que tinha um selecionado venezuelano como uma das competidoras. A partir desse contato inicial, fui convidado a participar de reuniões mensais de um comitê⁴⁷ que havia sido recentemente criado para tratar da questão migratória em Pernambuco (Figura 8). Após algumas reuniões, comecei a de fato desempenhar algumas atividades voluntárias para a CBNE2.

Figura 8: Reunião na OAB para debate da pauta migratória



Fonte: OAB/PE

⁴⁷ Atualmente é o ‘Comitê Interinstitucional de Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Migração, Refúgio e Apatridia’ que se reúne mensalmente para tratar da causa migratória em Pernambuco e é formado por um conjunto de entidades da sociedade civil, tais como o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, a ONG Visão Mundial, algumas secretarias do Governo do Estado e do Município, a Cáritas, e outras entidades. Veja mais em: <https://oabpe.org.br/oab-pe-recebe-reuniao-para-discutir-a-situacao-dos-refugiados/>.

Como voluntário na Cáritas, ainda em novembro de 2019, participei do planejamento, organização e execução de um diagnóstico qualitativo para a entidade com o objetivo de mapear os migrantes recém-chegados (Figura 9). Além de outras campanhas pontuais de solidariedade, também estive presente, em março de 2020, numa ação para validação de diplomas dos migrantes⁴⁸, atividade executada pela CBNE2 em parceria com a Organização Não-Governamental (ONG) Compassiva de São Paulo (Figura 10).

Figura 9: Reunião com CBNE2 para planejamento de diagnóstico com migrantes



Fonte: CBNE2

Posteriormente, fui chamado a integrar a equipe de Migração e Refúgio em maio de 2020, condição na qual permaneci até dezembro de 2021, tendo atuado em diversos projetos voltados aos migrantes, dentre eles, o Creciendo e o RAFA. Vale salientar que, com a chegada da Pandemia de Covid-19, esses dois projetos, conjuntamente aos atendimentos emergências, receberam uma atenção especial por conta de as mudanças trazidas exigirem que uma série de novos desafios fossem contornados para aqueles migrantes que almejavam gerar renda no Brasil.

⁴⁸ Veja mais em <http://www.unicap.br/assecom1/caritas-e-compassiva-promovem-mutirao-de-atendimento-para-revalidacao-de-diplomas-a-refugiados-e-venezuelanos-em-recife/>.

Figura 10: Mutirão de revalidação de diplomas promovido por Cáritas e Compassiva



Fonte: UNICAP

No Creciendo, atuei principalmente com a formação em aspectos mercadológicos para os venezuelanos que demonstraram interesse em abrir seus próprios negócios no Brasil. Já no RAFA, fui um dos responsáveis por acompanhar os empreendimentos que tiveram acesso a um fundo rotativo solidário. De forma concomitante, fiz parte de um Comitê Interno voltado a avaliação de novas propostas de negócios e que atende ambos os projetos, sendo formado tanto por membros da equipe da Cáritas como por representantes da sociedade civil e dos migrantes venezuelanos.

Figura 11: Equipe de Migração e Refúgio CBNE2 2020-2021



Fonte: CBNE2

Em suma, o campo de investigação se deu em ambos os projetos, que envolvem migrantes em atividades relacionadas à economia solidária, viabilizados pelo Programa de Migração e Refúgio da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 e que objetivam o fomento de empreendimentos de migrantes para geração de renda. Quanto aos migrantes acompanhados, dos 12 grupos atendidos pelos projetos Rafa e Creciendo até o ano de 2021, escolhemos observar a jornada dos 10 grupos familiares que atuaram em Pernambuco, descartando apenas dois empreendimentos que desempenharam suas atividades em Alagoas.

Após a apresentação dos aspectos relativos à etapa de *Intervenção* do estudo de caso ampliado, cabe agora abordar os procedimentos analíticos adotados, referentes à etapa *Processo*.

3.4 Processo: Estratégias Analíticas

Após a fase inicial de intervenção, a próxima etapa de um estudo de caso ampliado é o processo, isto é, a ampliação das observações no espaço e no tempo. Considerando que, em consonância com Stake (1995), em estudos de caso, o processo analítico acontece concomitantemente ao processo de coleta de dados, para alcançarmos os objetivos de pesquisa delineados anteriormente utilizamos estratégias que buscaram aproximar nossas observações tanto espacialmente como temporalmente.

É válido lembrar que os objetivos específicos desta tese são: traçar um panorama dos primeiros anos da integração venezuelana; desvelar desafios presentes na integração econômica dos migrantes venezuelanos ao Brasil; reconhecer saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios; interpretar qual o papel das práticas de economia solidária na superação dos desafios pelos migrantes.

De maneira geral, apenas para o objetivo específico inicial que não adotamos uma estratégia de cunho etnográfico. Para alcançar o primeiro, ampliamos nossas observações temporalmente, partindo de um *corpus* que cobriu o período entre a chegada dos migrantes e o corte final da pesquisa e adotamos a análise de conteúdo como técnica. Para os demais, acrescentamos também *corpus* resultante da ampliação de observações espacialmente e adotamos a etnografia sociológica para construção das trajetórias dos migrantes em busca de identificar os principais desafios que estes enfrentaram, para os saberes que emergiram e para o papel das práticas de viés solidário. Com a etnografia sociológica buscamos adotar um modo de autoridade polifônico (CLIFFORD, 2011), o qual rompe com as etnografias que pretendem conter uma única voz, e propõe que durante o processo também exista produção colaborativa de conhecimento através de personagens outros e ao mesmo tempo descrever contextualmente as relações, muitas vezes complexas e específicas, entre práticas e significados para pessoas específicas sobre algo, em particular (RESTREPO, 2016).

De tal modo, com a estratégia etnográfica presente e vendo o caso como uma oportunidade de se aprender sobre uma determinada realidade num determinado tempo, buscamos gerar uma teoria substantiva que permita generalização teórica, isto é, extrapolar do particular para outras experiências. Em suma, articular conhecimentos com um propósito de gerar aprendizagem. É buscar a história por trás dos saberes que emergem das lutas e elencar meticulosamente cada um.

Os procedimentos adotados para o alcance de cada um dos objetivos específicos são melhor elucidados a seguir.

3.4.1 Traçando um panorama

Como a recepção de migrantes e refugiados de sobrevivência é um fenômeno novo localmente, a maneira como é tratado pela mídia e pelas instituições envolvidas acaba por ser um importante parâmetro sobre como a população se informa a respeito dos migrantes venezuelanos recém-chegados e também de pressão voltada à criação e implementação de políticas públicas de acolhimento a refugiados no estado. Elementos que também se mostram pertinentes por servirem como estudo exploratório sobre o fenômeno localmente.

Frente ao descrito e objetivando uma compreensão mais abrangente da repercussão desse fenômeno em relação ao contexto apresentado, escolhemos investigar a cobertura da presença dos venezuelanos em Pernambuco ao longo dos 42 meses iniciais desta migração. Assim, a partir de um *corpus* de pesquisa formado documentos secundários (acessados virtualmente) da imprensa local e das instituições envolvidas no processo de acolhimento que cobriram o evento, realizamos nossas análises.

O processo de coleta de documentos começou com a definição de nossa fonte de dados e criação dos critérios ou filtros para qualificá-los. A principal fonte selecionada foram publicações disponibilizadas virtualmente. Com base em pesquisa avançada utilizando combinações dos vernáculos “refugiados” “migrantes” “venezuelanos” “Venezuela” “Pernambuco” foram coletados documentos disponíveis mensalmente nos principais sites de notícias locais e em sites de instituições que tiveram algum protagonismo na acolhida. No total, foram selecionados 141 documentos extraídos de diferentes portais que cobriram o evento (G1 Pernambuco, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Jornal do Comércio, Marco Zero Conteúdo, Portais da Cáritas Brasileira, Portais institucionais da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e Universidades). Destes, filtramos aqueles com material repetido para chegar a 107 documentos acessados entre 03 de julho de 2018 e 31 de dezembro de 2021. Cada documento recebeu uma referência de identificação que varia de D01 a D107⁴⁹.

⁴⁹ Ver Apêndice 1.

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo. Esta se refere a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44). Adotamos esta técnica por sua capacidade de redução da complexidade de uma coleção de textos, originando, em suas etapas de análises (i.e., análise prévia, exploração do material, tratamento dos resultados em categorias e interpretação), uma forma de expressão interpretativa do objeto estudado (BAUER; GASKELL, 2002).

A própria análise é orientada por um processo de codificação de dados, realizado por meio de esquemas hierárquicos e inter-relacionados, que geram códigos prospectivos e suas definições representativas do problema de pesquisa (DRISKO; MASCHI, 2015). Na condução desta pesquisa, seguimos as diretrizes processuais e terminologias de Bardin (2011). Também nos inspiramos na análise de conteúdo qualitativa produzida por Egberg Thyme *et al.* (2013). Para auxílio na organização dos dados, utilizamos a plataforma online *Taguette* como ferramenta de suporte.

De posse do *corpus*, definimos para codificação de unidades de significado de cada texto categorias e subcategorias geradas a partir do arcabouço conceitual de Ager e Strang (2008), quando tratam dos domínios necessários à integração do migrante na sociedade de acolhida. Os domínios propostos por Ager e Strang (2008), em especial por sua ênfase nos links sociais, mostraram-se propícios ao exame de um processo de integração a partir de sua repercussão junto às instituições que o acompanham.

A exploração inicial do *corpus* de pesquisa se deu em busca de eventos críticos que se destacaram durante todo o período examinado. Com base nos achados, identificamos sete eventos críticos que ganharam maior repercussão: 1) a chegada inicial dos migrantes através da operação acolhida; 2) a inauguração da casa de direitos; 3) a Copa dos Refugiados; 4) a chegada espontânea dos indígenas Warao; 5) a instauração da pandemia de Covid-19; 6) uma carta-denúncia publicada por entidades que atuam na acolhida sobre a precariedade das condições enfrentadas pelos migrantes; e 7) a realização de uma audiência pública em Pernambuco pela Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR).

Como maneira de mapeamento do *corpus*, dividimos o período analisado gradativamente em quatro fases com base nos eventos críticos ocorridos: fase de recepção; de articulação; de emergência; e de arrefecimento. Em seguida, iniciamos a codificação utilizando o *Taguette*. De cada documento, selecionamos trechos representativos (unidades de significado) com base nos elementos (subcategorias) que compõem cada domínio do processo de integração.

Chegando a um total de 302 unidades de significado selecionadas. Salientamos que algumas destas se repetiram por estarem relacionadas a mais de uma subcategoria.

Após, exploramos os trechos selecionados para cada subcategoria e dos conteúdos que se destacavam geramos subtemas relacionados à subcategoria em questão ou à fase da qual pertencia a unidade de significado selecionada. Com esse tratamento inicial, geramos 33 subtemas para serem analisados e interpretados.

Quadro 7: Gerando o tema ‘Solidariedade de Improviso’

Arquivo	Unidades de Significado	Subcategoria	Categoria	Subtema
d002	"O governo do estado foi chamado pelo governo federal para que oferecesse o apoio no âmbito do acesso às políticas sociais. Agora, vamos fazer um esforço junto com o município de Igarassu para que ações no campo da saúde, da capacitação e da introdução no ambiente educacional possam acontecer para garantir dignidade a essas pessoas".	Links Sociais	Conexões Sociais	improviso no acolhimento
d003	"Ao chegarem nas cidades, a pretensão é inseri-los no mercado de trabalho e na educação. Por isso, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, as secretarias de educação, somadas com esforços do próprio Governo do Estado irão procurar construir as alternativas e, a partir de agora, começa uma nova operação entre os órgãos do Município, do Estado e do Governo Federal", ressaltou o secretário.	Trabalho e renda	Marcadores e meios	improviso na inserção laboral
d004	O silêncio foi mantido até para os prefeitos. "Foi uma surpresa", disse o prefeito de Igarassu. "Soubemos da chegada das famílias apenas dois dias antes".	Links Sociais	Conexões Sociais	improviso no acolhimento
d005	O município precisou se preparar em tempo recorde para receber os alunos. "Nós não fomos avisados previamente sobre a chegada do grupo", explicou. Nesse intervalo de um mês, foi preciso preparar uma sala de aula em uma escola próxima às Aldeias Infantis, ONG que abrigou as famílias no estado; encontrar uma professora que pudesse participar dessa etapa inicial; além de informar ao governo de Pernambuco sobre a situação de outros jovens que estavam em idade escolar, mas que deveriam encaminhados para instituições da rede estadual.	Educação	Marcadores e meios	improviso na educação
d009	"A urgência deles é encontrar emprego para que tenham autonomia e consigam sobreviver sozinhos. Até porque o apoio da ONU é apenas por seis meses.	Trabalho e renda	Marcadores e meios	improviso na inserção laboral
d024	"Não tínhamos essa realidade no município e tivemos que criar uma força-tarefa para encarar o desafio. Temos aprendido na prática a lidar com essas questões e buscando acolher da melhor forma as famílias estrangeiras que chegam ao estado, com um olhar especial para as crianças", pontua a secretária-executiva de Desenvolvimento Social e Habitação de Igarassu.	Links Sociais	Conexões Sociais	improviso no acolhimento
...

Fonte: Elaborado pelo autor

Apoiados nos subtemas observados, iniciamos nossas análises com base no alinhamento dos conteúdos apresentados. Para tal, inferimos como cada subtema se relaciona com o processo de integração dos migrantes e quais domínios tiveram mais ou menos repercussão nas ações tomadas pelo estado. Por consequência, alinhamos aqueles com conteúdos semelhantes em

grandes temas, chegando ao quantitativo de nove. Exemplificamos, no Quadro 7, o processo de como unidades de significado de diferentes subcategorias levaram a subtemas relacionados ao imprevisto nas ações de acolhimento e estes, ao serem alinhados, ajudaram a gerar o grande tema ‘solidariedade de imprevisto’.

Figura 12: As Fases da Integração venezuelana em Pernambuco

Categorias e subcategorias		Fases		Temas		Recepção		Articulação		Emergencial		Arrefecimento	
		Solidariedade de imprevisto	O mínimo como alento	Acolhida via inclusão produtiva	Alinhamento interinstitucional	Sobrevivência em cartaz	Duplamente vulneráveis na Pandemia	Empreendedorismo como saída	O arrefecimento do emergencial	Ineficiência governamental			
Marcadores e meios	Emprego e renda	x	x	x	x			x	x	x			
	Habitação	x	x		x	x	x					x	x
	Educação	x	x		x			x					x
	Saúde	x	x					x				x	
Conexões sociais	Relação com outros migrantes					x				x			
	Relação com a comunidade local	x			x	x	x					x	
	Relação com instituições	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Facilitadores	Idioma				x	x				x		x	
	Cultura					x	x			x			x
	Segurança		x	x						x			x
	Estabilidade		x										x
Fundação	Direitos	x		x	x								x
	Cidadania				x								x

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao final de nossas análises, os nove grandes temas observados e que mais repercutiram no *corpus* de pesquisa foram: 1) as ações iniciais em solidariedade aos migrantes foram marcadas pelo imprevisto; 2) o Brasil oferece condições mínimas para sobrevivência; 3) o discurso de acolhida produtiva para os migrantes; 4) o alinhamento entre as instituições para solucionar as demandas da causa migratória; 5) o uso de cartazes para pedir doações por parte dos migrantes gerou bastante repercussão; 6) a pandemia tornou ainda mais desafiante a

sobrevivência dos venezuelanos no Brasil; 7) incentivar o empreendedorismo migrante foi a solução encontrada pelas instituições de acolhida; 8) depois de passada a repercussão inicial, a migração teve sua repercussão midiática arrefecida; 9) cresceram as críticas das instituições de acolhida apontando para as falhas governamentais. A Figura 12 resumiu nossos achados que são discutidos no Capítulo 4.

3.4.2 Identificando bloqueios

Traçado o panorama inicial, que já aponta um direcionamento forçoso dos migrantes à prática empreendedora, cabe em seguida aprofundarmos o estudo exploratório inicial buscando desvelar os desafios presentes na integração econômica dos migrantes venezuelanos ao Brasil. Para tal, por um lado, além da ampliação temporal já realizada, também adentramos nas trajetórias dos migrantes tanto para identificar os obstáculos que eles enfrentaram antes de se verem forçados a empreender como também naqueles que se deram após.

Logo, além do material utilizado no objetivo anterior, adicionamos ao *corpus* de pesquisa entrevistas em profundidade e relatos obtidos através de observação participante com os primeiros migrantes acompanhados pela CBNE2 visando projetos de geração de renda (critério de escolha que adotamos). Ao todo, 12 migrantes participaram das entrevistas e relatos e desses, construímos 10 narrativas de trajetórias de vida (escolha que se deu por considerarmos os grupos familiares presentes entre eles). De acordo com Cortazzi (2007, p. 388):

Uma narrativa completa envolverá, por definição, um evento ou uma série de eventos (o que aconteceu ou o que se presume ter acontecido no passado), experiências (as imagens, reações, sentimentos e significados atribuídos aos eventos narrados) e a narrativa (a forma linguística – ou talvez visual ou musical – de contar os eventos). Uma narrativa dá coerência às experiências, traçando-as no tempo e no lugar, e muitas vezes interpretando-as em termos de causalidade, teleologia ou racionalização. Os elementos da análise narrativa, portanto, não envolvem apenas histórias, definidas de forma variada, e seu conteúdo como unidades de análise, mas também outros elementos, que levam em conta uma consideração etnográfica para uma preocupação holística com o contexto e os aspectos integrais da interpretação cultural. Além da história real – a contada – outros elementos incluem o narrador e o público, e suas respectivas relações entre si e com o contado (CORTAZZI, 2007).

A técnica de história narrativa se utiliza de perguntas semiestruturadas de acompanhamento, na qual a entrevista começa com um pedido inicial ao migrante para contar sua história de vida em detalhes. Os tópicos de acompanhamento focam em temas relevantes para o estudo em particular e que não foram cobertos com detalhes suficientes durante a

narração inicial (WEISZ, 2018). Para as entrevistas, o roteiro apresentado no Quadro 8 foi utilizado. As mesmas aconteceram formalmente em até dois momentos para cada migrante (totalizando 25 entrevistas) e a para a descrição narrativa final, acrescentamos notas de campo a partir de relatos dos migrantes colhidos pelo pesquisador em campo, quando os acompanhava em atividades ligadas à integração econômica deles. As notícias da mídia ou de instituições ligadas ao acolhimento foram utilizadas para contextualizar incidentes críticos para as trajetórias dos migrantes.

Quadro 8: Roteiro guia para narrativa de história de vida

Roteiro para História de Vida	
I.	Como era a vida na Venezuela antes da crise?
II.	Como a crise afetou sua vida?
III.	Quando decidiu migrar?
IV.	Porque escolheu o Brasil?
V.	Como se deu o seu trajeto até o Brasil?
VI.	Quais obstáculos enfrentou durante o deslocamento e como os contornou?
VII.	Como chegou até aqui (cidade onde mora atualmente)?
VIII.	Como está sendo sua vida no Brasil?
	<ul style="list-style-type: none"> a. Abordar renda, b. trabalho, c. saúde, d. educação, e. moradia f. segurança, g. idioma, h. cultura, i. relações com outros migrantes, j. relações com órgão institucionais, k. relações com brasileiros, l. acesso à direitos
IX.	Como está sendo sua relação atual com a Venezuela?
X.	Como avalia sua participação em projetos, como o Creciendo e o RAFA, para sua integração ao Brasil?
XI.	Quais são seus planos para o futuro?
XII.	Como tem se dado sua experiência com seu empreendimento?
XIII.	Quais as principais dificuldades encontradas:
	<ul style="list-style-type: none"> a. Em relação a questões com o Estado? b. Em relação a questões com o Mercado? c. Sobre financiamento? d. Em relação a questões socioculturais?

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Simões (2017) e Alrawadieh, Karayilan e Cetin (2018).

O protocolo para construção das narrativas se deu abarcando os momentos da jornada migratória, de forma a percorrê-la até o atual processo de integração ao Brasil. Em concordância com as epistemologias do sul, consideramos que as experiências vividas tanto antes como durante a jornada podem trazer contribuições e conhecimentos importantes para a compreensão

do contexto atual do migrante e, por isso, não devem ser descartadas. Nesse sentido, a estrutura narrativa adotada baseou-se em nossa proposta de jornada migratória de quatro momentos (normalidade, deterioração, vulnerabilidade e integração), dando destaque ao último momento sob viés econômico. A estratégia metodológica se deu com a tentativa de se gerar uma descrição densa, onde a tarefa essencial “não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles” (GEERTZ, 1978, p. 36). As trajetórias narradas sofreram pequenas alterações com vias de manter o anonimato dos participantes.

A coleta se deu de forma “desestruturada” (SANTOS, 2018), ou seja, o migrante contava sua história da maneira que desejava e ia sendo provocado pelo pesquisador sobre certos pontos que ainda não tinham sido narrados daqueles contidos no Quadro 8. Consideramos que a soma das histórias de diferentes sujeitos através de suas *experiências vividas* (SANTOS, 2019) poderá fazer com que as ausências observadas nas microvivências possam ser traduzidas em macroproblemas enfrentados pelos migrantes em território brasileiro.

Com base nas análises, foram observados 22 tipos de bloqueios presentes nas jornadas dos migrantes. No capítulo 5, descrevemos os principais presentes na jornada ao Brasil enfrentados pelos migrantes venezuelanos.

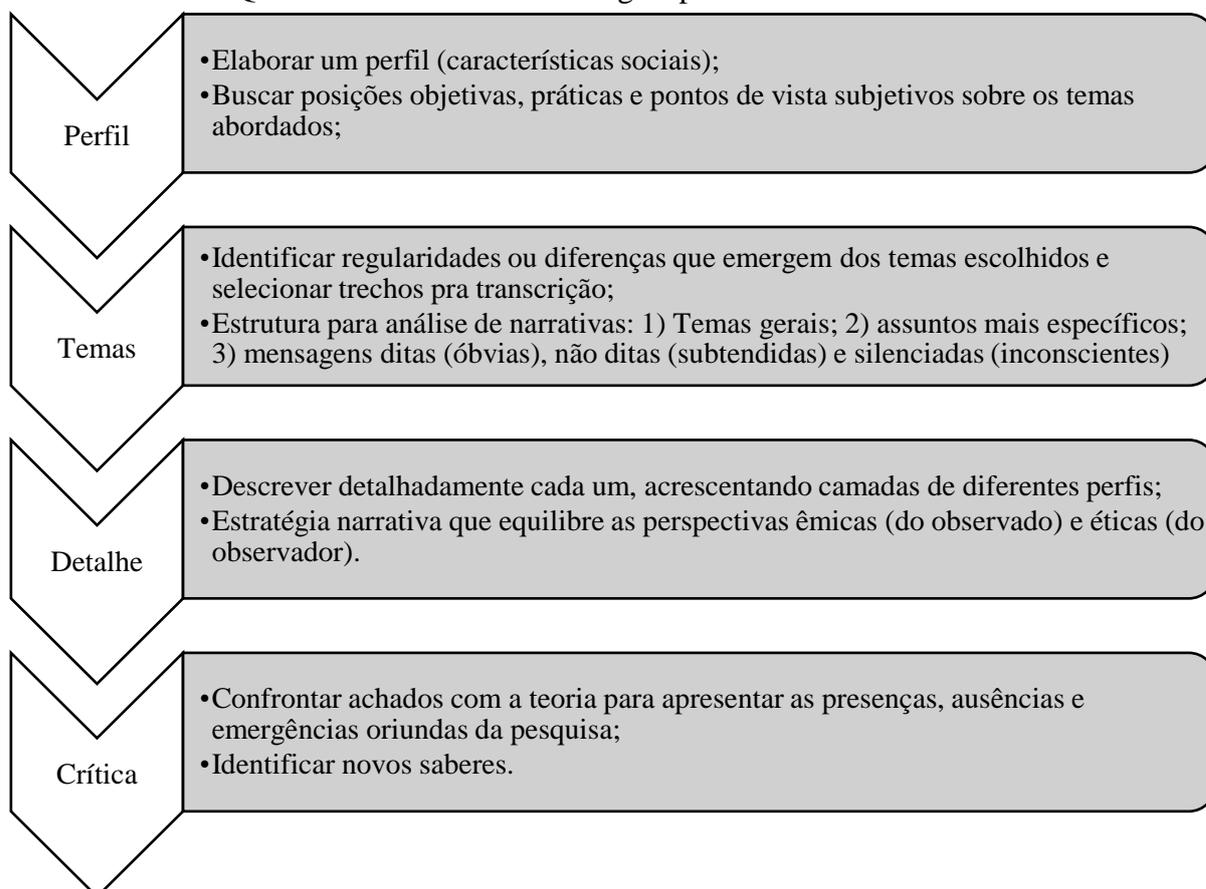
3.4.3 Iluminando saberes

Com o panorama da imigração venezuelana em Pernambuco delineado, com os bloqueios que se apresentam aos migrantes esboçados, nos interessa agora olharmos para o terceiro objetivo específico, o de reconhecer saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios. Para isso, ampliamos o processo de análises às narrativas de trajetória de vida que se construíram a partir dos relatos dos migrantes, os quais somamos ao *corpus* de pesquisa complementar obtido com todos os protocolos de pesquisa, de modo a observar que saberes se mostraram oportunos para os migrantes contornarem os bloqueios existentes.

Partindo dos bloqueios obtidos, aplicamos a técnica de análise narrativa em busca de identificar os saberes que tem emergido do processo de integração desses venezuelanos. Especificamente, fazendo uso do pensamento pós-abissal, vamos gerar uma ecologia de saberes, sejam eles artesanais, nascidos antes das lutas ou produzidos durante as lutas para contornar os bloqueios (SANTOS, 2019; SANTOS; MENESES, 2019).

Quanto ao processo analítico, não nos prendemos a um modelo prévio e adotamos quatro etapas com base em Gancho (1991) e Angrosino (2009) que apontam caminhos para uma análise de narrativas seguindo um viés etnográfico (Quadro 9)

Quadro 9: Estrutura metodológica para análise de narrativas



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gancho (1991) e Angrosino (2009)

Para Gancho (1991), a análise narrativa vai da evolução de como um determinado tema é trabalhado em forma de assunto para transmitir uma mensagem.

Tema é a ideia em torno da qual se desenvolve a história. Pode-se identificá-lo, pois corresponde a um substantivo (ou expressão substantiva) abstrato(a). Assunto é a concretização do tema, isto é, como o tema aparece desenvolvido no enredo. Pode-se identificá-lo nos fatos da história e corresponde geralmente a um substantivo (ou expressão substantiva) concreto(a). Mensagem é um pensamento ou conclusão que se pode depreender da história lida ou ouvida. (GANCHO, 1991, p. 23)

Metodologicamente, as etapas foram construídas da seguinte maneira: Primeiro, perfilamos os casos, para buscar posições objetivas ou subjetivas que se relacionassem aos temas de interesse, que no caso foram os bloqueios enfrentados pelos migrantes. Depois,

buscamos nesses temas regularidades ou diferenças que se destacassem e selecionamos trechos representativos para realizarmos uma análise das mensagens resultantes. Terceiro, descrevemos com detalhes cada um dos achados. E quarto, confrontamos os achados com as teorias prévias em busca de ampliá-las. Iluminado ao final dez tipos de saberes necessários que serão apresentados no capítulo seis.

3.4.4 Tecendo redes

Concebido o panorama, identificados os bloqueios e iluminados os saberes utilizados para contorná-los, nos interessa também observar como se dá a influência do viés solidário para a integração econômica dos migrantes. O que coaduna com nosso último objetivo específico de interpretar qual o papel das práticas de economia solidária na superação dos desafios pelos migrantes. Para esse fim, ampliamos nossas observações participantes às trajetórias dos migrantes após iniciarem seus empreendimentos no Brasil, de modo a buscar como eles tem atuado nas dimensões propostas por Gaiger (2015): a da eficiência, a da autogestão, a da sustentabilidade e a da cooperação.

Tal ampliação se deu com o pesquisador participando de reuniões, acompanhando *in loco* empreendimentos e entrevistando os migrantes para fazer uma descrição da evolução e percalços que cada um deles enfrentou a partir da participação numa iniciativa de viés solidário capitaneada pela CBN2, mais especificamente o fundo rotativo solidário.

Como protocolo de pesquisa, além do roteiro apresentado no tópico anterior, também acrescentamos um instrumento (Quadro 10) utilizado nas observações participantes construído com base nos princípios de descrição, diálogos e caracterização (EMERSON, FRETZ, SHAW, 2011) e visando abarcar as quatro dimensões de um EES propostas por Gaiger (2015).

De maneira complementar, também foi adicionado um instrumento (apresentado Quadro 11) para entrevistas com atores não migrantes envolvidos nos projetos de viés solidário, elaborado para ampliar as observações também sobre o olhar da principal instituição de acolhida. Através dele, foram entrevistados quatro agentes da CBN2 e um financiador voluntário de um dos projetos.

Quadro 10: Roteiro guia para a observação participante

Roteiro para Observações Participantes

- a) Quem está presente?
- b) O que as pessoas estão fazendo?
- c) O que eles estão tentando realizar?
- d) Como, exatamente, eles gerem isso?
- e) Como elas cooperam?
- f) Como isso reflete na eficiência do empreendimento?
- g) Como isso reflete na sustentabilidade do empreendimento?
- h) Quais meios e/ou estratégias específicos eles usam?
- i) Como os membros falam, caracterizam e entendem o que está acontecendo?
- j) Que suposições eles estão fazendo?
- k) O que vejo acontecendo aqui?
- l) O que aprendi com essas anotações?
- m) Por que eu as incluí?
- n) Como o que está acontecendo aqui é semelhante ou diferente de outros incidentes ou eventos registrados em outras partes das notas de campo?
- o) Qual a importância desse incidente ou evento?

Fonte: Elaborado com base em Emerson, Fretz e Shaw (2011) e Gaiger (2015)

Quadro 11: Roteiro guia para entrevistas

Roteiro para Entrevistas

- i. Falar sobre a instituição e sobre a função do entrevistado;
- ii. Tratar sobre como ele atua no processo de integração de migrantes;
- iii. Inquirir sobre os maiores desafios referentes ao processo de integração dos migrantes que ele percebe (abordar renda, trabalho, saúde, educação, moradia, segurança, idioma, cultura, relações com outros migrantes, relações com órgão institucionais, relações com brasileiros, acesso a direitos);
- iv. Indagar sugestões para contorná-los;
- v. Perguntar sobre o que ele tem aprendido nesse processo;
- vi. E o que tem ensinado nesse processo;
- vii. Perguntar sobre a interpretação dele sobre a economia solidária;
- viii. Interpelar sobre o papel das práticas de economia solidária para o processo de integração de migrantes;
- ix. Perguntar do porquê que o migrante deveria optar por tal estratégia na opinião do entrevistado;
- x. Indagar sobre o que tem chamado atenção do entrevistado referente aos migrantes que estão envolvidos em tais estratégias;
- xi. Inquirir sobre que lacunas o entrevistado percebe que permanecem para o processo de integração dos migrantes através de práticas de economia solidária;

Fonte: o autor

No capítulo sete apresentamos como a formação das redes se deu e qual o papel desempenhado pelo viés solidário para isso.

3.5 Esclarecimentos Éticos

De acordo com Miles, Huberman e Saldaña (2014), os esclarecimentos éticos provam-se essenciais por serem questões frequentemente colocadas para o pesquisador. Se em toda investigação, questões de segurança, dignidade e integridade dos participantes devem ser elementos essenciais e independentes dos objetivos da pesquisa e seus resultados, com os participantes sendo um grupo vulnerável, tais cuidados devem ser ainda mais reforçados. No campo específico da migração, os marcos éticos que sustentam as práticas de pesquisa devem levar em conta a própria natureza dos fenômenos migratórios, bem como a variedade de objetos teóricos que podem ser abordados em seu estudo (FERNANDÉZ, 2017). A realização do presente estudo obedece aos preceitos éticos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que trata da pesquisa em ciências humanas e sociais, exigindo respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, e que, por isso, deve ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes⁵⁰.

Os principais riscos que os participantes podem vir a estar expostos são: um processo de estigmatização do participante que pode ocorrer com a divulgação das informações da pesquisa; risco à invasão de privacidade ou divulgação de dados confidenciais; interferência na vida e na rotina dos sujeitos; riscos relacionados a divulgação da identidade do participante; tomar tempo de trabalho dos sujeitos entrevistados; riscos relacionados à pandemia de Covid19.

Para minimizar tais riscos, pretendemos: assegurar a confidencialidade, integridade, a privacidade, a proteção da identidade e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades; garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos respondentes e minimizar desconfortos, garantindo local reservado, seguro e liberdade para não responder questões constrangedoras, bem como horários e plataformas, no caso dos encontros virtuais, que melhor atendam às necessidades dos participantes; promover o acesso aos resultados individuais e coletivos, de forma que os respondentes possam solicitar a retirada de trechos que julgarem necessários; assegurar a não violação e a integridade dos documentos (rasuras, danos físicos, cópias não autorizadas); garantir que os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e

⁵⁰ O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco através da Plataforma Brasil sob o CAAE: 40883220.5.0000.5208 e sob a alcunha 'Produção de saberes de integração por migrantes venezuelanos no Brasil: uma proposta por copresença'.

resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização; alterar nomes dos participantes para evitar que estes possam ser identificados, mantendo o respeito às informações pessoais de cada sujeito de pesquisa; garantir que a participação seja voluntária e que possa ser descontinuada quando assim o participante o desejar; esclarecer os objetivos da pesquisa previamente; não coletar dados diretamente de menores de idade; e não onerar de nenhuma forma o participante da pesquisa.

Quanto às características necessárias aos participantes para serem incluídos ou excluídos da pesquisa, a investigação adotou os critérios a seguir. Os sujeitos de pesquisa deveriam: 1) ser venezuelanos; 2) que migraram após o início da atual crise humanitária do país (de 2013 para cá); 3) maiores de idade; 4) que estivessem participando dos projetos com viés de economia solidária; 5) que aceitassem o convite para participar da pesquisa de forma voluntária; 6) que estivessem conscientes e concordassem com os termos da pesquisa propostos no termo de consentimento livre e esclarecido. Os participantes que não atendiam às características foram excluídos da investigação. Também foram excluídos aqueles que após participação, manifestaram desinteresse que o material coletado fosse utilizado.

Ademais, o pesquisador vislumbra ter gerado benefícios indiretos aos participantes da pesquisa. Esperamos que os resultados obtidos possam ser amplamente divulgados junto aos órgãos decisores de forma que possam ajudar na construção de políticas públicas e assim contribuir na minimização dos desafios enfrentados pelos migrantes. No âmbito individual, acreditamos ter contribuído no processo de integração ao Brasil através do auxílio na adaptação dos migrantes com esclarecimentos de dúvidas burocráticas que os mesmos possuíam. Para a entidade que atua junto aos migrantes, esperamos ter gerado resultados que ajudem na publicização do trabalho lá executado, bem como na melhoria dos processos.

Finalmente, os dados coletados (notas das observações diretas, gravações das narrativas de vida, documentos secundários pesquisados na internet, gravações de entrevistas com outros atores envolvidos na investigação, fotografias e vídeos produzidos pelo pesquisador e demais arquivos) ficarão armazenados virtualmente em nuvem por um período de cinco anos, sob responsabilidade do pesquisador, de forma a garantir que terceiros interessados possam ter acesso ao material bruto coletado que não revele a identidade de participantes.

4 PANORAMA DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM PERNAMBUCO

[São Loureço da Mata, 15 de setembro de 2019, Arena Pernambuco, Setor Leste]

Segundo tempo de uma semifinal da Copa dos Refugiados. Seleccionado venezuelano vai perdendo por 1x0 para o de Cabo Verde. Partida disputada. Carrinhos e chutões praticados como se a bola fosse uma inimiga comum entre as equipes. Na arquibancada, cerca de uma centena de venezuelanos em trajes com as cores amarela, azul e vermelha se destacam pela torcida efusiva. Cada vez que um atleta consegue ficar com a bola mais de 10 segundos e vai em direção ao gol, os torcedores vão junto aos gritos de esperança. “*VIVA LA SELECCIÓN VINOTINTO!*”, gritam em coro.

O resultado adverso persiste. O quarto árbitro levanta uma placa apontando 3 minutos de acréscimos. Após um tiro de meta, um atleta gordinho de uns trinta anos no meio campo consegue um lindo passe para um atacante magrinho e aparentando uns 16 anos que acabara de entrar. O lance é rápido. Ele sai em direção ao gol livre de marcação. A torcida se levanta. Os gritos de alegria começam.

O garoto dribla o goleiro e marca para a Venezuela. A felicidade na arquibancada é ensurdecedora. Os torcedores pulam e se abraçam ao mesmo tempo.

A alegria dura por alguns segundos até notarem que o assistente havia levantado sua bandeira marcando impedimento. O gol não valeu. Um silêncio constrangedor se inicia e é cortado por um grito solitário: “*QUE HIJO DE P*!**”

[...]

Até dezembro de 2021, havia quase 10 mil (9.856) estrangeiros vivendo em Pernambuco. Contudo, como tal dado é oriundo do portal da imigração⁵¹ do governo federal e reflete aqueles que passaram por regularização na polícia federal, quando consideramos migrantes que chegaram ao estado sem antes ter passado por tal processo, o número tende a ser maior. Uma população migrante que, conforme Moraes (2022), está distribuída, em sua maioria, pelas cidades do Recife (4.251), Jaboatão dos Guararapes (1.180), Ipojuca (588), Olinda (488), Caruaru (444) e precisa encontrar meios de sobrevivência em contextos que não oferecem políticas públicas nem assistência emergencial robustas nem pelos municípios e nem pelo governo estadual. O objetivo aqui é criar um panorama dos primeiros anos da integração de migrantes venezuelanos em Pernambuco, um estado desprovido de qualquer experiência na acolhida e integração de refugiados, muito menos de migrantes de sobrevivência como é o caso.

⁵¹ Veja dados atualizados em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados>.

4.1 As Fases da Presença Venezuelana em Pernambuco

A partir dos esforços realizados com os procedimentos descritos na seção 3.4.1, chegou-se ao seguinte panorama da presença venezuelana em Pernambuco. Dividido, para efeito de representação, em quatro fases que se deram entre os seguintes incidentes críticos: a primeira fase denominada RECEPÇÃO se deu entre a chegada oficial do primeiro grupo interiorizado em de julho de 2018 e dezembro de 2018 com a inauguração da Casa de Direitos do Migrante na cidade do Recife; a segunda fase nomeada ARTICULAÇÃO desenrola-se após a inauguração da Casa de Direitos até a realização da Copa dos Refugiados em setembro de 2019. A fase de EMERGÊNCIA se deu entre os desdobramentos iniciais da chegada espontânea do primeiro grupo de indígenas a cidade do Recife em outubro de 2019 e o desenrolar da Pandemia de Covid-19 ao longo de 2020 até uma carta-denúncia publicada por entidades que atuam na acolhida sobre a precariedade das condições enfrentadas pelos migrantes. A fase atual, designada de ARREFECIMENTO, se dá com o que se sucede após a carta-denúncia e o início da vacinação (janeiro de 2021) até as repercussões de uma Audiência Pública realizada em Pernambuco pela Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) em novembro de 2021. A Figura 13 a seguir resume as fases da migração venezuelana para Pernambuco.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar, que essas fases não indicam exclusividade dos incidentes. Isto é, não é porque uma fase é chamada de articulação ou emergência que não houve articulações presentes ou emergências demandadas em outros momentos da diáspora venezuelana a Pernambuco, por exemplo, mas sim que durante o período citado, foi o tipo de ação que mais se destacou.

4.1.1 Fase de recepção

A diáspora venezuelana em Pernambuco teve início em 03 de julho de 2018, quando os primeiros migrantes desembarcaram no Aeroporto Internacional do Recife-Guararapes Gilberto Freyre trazidos num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) destinado a servir aos objetivos da Operação Acolhida liderada pelo Governo Federal. Mais especificamente do programa de interiorização que objetiva favorecer a integração deles às comunidades de acolhida.

O grupo inicial de sessenta e nove pessoas foi destinado à Igarassu, município da Região Metropolitana do Recife, para ser acolhido pela ONG *Aldeias Infantis SOS* com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Embora o discurso oficial seja de “ajuda humanitária”, uma fala de um dos comandantes envolvidos na ação ilustra que um dos objetivos da Operação Acolhida é também desafogar as cidades fronteiriças que naquele momento sofriam com a superlotação de migrantes vindos da Venezuela: *“Em primeiro lugar, nossa missão é de natureza humanitária; tivemos a oportunidade de ajudar um povo irmão. Em segundo lugar, melhoramos a vida dos brasileiros que vivem em cidades sem a devida estrutura para acolher tantos imigrantes.”* (D002)

Figura 14: Chegada do primeiro grupo de venezuelanos a Pernambuco



Fonte: ACNUR/André Madureira

O problema disso é que uma ação com um viés apressado, não-planejado, tende a impactar negativamente no processo de integração dos migrantes, fazendo com que a medida ganhe contornos de transferência de problema para outros lugares. Nesse sentido, quando analisado o *corpus* do período, é notável a percepção de um tipo de **solidariedade de improviso** presente na fala de alguns envolvidos nos diferentes domínios que englobam o processo de integração dos migrantes, com destaque para os marcadores e meios e para as conexões sociais, principalmente na relação com a comunidade local e com as instituições que buscavam garantir aos migrantes alguns direitos básicos. Os extratos a seguir exemplificam isso:

“Ao chegarem nas cidades, a pretensão é inseri-los no mercado de trabalho e na educação. Por isso, [...Prefeitura e Governo...] irão procurar construir as alternativas e, a partir de agora, começa uma nova operação entre os órgãos do Município, do Estado e do Governo Federal”. (D003); Segundo a secretária de Educação, o município precisou se preparar em tempo recorde para receber os alunos. “Nós não fomos avisados previamente sobre a chegada do grupo”. (D005); A falta de trabalho é uma das reclamações de quase todos os venezuelanos que se refugiaram em Igarassu. (D006); “A urgência deles é encontrar emprego para que tenham autonomia e consigam sobreviver sozinhos. Até porque o apoio da ONU é apenas por seis meses.” (D009). “Não tínhamos essa realidade no município e tivemos que criar uma força-tarefa para encarar o desafio. Temos aprendido na prática a lidar com essas questões e buscando acolher da melhor forma as famílias estrangeiras que chegam ao estado, com um olhar especial para as crianças”, pontua. (D024).

Assim, de maneira não devidamente planejada, se iniciou o processo de interiorização dos venezuelanos em Pernambuco, lugar que não possuía expertise anterior sobre acolhida de refugiados e que teve que aprender com o processo já em curso, o que tende a agravar a vulnerabilidade dos migrantes.

Adentrando na vulnerabilidade enfrentada pelos venezuelanos, algo que se destacou no *corpus* de pesquisa foi a ideia que apesar de tudo, o Brasil ainda consegue oferecer condições mínimas à sobrevivência, mais especificamente no domínio dos marcadores e meios e de facilitadores como segurança e estabilidade, que parecem não ser mais facilmente encontradas na Venezuela. Para ilustrar, há garantias para o migrante no âmbito da saúde (cadastro no Sistema Único de Saúde), da educação (matrícula das crianças nas escolas públicas), da habitação (auxílio moradia/abrigo temporário) e da renda (quase exclusivamente por meio de atividades informais e bolsas assistenciais do governo). Essa ideia de que o Brasil garante o **mínimo para viver como um alento** é ilustrada pelos extratos seguintes:

“A expectativa de um bom atendimento de saúde no setor público, ainda que a assistência médica do Estado seja uma queixa frequente dos próprios brasileiros: “Uma vez, um venezuelano passou mal em Boa Vista. A ambulância chegou em dois minutos. Na Venezuela, não chegaria nunca. Não há socorro”. (D004); Para os

venezuelanos que desembarcaram na cidade, a expectativa é de uma vida melhor. “Espero que meus filhos tenham educação aqui no Brasil”. (D003); As famílias que estão há pouco mais de dois meses em PE encontraram alimento, abrigo e a colhida, itens em falta em seu país, que vive uma crise social, econômica e política sem precedentes. (D009); Ela fala que encontrou na venda de alimentos uma tentativa de complementar a renda enquanto o emprego formal não aparece. “Vendemos bolos e picolés. Estou gostando daqui, porque as pessoas são simpáticas. Lá, meus cinco filhos comiam uma vez por dia; estavam fracos. (D006).

No decorrer dos meses, o plano de interiorização continuou e novos grupos foram sendo trazidos para Pernambuco. Ainda em dezembro de 2018, outro incidente crítico importante para a migração venezuelana no Estado se dá com a inauguração da Casa de Direitos na cidade do Recife.

Figura 15: Casa de Direitos dos migrantes e refugiados é inaugurada no Recife



Fonte: UNICAP/Elano Lorenzato

Fruto de uma parceria entre instituições, principalmente a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) e o Instituto Humanistas da Universidade Católica de Pernambuco, a Casa de Direitos tem como objetivo favorecer a integração de migrantes e refugiados ao propiciar acolhimento, atendimento jurídico, acompanhamento psicossocial e diversas capacitações. Com este incidente, se inicia um segundo momento ou fase em que ganha destaque o trabalho de articulação de novas instituições em prol da causa migratória em Pernambuco.

4.1.2 Fase de articulação

Com a abertura da Casa de Direitos, não somente a ONG Aldeias Infantis, mas também outras instituições assumiram a acolhida de grupos recém-trazidos pelo processo de Interiorização, a se destacar a CBNE2. Durante esse período, além do que é oferecido pela Casa de Direitos, a instituição propiciou, através de um programa chamado 'Pana', acesso à moradia, por meio do aluguel subsidiado de casas ou apartamentos para migrantes, além de criar estratégias de empregabilidade. Além disso, diversas outras instituições de governo e sociedade civil começam a dar forma ao Comitê Interinstitucional de Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Migração, Refúgio e Apátridas de Pernambuco (COMIGRAR), e com isso discutir, articular e promover ações voltadas aos migrantes. Entre as principais instituições a participar do comitê estavam o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública de Pernambuco (DPE), Prefeitura do Recife e Governo do Estado, Conselho Regional de Psicologia.

Figura 16: Reunião do COMIGRAR



Fonte: CBNE2

Com o decorrer das chegadas, não só oficiais, mas também espontâneas, e à medida que a maioria dos migrantes continuavam na informalidade e seu número aumentando, o discurso de ajuda humanitária começa a ser moldado para um de Inclusão Produtiva. Isto é, reforçar que a região tem muito a ganhar com a chegada dos migrantes e sua assimilação ao mercado de trabalho. A mudança parece uma estratégia para evitar que casos de xenofobia que vinham

acontecendo na fronteira e através de *Fake News* divulgadas nas redes pudessem se repetir na região. Essa ideia de **acolhida por inclusão produtiva** pode ser exemplificada com os seguintes trechos.

O que nós tentamos é que sejam feitos todos os esforços para que eles ingressem no mercado de trabalho. Temos campanhas de sensibilização para que isso aconteça. Precisamos estimular essa questão da inclusão produtiva”. (D010); Além de oportunidade de formação com vistas a trabalho e renda, com o objetivo de estimular a inserção produtiva no mercado de trabalho. (D013); A Cáritas é responsável pela estadia, alimentação, apoio jurídico, psicossocial e outras necessidades [...] O Governo americano está financiando o projeto [...] A Prefeitura do Recife contribuirá com encaminhamento para inclusão em programas sociais, garantia de acesso aos serviços de saúde, viabilização de matrícula escolar na rede de ensino municipal, inserção em cursos e no mercado de trabalho, entre outros. (D016); Destacou como um dos desafios a ser enfrentado a construção de uma política de empregabilidade para dar autonomia financeira aos migrantes, uma vez que, em sua maioria, precisam enviar dinheiro para a família que ficou na Venezuela. (D023)

Um ponto a ser considerado nessa fase se dá com o alinhamento interinstitucional pela causa. Novas entidades passam a fazer parte do comitê e ações interculturais são promovidas para sensibilizar a sociedade local no acolhimento de migrantes, tais como lançamento de plataforma de empregabilidade e a realização de uma Copa dos Refugiados na Arena Pernambuco, além da articulação para promoção de direitos e cidadania para os migrantes se intensificar e de ações direcionadas a validação de diplomas e cursos de idiomas serem realizadas.

Alguns extratos que demonstram o **alinhamento interinstitucional** são:

A Secretaria afirma que está alinhada com o Ministério da Cidadania; a ONU, através da ACNUR; organizações não governamentais, como Organização Internacional para as Migrações (OIM), Cáritas, Aldeias Infantis; os municípios de Recife, Igarassu e Carpina e também com empresas e pessoas que se apresentam espontaneamente. (D025); “Estamos dialogando com a Secretaria Estadual de Educação para aquelas funções que exigem comprovação de ensino médio, e já iniciamos um diálogo muito avançado com a Universidade de Pernambuco no processo de revalidação dos diplomas”, declara. O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco integra uma comissão criada para discutir soluções para os problemas enfrentados pelos refugiados venezuelanos. (D028); Em Pernambuco, a copa foi realizada pela primeira vez graças a uma corrente de voluntários e de organização a partir de ONGs, sociedade civil e organizações ligadas ao futebol. Estão incluídos representantes da ONG África do Coração (São Paulo), do Grupo de Embaixadores para o Desenvolvimento (Gade), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Defensoria Pública da União (DPU), e do Escritório de Assistência à Cidadania Africana em Pernambuco (Escape). A Federação Pernambucana de Futebol (FPF) e o Sport Club do Recife também apoiaram o evento. (D033)

Figura 17: Copa dos Refugiados em Pernambuco 2019



Fonte: o autor.

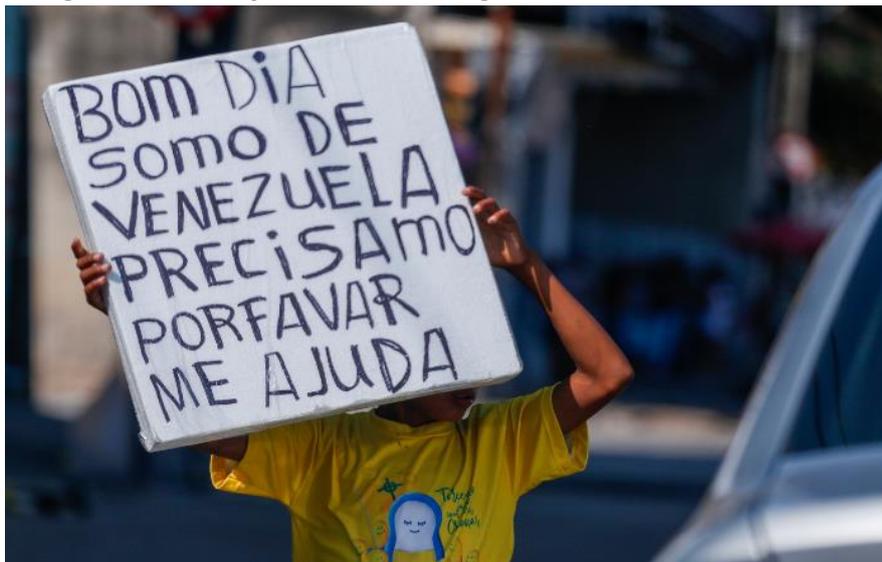
A Copa dos Refugiados, pelo simbolismo de colocar migrantes para disputarem um torneio no mesmo palco da Copa do Mundo de Futebol e pelo expressivo número de entidades envolvidas, pode ser considerada um importante incidente crítico dessa fase de articulação inicial, principalmente porque menos de um mês após o evento, um novo incidente crítico exigiria ainda mais articulações por parte das instituições: a chegada dos indígenas Warao a Pernambuco. O que daria início a fase emergencial da migração venezuelana no Estado.

4.1.3 Fase de emergência

A chegada dos indígenas da etnia Warao em 06 de outubro de 2019 marca o início de um período de grande ressonância da migração venezuelana em Pernambuco. Em grandes grupos, estes indígenas venezuelanos, que não dominam o idioma espanhol nem o português, vem se deslocando de cidade em cidade, e em sua maioria, não passaram pelo crivo do programa de interiorização. Ao chegarem num novo destino, precisam depender da solidariedade da

comunidade local para conseguirem abrigo, dinheiro e alimentos. O apelo destes por doações em semáforos da grande Recife trouxe o tema para o debate das instituições e grande repercussão na mídia local. O uso de cartazes para sobrevivência acabou por amplificar a pauta, por fazer com que até aqueles que estavam mais alienados sobre o assunto pudessem perceber que havia uma nova demanda na região.

Figura 18: Criança venezuelana segura cartaz nas ruas do Recife



Fonte: Diário de Pernambuco/Leandro de Santana

Diante disso, com sua chegada, os Warao acabaram sendo catalizadores do debate sobre migração em Pernambuco. Levando as instituições e governos a se mobilizarem por soluções. Alguns trechos que ilustram esse momento de **sobrevivência em cartaz** estão a seguir:

Famílias de refugiados venezuelanos, que chegaram ao Recife sem apoio oficial de governos e entidades assistenciais, estão pedindo ajuda financeira, comida e um lugar para morar. O grupo é formado por homens, mulheres e, principalmente, crianças, sendo algumas de colo. Eles levaram cartazes para as ruas da capital pernambucana e tentavam despertar a solidariedade de quem passava. (D034); A casa onde ele e a família vivem agora foi cedida temporariamente pelo dono sem cobrar nada. "Ele disse que podemos ficar até janeiro. Depois teremos que tomar outro rumo, mas não temos dinheiro", comentou José, que todos os dias anda pelas ruas do Recife para pedir ajuda e garantir a alimentação. Ele e outros moradores da casa usam cartazes improvisados no isopor para pedir donativos. (D036); Após duas visitas às casas, a reportagem constatou que, pelo menos, 60% dos moradores são crianças, visivelmente desidratadas, com inflamações nos olhos (algumas com terçol, outras com olhos inchados e vermelhos) e ferimentos na cabeça. (D037)

A vulnerabilidade enfrentada pelos migrantes foi ainda mais intensificada com a instauração da pandemia de Covid-19 em março de 2020 e com os problemas que dela se sucederam ao longo dos meses seguintes.

Figura 19: Venezuelanos ficam desabrigados após incêndio



Fonte: Jornal do Commercio/Bruno Campos

Enquanto as condições de habitação dos abrigos oferecidos aos Warao já eram tema de denúncias, o ápice da vulnerabilidade se deu com dois incidentes graves: um incêndio em um dos abrigos em maio de 2020 que desabrigou dezenas deles em meio à pandemia e a morte de uma menina de 16 anos e as complicações burocráticas para seu sepultamento que evidenciaram o total despreparo dos órgãos governamentais para com o caso. Esse período onde os migrantes ficaram **duplamente vulneráveis** pode ser exemplificado com os extratos a seguir:

No dia seguinte ao óbito, equipes da Vigilância Epidemiológica e dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua foram ao abrigo para instruir os estrangeiros sobre as medidas de prevenção em relação à Covid-19, além de reforçar a explicação sobre quando eles devem procurar o serviço de saúde. (D056); impossibilitados de fazer a coleta e com as doações diminuindo, os Waraos ainda encontram dificuldades para conseguir o auxílio emergencial do Governo Federal. (D057); Depois de um incêndio na casa onde estão abrigados, várias famílias venezuelanas que vivem no bairro dos Coelhos, no Recife, precisam dormir na rua. As roupas espalhadas pelas calçadas, um varal improvisado e nos sacos plásticos um pouco do que conseguiram retirar da casa. (D060)

Quanto ao grupo de migrantes urbanos, tanto os oriundos do processo de interiorização como aqueles que começaram a chegar espontaneamente, tal período emergencial também fez permanecer sua vulnerabilidade e com sua sobrevivência também ameaçada (chegando ao extremo de um migrante ter sido assassinado por engano em Igarassu). Além dos empregos continuarem escassos, os efeitos da pandemia também prejudicaram aqueles que estavam conseguindo renda na informalidade. Sem o apoio ideal do Estado e com as dificuldades impostas pela pandemia, as instituições de acolhida acabaram adotando o discurso

empreendedor para os migrantes. Alguns trechos a seguir exteriorizam esse momento de **empreendedorismo como saída**.

Para promover o empreendedorismo entre esses imigrantes, seria importante implementar políticas públicas que facilitem a obtenção de empréstimos financeiros, oferecer aos venezuelanos que já vivem no país cursos de formação e capacitação, bem como do idioma. Os pesquisadores também destacam a importância da promoção de feiras especializadas em produtos venezuelanos, onde essas pessoas possam expor seus produtos e serviços, e a divulgação de serviços e espaços onde os interessados possam obter informações sobre empreendedorismo. (D067); Dentre os vários projetos desenvolvidos pela instituição com propósito de geração de renda, estão os projetos Creciendo financiado pelo Inter American Foundation (IAF), e o Projeto RAFA, que visam incluir empreendedores venezuelanos e seus negócios no mercado de trabalho. (D068); A Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) lançou a plataforma on-line Creciendo. O ambiente virtual promove a divulgação do trabalho de empreendedores venezuelanos que vivem na Região Metropolitana do Recife, estimulando novos negócios, ampliando as vendas e encurtando a distância entre os pequenos empresários e os clientes. (D073);

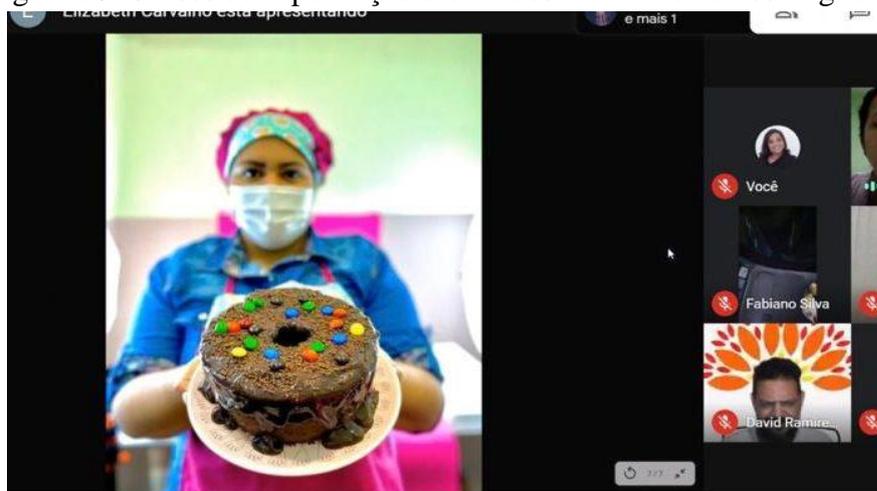
O período emergencial ao longo do ano de 2020 se notabilizou como uma fase de atuação das instituições para sanar demandas urgentes, principalmente em relação à moradia e alimentação, até porque com a pandemia, a maioria das atividades presenciais foram canceladas, inclusive o atendimento na Casa de Direitos, fazendo com que as ações de atenção primária fossem adaptadas para atender os protocolos de segurança e outras como formações fossem levadas para o ambiente virtual. Por um lado, a falta de uma atenção por parte dos órgãos governamentais acabou fazendo com que a grande maioria dos Warao deixasse a cidade do Recife e se movimentassem para outras cidades pernambucanas ou não, sendo este um incidente crítico relevante, algo também denunciado pelas instituições de acolhida. Por outro lado, com a chegada da vacinação, a pauta migrante entrou numa fase de arrefecimento se limitando principalmente a abordar temas ligados a capacitação dos mesmos, fase que apresentamos a seguir.

4.1.4 Fase de arrefecimento

As denúncias feitas pela sociedade civil sobre as condições precárias enfrentadas pelos Warao não se mostraram suficientes para que medidas mais robustas fossem tomadas, o que culminou numa carta-denúncia ainda em dezembro de 2020 publicada por entidades que atuam na acolhida dos migrantes, e com isso os indígenas em sua maioria acabaram se dispersando. Tal ineficiência dos poderes públicos para com a causa acabaria virando tema de uma audiência

pública organizada pela CMMIR no fim de 2021. Sendo esses dois importantes incidentes críticos desse período mais recente. Por outro lado, no decorrer do ano de 2020, enquanto a vacinação se inicia, o tema acabou se limitando a divulgação de cursos e capacitações para os migrantes. Desta forma, o *corpus* de pesquisa se destacou em duas frentes: por um lado nesse arrefecimento emergencial e por outro nos debates sobre a ineficiência dos governos para com a causa migratória.

Figura 20: Cursos de capacitação oferecidos virtualmente aos migrantes



Fonte: CáritasNE2

Sobre o **arrefecimento emergencial**, os trechos a seguir ilustram como isso foi tratado:

O curso de marketing digital concretiza o princípio da integração, que norteia o Programa Regional de Migração e Refúgio, além de acolher, proteger e promover. A indicação pelo tema marketing digital surgiu dos próprios migrantes, devido à dificuldade de comercialização no período. (D083); “Essa iniciativa facilitará a interação deles nas comunidades onde vivem, bem como no diálogo com o poder público e com as ONGs que acompanham a situação. Alguns sequer falam espanhol, comunicam-se majoritariamente na língua original dos Waraos. Nosso objetivo é que o Português seja mais do que uma língua adicional, seja na verdade uma língua de acolhimento desses migrantes aqui no Brasil” (D091); A Cáritas Brasileira Nordeste 2, seguindo orientações e protocolos de segurança, higiene e distanciamento em combate a Covid-19 está retomando o atendimento, de forma agendada, na Casa de Direitos de Pernambuco (D096).

Já para a **ineficiência das instâncias de Governo** em lidar com as demandas dos migrantes, os extratos a seguir ajudam a ilustrar tal deficiência:

A Igreja Católica e demais entidades denunciantes exigem a reparação imediata por todas as violações de direitos provocadas pelos poderes públicos, a elaboração de um plano de assistência social, o estabelecimento de um fluxo de atendimento inclusivo, a garantia da segurança alimentar e a aplicação dos recursos já liberados pelo Governo Federal em favor dos refugiados e migrantes (D076); Foi a quarta

tentativa, da Secretaria de Desenvolvimento do Recife, para contratar sem licitação um abrigo para o grupo Warao, de refugiados venezuelanos. Segundo o texto oficial da decisão do Tribunal de Contas Estadual (TCE-PE), foram três dispensas da Secretaria em 2020, todas canceladas após o tribunal apontar supostas irregularidades no processo administrativo de dispensa e na empresa que estava para ser contratada na ocasião (D078); Durante a audiência pública, alguns dos venezuelanos presentes puderam falar sobre a situação de vulnerabilidade que enfrentam, agravada pela pandemia. A maioria quer emprego e uma moradia digna para viver. Eles expuseram também as dificuldades que vivenciam no dia a dia, que vão da xenofobia à insegurança alimentar. (D102); A recomendação cita a necessidade da adoção de medidas concretas e especializadas em apoio aos Warao, em especial aos em situação de rua ou vulnerabilidade em áreas de risco, sem prejuízo das medidas necessárias em relação aos demais imigrantes, como locais para abrigo, política integrada por meio de rede de instituições governamentais, civis e religiosas para atendimento às crianças indígenas em situação de vulnerabilidade e suas famílias, em Pernambuco. (D106)

Com isso, a atual situação da migração venezuelana em Pernambuco é de espera por políticas públicas mais robustas. O que tem repercussão considerável na integração dos migrantes ao Estado, pois estes acabam tendo de buscar soluções próprias para tentarem sair de sua condição de vulnerabilidade. Até o corte final da pesquisa, apenas uma lei estadual (Lei 17.350 de 15/07/2021) e uma do município do Recife (Lei 18.798 de 20/05/2021) haviam sido sancionadas em meados de 2021, dando as bases para a construção de políticas públicas.

Figura 21: Reunião em Recife da Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados



Fonte: UNICAP

De tal modo, observou-se que dentro do que está sendo oferecido atualmente aos migrantes pelo Estado de Pernambuco, estes estão longe de uma integração que lhes permita recomeçar a vida de maneira digna.

4.2 Em busca de um novo olhar

A perspectiva funcionalista em termos de integração sugere que os refugiados devem ser integrados por meio de programas ou políticas públicas já existentes no país de acolhimento (MOREIRA, 2014), porém, quando consideramos que as dinâmicas globais de extrema pobreza, deslocamentos em massa, desastres ambientais e conflitos armados criam níveis de expulsão social nunca antes vistos, principalmente no Sul global (SASSEN, 2016), entendemos a necessidade de acolher soluções para o fluxo de migrantes que tentam sobreviver e na maioria das vezes as soluções adotadas pertencem ao mesmo paradigma que gerou os problemas iniciais, ou seja, que as políticas seguem a lógica capitalista hegemônica que contribui para o fenômeno migratório em primeiro lugar; dessa forma, o processo de integração tende a ser inviável. Se os mesmos fatores que tornam os indivíduos descartáveis em seus locais de origem (ENRIQUEZ, 2006; MENDES, 2016), também definirem quem pode ser incluído no novo destino, a probabilidade de sucesso da integração diminui – principalmente no contexto do Sul global que é permeado por diversos tipos de crises. O caso do acolhimento de migrantes em Pernambuco é um bom exemplo dessa combinação.

Os primeiros três anos e meio de integração venezuelana em Pernambuco demonstram como a falta de experiência prévia somada às decisões tomadas pelos órgãos governamentais não ajudaram a superar as vulnerabilidades que os migrantes enfrentam ao chegarem a este Estado. Ainda não existe uma política de acolhimento pública robusta e as soluções geradas nesse período foram episódicas com organizações da sociedade civil mostrando muito mais iniciativa nos eventos críticos relacionados à assistência aos venezuelanos. Se em todo o mundo a assistência em termos de habitação, formação linguística e acesso ao mercado de trabalho tornaram-se áreas de preocupação dos governos em termos de integração de refugiados em sociedades acolhedoras (CASTLES, 2002), quando olhamos para os domínios do processo de integração, podemos constatar que o governo de Pernambuco opta por não caminhar na mesma direção e é a sociedade civil que tem sido obrigada a preencher essa lacuna.

No que diz respeito aos domínios pelos quais os migrantes passam para se integrarem na comunidade de acolhimento, o nosso *corpus* de investigação demonstra que no domínio dos marcadores e meios, por ser relacionado aos itens mais básicos, estão as áreas que têm obtido maior atenção. As necessidades dos migrantes em termos de emprego, renda, moradia e educação têm sido tratadas de forma episódica. O destaque positivo tem sido o domínio da educação, pelo menos no contexto infantil, pois há a garantia de aceitação de matrícula na rede

pública gratuita para todas as crianças. Como nos aconselham Strang e Ager (2010), a escola é vista como o contato local mais importante com os membros da comunidade local de acolhimento por agir no estabelecimento de relações que favorecem a integração. Na mesma linha, Lucena *et al.* (2021, p. 185), afirmam que “a escola desempenha um papel fundamental na integração do migrante, visto que é através das crianças e adolescentes que os adultos serão introduzidos no processo de novas aprendizagens”. No entanto, não houve alteração estrutural feita para receber as crianças. Elas foram apenas incorporadas ao sistema de ensino público existente. Por outro lado, na questão da revalidação de diplomas estrangeiros para adultos, apesar de alguns poucos casos positivos, repetiu-se o padrão de ‘preguiça’ burocrática (AIZAWA, 2021).

A mesma lógica de incorporação foi aplicada ao domínio da saúde, com a inclusão dos migrantes no Sistema Único de Saúde (SUS); direito garantido por diversos dispositivos legais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei do SUS⁵² e a Lei de Migração⁵³. No entanto, notamos questões pontuais de incompatibilidade cultural que mostram que o sistema de saúde não está completamente pronto para atender às necessidades dos migrantes. Dessa forma, mesmo com a incorporação dos migrantes nos domínios da educação e da saúde, há lacunas que precisam ser preenchidas, como a ausência de profissionais qualificados para atender o público venezuelano, fato que também se reflete o panorama nacional (VINCENZI *et al.*, 2021) do tratamento de questões básicas para esses migrantes.

Os domínios habitação e emprego/renda foram mais problemáticos. Quanto aos primeiros, os abrigos disponibilizados foram criticados pelas suas péssimas condições, fato que levou os migrantes a competir com a comunidade local pelo espaço urbano, aumentando a tensão entre as duas culturas. Situação que desconhece a importância da habitação em termos de espaço físico e bem-estar emocional dos refugiados, bem como sua capacidade de se sentir “em casa” (AGER; STRANG, 2008) e também ignora que prevenir tensões sociais é um grande desafio para o desenvolvimento urbano no futuro e é uma importante pré-condição para a integração dos refugiados na sociedade urbana (ADAM *et al.*, 2019).

Enquanto isso, em termos de emprego e renda, o que vemos é a repetição de algo que vem sendo amplamente divulgado na literatura: o fato de esses migrantes estarem mais expostos e vulneráveis e terem propensão a ter empregos mais precários (PIZARRO; FINARDI;

⁵² Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

⁵³ Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

CONTRUCCI, 2010; PEROCCO, 2017). Com isso, a transferência de responsabilidade acabou sendo a estratégia adotada, com os migrantes sendo empurrados para o empreendedorismo por falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, o que concorda com os achados de Alaslani e Collins (2017), que demonstram que os migrantes impedidos de obter trabalho compatível com seu capital humano e como alternativa são incentivados a se tornarem empreendedores.

Ressalte-se que a adoção de práticas empreendedoras, como afirmam Zanforlin e Amaral (2019), tem sido utilizada para “substituir” completamente a função do Estado em proporcionar o acolhimento dos migrantes e ainda refletem princípios hegemônicos do capitalismo como individualidade e competição entre os migrantes. Nesse sentido, os migrantes são estimulados a transformar suas condições sociais e econômicas por conta própria, sem a ajuda do Estado, que lhes nega políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho local. São considerações que precisam ser levadas em conta.

Se houve resultados substanciais nos domínios mais básicos, nos demais domínios a ressonância foi bem menor. No domínio das conexões sociais, que é a relação entre os migrantes e as instituições, a comunidade e outros migrantes, observa-se uma dependência das instituições de acolhimento por parte deles, e pouco nas relações com a comunidade e com outros migrantes. Eventos pontuais aconteceram nesse sentido, como o Dia das Crianças, a Copa dos Refugiados, e eventos de acolhimento oferecidos pela prefeitura de Igarassu para os primeiros grupos que chegaram. Apesar disso, ainda há dificuldades na formação de redes informais que segundo Castles (2002) fornecem recursos vitais para indivíduos e grupos, principalmente na formação de capital social para a criação de laços comunitários e assistência mútua em termos econômicos e sociais.

Quanto ao domínio dos facilitadores, a questão do idioma foi abordada por meio de cursos oferecidos por diversas instituições, mas o mesmo não pode ser dito de uma tradução cultural para as pessoas de ambas as nações. A segurança e a estabilidade tiveram repercussões tangenciais, representadas pela ideia de que o Brasil oferece ao menos uma estabilidade mínima para os venezuelanos, fato que é visto como justificativa da ajuda humanitária prestada. O acesso aos elementos que compõem o domínio dos facilitadores é a base para definir a inclusão ou exclusão dos migrantes na sociedade acolhedora. Se o papel do Estado é remover barreiras, como Strang e Ager (2010) afirmam, mais uma vez vimos que pouco foi feito nesse sentido.

O mesmo vale para o domínio dos direitos e da cidadania que são assegurados por poucos entes públicos que lembram que os migrantes têm os mesmos direitos que qualquer outro brasileiro, mas esse domínio fundamental reflete localmente a lógica nacional adotada,

ou seja, que os migrantes estão longe de alcançar o pleno acesso, principalmente porque Pernambuco também apresenta um fenômeno já observado por Moreira (2014) no contexto nacional: há uma ausência de participação dos próprios refugiados na elaboração, execução e avaliação dos programas e políticas a eles dedicados.

Diante do panorama ilustrado, fica evidente que o estado de Pernambuco tem se mostrado hostil a esses migrantes que lutam pela sobrevivência, o que é algo que também se reflete em nível nacional. Isso porque o Brasil é um país permeado por crises que deixa a maioria de seus habitantes vivendo em condições de vulnerabilidade, e parece não saber ou se importar em lidar com as exigências para acolher esses migrantes de países vizinhos, cabendo aos migrantes sozinhos superar as condições de vulnerabilidade que os acompanharam desde a Venezuela. Diante desse cenário, quais caminhos devemos seguir? A resposta para isso pode ser uma mudança no paradigma usado para pensar a integração.

Dentro da lógica hegemônica, foram oferecidas aos migrantes “oportunidades” de serem “treinados” para concorrer a empregos ou se tornarem empreendedores com negócios próprios em mercados altamente competitivos para depois serem responsabilizados por seus fracassos. Na contramão, através de meios alternativos, os migrantes podem seguir um caminho diferente e fazer parte de redes colaborativas e/ou receber apoio para tentar obter alguma renda. Em outras palavras, podemos deixar de pensar a integração na perspectiva funcionalista e passar a adotar os princípios da economia solidária, que segundo Singer (2001), se refere a diferentes tipos de trocas econômicas baseadas na cooperação e na solidariedade. Segundo Gaiger (2004, p. 799), essa perspectiva se projeta “como uma espécie de resistência e ensaio de outro projeto de sociedade, o de uma globalização alternativa que leve à dispersão da riqueza e à boa cidadania”. Esses são princípios que podem confrontar àqueles do Norte global e sua lógica que fomenta a vulnerabilidade. Mattiazzi (2014, p.71), por exemplo, argumenta que enquanto o pilar da integração corresponde à expressão hegemônica dos princípios da ordem e da regulação modernas, o pilar da solidariedade e das trocas interculturais é a expressão contra-hegemônica da emancipação moderna de migrantes. Se basear por perspectivas como a de Ager e Strang (2008) pode até se mostrar útil para contextos de acolhimento no Norte global, porém, contextos hostis como os do Sul, exigem alternativas para se pensar o fenômeno migratório.

Portanto, novas incursões teóricas são necessárias para indicar o caminho em direção a um paradigma contra-hegemônico baseado não em uma solidariedade improvisada, como temos observado em Pernambuco, mas em uma solidariedade que busca encontrar seus próprios caminhos que de fato possibilitem a esses migrantes de sobrevivência um novo começo capaz de superar todos os bloqueios que enfrentam.

Porém, antes de adentrar nas vias de integração alternativas, os bloqueios existentes para o contexto da migração venezuelana em Pernambuco são melhor aprofundados no próximo capítulo.

5 UMA JORNADA REPLETA DE BLOQUEIOS

[Recife, 25 de novembro de 2019, prédio da UNICAP, sala da Casa de Direitos dos migrantes]

Cerca de 20 adultos estão em reunião enquanto algumas crianças brincam pelos cantos da sala. As cadeiras estão formando um círculo de maneira que todos possam ver todos.

Um rapaz alto e corpulento trajando a camisa de futebol da Chapecoense está de pé em frente ao quadro, encara a palavra e fala em portunhol truncado:

“[...] *então é isso, tem que ser Creciendo!*”

Outro rapaz, também alto, porém mais magro com um lápis sob a orelha e que já tinha feito sua sustentação, retruca:

“Ainda prefiro *Cachilapo!* Ou então *Calapa.*”

Uma educadora, usando um colete marrom que a identifica como sendo da Cáritas, que coordena a reunião então convoca:

“Vamos fazer uma votação entre *Creciendo*, *Calapa* e *Cachilapo*. Quem prefere *Creciendo* levanta a mão?”

A maioria levanta a mão.

Ela conclui: “Então é isso. Nosso projeto se chamará *Creciendo.*”

Risadas e comemorações discretas se dão pela sala. Está escolhido o nome de um projeto que ajudará a fomentar práticas de geração de renda aos migrantes venezuelanos.

[...]

Embora não tenha sido a primeira reunião com migrantes que participei, considero esta basilar por ter sido aí que comecei a direcionar minha pesquisa para as práticas de geração de renda desempenhadas pelos venezuelanos. Foi nessa reunião também que conheci a grande maioria das personagens que venho acompanhando desde 2019. Ao todo, acompanhei de perto 16 migrantes de dez grupos familiares distintos. Cada um, portador de uma dura jornada repleta de obstáculos, das quais suas experiências vividas que descreveremos a seguir tem muito a nos ensinar.

5.1 Jornadas de uma Venezuela Paralisada a um Brasil Hostil

Mais que tentar desvendar as razões estruturais que levaram ao caos que a Venezuela vem enfrentando na última década, são as experiências vividas dos migrantes que visualizamos como fonte de conhecimento para compreender como os desafios de um país repleto de crises se apresentam nas microvivências que deterioraram suas normalidades, criaram linhas abissais que os colocaram em vulnerabilidade e os forçaram a se movimentar em busca de um novo lugar capaz de devolver-lhes sua condição de existência, mas que também impõe novos e até mesmo antigos desafios. Nossas personagens são⁵⁴: Albaro e Sonya, 60 e 55 anos, que hoje vendem bolos; Analí, costureira, 44 anos; Elias, artesão, 35 anos; Otniel, vendedor, 32 anos; Fred, fotógrafo, 33 anos; Genesis, massoterapeuta, 42 anos; Hannah, artesã, 61 anos; Henderson e Desirée, artesão e cozinheira, 53 e 50 anos; Miguel, marceneiro, 36 anos; e Noris, artesã, 42 anos. É através delas que vamos nos aprofundar sobre a jornada dos venezuelanos para um Brasil que cada vez mais vem se mostrando hostil.

5.1.1 Albaro e Sonia: vendendo bolos para sobreviver

Antes da crise venezuelana se firmar, Albaro, Sonia e suas duas filhas moravam em *Ciudad Bolívar*, cidade portuária localizada às margens do Rio Oniroco e que também é capital do estado de Bolívar. Ele, que sonhara se formar engenheiro mecânico, acabou deixando a formação incompleta por não conseguir conciliar o trabalho com os estudos e terminou se dedicando aos ofícios de taxista à noite e vendedor dos lanches que, em parceria com Sonia, preparava ao dia. Embora não tenha terminado os estudos, se orgulhava que as duas filhas tenham conseguido se formar. A mais velha, pedagoga. A caçula, turismóloga. Além das duas, os sogros de Albaro também se faziam presentes na rotina da família, dando amparo a ele e Sonia sempre que necessário. Apesar da vida custosa, a casa era própria, as contas eram pagas e havia comida na mesa. Aos domingos, a família se reunia na Igreja de Nuestra Señora de Coromoto.

Aos poucos, a dureza do dia a dia começou a se tornar insustentável. A falta de alimentos e medicamentos e a violência que Albaro ouvia no rádio de seu táxi acontecendo principalmente

⁵⁴ Ressalta-se que os nomes foram modificados, assim como locais que pudessem facilitar a identificação dos migrantes.

na capital nacional Caracas começaram a aparecer gradativamente. Se a deterioração provocada pela inflação começava a se mostrar em seu cotidiano, foi em dezembro de 2016 que Albaro e Sonia perceberam que a crise venezuelana atacaria a todos. *Ciudad Bolívar* foi acometida por atos de vandalismo, uma onda de saques que durou dois dias e devastou o comércio local, e os produtos básicos que já estavam inacessíveis, começaram a se esgotar por completo. A renda advinda dos lanches desapareceu junto com os ingredientes que Sonia utilizava. Era preciso fazer algo. Albaro continuou como taxista enquanto juntava dinheiro e a renda da aposentadoria dos sogros, principalmente, passou a ancorar os custos da família. De um sobrinho que mandava dinheiro e notícias do Brasil veio o estímulo: *“Aquí no falta la comida, tío”*.

O dinheiro do táxi foi mais do que suficiente para comprar passagens de ônibus e chegar até a fronteira entre Santa Elena e Pacaraima e depois até Boa Vista. Com o que restou conseguiu se manter a duras custas por cerca de dois meses até conseguir que o cadastro que tinha feito junto a Polícia Federal Brasileira surtisse efeito. Ele seria interiorizado para Recife, cidade que seu sobrinho morava. Pisou em solo pernambucano desnutrido pesando menos 10kg que o seu normal. Com dicas do sobrinho, se dirigiu a um shopping próximo para tentar algum emprego.

“No dia 13 de março de 2018, cheguei em Recife, em busca de um futuro melhor para minha família, fugindo da crise econômica em meu país. Graças a Deus, um dia depois que cheguei comecei a trabalhar numa barraca de lanches e 15 dias depois já estava trabalhando em uma pizzaria do mesmo dono. Seis meses depois, minha filha mais nova chegou, deixando minha esposa e filha mais velha na Venezuela”.

Sonia ainda queria acreditar que a viagem do marido seria temporária e que logo eles estariam juntos e a Venezuela voltaria a ser o que era. O dinheiro que ele vinha mandando ainda não era suficiente e com a inflação galopante, o poder de compra oriundo da aposentadoria dos pais dela e dos trabalhos que ela e a filha tinham minguava cada vez mais.

Depois da vinda do meu marido e depois da minha filha caçula, não foi fácil, mas com a ajuda de Deus, minha filha mais velha e eu, junto com meus pais, seguimos em frente, dei aulas de costura, e minha filha trabalhava em um pré-escolar, graças à nossa renda junto com o que meu marido nos mandava, sobrevivemos.

Sonia tentava seguir até que um novo obstáculo se mostrou. Ela descobriu um câncer de mama. Embora tenha tido acesso à cirurgia por um hospital público, o mesmo não se deu com as terapias do pós-operatório. Com isso, Albaro juntou dinheiro e organizou a vinda dela. Assim

como fora com sua filha, sem o apoio estatal para o avião. A viagem que seria temporária não contava com um novo desafio que se apresentou: A pandemia da Covid-19.

Minha filha concordou em ficar com os avós pela minha saúde, achávamos que seria por pouco tempo, eu tinha planos de voltar; Deus tinha outros planos, cheguei no dia 6 de março de 2020, dias depois foi declarada a pandemia, houve contratemplos e iniciei as terapias apenas em junho, que deveriam durar um ano, isso mudou nossos planos.

A pandemia complicou ainda mais as coisas. Aqui, Albaro perdeu o emprego. Na Venezuela, os pais de Sonia faleceram em decorrência da Covid. Sozinha, a filha mais velha também decidiu pelo Brasil. Reunidos e desempregados, em meio à pandemia, contaram com o apoio de pessoas da Igreja que passaram a frequentar, além da ajuda obtida através da Cáritas Brasileira. Contudo, sem perspectivas de emprego, para obter renda resolveram vender lanches, principalmente bolos. Além de venderem para pessoas da Igreja, toda manhã, Albaro tem colocado as mercadorias em sua bicicleta e se dirigido a uma estação do metrô próxima da sua casa para vender os lanches produzidos por Sonia.

Em 22/05/2020 fui demitido por conta da pandemia, e foi aí que comecei a trabalhar com minha esposa com bolos, sanduíches, café, sucos, etc. Os bolos viraram fonte de renda, minha filha mais nova também estava desempregada. Tive que aprender muitas coisas, porque é uma forma diferente de fazer bolos, tivemos desafios e muitas conquistas; se Deus nos permitir teremos a vitória.

Atualmente, o negócio continua. Depois de algum tempo trabalhando sozinhos, a família passou a fazer parte de uma rede solidária organizada pela Cáritas e, através de um fundo rotativo, receberam, em 2021, apoio financeiro e formativo para investir no empreendimento.

A filha mais nova se casou com um brasileiro e saiu de casa. Aos domingos ela reencontra a família na igreja que todos frequentam. A filha mais velha tenta, ainda sem sucesso, encontrar alunos interessados em aulas de espanhol particulares. Todos ainda recebem doações que ajudam na sobrevivência e os bolos seguem sendo a única fonte de renda que eles conseguem gerar.

5.1.2 Analí: costurando novos vínculos

Analí, seu esposo e seus dois filhos menores viviam em *Valência*, capital e cidade mais populosa de Carabobo, estado situado na Região Central da Venezuela. Uma localidade reconhecida por ser uma das zonas industriais mais importantes daquele país. Até o fim de 2016, Analí exercia o ofício de costureira tendo como clientes principalmente a vizinhança local. Seu esposo trabalhava como pedreiro e os dois filhos frequentavam a escola. Eram mais uma família comum, tocando a vida e enfrentando os percalços do dia a dia. Apesar da crise ser assunto no cotidiano, a característica industrial de Carabobo era um alento. Era ali que boa parte da produção de alimentos se dava, que cerca de 30% do Produto Interno Bruto venezuelano era gerado e que um pujante comércio se destacava. Desabastecimento parecia um problema impensável, voltado para cidades mais dependentes e distantes.

No entanto, nos primeiros meses de 2017, em meio a protestos contra o regime chavista de Maduro, uma onda de saques se sucedeu em Valência. Por três dias seguidos, hordas saquearam supermercados, indústrias (inclusive destruindo maquinário) e todo caminhão carregado de produtos que encontraram pela frente, dizimando o comércio da região por completo. Com o caos instalado, produtos básicos desapareceram. Analí já não encontrava nada nos pequenos comércios das redondezas e temendo pelos filhos decidiu junto ao marido que era hora de deixar a Venezuela. Postergaram a decisão por quase um ano tentando juntar algum dinheiro e ainda acreditando que a normalidade voltaria à Valência.

Nasci na Venezuela, onde me formei como costureira, devido à situação de lá tivemos que emigrar; nosso país estava se deteriorando e não podíamos continuar avançando para dar um futuro aos nossos filhos, então, tomamos a decisão de emigrar e decidimos ir para o Brasil.

Apesar de geograficamente mais distante que a Colômbia, eles ouviram comentários de conhecidos que seria menos burocrático serem aceitos no Brasil, já que o elevado quantitativo de venezuelanos que chegavam em terras colombianas fez o governo local impor várias restrições. Venderam tudo que ainda restava dentro de casa e compraram quatro passagens para *Ciudad Bolívar*, de lá mais quatro para *Ciudad Guayana* e finalmente, outras para Santa Elena de Uairén. Chegaram a Pacaraima já sem dinheiro, fazendo a travessia entre as duas cidades a pé. O mesmo se deu ao longo dos pouco mais de 200 quilômetros que separam Pacaraima e Boa Vista. Após alguns dias dormindo na rua, conseguiram ser interiorizados.

Chegamos em Pacaraima no dia 10 de outubro de 2018 às 6h45 da manhã e continuamos avançando. Chegamos em Boa Vista e ficamos na rua, dormindo em uma caixa de papelão, o que não durou muito. Meu marido conheceu uma mulher da pastoral do imigrante que trabalha com a Cáritas Brasileira em Boa Vista, ela nos ajudou a nos cadastrarmos junto ao governo federal para sermos interiorizados. Chegamos em Pernambuco, no dia 17 de dezembro de 2018, com uma recepção calorosa pela referida organização.

No Brasil, contaram com o apoio institucional nos primeiros meses. Morando em Olinda, Analí ganhou uma máquina de costura de amigos que fez na igreja local que passou a frequentar. Enquanto o marido fazia pequenos trabalhos, ela começou a costurar para os conhecidos. Seus filhos passaram a frequentar uma escola pública nas redondezas. Sem conseguir garantir renda suficiente, precisaram se mudar para outra casa ainda mais modesta que a anterior.

Com a pandemia, começou a produzir máscaras para o marido e o filho mais velho venderem pela região. Além dos problemas financeiros, enfrentou xenofobia por parte de um vizinho. Em momento crítico, esse chegou a agredir um dos filhos e o marido de Analí dentro da casa deles e ainda, aproveitando-se do desconhecimento dos venezuelanos, fazer um boletim de ocorrência contra eles afirmando que ele que havia sido agredido. Com medo, acabaram se mudando novamente para um lugar mais distante.

Atualmente, continua tendo como principal fonte de renda as encomendas que recebe de pessoas de sua igreja. Com o arrefecimento da pandemia, parou de produzir as máscaras. O marido continua fazendo ‘bicos’. Ela também participou de algumas formações oferecidas pela Cáritas e conseguiu um empréstimo com o Fundo Rotativo Solidário para investir em suas costuras. Sua ideia é conseguir produzir conjuntos de roupas infantis em boas quantidades para que o marido as venda no centro do Recife. Agora, com a ajuda dos filhos, ela se organiza para oferecer seus serviços de costura pela internet.

5.1.3 Elias: arte e sobrevivência

Elias tem três paixões: viajar, o artesanato e a capoeira. Natural de *Barquisimeto*, capital e cidade mais populosa do estado de Lara, localizada no centro-oeste da Venezuela, cerca de 363 quilômetros de Caracas, ele conta que desde os 16 anos de idade começou a fazer artesanato ao aprender crochê com amigos. Viajando, conheceu outros artesãos e aprendeu várias técnicas

como a torção de metais, o macramê e o trabalho com couro. Diferente de outras histórias que aparecerão por aqui, ele deixou a Venezuela antes mesmo da crise se intensificar.

Saí de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, numa bicicleta, cheguei ao Brasil em dezembro de 2014. Essa foi minha primeira vez aqui. Vim ao país para conhecer o meu mestre de capoeira e treinar com ele por uma temporada antes de assumir o papel de professor em Barquisimeto-VE. O que acabou não acontecendo.

As mudanças políticas, econômicas e sociais da Venezuela o levaram a permanecer no Brasil por mais tempo do que havia cogitado. E o objetivo de ser professor de capoeira em sua terra natal foi interrompido. Ele viajou por vários estados e cidades brasileiras vendendo artesanato até chegar em São Paulo/SP, em dezembro de 2015.

Numa calçada próxima a uma das entradas da estação de metrô Anhangabaú, Elias estendia seu ‘pano hippie’ no chão e vendia os colares e pulseiras que ele produzia. Ainda assim, sobreviver na capital paulista com a venda de artesanatos era um grande desafio e o dinheiro que conseguia mal dava para pagar a pensão sem luxos que se hospedava. Devido a isso, em paralelo, ele começou a atuar como professor particular de espanhol e como cozinheiro de uma lanchonete localizada na Praça da República, região central da cidade. Ele viveu por dois anos e meio na capital paulista.

Em 2018, perdeu o emprego no restaurante e viver em São Paulo estava cada vez mais difícil. Considerando o momento inviável para voltar à Venezuela, decidiu buscar estabelecer morada na Colômbia. Após algumas tentativas frustradas de deixar o Brasil, seja por falta de dinheiro, seja por bloqueios na fronteira, em julho do mesmo ano, veio ao Recife para treinar capoeira com seu mestre e acabou conhecendo aquela que viria a ser sua esposa. Sobreviveu inicialmente na capital pernambucana dando aulas de capoeira. Em março de 2019, se casaram e decidiram encarar juntos a caminhada do empreendedorismo.

Foi nessa ocasião em que decidi deixar a vida nômade e realizar o sonho de levantar o meu artesanato do chão até a altura de uma mesa, transformando o “pano hippie” numa vitrine. É dessa forma que defino o começo do que vem a ser hoje meu trabalho enquanto empreendimento.

Após algumas visitas ao centro turístico do Recife, o Marco Zero, perceberam que o artesanato produzido tinha mais potencial de venda para os turistas que frequentam aquele espaço do que para transeuntes numa estação de metrô. Diante de resultados positivos, abriram uma barraca e começaram a vender as joias em feirinhas turísticas pela cidade.

O trabalho é artesanal, utilizando poucas ferramentas e diversos materiais como metal, linha encerada, fio náutico, pedras naturais, sementes, cascas, conchas, perolas, entre outros. Recentemente, desenvolvemos a embalagem dos nossos produtos e iniciamos a sistematização da produção com a criação de coleções a partir de pesquisas de mercado.

Mais recentemente, eles abriram também uma joalheria artesanal contemporânea. E agora lutam para conseguir regularizar o empreendimento junto à receita federal, haja visto, adquiriram uma dívida com o governo por conta de parcelas de impostos que não conseguiram pagar fruto de uma adesão do empreendimento à categoria de microempreendedor individual (MEI) logo no começo do negócio que precisou ficar parado por conta da Pandemia.

Enquanto faço as peças e participo de feiras, a minha parceira trata das vendas online, administra as redes sociais e cria conteúdo para a marca. Ainda precisamos fazer o registro de marca e regularizar o nosso MEI.

Hoje, depois de algum tempo encarando sozinhos os desafios de ter um empreendimento sustentável, começaram a frequentar reuniões formativas oferecidas pela Cáritas e se articularam para participarem em companhia de outros artesãos da mais importante feira da região – a Fenearte⁵⁵ – que é promovida pela Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (ADEPE) e potencializa as diferentes modalidades de artesanato nela oferecidas, mas exige altos custos para participação.

5.1.4 Hannah: a tradição das bonecas

Até o fim de 2017, a turística *Bailadores*, no Estado de Mérida, era o lar de Hannah, seus filhos Gyan e Lara e sua mãe Maria. Com uma população de cerca 16 mil habitantes, os ares interioranos, a natureza esplêndida e o clima frio atraíam visitantes para a cidade que também tinha a agricultura como importante atividade econômica. Qualidades que levaram Hannah e sua família a deixar sua cidade natal – *Ciudad Bolívar* – vinte anos antes e escolher *Bailadores* como novo lar. Artesã dedicada e habilidosa, ela viu a oportunidade de ter mais

⁵⁵ Considerada a maior feira de artesanato da América Latina, é realizada no Centro de Convenções de Pernambuco e tem como objetivo valorizar e difundir os saberes tradicionais, estimular o potencial de crescimento dos artesãos e artesãs, funcionando como importante elemento estruturador da Cadeia Produtiva do artesanato local.

qualidade de vida e complementar a renda de sua aposentadoria vendendo bonecas de trapo⁵⁶ típicas para os diversos turistas que frequentavam a localidade em busca das deslumbrantes cachoeiras do parque *La Cascada de La India Carú*.

Bailadores é uma vila agrícola e turística, razão pela qual o artesanato é a segunda fonte de rendimento dos seus habitantes. Somado ao calor humano que as caracteriza, consegui me dedicar a elaboração de bonecas. Também dei cursos, ensinando essa arte para outras mulheres. Mas a produção continuou em minhas mãos, e cheguei até a vender para outros países.

Quando os efeitos da crise começaram a se mostrar, seu filho Gyan, que tinha formação técnica como protético, foi o primeiro a deixar o país. Um turista que conhecera e havia feito amizade tempos antes o convidara a uma vaga de emprego em seu consultório no Brasil, mais especificamente em Recife. Enquanto o filho enviava dinheiro para ajudar com as contas, Hannah via os turistas gradativamente deixarem de visitar *Bailadores* e os produtos até mesmo da agricultura local ficarem escassos. Além disso, a mãe de Hannah, na altura de seus 80 anos, tinha a saúde que exigia cuidados que não mais eram propiciados pelo sistema público de saúde venezuelano. Nesse meio tempo, sua outra filha engravidou e sua netinha Luiza nasceu. Reunir a família no Brasil era questão de sobrevivência.

Com carteira assinada, Gyan juntou dinheiro e trouxe primeiramente a mãe e a avó. No fim de 2018, Hannah chegou ao Recife e foi morar de aluguel com o filho em Olinda. Ela e a mãe se cadastraram na Cáritas Brasileira e conseguiram receber apoios financeiros emergenciais e até uma cadeira de rodas para sua mãe. Contudo, o desejo de Hannah era dividir as despesas para manter a casa com o filho através da venda de suas bonecas. Ela sonhava apresentar um pouco de sua cultura e tradição através das bonecas de trapos ao país que lhe acolheu e ao mesmo manter vivo um saber que ela carrega consigo há muito tempo. Por isso, decidiu que abriria um ateliê.

Contudo, as condições financeiras, sociais e culturais dificultaram o início de seu empreendimento. Contando apenas com o dinheiro que o filho ganhava, não era possível levantar um capital inicial, principalmente por conta dos custos com aluguel, da necessidade de

⁵⁶ Bonecas de trapo são parte da cultura venezuelana. Segundo Castro (2011), nos séculos XIX e XX, existia o costume de dançar a valsa de 15 anos pelas moças da sociedade, passando uma boneca de pano entre as dançarinas para representar a passagem da infância à idade adulta. Depois da valsa, a debutante jogava a boneca entre as meninas com menos de 15 anos, assim como as noivas de hoje jogam o buquê entre as solteiras no dia do casamento. Além disso, tanto na costa venezuelana como no Caribe, as bonecas eram associadas à prosperidade, com boas colheitas, sorte, entregas seguras, como anjos protetores, para evitar infortúnios, e como companheiras de solidão. Ainda hoje os namorados estão acostumados a dar bonecas de pano como símbolo dos futuros filhos do casal. Uma tradição que passou a fazer parte da identidade cultural venezuelana.

separar dinheiro para ajudar a trazer a neta e filha – cujo esposo emigrara para a Colômbia – que ainda estavam na Venezuela, e das despesas com fraldas e remédios para a mãe de Hannah. Assim, Hannah passou a contar com doações de materiais e dinheiro de vizinhos para produzir as primeiras bonecas a mão. Por conta da dificuldade com o idioma, não se arriscava a sair de casa e ir ao centro comercial do Recife para pesquisar preços e produtos e não podia contar com a ajuda do filho que trabalhava de segunda a sábado e aos domingos tinha outro compromisso.

Gyan decidiu que antes de qualquer coisa, era necessário sair do aluguel. Em parceria com outros migrantes venezuelanos, comprou um pequeno lote de invasão numa ocupação próxima ao Aeroporto dos Guararapes. No terreno, que foi dividido em três entre as famílias da parceria, começou a construir sua própria casa. Sem dinheiro para pedreiros, os migrantes com alguma habilidade das famílias envolvidas se juntavam para arrecadar material de construção e levantar por conta própria as três pequenas casas. Empreitada que levou quase um ano. Só em 2021 em meio a pandemia é que conseguiram sair de fato do aluguel. Em março, a família se mudou e a companheira brasileira de Gyan também passou a morar com a família.

Enquanto sua nova casa não ficava pronta, Hannah começou a participar de oficinas formativas oferecidas por ONG, entre elas a Cáritas Brasileira. Das poucas bonecas que produzia, parte ela conseguia que uma amiga venezuelana revendesse no centro da cidade e a outra parte ela começou a vender para uma loja de artesanato no aeroporto. Porém, o dinheiro que conseguia ainda era insuficiente. Após algum tempo, conseguiu junto a um dos projetos desta última – o projeto RAFA – um empréstimo para comprar duas máquinas de costura e matéria-prima para começar a produzir suas bonecas. A companheira de Gyan passou a ajudá-la na empreitada.

“Nós imigrantes quando saímos de nossa pátria, ainda mais nós, os venezuelanos que estamos vivendo uma crise em Venezuela muito difícil, temos que vir para o país para onde vamos (sic) com uma atitude de imigrante. O que é isso? É uma atitude que é de trabalho. Trabalhar! Seguir em frente. Porque deixamos gente lá, família que queremos ajudar.

No presente momento, o negócio ainda não deslanchou. Algumas parcelas do empréstimo estão atrasadas. Parte do dinheiro que tem conseguido está sendo separado para trazer sua filha e neta para junto de si. Recentemente, ela conseguiu aumentar os canais de distribuição de suas bonecas através de *stand* coletivo organizado pela Cáritas para venda de produtos oriundos da economia solidária. Em paralelo, tenta se articular com a instituição para poder participar da Fenearte, embora creia que não seja capaz de atender as demandas exigidas

pelo evento: *Es bastante complicado, requieren muchas muñecas para participar. No sé si puedo manejarlo.*

5.1.5 Otniel: sou vendedor seja aonde for

Otniel vivia em *Caracas*. Separado e pai de um filho pequeno, possuía uma pequena loja alugada em *El Polvorin*, populoso bairro da capital venezuelana, onde vendia roupas e sapatos. Apaixonado por futebol, era torcedor do *Caracas Fútbol Club* e, sempre que podia, acompanhava as partidas do *El Rojo* no Estádio Olímpico de *la Universidad Central de Venezuela*.

Em 2017, com a intensificação de protestos na capital, medo que seu negócio sofresse com a onda de saques e vendo produtos desaparecerem nos mercados ou ficarem com preços cada vez mais altos, decidiu seguir com um grupo de venezuelanos que iriam para a fronteira com o Brasil. Sua ideia era levar sua mercadoria para vender a brasileiros das cidades fronteiriças.

Vim para o Brasil com uma pequena parte da minha mercadoria para vender em Roraima (Boa Vista), onde cheguei em 2017. Bom, foi uma experiência bem difícil por causa do idioma. No começo eu não entendia nada, depois comecei a conhecer e aprender o básico para me defender no comércio e em 2018 fui para Manaus no estado do Amazonas, onde passei seis meses trabalhando com frutas em uma feira da cidade. E por fim, passei um período de aproximadamente dois meses em um abrigo em Roraima onde conheci minha atual companheira.

Rosa, vinha de Barcelona, capital do estado de Anzoategui. Ela e seu filho pequeno estavam em Boa Vista já há dois meses. Antes trabalhava em uma padaria que fechara. Mãe solteira, resolveu emigrar para o Brasil para tentar criar o filho em melhores condições. No abrigo em Boa Vista conheceu Otniel. Juntos, os três foram interiorizados para Pernambuco.

Em Recife, ele trabalhou como auxiliar de serviços gerais numa igreja. Mas o trabalho não durou muito. Com Rosa, começou a comercializar diferentes produtos no centro comercial do Recife. Vendia carregadores de celular, fones de ouvido, caixas de som como camelô informal na Avenida Conde da Boa Vista. Rosa preparava salgados para vender junto. Após algum tempo, tentaram alugar um espaço para vender apenas lanches, porém fecharam o negócio em menos de três meses. Mesmo com a pandemia, continuou com a atividade de

camelô e contava com a ajuda de cestas básicas vindas de organizações de acolhimento, principalmente a Cáritas.

A cidade de Recife me deu muitas oportunidades como empreendedor. Abrimos uma loja onde vendíamos de tudo: pudim, saias, chips de celular, água no pacote, sandálias, coco, carregadores de celular entre outros acessórios de tecnologia para celulares, tvs, carros, bicicletas, motocicletas etc.

Chegou a conseguir um empréstimo de 2 mil reais com a organização para comprar mais mercadorias para vender, porém o negócio continuava não rendendo o suficiente e acabou não sanando a dívida. Ele também não consegue enviar dinheiro para o filho todos os meses. Para sair do aluguel, se juntou com outras duas famílias e comprou um lote de uma ocupação no Recife. Lá, a partir de materiais doados, começou a construir uma casa. Meses depois, percebendo que havia clientela no lugar, transformou parte do espaço numa pequena mercearia. O negócio segue, porém, ele ainda precisa organizar melhor o espaço por conta que o local alaga sempre que chove. Após essa demanda, ele pretende trazer o filho para morar em Pernambuco: *Quero levar meu filho para ver uma partida na Arena Pernambuco. Um estádio onde grandes estrelas como Neymar jogaram e que teve a Copa do Mundo.* Por enquanto, ele acompanha notícias do *El Rojo* pelo celular, através de uma rede Wi-Fi que divide com vizinhos venezuelanos e atende três casas

5.1.6 Noris: das praias do Caribe às ladeiras de Olinda

Um paraíso. Era assim que a artesã Noris definia o lugar que vivia na Venezuela. Situada no mar caribenho ao nordeste de Caracas, a *Isla Margarita*, uma das três que compõem o estado de Nueva Esparta, é o principal ponto turístico do caribe venezuelano e um dos mais importantes do país. Suas belas praias e natureza exuberante somadas ao pungente turismo da região (a ilha recebia aviões de vários destinos) foi a escolha que Noris fez com seu esposo, um brasileiro que ela conheceu em Caracas, para criarem a filha pequena. Na Ilha, em 2013, compraram uma casa por 25 mil dólares e inauguraram um ateliê. Focados em bijuterias a base de vitrofusão, vitral, além de marcenaria, macramê e outras técnicas artísticas, eles desenvolviam uma ampla linha de produção, que era distribuída para várias lojas da região que atendiam turistas. De maneira complementar, participavam de feiras para comercializar diretamente seus produtos.

Em 2016, os efeitos da crise venezuelana começaram a se apresentar no cotidiano da família. Primeiro, apagões elétricos tornaram-se corriqueiros. Depois, produtos que eram facilmente encontrados passaram a desaparecer das prateleiras. Com eles, o movimento de turistas começou a dissipar, o que fez com que vários estabelecimentos comerciais fechassem as portas. Em seguida, o sistema de saúde local também sofreu com desmontes. E foi neste último ponto que Noris se viu mais aflita. A filha pequena do casal sofria de uma doença crônica respiratória e com os serviços de saúde oferecidos minguando, a saúde da criança estava em risco. Além de tudo, descobriu que estava grávida da sua segunda filha, e com isso a decisão foi tomada: iriam para o Brasil. A escolha se deu inicialmente porque o esposo de Noris tinha familiares no Rio Grande do Sul que poderiam oferecer algum amparo ao casal.

É evidente que não estava em nossos planos sair do país dessa forma. Compramos nossa casa por 25 mil dólares em 2013 e a vendemos por apenas dois mil dólares em 2017. E isso porque vendemos bem. Quando entramos no Brasil, esse dinheiro só deu para a gasolina. Saímos da Venezuela em maio de 2017 com nossa filha e nossa cachorrinha e eu grávida de seis meses. Saímos de carro em nossa caminhoneta 'la china' e começamos o trajeto com destino a Porto Alegre. Foi uma aventura. Um mês de viagem,

Junto à pouca bagagem, eles trouxeram também parte do ateliê – um forno e algumas ferramentas – pelos 12 mil quilômetros do trajeto. A ideia era que o empreendimento continuasse no Brasil. E por isso, em julho de 2018, se mudaram novamente. Agora para Olinda, em Pernambuco, um lugar que julgaram ser parecido economicamente com a sua antiga morada, devido ao forte turismo da região.

Iniciaram o negócio com um leque diversificado de produtos (bijuterias, luminárias, copos, bandejas) e tendo como diferencial o uso de vidro reciclado como principal matéria-prima para tentar agregar valor sustentável aos produtos. Ainda na informalidade, começaram a estabelecer uma cadeia de fornecedores bem definida, além de possuírem o operacional básico para comercialização (maquineta de cartão). A princípio, tiveram grande dificuldade em vender seus produtos, e não conseguiram construir uma carteira de clientes robusta e permanente. Noris chegou a destacar que não conseguiram vender nada entre o período após o natal e o carnaval. Um outro entrave às vendas se deu com a falta de manejo de redes sociais. Pois com a pandemia perceberam que seria premente que eles montassem tanto o espaço físico como um virtual para divulgar seus produtos, o que poderia demandar a contratação de alguma assessoria nesse sentido.

Alugaram um espaço na parte alta e turística da cidade de Olinda. Criaram novas peças, contrataram outra venezuelana para ajudar na produção e tentaram vender em feiras da região.

Levaram tempo até entender o que o público brasileiro desejava. Depois de tempos de tentativa e erro, começaram a adaptar suas peças, ‘abrasileirando-as’. Nesse meio tempo, a pandemia do Covid-19 se acometeu, dificultando ainda mais a adaptação.

A crise econômica produzida pela pandemia do coronavírus, afetou fortemente o empreendimento, já que todo o planejamento de vendas estava voltado para vendas em feiras artesanais, e com isso as vendas caíram drasticamente. Fomos forçados a nos adaptar e nossa estrutura para vender pelo mercado digital.

Apesar da independência inicial, eles acabaram recorrendo a Cáritas para receber ajuda nos momentos de maior crise durante a pandemia. Além da instituição, outro ponto de abrigo se deu através da comunidade local, mais especificamente através de alguns pais de colegas da filha do casal que colaboram em momentos difíceis além de ajudarem na adaptação ao mercado virtual. Em paralelo, Noris conseguiu financiamento por parte do Fundo Rotativo para investir no empreendimento oriundo de um dos projetos da Cáritas.

Com o arrefecimento da pandemia, as dificuldades foram se atenuando, embora ainda se façam presentes. A participação de Noris foi tão exitosa que ela foi convidada a fazer parte do comitê julgador de novas propostas do Fundo Rotativo. Com os contatos que ela vem estabelecendo, passou a expor suas peças num *stand* de economia solidária em shoppings da cidade e conseguiu participar por conta própria da Fenearte. Sua condição financeira ainda está longe dos tempos áureos em Margarita, mas, aos poucos, começa a reconstruir sua normalidade.

5.1.7 Fred: uma coisa é contar, outra é viver.

Fred, descobriu o amor pela fotografia já aos 11 anos, em *Caicara del Orinoco*, no Estado de Bolívar. Com uma câmera digital, começou a fazer fotos dos eventos esportivos locais. Em 2009, mudou-se para *Ciudad Bolivar* e começou a trabalhar fotografando. Primeiro para uma agência de modelos. Tempos depois, em 2011, já de maneira autônoma, começou a fotografar casamentos e festas de 15 anos.

Foi um processo bastante lento de desenvolver, mas criei uma rede de contatos a cada trabalho que fiz e descobri meus pontos fracos para melhorar. Em 2012, eu já tinha uma reputação muito boa na minha região e tive meus primeiros frutos econômicos, nesse ano minha esposa Maria e eu decidimos ter nossa primeira filha que nasceu em 2013, quando a crise econômica venezuelana já existente se agravou radicalmente e o número de trabalhos caiu muito.

Em 2013, com a crise venezuelana instalada, viu que a demanda por seus serviços só diminuía. A falta de recurso o obrigou a vender seus equipamentos e sua principal câmera, forçando-o a tentar emprego em outras áreas. Aceitou um emprego como vendedor de uma loja de roupas que só durou três meses, pois a loja faliu. Iniciou então um novo trabalho como soldador em uma oficina, mas os ganhos não mais eram suficientes para o básico. Quando a esposa se descobriu grávida novamente, decidiram voltar para sua terra natal para morar com seus pais. Contudo, na pequena cidade, as coisas também se deterioraram rapidamente.

Era muito difícil ganhar dinheiro porque não havia emprego e mal havia o suficiente para comprar comida. Quando meu filho nasceu fiz de tudo para comprar as coisas do bebê. Eu já estava muito magro, mas fazia o possível para alimentar minha família. Em 2016, me alistei no exército para poder ter uma renda fixa e receber algum benefício alimentar já que só comia uma vez por dia.

O tempo no exército só durou sete meses, pois os filhos adoeceram e não havia no sistema de saúde disponível condições para os devidos cuidados. Decidiram então que era hora de deixar a Venezuela. Contudo, a vulnerabilidade enfrentada pela família só aumentava e a jornada até o Brasil não se concretizou. Como Fred frizou: “*Una cosa es contarlo, otra cosa es vivirlo*”.

Foi muito difícil porque não tínhamos nada, e meu pai teve que vender algumas coisas de dentro de casa para nos ajudar a chegar na fronteira. Estando lá, não nos deixaram entrar no Brasil com os bebês porque não tínhamos passaporte. Tivemos que achar um lugar para ficar em Santa Elena e para pagar passamos mais 11 meses vendendo café nas ruas, no final de 2017, com os alugueis atrasados tivemos que nos separar.

A esposa e os filhos de Fred voltaram para a casa de seus sogros em San Juan de Los Morros, no estado Guaricó. Fred ficou dormindo na rua e para juntar dinheiro, conseguia vender combustível venezuelano a brasileiros. Foi um ano separado da esposa e dos filhos. Só em 2018, voltou para Guaricó para buscar a família. O trajeto de volta a fronteira se deu por caminhada. Era preciso economizar dinheiro. Novamente em Santa Elena, cruzaram a fronteira por uma trilha e em Pacaraima pagaram para um taxista levá-los a Boa Vista. Lá se apresentaram a ajuda humanitária. Ficaram dormindo 20 dias na rua, antes de serem acolhidos por um projeto chamado PANA da Cáritas Brasileira que os interiorizou para Pernambuco. A família chegou ao Recife em 18 de dezembro.

Pela primeira vez em anos pude ter acesso à internet, alimentação, saúde e como não tinha emprego, comecei a pensar em recomeçar na área de fotografia, fiz algumas diárias como pedreiro e comprei um celular usado para tirar fotos e logo depois um jovem brasileiro que conheci na igreja me deu uma câmera.

Sem emprego, sobreviveu graças ao apoio oferecido pela Cáritas nos primeiros meses. Com a câmera que ganhara, começou a oferecer serviços fotográficos no Marco Zero do Recife para turistas. Também acabou fechando algumas parcerias com a própria Cáritas para fazer fotografias de eventos da organização. Num desses eventos, conheceu um professor da Unicap que o convidou para fazer uma fala numa aula no curso de fotografia. Lá conseguiu fazer alguns contatos e depois alguns contratos que o ajudaram a comprar mais equipamentos. O negócio ficaria travado por um tempo porque, no auge da pandemia, sua esposa que participava de oficinas formativas acabou contraindo Covid, ficando enferma por vários dias. Em casa, numa plataforma de serviços, Fred começou a dar aulas de fotografia online para conseguir algum dinheiro. E foi daí que ele teve a ideia de se voltar para o mercado virtual.

O meu objetivo é ter um estúdio fotográfico portátil que possa responder a todas as necessidades dos meus clientes e a longo prazo formar uma comunidade de empreendedores que possa ajudar a promover seus negócios com as minhas redes de contatos e conhecimento.

Junto à Cáritas, recebeu apoio do Fundo Rotativo para conseguir regularizar sua prestação de serviço. Diante de sua atitude participativa, foi convidado a fazer parte do comitê que aprovava novas propostas. Atualmente, ele foca seu negócio em prestar serviços para outros empreendedores, fotografando produtos por eles oferecidos para o meio digital.

5.1.8 Genesis: recomeçando o negócio pela quarta vez

Genesis, natural de *San Félix*, em Bolivar, conta que foi os 17 anos que começou a se interessar por massoterapia quando virou auxiliar de massagens numa escola local. Interessada pela área, começou a se preparar, fez cursos e já aos 20 anos, graças à ajuda financeira dos pais, tinha a própria sala de massagens em *San Félix*. Para complementar a renda também prestava serviços estéticos para um clube local. O que lhe rendeu uma boa carteira de clientes.

Tempos depois se casou e engravidou. A gravidez era de risco, o que a obrigou a se afastar de todas as suas atividades laborais. Com o tempo distante, acabou perdendo a maior

parte dos clientes. Isso a fez repensar a carreira e procurar um emprego fixo em busca da estabilidade que o marido tinha. Trabalhou como secretária num laboratório clínico por 10 anos. Contudo, em 2018, nem os dois empregos fixos estavam sendo suficientes para superar a inflação. Genesis começou a prestar serviços estéticos, como manicure e pedicure, para a vizinhança para complementar a renda. A crise econômica venezuelana tinha alcançado a família. Quando a empresa que o esposo trabalhava quebrou e ele perdeu o emprego, a situação da casa piorou muito e começaram a fazer planos para sair do país.

Foi quando minha irmã me disse ‘vamos para o Brasil’, mas não tínhamos o dinheiro completo para sair e tivemos que vender muitas de nossas coisas para completar o dinheiro das passagens. Saímos de casa num 25 de abril e chegamos no dia 26 na fronteira.

Após passarem pelos procedimentos na fronteira, foram até Rorainópolis, cidade que fica a 260 km de Boa Vista, onde estava uma prima das duas. Lá ficaram por alguns meses e contaram com a ajuda da população local. Chegaram a trabalhar dando massagens a domicílio, batendo de porta em porta em busca de clientes. O marido conseguia vender lanches na rua. Logo perceberam que deveriam passar pouco tempo em Rorainópolis e seguir para uma cidade maior em busca de algum lugar com mais oportunidades. Pelo WhatsApp, um amigo venezuelano que estava em Recife se ofereceu para recebê-los por alguns dias.

Em Rorainópolis tivemos que vender nossos produtos e ferramentas de trabalho para completar a passagem aérea. Chegamos em Recife no dia 29 de maio e fomos recebidos de braços abertos por muitos brasileiros que nos ajudaram muito e nos apoiaram na busca de emprego. Passamos um mês entregando currículos e nada de conseguir trabalho. Por meio de uma brasileira, conheci uma dona de um salão de beleza que me ofereceu trabalhar dois dias por semana como manicure e pedicure, ganhando 40% de tudo que eu fazia lá. Foi assim que eu comecei a trabalhar.

Com os contatos que foi fazendo no novo trabalho, começou a planejar o próprio empreendimento. Depois de um tempo juntando dinheiro e formando uma carteira de clientes, contou com um financiamento junto ao Fundo Rotativo lançado pela Cáritas, alugou um espaço perto da sua casa no Recife, comprou equipamento, fez outros investimentos em produtos e em divulgação e iniciou o negócio pela terceira vez.

Como sempre gostei de empreender, me esforcei para comprar os materiais necessários e assim começar a oferecer meus serviços em casa. No trabalho fui conhecendo muitos brasileiros e fui divulgando meu negócio. Os brasileiros que iam conhecendo meus serviços diziam que gostavam da minha massagem. Entre tantas

peessoas, também conheci muitos venezuelanos e foi através de um deles que pude conhecer um programa que a Cáritas oferecia para financiar negócios, fiquei muito interessada. Foi através da Cáritas com o projeto Creciendo que voltei a dar forma aos meus sonhos. Para mim, tem sido uma grande benção, porque a cada treinamento minha a visão é ampliada, cada ensinamento tem muito valor para mim porque eles deram ferramentas para realizar meu negócio. Depois de algum tempo já tenho clientes para quase todos os dias.

Alguns meses depois de iniciar o empreendimento contraiu Covid. O outro emprego que possuía também perdeu por conta da pandemia. Para completar, seu marido conseguiu um emprego na cidade do Paulista, região metropolitana de Recife, e todos se mudaram para lá. Agora, recomeçando do zero pela quarta vez, Genesis segue em busca de contatos na nova cidade para conseguir reabrir seu empreendimento.

5.1.9 Desirée e Henderson: da funerária aos pastéis

Desirée e Henderson eram donos de uma pequena funerária em *Ciudad Bolívar*, a cidade natal de ambos. Ela, licenciada em educação e com vários cursos na área de terapia ocupacional, ele, artesão. Decidiram abrir uma funerária pouco tempo depois de se casarem. Enquanto Henderson fabricava os caixões, Desirée dava o acabamento ornamental. O negócio era familiar e modesto, mas graças a ele conseguiram criar os dois filhos. A primogênita se formou em turismo, enquanto o caçula preferiu seguir pela área de informática.

Com a crise, nem mesmo a funerária se sustentou. Sem dinheiro, familiares preferiam investir em cerimônias mais simples para se despedir dos entes queridos. Caixões pomposos deram lugar àqueles fabricados com madeira barata (MDF), ou até mesmo confeccionados de papelão. Com os gastos para se fazer um funeral elevados e o dinheiro cada vez mais curto, a escolha era quase sempre a de se investir nos vivos. Até mesmo enterros começaram a dar lugar a cremações que evitavam custos de se pagar a cova no cemitério. Henderson chegou a alugar caixões que eram devolvidos no dia seguinte, mas percebeu que o negócio não tinha mais futuro. Em 2018, já não havia mais funerária, venderam tudo e separaram o dinheiro para a viagem.

A filha mais velha veio na frente. Uma amiga do curso de turismo havia se mudado para a cidade do Recife no Brasil lhe deu abrigo. Como uma espécie de estratégia de reconhecimento, ela se cadastrou em instituições de acolhida para receber apoios, entregou currículos e em menos de um mês conseguiu emprego como camareira num famoso hotel da

praia de Boa Viagem. Dominar dois idiomas (inglês e espanhol) além de arranhar o português acabou sendo o diferencial. Alugou uma casa no bairro da Imbiribeira, que permitia a ela ir trabalhar a pé, e pouco mais de um mês depois a família estava reunida.

Foi uma viagem de 9 horas para chegar à fronteira com o Brasil. Devido à crise em nosso país, nos vimos com a necessidade de buscar novos horizontes com a esperança de levar nossa família adiante. Porque gostamos muito de criar e projetar e também temos conhecimento para trabalhar com madeira e de seus usos. Viemos para o Brasil com o desejo de prosperar e realizar sonhos.

Em Recife, os outros familiares não deram a mesma sorte e não conseguiram arranjar emprego. Na igreja que passaram a frequentar, após uma conversa com um músico sobre como eram caras caixas de madeira para transportar seu violão, Henderson teve a ideia de usar seus conhecimentos para fabricar caixas para o músico e seus conhecidos. Tempos depois, percebeu que poderia também fabricar caixas de transporte para bichos de estimação. Fabricou algumas e com a ajuda do filho começou a anunciá-las nas redes sociais. Desirée, por sua vez, ia com a filha levando uma caixa pela orla da praia em busca de potenciais clientes. Embora tenham conseguido vender alguns exemplares, o negócio não decolou. Chegaram a apalavrar a venda de um lote para um petshop em Boa Viagem, porém, a falta de um cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) bloqueou o negócio. Desirée tentou se cadastrar como microempreendedora individual (MEI), mas descobriu que havia sido cadastrada com o nome trocado pela polícia federal, o que travou o processo por meses. Recentemente, eles conseguiram um empréstimo para investir no negócio, mas ainda não começaram a pagar as parcelas por falta de clientes.

Acreditamos que este projeto é propício para nos ajudar a crescer como pessoas, prosperar, sermos independentes e contribuirmos para que o País do Brasil que nos acolheu, siga em frente. Nosso sonho agora é termos nossa própria casinha. E não podemos deixar Deus de fora pois com ele tudo é possível. Amém.

Quando a pandemia se instalou, Desirée que havia participado de algumas formações junto à Cáritas Brasileira resolveu com o conhecimento adquirido complementar a renda com a venda de pastéis por delivery. Com a ajuda do filho criou uma rede social para divulgar os pastéis e se cadastrou numa famosa plataforma de entrega de comida. Fez uma campanha com conhecidos e comprou uma bicicleta para o filho ser entregador da mesma plataforma. No presente, apesar de alguns percalços como o roubo da bicicleta, tentam formar uma rede de clientes para poderem se libertar das altas taxas cobradas pela plataforma.

5.1.10 Miguel: recomeçando na marcenaria

Natural de *Temblador* no Estado de Monagas, Miguel vivia em *Puerto Ordaz de Guayana*, cidade localizada do Estado de Bolívar. Entrecortada pelos rios Oniroco e Caroni, é um importante ponto fluvial da região, outrora com alguma indústria de destaque, hoje vive quase que exclusivamente da mineração de ouro. Marceneiro e também soldador, Miguel tinha uma lojinha de móveis e atendia principalmente aos trabalhadores do polo industrial. Ele morava com a esposa e seus dois filhos. Possuía casa própria, motocicleta e até um pequeno barco. *Allá en Venezuela yo tenía una vida normal.*

Depois da crise, começaram a sumir muitas coisas. Começou a sumir o arroz, a farinha. Chegou um tempo que a gente tinha dinheiro, mas não conseguia comprar nada. Ninguém vendia nada. Aí depois a crise foi mudando, começaram a aparecer os produtos, mas a moeda que começou a sumir. Quando a moeda sumiu, foi aí que a coisa piorou para todo mundo. As coisas tinham um preço quando era à vista, e outro muito mais caro no cartão. A gente tinha que fazer filas para conseguir comprar algumas coisas.

Em março de 2018, com a crise em seu auge, decidiu que era hora de sair. Com o irmão já morando no Brasil há um ano, resolveu vender quase todos os seus bens e trazer a esposa e os filhos. Só não vendeu a casa, a qual deixou os pais morando. Só conseguiu 3 mil reais pelos bens, incluindo o barco e a motocicleta. O dinheiro deu para comprar passagens de avião.

Nos primeiros meses conseguiu emprego num lava-jato e a esposa numa padaria. Depois de um tempo foi demitido. Com o dinheiro da rescisão resolveu comprar ferramentas. Conseguiu fazer parceria com um brasileiro para utilizar o espaço da oficina dele e alguns de seus equipamentos e trabalhar naquilo que já conhecia. Fabricou alguns móveis para pessoas que conheceu na igreja que frequentava. Como não entendia da parte burocrática, recebeu um conselho de um amigo de procurar alguma organização que o ajudasse. Já tinha ouvido falar da Cáritas e foi até a instituição para se cadastrar. Conseguiu participar de formações e posteriormente teve acesso a um empréstimo para investir na própria oficina.

Nosso senhor Jesus Cristo também foi carpinteiro. Quero melhorar a qualidade de vida da minha família e depois gerar novos empregos ajudando outras famílias. Sai do meu país derrotado por uma crise que atingiu e atinge milhões de venezuelanos, e pensei que aqui, no Brasil, há mais possibilidades de crescer.

O foco do negócio tem sido oferecer móveis planejados, tanto com pinus quanto com material tipo MDF e compensados. Por enquanto a clientela ainda é pequena e é o salário da esposa que tem sido o principal responsável pelas contas da casa.

5.2 Desafios à Integração e Sobrevivência

A sociedade rentista venezuelana acabou se desestabilizando quando desafiada internamente pelo chavismo e externamente pelas crises geradas por conta da alta dependência do petróleo internacional e da influência dos EUA na política local. Com os desdobramentos da ação dessas forças, a deterioração na vida do venezuelano comum foi impactada pela formação de linhas abissais que lhe retiraram as condições de humanidade. A primeira se deu com a escassez de alimentos seguida pela inflação galopante, a segunda pela incapacidade do sistema público de saúde de oferecer condições básicas de atendimento, por fim, com a intensificação da crise, obter emprego e renda já não era mais possível. Com saúde, renda e alimentação bloqueadas, emigrar foi a resposta necessária à sobrevivência. A partir das narrativas de trajetórias de vida descritas, podemos adentrar nos bloqueios que os migrantes encontram para recuperar a normalidade perdida. Obstáculos que se apresentam tanto sob bases capitalistas, como também ancorados em lógicas coloniais-patriarcais.

Ainda na Venezuela, a jornada já se mostra reprimida para parte dos migrantes, já que nem todos possuem o mesmo capital de rede (URRY, 2012) para conseguir sair de maneira mais amena, pois enquanto alguns já contavam com recursos e contatos no Brasil, como nos casos de Noris e Miguel, outros por não possuírem tais características acabaram enfrentando mais vulnerabilidades na jornada, a exemplo de Analí e Fred. Na mesma linha, outro bloqueio importante se deu com a migração dos retardatários. Casos como os das famílias de Albaro, Hannah e Desirée, nos quais Albaro, o filho de Hannah e a filha de Desirée, que emigraram inicialmente, conseguiram emprego com alguma facilidade, diferente do restante dos familiares que emigraram depois e acabaram não conseguindo; isso demonstra como a integração tende a ser mais amena para aqueles que chegam primeiro (WEISZ, 2018).

Num Brasil hostil ao migrante, como observamos no panorama anteriormente delineado, alcançar os domínios mais básicos (AGER; STRANG, 2008) continua desafiante para os venezuelanos. Sem um acolhimento adequado e na falta de políticas públicas a eles direcionadas, migrantes acabam forçados a encontrar as próprias soluções. Em relação à integração, considerando suas necessidades de trabalho e renda, sem conseguirem validar diplomas o que lhes garantiria melhores empregos em suas áreas de formação, migrantes acabam empurrados ao empreendedorismo (ALASLANI, 2019), onde enfrentam uma série de impedimentos. Genesis, Otniel e Miguel, por exemplo, até tentaram arranjar emprego antes de

começarem a empreender, mas não foram bem-sucedidos, pois ou não conseguiram nenhum ou os que encontraram não lhes garantia o mínimo para sobreviver.

Ao empreenderem, os migrantes enfrentam bloqueios em, pelo menos, quatro esferas (ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018): aspectos socioculturais; relacionados ao Estado; em relação ao mercado; e referentes a financiamento. Dos aspectos socioculturais, um dos bloqueios mais notável no início da jornada é o **idioma** (WAUTERS; LAMBRECHT, 2008; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020). Apesar de um senso comum aproximar os dois idiomas latinos (e gerar o não idioma de fronteira portunhol), na realidade notou-se que tanto um desconhecimento da cadência do português por parte dos venezuelanos como também o total desinteresse dos brasileiros para com o espanhol, língua presente em praticamente todos os países que fazem fronteira territorial com o país, agem como empecilhos para as pequenas negociações entre as partes, algo já notado por Ribeiro e Oliveira (2008) no contexto da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Otniel, por exemplo, revelou ter tido grandes dificuldades de fazer suas vendas enquanto se deslocava pelo Brasil: “*¡Ustedes los brasileños hablan muy rápido!*”. Por outro lado, a filha de Desirée e Henderson conseguiu mais facilmente um emprego justamente pelas suas habilidades em idiomas. Não por acaso, dois dos casos de maior desenvolvimento do empreendimento, isto é, um negócio formalizado e estabelecido a mais tempo, são dos venezuelanos que casaram com brasileiros e dominam o idioma: Noris e Elias.

Outro desafio que a pandemia tornou importante se deu com a inclusão forçada dos migrantes ao mundo do comércio digital. Com as políticas de restrição, os empreendedores se viram obrigados a tentar buscar renda na internet, através de redes sociais como *WhatsApp* e *Instagram*, apesar de suas **limitações com os meios digitais**. Com isso, a grande maioria sofreu para se adaptar, uns menos, como Noris que conseguiu apoio da comunidade local para aprender técnicas de marketing digital, outros bem mais como Hannah que sofreu bastante para conseguir participar das reuniões virtuais de treinamento e só conseguia quando o filho ou algum vizinho tinham tempo de poder ajudar.

O **desconhecimento da cultura** anfitriã também é capaz de gerar revezes (WAUTERS; LAMBRECHT, 2008; BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020). Noris, por exemplo, imaginava que o carnaval brasileiro era semelhante ao venezuelano. Lá, no contexto que ela trabalhava, as pessoas se reuniam no feriado para viajar e descansar e tinham muito interesse em levar presentes para amigos e familiares. No Brasil, imaginando que seria parecido, acabou

não conseguindo fazer vendas de suas joias nas ladeiras de Olinda para foliões mais interessados em festejar a data.

O **assédio dos habitantes locais** em busca de uma prestação de serviços mais barata também se mostrou desafiante. Ou seja, a exploração do trabalho de indivíduos reforçando a degradação dos mesmos (COVARRUBIAS; WISE, 2011; HARVEY, 2011). Elias, ainda quando estava em São Paulo, tinha dificuldades de conseguir alunos particulares por estes só fazerem ofertas muito baixas para suas aulas o que é um bom caso ilustrativo. Assim como o Miguel, que recebeu vários cancelamentos de pedidos após ele fazer os orçamentos dos móveis dentro do que é praticado no mercado da região.

Já numa lógica urbana, ainda sobre os cursos de idiomas oferecidos, Analí, por sua vez, pontuou que tinha interesse em fazer as aulas de idioma oferecidas, mas estas eram longe de sua casa e em horário que ela teria que escolher entre trabalhar ou participar dos cursos. Já Hannah, nem participar poderia, já que cuida da mãe enferma. O que demonstra que **limitações na mobilidade** também é um fator complicador. Costumava ser comum observar que sempre que havia alguma reunião formativa, alguns migrantes faltavam e outros só conseguiam comparecer mediante garantia de algum auxílio para o transporte. Em compensação, Fred, que junto a sua esposa, reside nas proximidades da Casa de Direitos do Migrante, da Universidade Católica de Pernambuco, tinha uma das presenças mais regulares.

No contexto da violência urbana pernambucana, no qual um venezuelano chegou a ser assassinado enquanto recolhia donativos, a **insegurança social** também se mostra como adversidade. Fred, por exemplo, reduzia sua margem de lucro para fazer seus trabalhos fotográficos, justamente para evitar deslocar-se por transporte público de maneira a garantir a segurança de seus equipamentos. Desconfiança que não é sem méritos, o filho de Desirée teve a bicicleta que utilizava para fazer entregas de lanches roubada.

Outro obstáculo relevante é a **xenofobia**. Apesar de afirmarem ter sido bem recebidos em Pernambuco, pelo menos Fred e Otniel afirmaram ter sofrido algum comentário pejorativo vindo de brasileiros quando negociavam nas regiões fronteiriças. Além deles, o marido e o filho de Analí enfrentaram uma situação de agressão por parte de um vizinho, o que motivou a mudança da família para uma casa mais distante, tendo isso travado algumas entregas de pedidos a clientes. Santos (2019) considera a discriminação e xenofobia como formas modernas de colonialismo. No Brasil, tem se observado o fenômeno peculiar de discriminação, xenofobia e racismo caminharem juntos (PAULI *et al*, 2021; FAUTINO; OLIVEIRA, 2022). Isto é, estrangeiros serem bem ou mal tratados a depender da sua cor e de sua origem: enquanto

europeus e americanos, tem boa acolhida, o mesmo não ocorre com latinos e africanos. O que pode ser reforçado em nossa pesquisa, já que todos aqueles que apontaram ter sofrido alguma situação desconfortável são negros.

De natureza semelhante, um outro ponto, mas de ordem patriarcal, que se mostra relevante é a questão do **cuidar** (LUCENA *et al*, 2021). Já que são as migrantes que, em sua maioria, acabam acumulando as tarefas domésticas e de atenção aos filhos, idosos e até mesmo dos esposos com os afazeres do empreendimento. Analí, Genesis, Desirée, Hannah e até mesmo a mãe do primeiro filho de Otniel (que ficou na Venezuela) ilustram como acabam sendo elas a executar as tarefas ligadas ao cuidar. O que corrobora com o recente viés de desigualdade de gênero observado na diáspora venezuelana (MARQUES; SOUZA, 2021).

Em relação aos bloqueios do mercado, um desafio inicial, agora de base capitalista, se dá com a concorrência desleal e o alcance de **receitas limitadas** por conta de negócios ainda em construção também impacta a integração econômica dos migrantes (ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018). Genesis, por exemplo, só recebia 40% dos valores pelo serviço que prestava já a um preço abaixo do praticado quando fechou parceria com um salão estético local.

Um outro entrave que se apresentou no *corpus* de pesquisa relaciona-se a **ambiguidade nas relações de negócio** (ALASLANI, 2019). Hannah conta que chegou a firmar informalmente uma encomenda com uma loja do centro da cidade, mas depois de fabricar todas as bonecas do pedido, o mesmo foi cancelado pela contratante. Algo semelhante ocorreu com Miguel que depois de entregar um orçamento de um pedido, o cliente demorou muito a responder e só depois de mais de um mês resolveu aceitar, porém, os custos da matéria-prima já haviam aumentado e quando Miguel tentou refazer o orçamento, o cliente não aceitou e cancelou o pedido.

A baixa motilidade acaba por ser um obstáculo que se sobressai (KAUFMANN; BERGMAN, JOYE, 2004). Além do acesso limitado a oportunidades que o destino propicia, há também a **falta de recursos humanos** com competência para lidar com os empreendimentos. A experiência prévia em gerir um empreendimento foi trazida apenas por parte dos migrantes e se considerarmos o negócio em si, apenas Noris e Analí mantiveram o que possuíam na Venezuela (Elias talvez caiba também nessa categoria). Os outros ou adaptaram conhecimentos que possuíam ou se dedicaram a prestar serviços semelhantes aos prévios.

No que concerne aos bloqueios provenientes do Estado, problemas com a **burocracia** brasileira também foram identificados. Henderson, esposo de Desirée, acabou deixando de

distribuir parte de seus produtos por ausência de um CNPJ para emitir nota fiscal. Tanto ele como ela tiveram problemas para conseguir se cadastrar como microempreendedor individual. Primeiro porque pensavam que não podiam, depois por acharem a plataforma confusa para estrangeiros e por fim, um erro no nome de Desirée – que foi cadastrado trocado na polícia federal – atrasou por mais tempo o processo. Observações que coadunam com os problemas encontrados por outros venezuelanos que tentam se integrar economicamente ao Brasil (BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020). Além das dificuldades citadas acima, as **incertezas** com o status dos pedidos de residência também impactaram os migrantes (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Não saber se a condição de residente temporário seria renovada acabava por ser fator limitante para que os migrantes pudessem focar em seus negócios. Analí, por exemplo, deixava de frequentar reuniões formativas para tentar resolver a questão do status de residência do esposo junto à polícia federal com a ajuda do jurídico da Cáritas. Isto porque a validade dos documentos estava para vencer e não havia um posicionamento claro das leis brasileiras quanto à renovação, os fazendo ficar com medo de deportação.

A **falta de apoio governamental** para empreendedores refugiados também é uma questão relevante (ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018). Em Pernambuco, especificamente, foi disponibilizado um *stand* coletivo na Fenearte para que empreendedores expusessem suas peças. Contudo, apenas um empreendimento conseguiu participar (Elias). Hannah mesmo participando das reuniões de planejamento inicial acabou não participando por não conseguir atender a todos os critérios exigidos. Noris também conseguiu participar, porém foi por conta própria, sem o apoio do Estado. Para os demais empreendedores, a opção por via do governo seria concorrer em políticas de microcrédito com o resto da população. Por outro lado, as altas taxas de impostos para empreendimentos que ainda estão no início foi outra barreira encontrada. Os migrantes que se cadastraram como MEI nem sempre conseguiram pagar o valor fixo das parcelas mensais que tal enquadramento exige. Elias, por exemplo, acabou acumulando parcelas atrasadas.

Quanto aos bloqueios de financiamento, uma das principais barreiras é, sem dúvida, o **acesso limitado a recursos financeiros** como crédito (BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020). Nenhum dos migrantes contaram com algum tipo de financiamento por parte do Estado ou de bancos privados. Por outro lado, todos conseguiram acesso a um fundo rotativo organizado pela Cáritas Brasileira, através dos projetos Rafa e Creciendo, para valores entre 2 e 4 mil reais para investirem em seus empreendimentos. Inclusive, tal fato é o principal critério adotado para escolha das narrativas desses migrantes para comporem o *corpus* da tese. Contudo,

mesmo com tal crédito, alguns contratemplos também se fizeram presentes. O valor é relativamente baixo para que todos os investimentos necessários fossem realizados, fazendo com que os migrantes tivessem que estabelecer prioridades. Fred, por exemplo, que só teve acesso a 2 mil reais, optou por postergar a compra de um notebook de melhor desempenho que o ajudaria a incrementar seus ganhos.

Finalmente, outro problema se deu com os **procedimentos bancários rígidos** (ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018). Para ter acesso ao fundo rotativo, os migrantes elaboravam propostas a serem avaliadas por um comitê e quando aprovadas encaminhavam os dados bancários para depósito. Considerando que o dinheiro a ser depositado nas contas dos migrantes era proveniente de fomento externo e que carece de prestação de contas, houve demora para o repasse aos migrantes que eram contemplados. Nesse intervalo, equipamentos e ou produtos planejados pelos migrantes para os empreendimentos subiam de valor e com isso inviabilizam o planejamento inicial forçando os empreendedores a improvisar. Noris, por exemplo, planejava comprar um forno novo, que fosse mais adequado e econômico para produção de pedidos em menores quantidades, com a demora, o equipamento encareceu e ela acabou usando o dinheiro para compra de matéria-prima e reforma do espaço de vendas do ateliê. A Figura 22 resume quais bloqueios se fizeram presentes durante as diferentes jornadas.

Figura 22: Bloqueios presentes nas jornadas migrantes

		Albaro e Sonia	Anali	Elias	Hannah	Otniel	Noris	Fred	Genesis	Desiree e Henderson	Miguel	
BLOQUEIOS	deterioração	Saúde deficiente	X		X		X	X				
		Alimentação insuficiente	X					X			X	
		Impossibilidade de obter renda		X	X	X	X	X		X	X	X
	vulnerabilidade	Baixo capital de rede		X					X			
		Diplomas não validados	X								X	
		Escassez de empregos					X			X		X
	integração através do empreendedorismo	Compreensão do idioma					X					
		Desconhecimento da cultura anfitriã						X				
		Limitações na mobilidade		X		X						
		Insegurança social							X		X	
		Xenofobia		X				X	X			
		O cuidar e o acúmulo de tarefas		X		X				X		
		Assédio dos habitantes locais			X							X
		Receitas limitadas						X		X		
		Ambiguidades em negociações				X						X
		Falta de recursos humanos	X			X	X			X	X	X
		Burocracia									X	
		Incertezas com o status de refúgio		X								
		Escassez de apoio governamental						X				
		Acesso limitado a recursos							X			
Procedimentos bancários rígidos						X						
Limitações com o mundo digital				X		X			X			

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Em suma, a partir dos obstáculos identificados, fica evidente que a integração dos migrantes, principalmente no âmbito econômico, é dificultada pela hostilidade ofertada no novo destino. Nas diferentes jornadas migratórias aqui apresentadas, distintas barreiras se apresentam. Algumas galgadas em bases capitalistas, quando os migrantes sofrem exploração nas negociações com brasileiros ou deixam de receber apoio do Estado para desenvolver suas atividades. Também são acompanhadas por lógicas colonialistas a exemplo dos eventos de xenofobia e discriminação sofridos pelos migrantes. E, por fim, também revelam elementos patriarcais quando um empreendimento precisa ser reiniciado do zero para que a empreendedora acompanhe o esposo ou o peso da criação dos filhos recai somente para a mulher.

Superar tantos desafios acaba se tornando uma tarefa cotidiana que os migrantes tem enfrentando em suas jornadas para recuperarem a normalidade. E é dessa luta contínua que novos conhecimentos podem emergir, como apontamos no próximo capítulo.

6 ECOLOGIA DE SABERES PARA INTEGRAÇÃO

[Recife, 02 de dezembro de 2021, Shopping Plaza Casa Forte, Piso L4, Quiosque
Solidariedade que Transforma]

Um casal para em frente ao stand e passa a fitar um vestido infantil de renda da cor vermelha e que pertence a um empreendimento.

Noris, espera um pouco e então os aborda em português desenvolvido:

“[...] *olá, posso ajudá-los?*”

A mulher pergunta se aquela era a única cor disponível ou se não haveria da cor branco.

“Não. Infelizmente, só temos nessa cor. Mas essa peça em questão pertence ao empreendimento do grupo Mulheres de Renda, da cidade de Poção. É uma peça exclusiva e sei que sua filha ficará muito linda com ela”.

O casal nega interessa e afirma que o vestido seria para um batizado.

Noris então devolve: “Compreendo. Mas que tal levar essa linda boneca de pano? Ela é venezuelana e em nossa tradição ela traz sorte para as meninas.”

O casal olha a boneca, pergunta o preço, mas vai embora sem comprar nada.

Pergunto então a Noris o porquê de não ter oferecido nenhum dos produtos do seu próprio empreendimento. Ela responde:

“Não. Aprendi que não adianta tentar vender muitos produtos para não cansar eles e como tinham uma filha pequena, preferi tentar vender uma das bonecas da Hannah, porque nenhum produto dela foi vendido até agora”.

Ao longo da jornada, não só Noris, mas todos personagens que temos acompanhado vêm enfrentando desafios. A luta para contorná-los é constante. Saber negociar, saber circular, saber angariar recursos, saber construir pontes com a localidade e manter-se em evidência, saber utilizar seu conhecimento prévio no dia a dia para se adaptar, saber congrega ou saber ensinar são apenas alguns dos saberes que cada um deles vem acumulando desde que decidiram deixar seu país. Uma rica e oportuna ecologia que se repassada pode ser capaz de tornar o processo de integração menos árduo e facilitar que aquelas linhas abissais que outrora se formaram possam enfim ser cruzadas novamente em busca de alguma normalidade.

6.1 Conhecimentos para Integração Econômica

Para alcançarmos o nosso terceiro objetivo específico, o de reconhecer saberes necessários aos migrantes para contornar os desafios, fizemos uso do pensamento pós-abissal, mais especificamente através do empenho para se gerar uma ecologia de saberes, de maneira a também valorizar o conhecimento que os migrantes vêm construindo ao longo de sua jornada migratória para o Brasil.

A ecologia de saberes é tanto um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm, como também um processo coletivo de produção de conhecimentos que visa reforçar as lutas pela emancipação social (CARNEIRO; KREFTA; FOLGADO, 2014)).

De acordo com Santos (2007):

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p. 85).

Uma ecologia de saberes compreende dois momentos. De acordo com Santos (2019), o primeiro consiste na identificação dos principais conjuntos de conhecimentos, que trazidos à discussão numa dada luta social, poderão destacar dimensões importantes de uma luta ou de uma resistência concretas; e o segundo consiste em que a ecologia dos saberes deve ser complementada com a tradução intercultural que visa reforçar uma inteligibilidade recíproca que não dissolva uma das identidades envolvidas.

Assim, neste primeiro momento, a partir dos bloqueios identificados anteriormente sendo adotados como temas a serem buscados em nosso *corpus* de pesquisa, analisamos as jornadas dos migrantes venezuelanos em busca dos saberes que emergiram da sua luta concreta de tentarem se integrar ao Brasil, dando especial destaque ao âmbito econômico de tal processo. Em seguida, na próxima subseção, tentamos identificar complementaridades e contradições para gerar um aprendizado comum resultante do processo que auxilie para atenuar os bloqueios que se apresentam aos migrantes de sobrevivência no Sul global.

A Figura 23 a seguir resume os saberes encontrados, a partir de nossas análises narrativas apontadas na subseção 3.4.3, para uma lógica de migrações de sobrevivência no Sul global, os quais são explanados nas linhas subsequentes.

Figura 23: Ecologia dos saberes para integração de migrantes no Sul global



Elaborado pelo autor

Se os primeiros bloqueios já costumam aparecer antes mesmo da jornada se iniciar, quando o ser-aquí começa a ser deteriorado, um saber se faz necessário logo de início: o saber a hora de sair. Aqueles que empreendem o seu deslocamento no começo de crises, quando bloqueios em pontos básicos como saúde, educação e renda começam a se fazer presentes, tendem a ser mais aceitos nos lugares de recepção (WEISZ, 2018). Além disso, a forma como o movimento se dá, mostra-se crucial para obstáculos sejam superados. Seja no caminho até o novo destino, como por exemplo, encontrar trilhas nas quais elementos de capital de rede estejam disponíveis, tais como estrutura e pontos de abrigo (URRY, 2012), seja já no novo

destino, nos deslocamentos diários em busca de emprego, de ajuda ou de acesso a serviços públicos. Os achados da pesquisa demonstram que aqueles que melhor **sabem se deslocar** tendem a ser menos afetados pelos bloqueios da jornada. O extrato a seguir exemplifica tal saber:

"Nossa filha veio primeiro para conhecer. Ela já tinha uma amiga no Brasil e conseguiu emprego rápido. Depois que ela mostrou o caminho, viemos também. [...] escolhemos morar nessa casa de agora porque é mais perto do metrô e também dá para minha filha ir trabalhar de bicicleta ou a pé. Não sabemos andar de ônibus ainda."(OP17)

Moldado por uma lógica parecida está outro saber fundamental nas migrações do Sul global: um **saber se esquivar de problemas**. Não somente quando estão em movimento, mas também quando estão vivenciando outras etapas do cotidiano, os migrantes precisam adquirir uma habilidade de antecipar adversidades seja em relações com a comunidade local, seja em relações comerciais que estabelecem ou até mesmo junto aos órgãos institucionais e de Estado. De tal maneira, podem atenuar desafios quanto a insegurança social, xenofobia, discriminação e assédio de habitantes, bem como imbróglios burocráticos, como é ilustrado no próximo fragmento.

"Meu vizinho queria arranjar briga. Eu que não quero isso. Não tenho tempo para isso. Aí saímos de lá. Não valia a pena arriscar. Nós que somos os estrangeiros, precisamos perceber quando um lugar não é bom para nós. Graças a Deus estamos numa vizinhança melhor agora."(OP08)

Outro saber importante para a integração está no **saber mapear o novo local** de morada. Tal conhecimento observado em nossos achados é relevante tanto para identificar oportunidades disponíveis como para evitar problemas de desconhecimento da cultura anfitriã. Saber onde é mais possível obter renda diante da escassez de empregos presente na sociedade acolhedora, onde estão os órgãos ou instituições necessárias em sua integração e até mesmo lugares em que o idioma diferente tende a causar mais problemas de comunicação entre as partes acaba por ser um diferencial. Um excerto que invoca tal saber é o seguinte:

"Quando cheguei aqui, eu ia em toda feira que eu sabia, eu entrava e não vendia nada. Só depois de um tempo eu fui entendendo onde ir. Esse mapeamento não teve ninguém para fazer para mim. Eu ia para umas feirinhas orgânicas, nada a ver. Não vendia nada. Mas foi bom porque conhecia gente que me indicavam lugares mais propensos. Uma me indicou a feira de poço da panela, mas não fui porque era muito longe". (NV09)

Saber angariar recursos é outro ponto basilar para a integração dos migrantes que apareceu em nossos resultados. Pois para sobreviver, encontrar formas de obter renda e também outros tipos de recursos como doações é uma tarefa árdua para os que chegam. Por isso, manter-se atento a projetos lançados por instituições de acolhida, aos auxílios oferecidos pelos governos, bem como a outras oportunidades que aparecem para membros da rede de contatos que o migrante estabelece mostraram-se ações prementes. O que é aludido na passagem subsequente.

“Não tínhamos possibilidade de comprar realmente (um forno). Só com a ajuda (fundo rotativo). Esse forno vai trazer uma produção maior. Com isso, esperamos sim, com certeza, melhorar a renda da família. Queremos que a nossa família possa evoluir, que a gente possa dar uma educação boa para nossas filhas e melhorar.” (VT03)

Dando continuidade a importância das redes, o **saber congregar** se mostrou mais um conhecimento necessário à integração que emergiu do *corpus* de pesquisa. Este saber se baseia nas relações que o migrante vai estabelecendo e fortalecendo tanto com a comunidade local (salienta-se especialmente o papel destacado de organizações religiosas aqui, o que ajudou na escolha do verbo congregar para esse saber), como com outros migrantes como também com as instituições de acolhida, ou seja, está ligado ao domínio das conexões sociais proposto por Ager e Strang (2008). Aqueles migrantes que conseguem não somente ter uma atitude individualista, mas estabelecem vínculos concretos com outros atores em sua volta tem mais chance de contornar obstáculos como, por exemplo, recolocação no mercado de trabalho, validação de diplomas, dificuldades com idioma e também aqueles a respeito do cuidado com os familiares. O trecho a seguir ilustra tal saber.

“Com ajuda daqui das pessoas da fundação CÁRITAS, as pessoas me ajudaram a comprar algumas ferramentas. Com o dinheiro da minha rescisão eu comprei umas ferramentas, mas ainda faltavam para começar, eles repararam nisso e me ajudaram a comprar para eu começar a trabalhar sozinho. Aí no mês de março deste ano, de 2020, comecei sozinho a trabalhar, mas no mesmo mês chegou a pandemia, tudo começou a ir devagarzinho, mas graças a Deus, nesta pandemia, a gente teve uma melhora de vida. Por que? Porque depois de tanto tempo meu amor conseguiu um trabalho com carteira assinada, com pessoas boas, que ajudam a ela demais.” (VT02)

Derivado do último está também o **saber manter-se em evidência**. Pois não adianta apenas fazer parte de redes ou cooperar com semelhantes, se o migrante não conseguir se fazer presente e estar engajado principalmente em processos organizados por instituições de acolhida. O migrante que se faz ser percebido no dia a dia acaba tendo acesso a mais oportunidades que

aqueles que esperam serem lembrados. O que tende a favorecer que bloqueios como a escassez de apoio governamental ou acesso limitado a recursos sejam atenuados até mesmo por projetos ou ações que não haviam sido previamente planejadas para o seu perfil de migrante, mas, mesmo assim, ele os alcance por estar na hora e local corretos. O que é expressado no fragmento ulterior.

"Sempre que posso eu estou aqui e quando não posso meu marido está. Eles nos ajudam e por isso sempre que posso ajudo também. Quero estar sempre por perto para quando precisarem ou eu precisar de ajuda."(OP21)

Um saber que é muito ligado a experiência de cada migrante e mostrou-se crucial, quando consideramos uma conjuntura de integração econômica de migrantes de sobrevivência, é o **saber negociar**. Bloqueios como receitas limitadas, ambiguidades em negociações, falta de recursos humanos, acesso limitado a recursos e procedimentos bancários rígidos podem ser mais facilmente contornados por aqueles que já possuíam expertise em negociações ou que tiveram facilidade de aprender durante a jornada. Saber que pode ser expressado a partir do extrato a seguir.

"Lá na Venezuela as pessoas não pedem desconto. Aqui você dá um valor baixo já para a pessoa aceitar, mas eles sempre pedem desconto. Porque querem poupar. O que é compreensível. Quando insistem muito eu não revento isso e acabo dando o desconto. Mas já início a negociação já com um valor baixo, e tento fazer a pessoa entender que o desconto já está embutido no preço. Já está ali. Que não posso baixar mais se não vou perder. É isso que eu faço. Mas para mim isso foi difícil no começo porque eu achava que estavam me faltando com respeito ao meu trabalho. (NV01)."

A questão de ensino e aprendizagem implica nos saberes finais observados. O saber se adaptar e o saber aprender e ensinar. **Saber se adaptar** às condições impostas pelo destino, seja utilizando um conhecimento prévio de maneira diferente ao comum, como por exemplo, um saber culinário sendo adaptado para se adequar aos interesses degustativos do novo local, seja na reformulação de uma vocação que antes era utilizada para um determinado fim e agora se molda para outro com mais oportunidades, é uma das principais maneiras de contornar os desafios impostos. O excerto subsequente exemplifica tal saber.

"Quando estávamos conseguindo nos adaptar, já tínhamos conseguido feiras boas, tínhamos entendido que nas universidades vendíamos melhor, na Universidade Católica e na Universidade Federal. Tínhamos começado a fazer parte de um coletivo na Universidade Católica que é de artesãos...já fazíamos parte disso e tudo mais...aí veio a Pandemia... Meu Deus!"(VT02).

E em complemento ao anterior, está o **saber aprender**, quando olhado por um viés individualista, onde o migrante consegue adquirir habilidades que não possuía e passa a reproduzir aquilo que a determinada ação ou tarefa exige. E quando olhado por um viés colaborativo, o **saber aprender e ensinar**, quando da mesma forma há a necessidade de se obter novas habilidades, mas há uma troca de conhecimentos capaz de gerar enriquecimento mútuo.

“A mãe de uma coleguinha da minha filha são especialistas em redes sociais e me ensinou a criar um Instagram comercial. Elas me ajudaram porque o nosso Instagram era qualquer coisa. Era nada. Não tinha nada na biografia. Não tinha foto bonita. Nada. E com ajuda delas as vendas deram uma melhorada. Depois elas começaram a ajudar na Cáritas através de mim. (NV01)”

Diante do exposto, cabe-nos buscar compreender como esses saberes podem ser traduzidos de maneira que auxiliem na superação dos bloqueios.

6.2 Uma Tradução Intercultural no Sul Global

Conforme Santos e Meneses (2019), o Sul global, a categoria que herda as lutas de libertação do Terceiro Mundo, espelha uma constelação de aspirações políticas, ontológicas e epistemológicas cujos conhecimentos são validados pelo sucesso de suas diferentes lutas.

A tradução intercultural é a alternativa de Boaventura ao universalismo abstrato no qual são assentadas as teorias gerais eurocêntricas e a ideia de incomensurabilidade entre culturas. Como o autor elabora, a tradução intercultural consiste em buscar preocupações e suposições isomórficas subjacentes a distintas culturas. Este processo de tradução inclui a identificação de diferenças e similitudes, e o desenvolvimento, quando for apropriado, de novas formas híbridas de compreensão e intercomunicação cultural. Estas novas formas híbridas são importantes, como ressalta o autor, para favorecer interações e para fortalecer alianças entre os movimentos envolvidos nas lutas, em diferentes contextos culturais, contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, pela justiça social e pela dignidade. (MENESES, 2018, p. 29)

É através da tradução intercultural que os conhecimentos, que emergiram de uma determinada luta concreta, podem ser articulados para confrontar as relações de dominação existentes. O que para nossos esforços pode ser realizado quando utilizamos os três tipos de saberes oriundos da ecologia gerada na seção anterior.

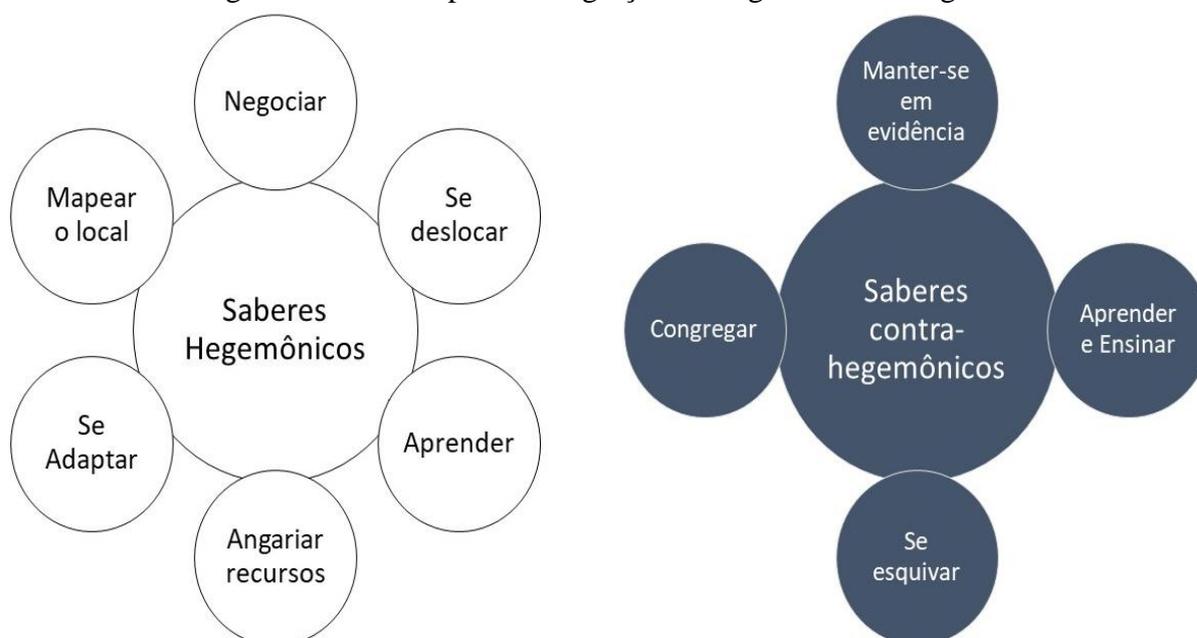
De acordo com Santos (2019), são pelo menos três tipos de saberes que compõem uma ecologia de saberes:

Os grupos que lutam contra a dominação têm que lidar com três tipos de conhecimentos: os seus próprios conhecimentos, que sustentam e legitimam a sua luta; os conhecimentos que os grupos dominantes produzem e ativam a fim de assegurarem a reprodução de seu poder; os conhecimentos gerados ou mobilizados por outros movimentos ou grupos sociais com os quais são possíveis articulações e alianças baseadas na ecologia dos saberes. (SANTOS, 2019, p. 122)

Ao trazermos os três tipos de conhecimento para o contexto da integração de migrantes de sobrevivência no Sul global, a artesanaria das práticas resultante abordará tanto os conhecimentos impostos pelo destino, os conhecimentos nascidos ou produzidos pelos migrantes nas lutas para contornar os desafios enfrentados durante a jornada migratória, como também os conhecimentos construídos em articulações com outras instituições que compartilham a luta contra os meios de dominação. Desta forma, com este procedimento buscamos retirar das lutas por integração todos os aspectos hegemônicos presentes nas experiências e repensar essas mesmas experiências dando-lhes funções contra-hegemônicas que favoreçam a ecologia de saberes.

Isto posto, os tipos de conhecimentos podem ser combinados em duas categorias (ver Figura 24 a seguir). Uma que remete aos saberes hegemônicos, isto é, os conhecimentos que não desafiam as lógicas dominantes do destino e que o migrante precisa aprender para poder se ambientar a um novo lugar. A outra categoria alude aos conhecimentos que de alguma maneira afrontam as lógicas dominantes no destino, que denominamos saberes contra-hegemônicos. Vale ressaltar que uma total separação de tais saberes em blocos ou tipos é mera estratégia de representação, haja posto que um determinado saber pode ter sido útil durante a jornada e ao mesmo ser imposto pelo destino e ter servido a lógicas dominantes como também para desafiá-las, por exemplo.

Figura 24: Saberes para a integração de migrantes no Sul global



Fonte: Elaborado pelo autor

Do grupo hegemônico, há principalmente seis tipos de saberes: o saber negociar, o saber mapear o local, o saber se deslocar, o saber se adaptar, o saber aprender e o saber angariar recursos. Já no segundo grupo, outros quatro saberes mais se destacaram: o saber manter-se em evidência, o saber congregar, o saber ensinar e o saber se esquivar. Pensar em como tais saberes podem ser transmitidos, apreendidos e compartilhados de uma maneira que não haja assimilação dos migrantes pelas lógicas dominantes, mas sim a construção de caminhos de coexistência, é o papel da tradução intercultural quando esta busca identificar preocupações comuns, aproximações complementares e contradições intransponíveis (SANTOS, 2007)

presentes nas lutas. Frente a isso, discutiremos como cada saber encontrado pode coexistir entre as lógicas que os permeiam sem, de fato, serem assimilados por aquelas dominantes.

Vista pelo ângulo das lógicas hegemônicas, a integração econômica de indivíduos que para sobreviver se vem forçados a empreender acaba por exigir deles competências de relacionamento e competências conceituais (MELLO; LEÃO; PAIVA JR., 2006) para realizarem negociações. Esse saber negociar que se aprende através da experiência ou por vocação tende a ser melhor desenvolvido quando os migrantes empreendem em mercados étnicos (GARCÉS, 2011), contudo a transição para negociações por lógicas contra-hegemônicas em mercados hegemônicos é possível (PEREIRA, 2011), o que pode ser favorecido quando princípios alternativos, como os de economia solidária, são articulados e trabalhados nos empreendimentos destes migrantes (BERTINI, 2018). A estratégia é buscar negociações onde não haja ganhadores e perdedores, nas quais os primeiros acumulam vantagens e os últimos acumulando prejuízos (SINGER, 2002), mas sim ambos os lados possam coexistir.

Pelas lógicas dominantes, mapear o local é um saber que se relaciona às competências de oportunidade, isto é, avaliar espaços não atendidos por um determinado negócio e identificar oportunidades a partir deles (MELLO; LEÃO; PAIVA JR., 2006). O incremento de uma perspectiva solidária a tal saber, pode reforçar a criação de vínculos entre o migrante empreendedor com a comunidade local, a partir do momento em que tal mapeamento ouse não apenas identificar locais para ganhos financeiros, mas também ambientes que possam favorecer o aumento do capital de rede (URRY, 2012) do migrante.

Para as forças hegemônicas, o saber se deslocar representa a capacidade de movimento dos indivíduos para atuarem dentro das lógicas capitalistas, ou seja, movimentar-se para gerar e acumular riquezas e mover-se de um ambiente sempre que não for mais possível extrair dali algum tipo de acúmulo (COVARRUBIAS; WISE, 2011). Para o migrante, tal saber é incorporado tanto quando seu ambiente é deteriorado e ele precisa saber migrar dali, como também quando já no destino ele precisa aprender a saber circular (ESPIRO, 2019) pela nova morada. O saber circular quando atado a um viés de economia solidária pode ser favorecido por fazer que os deslocamentos ocorram coletivamente, com ajuda mútua, atenuando os obstáculos que tendem a aparecer.

O saber se adaptar refere-se às maneiras que se age quando de encontro a barreiras no cotidiano. Pelas lógicas hegemônicas, o migrante se vê obrigado a contorná-las através da assimilação de fatores que o contexto impõe (PORTES; RUMBAUT, 2014). Buscar um

contraponto para tal saber, significa encontrar meios para que uma perspectiva multicultural possa acontecer. Logo, práticas que incentivam a troca de experiências entre os migrantes e a comunidade receptora, que tendem a ser oriundas de uma visão mais solidária, podem se mostrar viáveis para que não haja silenciamento dos migrantes durante a adaptação.

O saber aprender, que evoca as competências conceituais (MELLO; LEÃO; PAIVA JR., 2006), tende a seguir por linhas hegemônicas quando o migrante passa a ser treinado para atender apenas as demandas que o destino impõe. Assim como no saber se adaptar, não há troca, apenas um lado sendo assimilado pelo outro. Por outro lado, quando o saber aprender caminha junto a um viés de economia solidária, além do alcance das habilidades necessárias, há também uma copresença de saberes onde ambos os lados tendem a adquirir novos conhecimentos. Por tal viés alternativo, não se dá apenas um saber aprender, mas sim um saber aprender e saber ensinar.

O saber angariar recursos tem um papel de destaque em casos de migração de sobrevivência. Além da busca por aqueles recursos básicos, que garantem a sobrevivência, há aqueles que são utilizados para dar forma ao empreendimento, estratégia derradeira para a obtenção de renda (ALASLANI, 2019). Por aqui, há os bloqueios impostos pelas lógicas econômicas que ou impedem o alcance de recursos, ou os liberam de maneira a gerar armadilhas do empreendedorismo para os migrantes, isto é, dívidas insolúveis. Sob uma perspectiva de economia solidária, por outro lado, recursos podem ser compartilhados através de ferramentas como fundos rotativos, contornando a lógica de endividamento que predomina pelas forças dominantes (BERTINI, 2018).

Diferente dos demais, os três saberes restantes, isto é, o saber manter-se em evidência, o saber congregar e o saber se esquivar, emergiram do contexto de Sul global estudado já dentro de lógicas contra-hegemônicas. O saber manter-se em evidência mostra-se principalmente nas estratégias dos migrantes de ampliar o próprio capital de rede e a sua autonomia espacial através das oportunidades sociais que vão construindo enquanto tentam se integrar economicamente ao destino. O saber congregar é resultado do viés coletivo trazido pelas práticas de economia solidária, bem como dos laços sociais que os migrantes constroem com instituições de acolhida pelos quais os obstáculos aos empreendimentos podem ser mais facilmente contornados a partir da ajuda mútua obtida e incentivada pelo viés solidário presente. Finalmente, há o saber se esquivar, que se origina das experiências do cotidiano que os migrantes enfrentam na busca por ampliar sua autonomia socioespacial com a economia solidária podendo exercer o papel de proteção contra as intempéries que tendem a surgir mais facilmente para migrantes de

sobrevivência que a lembrar, estão desprotegidos pelo Estado e diante de um país que é naturalmente hostil.

De tal forma, aqueles que porventura vieram a iniciar uma jornada migratória pelo Sul global, poderão obter mais chances de terem as vulnerabilidades do percurso atenuadas se atentarem-se aos saberes aqui apresentados.

7 REDES SOLIDÁRIAS EM FORMAÇÃO

[Recife, 11 de julho de 2020, tarde de um sábado pandêmico, reunião virtual pela plataforma Google Meet]

Estamos na reunião do comitê criado pela Cáritas para julgar propostas de empréstimos para empreendimentos de migrantes através de um fundo rotativo solidário recém-criado. Sete pessoas debatem sobre a exposição de um possível empreendimento que acabara de ocorrer enquanto aguardam que a sétima e última migrante resolva problemas de conexão para também fazer sua apresentação.

Um participante do comitê comenta: “É um dos poucos que só precisa de dinheiro para ganhar dinheiro”.

“O retorno dele pode ser bem rápido”, complementa outro.

Outros membros da reunião concordam com a colocação e fazem pontuações a respeito da viabilidade do projeto:

“Vamos avaliar o mínimo necessário e emprestarmos o volume de recursos que ele precisa para que realmente possa crescer” diz um.

“Vamos avaliar onde que ele pode ganhar mais para podermos melhor assessorar em que ele deve investir”, sugere outra.

Um dos membros, o venezuelano Carlos que preside a reunião, pede a palavra: “por mim está aprovado, mas ele está fazendo tudo para ele só. Realmente não demonstra cooperação com ninguém”.

Outro venezuelano então propõe: “e se ele fizesse uma parceria com aquela que está com dificuldades de escoar seus produtos?”

Os membros concordam.

Carlos então conclui: “Podemos conversar com os dois, mas sem expectativas formais”.

[...]

Em nossas elaborações iniciais, propusemos como hipótese que frente aos diversos bloqueios que se apresentam para os migrantes no Brasil, os caminhos contra-hegemônicos seriam mais capazes de propiciar a integração econômica dos migrantes. Tendo os principais entraves que os venezuelanos enfrentaram e os saberes que emergiram para contorna-los sido apontados nos capítulos anteriores, cabe agora nos aprofundarmos em como as *práticas permeadas pela economia solidária favoreceram o intercâmbio de saberes necessários para tornar a geração de renda pelos migrantes de sobrevivência mais efetiva* tomando como base a atuação dos migrantes junto a projetos que eram permeados pelo viés solidário.

7.1 Iniciando uma Integração Econômica de Viés Solidário

Na formação de um ambiente menos hostil para os venezuelanos recém-chegados em Pernambuco, a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) ocupou um papel destacado. Além de ser uma das três primeiras instituições que deram o suporte inicial de acolhida (as outras foram a AMAI - Associação Missionária Beneficente para Áreas Inóspitas de Carpina e as Aldeias Infantis em Igarassu), foi a partir dela que alguns migrantes que não conseguiram encontrar oportunidades de trabalho e se viram forçados a empreender obtiveram algum apoio. A partir de um mapeamento elaborado por um dos agentes da instituição, baseado em dados coletados pela CBNE2 através de um Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)⁵⁷ realizado no começo de 2019, um primeiro grupo de empreendedores demonstrou interesse e/ou aptidão para a empreitada.

A ideia era fazer convergir a integração econômica dos migrantes com uma outra área que a Cáritas já possui um longo histórico de atuação: a economia popular solidária.

A Cáritas Brasileira vem em sua trajetória de mais de 40 anos, atuando no apoio e no fomento das ações em prol da Economia Popular Solidária (EPS). Chama-se essa outra Economia de Popular e Solidária, em virtude das iniciativas populares na busca da geração de trabalho e renda, baseado na livre associação das pessoas, a cooperação e da autogestão. Uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades – sempre novas – dos seres humanos, na perspectiva do Bem Viver de todos e para todos. O apoio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS) que ocorreu no final da década de 1980, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de apoio às iniciativas coletivas sustentáveis de “desenvolvimento” ou envolvimento local. Essas ações de fomento priorizaram o protagonismo dos excluídos e excluídas na busca da construção de novas relações solidárias na produção, comercialização e incidência em prol das políticas públicas e de acesso a direitos (LIMA, 2020, p. 22-23).

No entanto, alinhar uma expertise anterior com a acolhida de migrantes de sobrevivência, uma ação inédita para a regional, se mostrou um novo desafio para a CBNE2. Somente após diversos encontros formativos da pequena equipe (quatro membros) designada para a tarefa, do mapeamento de possíveis interessados em participar da iniciativa e da obtenção de fomento junto a uma ONG internacional que as reuniões se iniciaram.

Apesar dos encontros de planejamento terem começado em 2019, foi só em 2020 que os venezuelanos começaram de fato a participar do Projeto Creciendo. Ainda no fim de 2019,

⁵⁷ Técnica de Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) que se trata da coleta de informações que podem ser usadas por projetos de desenvolvimento, com vistas a descobrir as principais características, os problemas prioritários que afetam uma população e as possíveis soluções dentro da própria comunidade mapeada (MEDVEDOVSKI *et al.*, 2015; LUCENA *et al.*, 2021).

outro projeto, o RAFA, seguindo o mesmo objetivo de fomentar empreendimentos de migrantes também foi pautado e colocado em prática. Ambos os projetos tinham objetivos semelhantes, mas com alcances diferentes. Enquanto o Creciendo abrangia os quatro estados de atuação da Cáritas NE2 (Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba) e tinha patrocínio de uma ONG internacional, o RAFA se limitou a Pernambuco e era financiado por um filantropo recifense. Os projetos se baseiam em quatro pilares. O primeiro é apoiar iniciativas de geração de renda desenvolvidas pelas famílias e grupos venezuelanos acompanhados pela CBNE2, promovendo a aquisição de insumos para fortalecimento de seus empreendimentos. O segundo é implantar ações para fortalecer empreendimentos de geração de renda através de Fundos Rotativos Solidários (FRS), dando foco à economia popular solidária. O terceiro é estimular que os migrantes acompanhados participem de cursos de formação, considerando as habilidades das famílias e grupos venezuelanos. O último é contribuir com ações de inserção dos outros migrantes que não demonstraram interesse nos empreendimentos no mundo do Trabalho através de campanhas de sensibilização de empregadores e consolidação de banco de currículos.

O fundo rotativo solidário além de ser a pedra fundante, acaba se destacando como a principal prática de viés solidário que serviu de elo entre os migrantes e por isso tem destaque em nosso estudo. Esta é uma ferramenta utilizada pelas comunidades para solucionar, a partir de seus próprios recursos, as dificuldades encontradas coletivamente e individualmente (LAPORTE, 2017). Para tal, nas reuniões iniciais, um grupo composto por três venezuelanos e quatro brasileiros se formou para liderar seu desenvolvimento. Documentos e instrumentos foram criados para guiar as ações, além de um regimento interno para definir papéis dos envolvidos, regras de participação, de pagamentos e de prazos de devolução dos valores emprestados. Ficou acordado que para ter acesso ao fundo, antes os migrantes teriam que participar de oficinas formativas em economia solidária e em negócios. Depois disso teriam que elaborar uma proposta e apresentá-la a uma banca composta pelos membros do próprio comitê. Após terem sido aprovados, haveria um tempo de carência para começar a devolver os valores e que ainda receberiam assessoria e acompanhamento de suas atividades pelo comitê assessor.

Inicialmente, os migrantes começaram a participar de oficinas formativas tanto sobre economia solidária, como de construção de planos de negócios. Juntamente às formações coletivas, os interessados também participaram de encontros individualizados tanto para desenvolvimento de negócios para aqueles que ainda não sabiam ou não tinham escolhido uma atividade a seguir, como também de desenvolvimento de plano de negócios e outros aspectos básicos (como adesão ao MEI, por exemplo) de atividades já em andamento. A princípio, o

plano era que essas formações fossem presenciais, nos mesmos moldes que as primeiras reuniões de planejamento que já haviam acontecido, mas em março de 2020 veio a pandemia e os encontros acabaram reformulados para as plataformas virtuais e alguns meses após o planejado, já que de imediato ações emergenciais de apoio aos migrantes foram priorizadas.

O grupo inicial de acompanhamento era formado por 14 possíveis empreendimentos a serem fomentados. Desses, quatro não continuaram, dois por motivo de mudança de estado e os outros dois porque os migrantes à frente conseguiram encontrar emprego e não seguiram acompanhando as reuniões. Os dez empreendimentos restantes são os que nas jornadas vêm sendo apresentadas no decorrer desta tese e estão colocados por ordem de acesso ao fundo na Figura 25 a seguir.

Figura 25: Migrantes participantes do Fundo Rotativo Solidário

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
<ul style="list-style-type: none"> • Noris • Analí • Genesis • Fred • Elias • Otniel 	<ul style="list-style-type: none"> • Hannah • Desirée e Henderson 	<ul style="list-style-type: none"> • Miguel • Albaro e Sonia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Até dezembro de 2021, os dez empreendimentos haviam conseguido acesso ao fundo rotativo. O que se deu em três momentos distintos. No primeiro, em agosto de 2020, seis empreendimentos foram contemplados, no segundo, em março de 2021, outros dois obtiveram o apoio, finalmente em outubro de 2021 os últimos dos dez passaram também a fazer parte do fundo rotativo quando teve a proposta aceita. No total, nos três momentos, 12 empreendimentos foram contemplados, porém, como os outros dois estão localizados em Maceió, não os consideramos para nossas observações, tendo em vista que nossos objetivos se fincam em Pernambuco. O primeiro grupo contemplado foi formado por Noris, Analí, Elias, Otniel, Fred e Genesis. O segundo por Hannah, um empreendimento em Maceió e Desirée e Henderson. O último por Albaro e Sonia e Miguel, mais outro empreendimento em Maceió. Para 2022, novos

empreendimentos estão em processo para também acessar ao fundo rotativo e o comitê julgador agora conta uma maioria de venezuelanos, tendo a participação, inclusive, de dois dos migrantes que fizeram parte do primeiro grupo.

Contudo, o caráter de iniciativa inédita tanto para a instituição promotora como para o público participante somado às condições do contexto local que além de estruturalmente hostil ainda enfrentou a pandemia, fizeram com que o desenvolvimento da iniciativa tivesse alguns percalços e que até o fim de 2021 ainda apresentasse um *status* de “projeto em desenvolvimento”, que se por um lado ainda não foi totalmente eficaz para integração econômica dos migrantes, por outro, serviu para atenuar os diversos obstáculos enfrentados. Conjetura que apresentamos a seguir ao considerarmos como cada empreendimento vem se desenvolvendo dentro de cada uma das dimensões propostas por Gaiger (2015), a lembrar: a da eficiência, a da autogestão, a da sustentabilidade e a da cooperação. Como forma de dar suporte analítico, também fizemos uso das competências empreendedoras propostas por Mello, Leão, Paiva Jr (2006); são elas: as competências de oportunidade, as de relacionamento, as conceituais, as administrativas, as estratégicas, as de comprometimento e as de equilíbrio.

Além do mais, diferentemente de outros projetos já existentes onde o viés solidário permeava empreendimentos localizados num mesmo espaço, negócio ou região, os empreendimentos participantes aqui são de negócios distintos, localizados até mesmo em cidades diferentes e que inicialmente ainda se pautam mais por lógicas familiares do que por bases coletivas, cuja a ‘cola’ que os une está presente justamente no fundo rotativo solidário e nas reuniões relativas ao mesmo. Uma conjuntura mais complicadora ainda para os vetores que compõe a economia solidária.

7.1.1 Vetor empreendedor: eficiência e sustentabilidade

Na *dimensão de eficiência*, que trata de como empreendimentos conseguem gerar receitas para manter seu funcionamento e sua capacidade de preservar-se, os projetos Creciendo e RAFA além do apoio em formações básicas para o negócio, também adotaram como uma de suas premissas que a solvência das prestações respeitaria um período de carência de no mínimo três meses, para que assim, os empreendimentos tivessem um tempo de maturação antes de precisarem se preocupar com dívidas. Além disso, para que o valor inicial do fundo não perdesse valor frente à inflação, foi estipulada uma taxa de juros simples de 1% em cada valor

de parcela. Montante bem abaixo do praticado em relações de empréstimos no mercado bancário. Também ficou acordado uma multa no valor de 2% sobre o valor de cada parcela atrasada. Pontos que evidenciam que inicialmente o fundo rotativo solidário acabou sendo pensado dentro de uma lógica hegemônica de mercado, ou seja, com a incidência de juros sobre os valores emprestados e a implementação de meios de cobrança e penalização de usuários com parcelas inadimplentes. Contudo, além das taxas aplicadas serem bem mais acessíveis que as oferecidas por bancos, a rigidez das multas por atraso se limitou ao instrumento contratual, haja vista nenhuma multa por atraso ter sido cobrada no primeiro ano do fundo rotativo, mesmo que quase todos os empreendimentos tenham atrasado alguma parcela.

Dessa forma, os seis primeiros empreendimentos receberam valores de 4 mil ou de 2 mil reais para executarem suas propostas. Cifra que, conforme acordado previamente, seria devolvida em vinte parcelas de 202 reais para os que receberam 4 mil reais (quatro dos empreendimentos do grupo inicial) e vinte parcelas de 101 reais para os que receberam 2 mil reais (os dois empreendimentos restantes liderados por Otniel e Fred). Nesse ponto específico, considerando que alguns receberam valores contextualmente altos, as características adotadas se afastam um pouco de experiências semelhantes com microcrédito já registradas na literatura quando, conforme Bertucci e Silva (2003), mesmo dentro da lógica do empreendedorismo, o microcrédito costuma apresentar valores reduzidos do crédito e os prazos curtos de amortização, o que inviabilizava a utilização do recurso para fins de investimentos, limitando na prática a aplicação dos empréstimos ao financiamento de capital de giro.

No primeiro grupo, por exemplo, Noris tinha como uma das ideias iniciais o investimento em um novo forno, de tamanho menor, mas que fosse capaz de atender a pequenos pedidos, economizando custos, mas acabou utilizando o dinheiro para reformar sua oficina e criar um espaço de vendas presencial. Genesis investiu nos equipamentos para montar o espaço de sua clínica massoterápica. Analí, por sua vez, usou parte do recebido para a compra de manequins e tecidos. Fred e Elias também investiram em equipamentos. Já Otniel priorizou a compra de produtos para formar seu estoque de vendas. O que demonstra que os valores recebidos conseguiram ir além de se tornarem apenas capital de giro.

Outro ponto a ser considerado quanto à eficiência se deu a partir das possibilidades de desenvolvimento e ou fortalecimento das competências necessárias para a continuidade dos empreendimentos. Aqui, houve importante papel desempenhado pelas formações oferecidas por ambos os projetos. Primeiro, em momento prévio ao fundo rotativo, reuniões individuais foram promovidas para que competências de oportunidade fossem ponderadas. Isto é, a

identificação das possibilidades disponíveis no mercado de bens e serviços ainda não atendidos seja através de esforços de marketing, seja por meio das sinergias estabelecidas com parceiros. Assim, através de reuniões com um assessor venezuelano contratado pela CBNE2, os migrantes puderam identificar oportunidades de negócios a partir de suas experiências prévias e identificar sinergias com os lugares que pretendiam abrir os negócios para visualizar a viabilidade de suas ideias. Um bom exemplo disso se deu com Desirée e Henderson, que tinham expertise no ramo funerário e após os encontros decidiram usar da expertise deles com madeira para fazer negócio não em um ramo que requer altos investimentos e é de difícil entrada como o mercado funerário, mas em um em expansão como o mercado de animais de estimação e de baixo investimento para entrada.

Além das competências de oportunidade, as competências administrativas também foram aperfeiçoadas durante as formações. Ou seja, aquelas que envolvem planejamento, organização, liderança e controle do empreendimento objetivando uma eficiente alocação dos recursos disponíveis. Considerando que entre as principais causas de mortalidade de pequenas empresas estão os aspectos relacionados à gestão (SEBRAE, 2016), a partir das oficinas, os migrantes puderam esquadriar técnicas para planejar o negócio, alocar recursos eficientemente, delegar as tarefas a serem executadas entre os membros do negócio, evitar a desorganização financeira ao confundir patrimônio pessoal e do negócio e atribuir valores aos produtos de maneira a evitar erros em cálculos de lucro e preço. Hannah, a exemplo, percebeu que estava vendendo suas bonecas a preços muito baixos, que não estavam cobrindo nem os custos de produção. Albaro e Sonia, por sua vez, decidiram abrir uma conta exclusiva para o negócio dos bolos, de maneira a poderem identificar melhor as entradas e saídas financeiras do empreendimento. Pontos que também dizem respeito à dimensão de sustentabilidade, que é aquela que trata sobre a capacidade do empreendimento gerar condições de seguir funcionando a médio e longo prazo.

Na *dimensão da sustentabilidade*, as competências estratégicas e de comprometimento desempenharam papel coadjuvante para os empreendimentos dos migrantes. Quanto às competências estratégicas – pelas quais é possível ao empreendedor planejar estrategicamente o negócio no mercado, gerindo-o de maneira a visualizar panoramas no longo prazo e também planejar objetivos e posicionamentos de médio prazo que sejam alcançáveis e realistas (MELLO, LEÃO, PAIVA JR, 2006) –, a partir das oficinas de formação, os migrantes puderam traçar objetivos de médio e longo prazos para seus empreendimentos, pensados de maneira a sobrepor tanto os ganhos financeiros possíveis dentro da realidade, como também a valorização

das relações com a comunidade local. Por um lado, a maioria dos empreendimentos estabeleceu metas para que cada membro pudesse obter ao menos um salário mínimo brasileiro, por outro, que à medida que o negócio pudesse se expandir e precisar de novos contratados, que estes pudessem ser tanto venezuelanos, como brasileiros moradores da vizinhança do empreendimento.

Já a respeito das competências de comprometimento, tanto com o negócio como pessoal, sobretudo em situações adversas que são bem mais comuns a migrantes de sobrevivência, elas eram fortalecidas a partir dos encontros coletivos, quando cada membro expunha os problemas que enfrentava e era incentivado tanto pelo pessoal da CBNE2 como também por outros migrantes a encontrar meios de resolvê-los e não desistir do empreendimento. Um exemplo importante se deu com Fred, que inicialmente com um retorno baixo de seu negócio, expôs que pensava em desistir do seu estúdio de fotografia para tentar obter renda com outras fontes, mas foi encorajado a continuar e firmou uma parceria com a instituição para fotografar produtos de outros empreendimentos para divulgá-los nas redes sociais.

De maneira geral, o vetor empreendedor e suas dimensões de eficiência e sustentabilidade foram exploradas tanto pela instituição como pelos migrantes para dar início aos empreendimentos principalmente através do desenvolvimento de competências administrativas e de oportunidades, tendo outras competências menor peso observado. No entanto, é a partir do vetor seguinte, o solidário, que é possível visualizar a formação de redes, ainda que timidamente, para o fortalecimento dos empreendimentos.

7.1.2 Vetor solidário: autogestão e cooperação

O vetor solidário abrange as dimensões de autogestão e de cooperação. Na dimensão de autogestão, elementos como democracia, participação e autonomia do empreendimento são considerados nos processos de gestão e nas relações tanto entre membros quanto com organizações ou outras forças externas. Sobre a autogestão, Singer (2002) reflete:

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões

de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002, p. 18)

A dimensão de autogestão começou a tomar corpo a partir da entrada dos novos grupos no fundo rotativo, isto porque, o comitê inicialmente criado para julgar as propostas está, gradualmente, substituindo seus membros para que os venezuelanos que tiveram acesso ao fundo no primeiro grupo assumam como membros do comitê julgador das propostas de novos entrantes e também nos acompanhamentos pós-empréstimos. É o caso de Noris e Fred que se juntaram a outros três venezuelanos e dois brasileiros e começaram a atuar mais ativamente na gestão do fundo rotativo. É de Noris, por exemplo, que as competências conceituais dos migrantes começam a ganhar mais peso nas escolhas. De acordo com Mello, Leão e Paiva Jr. (2006), as competências conceituais estão ligadas ao raciocinar de forma criativa para inovar e lidar com risco, além de também permear características como ter vocação, autonomia, sensibilidade e vontade de aprender. Nas reuniões, Noris sempre enfatizou aos novos proponentes que não adiantava começar a fazer parte de um empreendimento se não existisse vocação para ele por parte dos interessados, que somente por gostar e saber do que fazia, que ela era capaz de sobreviver às dificuldades que se impunham ao seu negócio, e que sem vocação ela já teria desistido. E que a participação no fundo exigia vocação para lidar tanto com o negócio quanto com outros migrantes que dependiam da rotação dos valores do fundo. Ou seja, existe uma fila de novos projetos esperando por empréstimos que dependem da adimplência dos contemplados.

Para os novos entrantes, considerando que os participantes do primeiro grupo enfrentavam dificuldades para quitar parcelas e o fundo rotativo contava somente com saldos dos financiamentos iniciais, o número de propostas aceitas foi reduzido pela metade – bastante diferente do que aconteceu no primeiro julgamento onde praticamente todos aqueles que participaram das oficinas formativas e apresentaram propostas tiveram o financiamento aceito, com apenas uma exceção⁵⁸. Com isso, quatro critérios que num primeiro momento haviam sido aventados para o julgamento de propostas, mas funcionaram como mera formalidade, passaram a ser considerados. O primeiro foi o de viabilidade do negócio, ou seja, dele se manter ao longo do tempo e garantir renda aos migrantes envolvidos; o segundo relacionou-se à capacidade do negócio favorecer a integração dos migrantes junto à comunidade local; o terceiro focou a

⁵⁸ Das sete propostas que participaram da primeira apresentação, apenas a de Hannah não foi aceita de imediato para acesso ao fundo rotativo porque a mesma ainda se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade e só poderia contar com a ajuda do filho, que tinha emprego fixo, para ajudá-la com o negócio. Com isso o comitê entendeu que não era o momento para ela receber apoio financeiro e sim se estruturar melhor antes de iniciar seu empreendimento.

visibilidade, isto é, potencial do negócio de divulgar a cultura venezuelana; e o último no alcance, o potencial de envolver o maior número de migrantes possíveis.

Na dimensão da cooperação, ou seja, aquela que busca valores e práticas de mutualidade, colaboração, compromisso social, gratuidade e inclusão equitativa dos envolvidos, passa também a se fazer presente e permear os objetivos do fundo rotativo. Com os critérios sendo adotados, o segundo grupo formado por três empreendimentos teve acesso ao fundo. Hannah, agora mais estruturada, o casal Desirée e Henderson, que por problemas familiares acabaram postergando o início de seu negócio, e um venezuelano que estava com um projeto em Maceió para abrir uma marcenaria, porém, como é um caso muito semelhante ao de Miguel e por estar em outro estado, não consideramos seu caso para análise. É a partir desse segundo momento que as competências de relacionamento começam a se consolidar entre os membros. Enquanto que para as novas propostas, links são criados para que o produto produzido possa ser vendido por outro membro do fundo. Como é o caso de Otniel que passou a vender produtos de Hannah. Há também a participação através de visitas de membros do fundo a outros empreendimentos, que estavam inadimplentes, para conversar sobre apoios que ainda são necessários e como obstáculos podem ser enfrentados com ajuda do comitê.

Enquanto o terceiro grupo é aprovado para acessar ao fundo rotativo, as redes dos migrantes começam a se firmar. Noris e Hannah passam a fazer parte de um projeto de coletivo de economia solidária e tem seus produtos expostos num *stand* de um shopping local. Lá, junto de outros empreendimentos de viés solidário de diferentes lugares da região Nordeste e vendendo diferentes produtos, desde produtos artesanais em crochê até doces regionais, elas se revezam com representantes dos outros empreendimentos para fazer vendas em comum e para isso aprendem sobre o negócio dos outros participantes, assim como ensinam o seu. Por outro lado, Elias também fortaleceu suas redes e conseguiu participar da Fenearte em parceria com outros empreendimentos de artesanato oriundos de refugiados, através de um *stand* apoiado pelo governo do Estado e outras entidades. Assim, com a consolidação de redes com a sociedade local, os empreendimentos tendem a ter mais sustentação, pois conforme Vale e Guimarães (2010), as redes sociais exercem impacto nas chances de preservação dos empreendimentos no mercado.

Para solucionar o problema das inadimplências, fica estipulado também que as parcelas em atraso possam ser renegociadas e ter seus prazos estendidos com o valor de cada parcela sendo diminuído. Além disso, outras formas de pagamento começam a ser aventadas, como, por exemplo, o oferecimento de oficinas de formação de seu ofício pelos membros do fundo

rotativo a outros migrantes que tenham interesse em aprender sobre fotografia, costura, carpintaria, artesanato. Algo que será buscado nos trabalhos do fundo rotativo a partir de 2022.

Outro ponto que ainda não se fez presente no *corpus* de pesquisa foi em relação as competências de vazão ao estresse. Tal compreensão prazerosa do trabalho, de maneira a equilibrar o trabalho e a vida pessoal, pode não ter sido anunciada ainda tendo em vista o qualificador sobrevivência dos membros observados. Mesmo iniciando seu processo de integração, ainda estão em vulnerabilidade e com isso a grande parte do seu tempo é para “ter uma atitude de trabalho” na qual afirmações como “estamos ocupados tentando sobreviver” ainda se fazem presentes.

Como resultado do escrutínio dos vetores empreendedor e solidário, observa-se que em suas dimensões, as competências necessárias à prática empreendedora se fizeram presentes, algumas em maior grau e outras em menor, contudo, fica evidenciado que o fundo rotativo solidário fomentado pelos projetos Creciendo e RAFA ainda possui um viés acentuado baseado nas lógicas hegemônicas, o que pode ajudar explicar o porquê das vulnerabilidades que os migrantes enfrentam insistirem em permanecer, demonstrando que ainda existem caminhos a percorrer para todos os envolvidos no processo.

7.2 Caminhos a Percorrer

A iniciativa do fundo rotativo solidário capitaneada pelos projetos Creciendo e RAFA coordenados pela CBNE2, apesar de caminhar para seus dois anos de vida e de ter proporcionado algumas melhorias aos seus integrantes, ainda enfrenta desafios para se estabelecer com uma alternativa que encerre a vulnerabilidade dos migrantes que a ele aderiram.

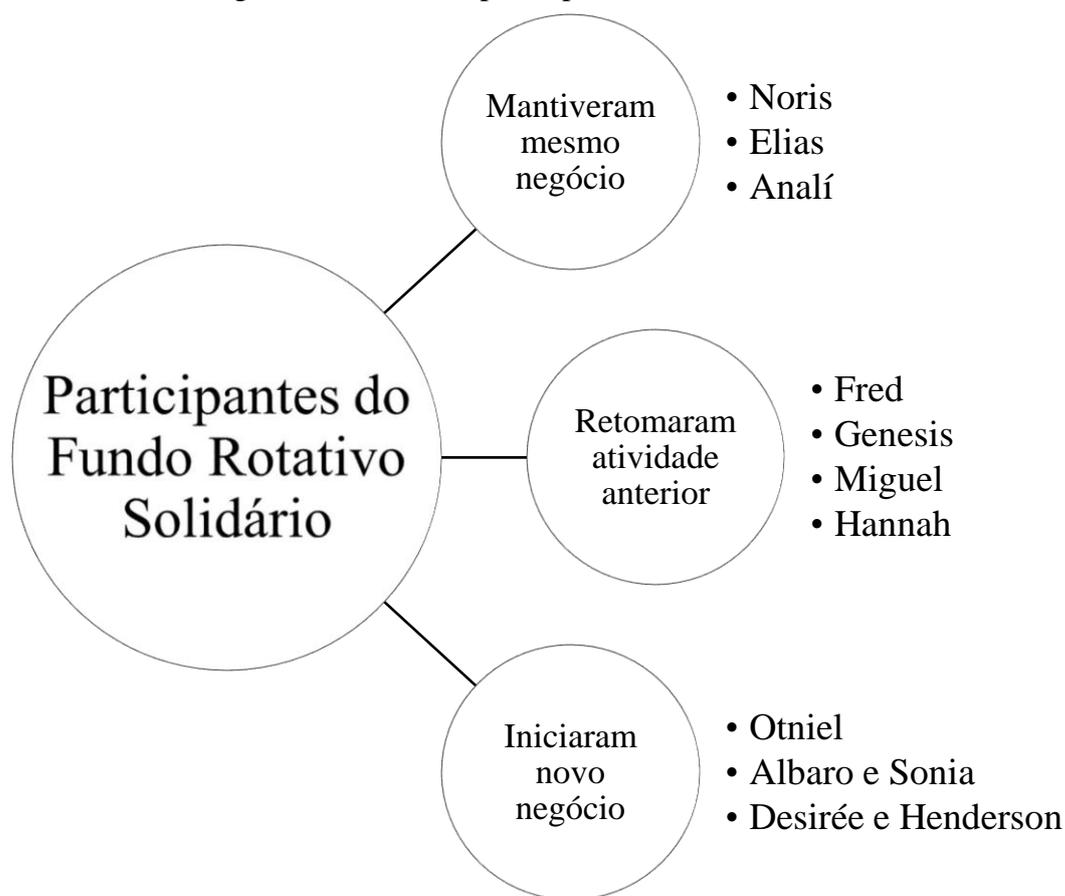
Considerando a conjuntura dos envolvidos, que diferentes de outros projetos de teor semelhante para a economia solidária, estão espaçados tanto geograficamente como também mercadologicamente, o grande desafio que o fundo rotativo enfrenta está em como encontrar soluções coletivas a nível individual. Isto é, como fazer que os empreendimentos cooperem entre si além das reuniões de acompanhamento. Um caminho que se mostrou válido veio da experiência do *stand* coletivo montado em um shopping da cidade apadrinhado pela CBNE2 que além de favorecer a integração entre empreendimentos distintos também favoreceu a troca de saberes entre os partícipes. Contudo, a parceria com o shopping durou apenas um mês e até o final de 2021 havia previsão de novas parcerias, o que denota o caráter dependente da instituição para que tal rede continue.

Nesse sentido, é na criação de espaços para fortalecimento de redes que a iniciativa deve focar seus esforços para que o fundo rotativo continue e possa contornar os diferentes entraves que vem enfrentando.

Na perspectiva da Economia Popular Solidária, as redes passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para fortalecimento das iniciativas econômicas e para ampliação da capacidade política dos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 73).

Isto porque, apesar das dificuldades, quando observamos a evolução dos empreendimentos entre o começo da iniciativa no primeiro semestre de 2020 e o final do ano de 2021, período do corte analítico dado, podemos observar não somente barreiras, mas também avanços. A principal dificuldade que permanece tende a ser as devoluções ao fundo, problema que se não resolvido, tende a cessar a iniciativa. Quando olhamos os empreendimentos individualmente podemos notar algum progresso. Além disso, é possível também perfilar os empreendimentos participantes de modo a identificar três grupos distintos: aqueles que mantiveram o negócio que possuíam antes do fundo rotativo; aqueles que após o fundo rotativo puderam retomar a atividade que antes desempenhavam; e aqueles que tiveram que se readaptar iniciando um novo negócio.

Figura 26: Perfil dos participantes do fundo rotativo solidário



Fonte: elaborado pelo autor

No empreendimento de Noris, com seu artesanato em vitrofusão, a maior dificuldade alegada quando ela iniciou as reuniões para acessar o fundo rotativo estava na ausência de uma estratégia de marketing para alcançar mais clientes, o que conseguiram a partir da criação de redes sociais para divulgação dos seus produtos. As reuniões também tornaram mais profissional a precificação de seus produtos já que antes ditavam os preços sem nenhuma metodologia. O empreendimento já gerou um posto de trabalho (uma ajudante sem carteira assinada), permaneceu adimplente durante todo o período de acompanhamento e Noris ainda passou a fazer parte do comitê de acompanhamento. Junto aos outros membros do empreendimento ainda conseguiu se planejar e participar da Fenearte, em dezembro de 2021, mas avaliaram que o retorno não foi satisfatório. Lá fizeram poucas vendas e poucos contatos, e ainda adquiriram uma dívida com os custos de participação. Ela avalia como mais proveitosa a sua participação no *stand* coletivo junto a outros empreendimentos solidários onde pode fazer vendas e ainda trocar conhecimentos.

Assim como Noris, Elias mesmo antes de se juntar ao fundo rotativo já havia iniciado seu empreendimento de bijuterias, inclusive já fazendo vendas online e como MEI. Contudo, tinha como principal demanda otimizar seu processo produtivo e encontrar um produto que o fizesse se destacar tanto nas feiras que frequentava como na Internet. Após a entrada no fundo rotativo, passou a direcionar o negócio para um foco específico, a “mandala”. O empreendimento chegou a ficar parado por um tempo considerável pelos impactos da pandemia e com isso viu diminuir seus resultados financeiros, algo também observado em outras jornadas migratórias (VINCENZI *et al.*, 2021). Também participou da Fenearte em dezembro de 2021, porém, não com um *stand* individual, mas sim fazendo parte de um espaço criado pelo governo estadual e outras entidades para a divulgação de empreendimentos de refugiados. Assim como Noris, também resolveu não participar da edição seguinte por não ter achado o retorno do evento anterior satisfatório. Com isso, segue participando de feiras em pontos turísticos do Recife e fazendo vendas online para todo o Brasil de suas mandalas.

Os dois casos acima são bem semelhantes, empreendimentos liderados por migrantes no ramo de bijuterias artesanais e que já possuíam certa estrutura de negócio antes de entrar no fundo rotativo. A diferença é enquanto a primeira passou a ter maior participação nas decisões do fundo, o outro tem uma participação mais tímida. Embora o resultado da participação de ambos na maior feira de artesanato disponível tenha tido pouco retorno, Noris já passou a fazer parte de outras atividades coletivas junto aos projetos de economia solidária da CBNE2, o que nos faz reforçar que estar próximo à entidade de acolhida também é uma estratégia para manter-se em evidência e aumentar as oportunidades recebidas.

Assim como no artesanato de bijuterias, aqueles que possuem empreendimentos no ramo de costura também apresentaram uma evolução distinta. Anali tinha como maior dificuldade ao começar a fazer parte dos projetos Creciendo e RAFA a necessidade de conseguir uma rede de comercialização e materiais. Apesar da experiência no ramo, ela tinha como clientes apenas pessoas da igreja que frequentava. Após sua participação, pôde melhorar alguns dos aspectos financeiros de seu negócio que ainda tinha dificuldade. Contudo, o problema com a rede de distribuição de seus produtos permanece. O número de clientes aumentou pouco e ela não conseguiu firmar parcerias para isso. Apesar disso, manteve-se adimplente com o fundo rotativo por boa parte do período. Atualmente continua tendo encomendas de conhecidos como principal fonte de receita em seu empreendimento e por não ter um negócio com características de artesanato, acabou não participando de outros momentos coletivos como outros participantes já citados conseguiram.

Hannah que retomou com suas bonecas, por outro lado, teve a oportunidade de participar da Fenearte no mesmo *stand* coletivo que Elias porém não conseguiu atender a toda a demanda solicitada. Além disso, ela se envolveu com vendas no *stand* de shopping dos coletivos de economia solidária. Antes de participar dos projetos da CBNE2, ela estava bem desestruturada para tocar um negócio, a partir do apoio da entidade, conseguiu acesso à Internet, participou de formações e com o dinheiro do fundo comprou duas máquinas de costura, além de conseguir mais uma pessoa para ajudá-la na empreitada. Além disso, alguns membros do fundo colaboraram nas vendas de suas bonecas. Diferente de Anali, ela é bem ativa nas reuniões do fundo rotativo, porém segue enfrentando problemas de inadimplência frente ao fundo.

No caso de Anali e Hannah, a estratégia para distribuição de seus produtos precisa ser medida de maneira que suas costuras possam chegar a novos clientes, mas de maneira que não exija muitas etapas para tal, tendo em vista que elas ainda estão comprometidas com o cuidado de suas famílias e precisam se equilibrar entre esse cuidar e o negócio. A ideia de vendas num espaço coletivo nos moldes do *stand* de shopping pode mostrar-se viável para ambas, porque os produtos ficariam disponíveis para clientes, mesmo que elas não estejam presentes.

Para aqueles que já possuíam um ofício na Venezuela, tentaram conseguir renda em outras áreas e retornaram ao mesmo negócio, casos de Fred, Genesis e Miguel, o fundo rotativo serviu como amparo necessário para recomeçarem. Fred, além de conseguir alguns equipamentos para seu estúdio fotográfico, pôde também contornar os problemas burocráticos que enfrentava, conseguir alguns contratos e ainda contribuir com outros membros para que seus empreendimentos adentrassem nos meios digitais. Genesis, após a entrada no fundo rotativo, conseguiu reorganizar sua massoterapia por duas vezes. No caso dela, outros bloqueios, derivados da pandemia e da mudança de município, tornaram o desenvolvimento de seu empreendimento mais árduo. Embora tenha voltado a participar de reuniões formativas, há ainda um viés individual em seu caso que dificulta novas parcerias com os membros e com isso, se limita ao contato com a CBNE2 apenas. Miguel também pôde comprar ferramentas para sua marcenaria a partir dos projetos Creciendo e RAFA. Apesar disso, ele ainda não tem estrutura para aceitar todos os pedidos que tem recebido a partir da divulgação que iniciou nas redes sociais. O que poderia ser solucionado a partir da união com outros trabalhadores que também possuem habilidades semelhantes. Porém, nesse caso específico, ele associa práticas da economia solidária a políticas chavistas e por isso tem demonstrado desinteresse em trabalhar de outras formas que não seja sozinho. Isso demonstra que a CBNE2 não conseguiu efetivamente transmitir os ideais da economia solidária para todos os participantes. Algo que precisa ser melhorado. Outro fator interessante dos casos acima é que todos os parceiros deles

possuem renda não relacionada à atividade do cônjuge, dois tem empregos formais e um terceiro presta serviços de transferência de remessas financeiras do Brasil à Venezuela para outros migrantes, o que pode indicar que não venha dos empreendimentos estudados a renda que vem atenuando a vulnerabilidade de suas famílias.

Já aqueles que precisaram se readequar e iniciar um empreendimento diferente do qual praticavam na Venezuela, casos de Otniel e dos casais Albaro e Sonia e Desirée e Henderson, o processo de evolução acabou sendo mais lento para todos e a venda de comida acabou sendo a principal fonte de renda, mesmo que dois deles não tenham tido tal ideia como foco inicial do projeto. Os três dedicaram bastante tempo a formalizar o empreendimento, enquanto se organizavam, conseguiam renda vendendo comida nas comunidades que moravam. Otniel e Desirée e Henderson, apesar de apresentarem projetos distintos, o primeiro para venda de produtos eletrônicos e os segundos para produção de caixas de transporte para animais, tem sido na venda de alimentos que ambos tem conseguido sua principal fonte de renda. Já para Albaro e Sonia, a renda dos lanches não tem sido suficiente, e ambos têm prestado serviços extras para complementar a renda. Ele com pintura e ela com costuras.

De certo modo, possíveis soluções passam por duas vias: a primeira poderia se dar com a criação de um lugar coletivo que possa reunir diferentes produtos e serviços oferecidos pelos membros do fundo rotativo e também funcione como espaço de integração entre as culturas possa, por um lado, fortalecer redes que ainda estão em formação e precisam ser reafirmadas, e, por outro lado, beneficiar a troca de saberes que todos vem adquirindo para superarem os desafios que vão aparecendo ao tentarem se integrar ao Brasil. Já a segunda poderia acontecer com incentivo para que os empreendimentos possam atuar nas feiras disponíveis na região, visando assim o aumento da integração para com a comunidade local.

Em suma, se as práticas de viés solidário (não-hegemônicas) não necessariamente favorecem a integração econômica, ao menos afastam os migrantes de caírem em “armadilhas do empreendedorismo” propiciadas pelas lógicas hegemônicas, em especial àqueles sem expertise (os saberes) em empreender e por isso precisam continuar sendo estimuladas.

8 RECONSTRUÇÃO DA NORMALIDADE

Trabajo bruto, pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullo
Y si se derrumba, yo lo reconstruyo
(Calle 13)

Uma jornada migratória no Sul global se inicia quando linhas abissais oriundas de lógicas capitalistas, colonialistas e patriarcais tornam possível uma condição de não-existência para aqueles que elas excluem e se completa quando num novo destino, os migrantes conseguem contorná-las, apesar da acolhida hostil que enfrentam.

Quando olhamos para teorias da integração que compreendem tal fenômeno como um processo a ser percorrido pelos migrantes através de uma série de domínios, a hostilidade no Sul global fica ainda mais evidente ao se observar que nem nos domínios mais básicos eles encontram alguma facilidade. Forçados a encontrar soluções por conta própria, o empreendedorismo acaba sendo a resposta para aqueles que precisam obter renda para sobreviver. Contudo, os bloqueios de mobilidade que tendem a aparecer para aqueles em tais circunstâncias ganham novos contornos no Sul global. As descobertas que viemos fazendo ao longo dos capítulos anteriores nos levam a apontar para a necessidade de uma ampliação teórica para o processo de integração econômica de migrantes quando estes se encontram numa conjuntura do Sul global.

Um olhar que avance a visão funcionalista de que a integração se completa quando certos domínios são alcançados, pois está não considera que em certos contextos nem a própria comunidade receptora tem oportunidade de os alcançar, e busque por olhar intercultural no qual há uma soma de forças para que todos os envolvidos através de uma troca de saberes consigam superar os obstáculos que o cotidiano impõe. Faz necessária uma copresença de saberes que consiga contornar as lógicas hegemônicas que insistem em criar linhas de exclusão e possa ainda estimular signos como cooperação e inclusão para que a normalidade perdida pelos migrantes seja reestabelecida.

8.1 Por uma Integração com Copresença de Saberes e Mobilidade

As migrações forçadas de sobrevivência são um fenômeno com grande destaque na atualidade (BETTS, 2010; CORRÊA *et al.*, 2015; OLEINIKOVA, 2020). Indivíduos que perderam em seus países as condições de existência tem migrado em busca de novos destinos para recomeçarem suas vidas (CASTLES, 2003; JUBILUT; MADUREIRA, 2014). No entanto, as mesmas forças dominantes que produzem tais expulsões, como desamparo estatal, concentração de renda, superexploração de recursos, também se fazem presentes nos locais de chegada (ENRIQUEZ, 2006; MENDES, 2016; SASSEN, 2016), o que é um complicador para um recomeço.

A situação é agravada a partir do momento em que os fluxos migratórios, que outrora eram oriundos dos países em desenvolvimento para aqueles ditos desenvolvidos, começam a ser dificultados por estes últimos (WENDEN, 2016), fazendo a direção dos deslocamentos passar então a ser para outros lugares ou regiões que também enfrentam crises. A tal configuração nomeia-se migrações Sul-Sul (BAENINGER *et al.*, 2018). As expressivas migrações de venezuelanos para os países latinos (JOHN, 2019; LEITE; CASTRO, 2021) ou aquelas em menor escala oriundas de Nicarágua para a Costa Rica (GUZMÁN, 2022), ou ainda os movimentos significativos de sírios e afegãos para a Turquia (GUNEY, 2021; MAQUL; GÜNEŞ; AKIN, 2021) ajudam a ilustrar tal quadro.

Essa nova característica das migrações contemporâneas exige abordagens teóricas capazes de reconhecer dinâmicas presentes no Sul global, algo que as teorias migratórias apenas recentemente têm começado a considerar (DE LOMBAERDE *et al.*, 2014). De acordo com Castles (2010, p. 21), a “maior parte da pesquisa migratória tem como ponto de partida a situação nos países do norte, negligenciando as perspectivas dos países de origem e de trânsito e dos migrantes”. Superar o viés nortista (MUNCK, 2008) é um desafio para as pesquisas do fenômeno migratório contemporâneo, principalmente para aquelas cujo o contexto não se enquadra em rotas do Norte global.

Das diversas possibilidades para se pensar as migrações Sul-Sul, a partir dos desdobramentos obtidos até aqui, defendemos a necessidade de uma reconstrução do momento final da jornada migratória, ou seja, a integração, por uma ótica que amplie teorias explicativas tradicionais (DURAND; LUSSI, 2015; CAVALCANTI *et al.*, 2017) a partir das epistemologias do Sul (SANTOS, 2019). Isto é, uma ampliação inclusiva e crítica que possa repensar a natureza assimétrica, as bases a-históricas e o viés funcionalista daquelas abordagens (GARCÍA, 2011;

MATTIAZZI, 2014). Inclusiva para trazer não somente os sujeitos da ação migratória a fazer parte do debate, mas também saberes que emergem de suas vivências que costumam não ser considerados pela ciência moderna (SANTOS, 1995). É crítica para não buscar soluções somente dentro das lógicas dominantes capitalistas, colonialistas e patriarcais, mas também por vias alternativas, uma vez que as primeiras são geradoras de forças que, para satisfazerem os interesses de poucos, impactam os deslocamentos forçados contemporâneos ao tornarem ambientes inviáveis e pessoas descartáveis (ENRIQUEZ, 2006; MENDES, 2016; LEITE; CASTRO, 2021).

O conceito de migração de sobrevivência destina-se a pessoas fora de seu país de origem por motivos de ameaças a sua existência, mas que não necessariamente conseguem acesso à proteção estatal através do estatuto do refugiado ou a outro dispositivo de proteção semelhante (BETTS, 2010; SILVA; ABRAHÃO, 2018). Além do mais, são sujeitos que, devido às circunstâncias dos deslocamentos, tendem a possuir baixo capital de rede (URRY, 2012) e capacidade de movimento (KAUFMANN; BERGMAN, JOYE, 2004), o que os impede de ter autonomia socioespacial (WEISZ, 2018) no destino e os faz enfrentar uma condição de vulnerabilidade imediata que tende a permanecer enquanto soluções não são geradas. Diante disso, nota-se uma necessidade de, sem desconsiderar a jornada migratória dos sujeitos, se dar um destaque especial ao momento final da mesma: a integração. Pois é no mesmo que o migrante, já chegado ao destino, poderá recuperar as condições de existência outrora deterioradas.

O limite das teorias tradicionais para lidar com tal problemática parece estar no fato de que elas consideram que o contexto receptor tende a gerar tais soluções (DURAND; LUSSI, 2015; CAVALCANTI *et al.*, 2017), quando na verdade, o que vemos acontecer no Sul global é o acesso limitado ou ausente a recursos básicos e até mesmo a políticas públicas de proteção e integração (MOREIRA, 2014, 2017). Como agravante, quando presentes, as soluções existentes seguem as lógicas dominantes, como por exemplo, fomentando nos migrantes a função de encontrar através de um empreendedorismo forçado os meios de sobreviver (ZANFORLIN; AMARAL, 2019). Conjuntura que tende a não romper com o ciclo de vulnerabilidade gerado ainda no país de origem do migrante e que nos obriga a pensar em soluções teóricas para a causa migratória. Tais limites podem ser repensados e ampliados em duas frentes: uma macro e uma micro.

Diante do contexto macro das migrações de sobrevivência no Sul global, um primeiro olhar teórico que pode ser repensado se dá na vocação a-histórica de se pensar o processo de

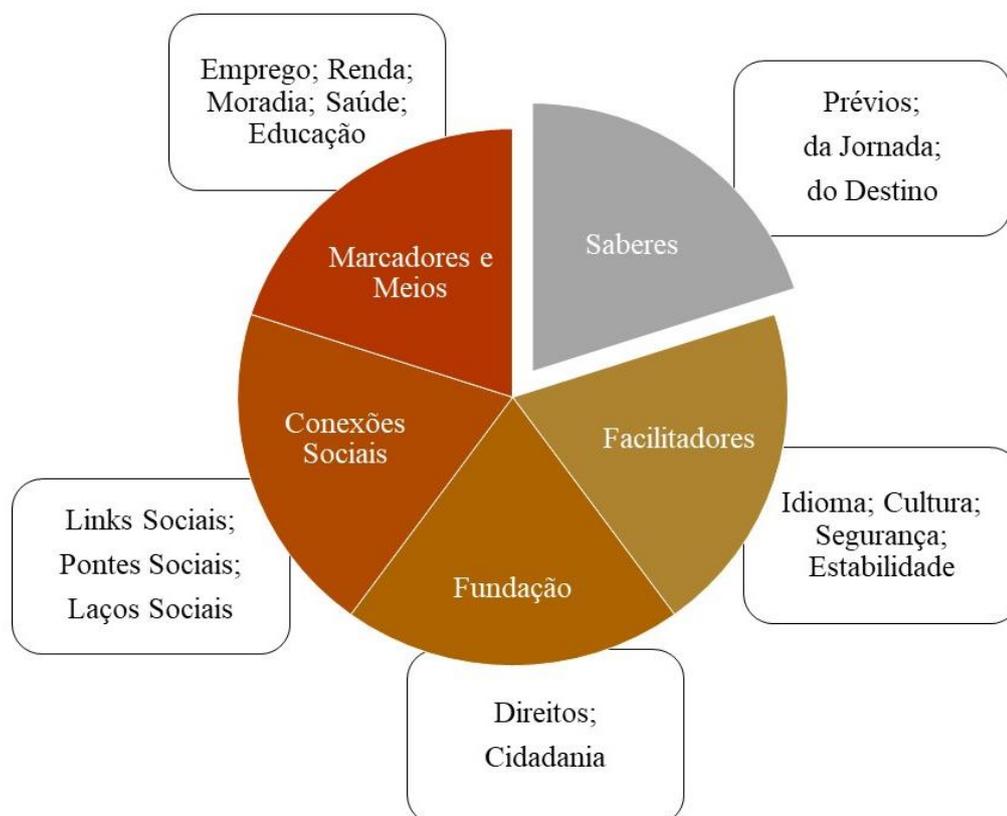
integração (MATTIAZZI, 2014). Tal visão costuma se apresentar como uma série de domínios oferecidos pelo destino a que os migrantes serão contemplados para que estes possam a ele se integrar (SPENCER; CHARLESLEY, 2016; HARDER *et al.*, 2018; TANG; XU; QIU, 2022). De acordo com Ager e Strang (2008) e Strang e Ager (2010), são quatro os domínios que precisam ser alcançados pelos migrantes para que o processo de integração se complete. Primeiro, há o domínio dos ‘marcadores e meios’, que se refere aos elementos mais básicos para subsistência dos indivíduos, tais como emprego, renda, moradia, saúde e educação. Depois, há o domínio das ‘conexões sociais’ que trata das relações que os migrantes constroem com a comunidade local, instituições relevantes à causa migratória e com outros migrantes. Em seguida, no domínio dos ‘facilitadores’, tópicos referentes à linguagem, cultura local, segurança e estabilidade são considerados. E por fim, há o domínio de ‘fundação’ que se preocupa com os direitos e a cidadania dos migrantes (AGER; STRANG, 2008; STRANG; AGER, 2010). São elementos, sem dúvida, primordiais para que um migrante recupere a normalidade perdida, porém quando as complexidades do Sul global são consideradas, onde tais domínios não estão disponíveis para a grande maioria da população local, mostra-se necessário buscar meios mais adequados para se pensar o fenômeno.

Uma maneira de se tentar superar as limitações presentes no processo de integração se dá quando incluímos a experiência dos migrantes (MEZZADRA, 2012); pois estes são agentes ativos e não personagens passivos. Contornar a ideia de passividade pode se dar com a ampliação dos domínios de tal processo para que os saberes adquiridos durante a jornada migratória (DIAS, 2019) passem a ser considerados. Dessa forma se evitaria um olhar que desconsidera ou desperdiça todas as vivências acumuladas (SANTOS, 2018). Ao considerarmos, portanto, os diferentes momentos pelos quais o migrante passou desde antes mesmo de decidir deixar seu país, haverá uma gama de experiências que não podem ser simplesmente descartadas ao se chegar no destino e que ajudariam a atenuar a não historicidade que ocorre quando o processo de integração se dá sob lógicas dominantes.

Nos quatro momentos principais da jornada migratória, a normalidade, a deterioração, a vulnerabilidade e a integração (BASTOS; MELLO, MELLO, 2022), saberes se fazem presentes. Logo, um processo de integração no Sul global pode torna-se mais efetivo se considerar tanto os saberes que os migrantes já possuíam, ou seja, os saberes prévios, como também aqueles que emergem durante a jornada migratória, e finalmente aqueles que se fazem necessários no destino. Saberes tais que são necessários nas diferentes esferas que os imigrantes se envolverão e quando reconhecidos poderão edificar um processo de integração que favoreça

um processo intercultural (PORTES; RUMBAUT, 2014). A Figura 27 a seguir ilustra a ampliação dos domínios para o processo de integração mais efetivo no Sul global.

Figura 27: Domínios para integração de migrantes no Sul global



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os saberes prévios dizem respeito a toda a gama de experiências que o migrante possuía antes mesmo de ser forçado a migrar. Nesse grupo estão os conhecimentos tácitos de seu cotidiano como também conhecimentos técnicos ou científicos que ele adquiriu por formação. Os saberes da jornada são aqueles que emergem frente aos bloqueios que se apresentam no ato migratório. Através deles é possível observar quais as lacunas que o destino apresenta e possíveis maneiras delas serem sanadas. Já os saberes do destino referem-se a todos os conhecimentos que são essências às pessoas que residem num determinado lugar, independentemente de sua origem. Portanto, através de um olhar macro, um processo de integração que considera tais saberes como um de seus domínios tenderá a contribuir por uma inserção multicultural no destino, onde ambas as culturas terão o que aprender uma com a outra, tornando, assim, o processo mais inclusivo e olhar teórico menos a-histórico. Portanto, ter um

domínio dos saberes como direcionador pode ser um caminho viável para que os demais domínios possam ser mais facilmente alcançados.

No entanto, a vida em movimento também tem seus problemas, como, por exemplo, avanços sexuais efêmeros, viagens imprevisíveis, separação de entes queridos e uma alta dependência de uma série de tecnologias de tempo real (ELLIOTT; URRY, 2010). Logo, formas específicas de mobilidade implicam formas específicas de benefício e perigo, todas imbricadas com as materialidades de lugares particulares e com as singularidades da experiência incorporada dos sujeitos móveis (MARTIN, 2017), o que é amplificado num contexto de migrações de sobrevivência. Ao mesmo tempo que o indivíduo é forçado ao movimento, este também fica exposto percalços que poderão ser subsumidos em decorrência de quão potencialmente móvel for o indivíduo (KAUFMANN, 2014). Quando nos referimos a migrantes de sobrevivência, o maior percalço que eles enfrentam é a busca por renda. Fator que em países do Sul global é ainda mais desafiador e torna necessário também uma ampliação crítica para o fenômeno que olhe para esse nível micro, mais especificamente na integração econômica desses migrantes.

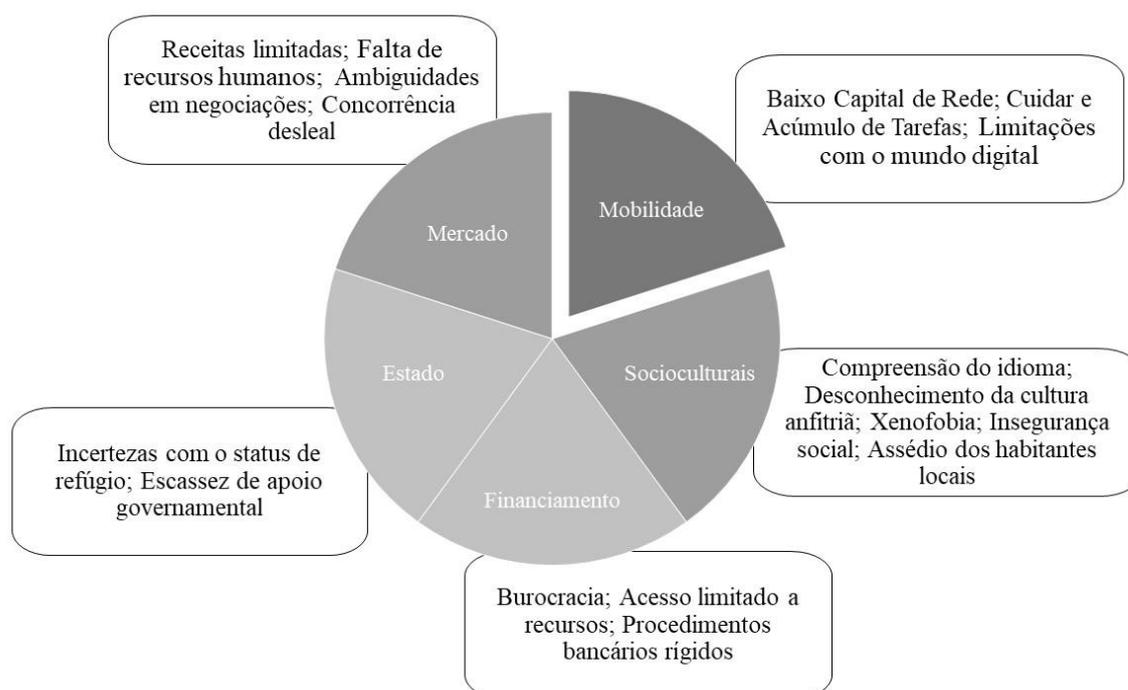
Quando os indivíduos iniciam a jornada migratória pelo Sul global, é na integração econômica que está o principal e mais importante desafio a ser superado para sobreviverem (BRZOZOWSKI, 2019). E diante dos bloqueios de mobilidade que enfrentam, por serem descartados pelas forças capitalistas (MENDES, 2016) e marginalizados por lógicas colonialistas (SANTOS, 2019), lhes resta traçarem caminhos em direção ao empreendedorismo (CRUZ; FALCÃO, 2016) como alternativa derradeira. Frente a isso, a teoria da mobilidade bloqueada mostra-se como explicativa de tal condição (ALDRICH; WALDINGER, 1990; ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013). De acordo com Alaslani (2019), a grupos marginalizados, como o de imigrantes, restam ofertas de emprego precarizadas, em desacordo com suas habilidades e aptidões, onde são explorados. Diante de tal conjuntura, eles são ‘empurrados’ ao empreendedorismo por não conseguirem obter empregos no destino de acolhida por conta de bloqueios que lhe são impostos. Barreiras que são as mais distintas, tais como idioma, racismo e discriminação, e que permanecem mesmo após o direcionamento ao empreendedorismo (AMBROSINI, 2012).

Alrawadieh, Karayilan e Cetin (2018), por exemplo, ao analisarem casos de empreendedores refugiados, observaram que os mesmos sofrem bloqueios em quatro áreas distintas: em relação a questões oriundas do Estado, como leis e aspectos administrativos; em relação a parâmetros do Mercado, como adaptação aos negócios; relacionados a aspectos financeiros e de obtenção de recursos; e, por fim, ligadas a singularidades socioculturais. Contudo,

tal perspectiva também pode ser ampliada quando abordamos o caso das migrações de sobrevivência no Sul global. Em tal contexto, bloqueios já ponderados em estudos anteriores também se fazem presentes, tais como diplomas não validados, compreensão do idioma, desconhecimento da cultura anfitriã, insegurança social, xenofobia, assédio dos habitantes locais, receitas limitadas, ambiguidades em negociações, falta de recursos humanos, excesso de burocracia, incertezas com o status de refúgio, escassez de apoio governamental, acesso limitado a recursos e procedimentos bancários rígidos (WAUTERS; LAMBRECHT, 2008; ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018; BARBOSA; TONHATI; UBIALI, 2020; MARQUES; SOUZA, 2021; PAULI *et al.*, 2021; FAUTINO; OLIVEIRA, 2022).

Contudo, além dos anteriores, o contexto do Sul global, acrescentado dos desdobramentos pós-pandemia de Covid 19 (BAENINGER *et al.*, 2020), também torna necessários que outras barreiras sejam reconhecidas. Defendemos aqui, mais especificamente, uma ampliação em direção a uma perspectiva ligada à **mobilidade**. Isto porque bloqueios como baixo capital de rede, limitações na mobilidade, o cuidar e o acúmulo de tarefas e limitações com o mundo digital, passaram também a ter destaque e impedir que migrantes desenvolvam plenamente atividades de geração de renda. A Figura 28 subsequente ilustra a ampliação de bloqueios relacionados à mobilidade em vistas disso favorecer a prática empreendedora, em contextos de migração de sobrevivência no Sul global.

Figura 28: Bloqueios aos migrantes empreendedores no Sul global



Fonte: Elaborado pelo autor

A ideia de a mobilidade ser considerada também como uma classe de bloqueios reflete da necessidade de no Sul global, fatores como capital de rede, autonomia socioespacial e capacidade de movimento serem indispensáveis para que os negócios que os migrantes empreendem se sustentem atualmente. Tanto a formação de redes de apoio com os elementos oriundos delas inclusos, passando pela capacidade de se movimentar tanto fisicamente como virtualmente, como também a autonomia necessária para dentro da sociedade de acolhida poder atuar com seu empreendimento em busca de renda, são os caminhos que os migrantes terão que saber traçar para superar barreiras como baixo capital de rede, acúmulo de tarefas e o cuidar, além das dificuldades com os meios digitais. Elementos que poderão ser facilitados aos migrantes envolvidos com práticas de viés alternativo às lógicas dominantes.

Para Urry (2012), os grupos sociais ricos em capital de rede desfrutam de significativas vantagens em fazer e refazer suas conexões sociais, sendo os benefícios emocionais, financeiros e práticos não redutíveis aos benefícios que as pessoas obtêm do capital econômico e cultural. Ou seja, é um capital amplamente disponível, mas especializado e distribuído de forma desigual entre pessoas, laços e redes (WELLMAN; FRANK, 2001). Urry (2012) ilustra alguns casos de como as desigualdades no capital da rede afetaram contextos de paralisia. Quando o furacão Katrina atingiu Nova Orleans em 2005, por exemplo, grupos com alto capital de rede conseguiram fugir com antecedência devido à propriedade de carros, contatos e comunicações, enquanto pobres de capital de rede, foram deixados para trás. Nesse sentido, signos como solidariedade e coletividade podem suplantar a falta de capital de rede inicial dos migrantes e favorecer que os mesmos consigam contornar tal bloqueio.

Além do mais, no Sul global, não somente lógicas capitalistas e colonialistas impactam na sobrevivência de migrantes, pois os bloqueios relacionados ao cuidar e acúmulo de tarefas refletem também o papel de forças patriarcais, que ainda insistem em se fazer presentes no cotidiano das mulheres migrantes e na diminuição da sua autonomia socioespacial. Diante disso, faz-se necessário que lógicas alternativas às dominantes possam ser traçadas junto às migrantes para que elas de maneira coletiva possam superar tais barreiras. Logo, iniciativas que coloquem as migrantes a frente das decisões e levem em consideração suas demandas devem ser buscadas, algo que é mais facilmente encontrado nas práticas solidárias.

Por fim, há a necessidade de superar as dificuldades com os meios digitais. Rettie (2008) mostra como os telefones celulares aumentam o valor das redes porque aumentam as oportunidades de socialidade e permitem que os usuários prestem serviços às suas relações com

mais facilidade. A comunicação por celular aumenta a disponibilidade de suporte social amplificando o suporte proporcionado pelos contatos da rede, aumentando o capital social. Por isso, quando projetos com viés de economia solidária fomentam que tal dificuldade seja superada dando acesso a tal ferramenta, eles estão contribuindo para que os migrantes possam se apropriar das oportunidades que poderão aparecer e com isso aumentarão sua capacidade de movimento.

Portanto, se no nível macro, no processo de integração no Sul global uma ampliação dos domínios do saber se faz pertinente, no nível micro, no âmbito econômico visando gerar renda para sobreviverem, a mobilidade dos indivíduos é fator-chave, e por isso, bloqueios ligados a ela devem ser considerados. Isto posto, é através de expedientes que desafiam as lógicas dominantes contemporâneas que tais ampliações podem ser mais facilmente consideradas, pois como viemos demonstrando ao longo deste trabalho, aqueles migrantes que conseguiram se envolver com práticas de economia solidária, poderão alcançar mais facilmente meios de construir capital de rede, ter mais 'motilidade' e mais autonomia socioespacial, pontos essenciais para que a copresença dos saberes necessários à sua integração aconteça.

É válido salientar que, embora as ampliações aqui propostas sigam na direção das epistemologias para buscarem um processo de integração menos funcional, no entanto, tais ampliações não chegam a romper com a lógica funcionalista inicialmente criticada. Ao partimos de uma teoria de maior profusão nos estudos migratórios sobre o processo de integração, como é Ager e Strang (2008), na intenção de ampliá-la, estamos na verdade reconhecendo que frente a um objeto de pesquisa complexo com seus sujeitos epistemológicos em luta por sobrevivência, não nos cabe radicalizar nas propostas para se pensar a integração dos migrantes no Sul global.

A hipótese que propomos ao longo desse estudo e que vias alternativas às lógicas dominantes para se trabalhar a integração de migrantes tendem a atenuar as vulnerabilidades que estes enfrentam, mas reconhecemos que os mesmos continuarão a se envolver e serem envolvidos em processos econômicos de viés hegemônico. Mas isso não nos impede de criticar o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado como lógicas geradoras de condições de sub-humanidade aos indivíduos e que carecem ser constantemente reexaminadas na busca de uma sociedade mais justa.

Por fim, mesmo que o desafio para se pensar como organizar os que estão desorganizados e como fazer uma adequação sociotécnica para que aprendizados necessários incorporem aspectos necessários aos empreendimentos juntamente aos saberes para economia

solidária permaneça nas discussões sobre a temática do empreendedorismo migrante no Sul global, acreditamos que tanto o domínio dos saberes como as questões de mobilidade física e virtual são pontos que se mostram indispensáveis para se pensar a integração dos migrantes na sociedade de acolhida.

8.2 Concluindo uma Jornada

Nosso primeiro questionamento de pesquisa tratava sobre como a integração de migrantes de sobrevivência em países do Sul global seria possível, o que nos levou a buscar um caso empírico relevante que ao ser investigado pudesse lançar luz sobre tal indagação. Ao escolhermos o deslocamento forçado de venezuelanos para o Brasil, um país que, mesmo em menor medida, apresenta-se hostil para indivíduos que buscam recomeçar suas vidas, refinamos nossa pergunta para inquirir como a integração dos migrantes venezuelanos ao Brasil seria possível?

Para responder à pergunta de pesquisa, adotamos como objetivo geral da tese buscar descrever a integração de migrantes por sobrevivência no Sul global de maneira a desvelar saberes que possibilitam o processo. Para alcançá-lo, nossa estratégia se deu em quatro momentos. Primeiro, com a construção de um panorama da presença venezuelana no contexto estudado, o qual escolhemos o Estado de Pernambuco tanto por sua falta de expertise anterior para a recepção de migrantes de sobrevivência como também pelos seus destacados índices de desigualdade, o que complicaria ainda mais a integração dos venezuelanos. Segundo, buscamos responder que bloqueios traduzem a hostilidade enfrentada pelos migrantes venezuelanos no Brasil. Terceiro, iluminamos os saberes que possibilitam aos migrantes venezuelanos contornar os desafios encontrados. E quarto, investigamos como o viés solidário, presente nos projetos oferecidos aos migrantes pela principal instituição de acolhida no Estado, tornou a integração econômica mais efetiva.

Nossa estrutura de investigação foi montada para evidenciar se a hipótese, isto é, que práticas permeadas pela economia solidária favorecem o intercâmbio de saberes necessários para tornar a geração de renda pelos migrantes de sobrevivência mais efetiva, proposta como solução para o problema da integração num país hostil, realmente se confirmava. Argumento que exige que as seguintes premissas sejam verdadeiras:

Num lugar hostil aos indivíduos como o Sul global, a população se encontra em vulnerabilidade e se vê forçada a empreender como primordial meio de sobrevivência. Logo, migrantes em estado de vulnerabilidade diante da hostilidade enfrentada também terão como principal opção de sobrevivência exercer práticas empreendedoras, mesmo que eles não tenham experiência ou preparo para tal. Diante disso, nossa primeira premissa é que **empreender é um ato que exige saberes àquele que o desempenha**, o que é especialmente amplificado quando

quem exerce tal prática é um migrante oriundo de culturas e idiomas diferentes, sem recursos e ainda inserido num contexto que lhe é hostil.

Tal premissa mostrou-se verdadeira para o caso dos venezuelanos em Pernambuco. Se imigrantes tendem a enfrentar uma série de bloqueios nos destinos de acolhida que impedem sua mobilidade social e os forçam a empreender como única alternativa (ALIAGA-ISLA; RIALP, 2013; ALASLANI; COLLINS, 2017; ALASLANI, 2019) e tendo dificuldades de contornar barreiras em áreas relacionadas ao Estado, ao Mercado, à cultura e a financiamento (ALRAWADIEH; KARAYILAN; CETIN, 2018), no Sul global, os desafios mostram-se ainda maiores. Para empreender, além das competências que a prática empreendedora exige (MELLO, LEÃO, PAIVA Jr., 2006) e que os migrantes precisam adquirir; há também a necessidade deles saberem contornar os diferentes bloqueios enfrentados, tais como compreensão do idioma, desconhecimento da cultura anfitriã, insegurança social, racismo e xenofobia, assédio dos habitantes locais, receitas limitadas, acesso limitado a recursos, estes já reconhecidos pelas teorias de mobilidade bloqueada; e ainda carecem de conhecimentos que os façam superar bloqueios novos, mais característicos de migrações Sul-Sul nesse período pandêmico, como por exemplo, limitações na mobilidade, limitações com o mundo digital e cuidado de parentes e acúmulo de tarefas.

No entanto, o empreendedorismo tem sido utilizado como estratégia das lógicas dominantes, em especial pelo viés neoliberal, como substituto das obrigações do Estado para com os indivíduos. Na qual há a transferência das responsabilidades de sucesso e fracasso do primeiro para os últimos. Seguindo por tal lógica de responsabilização individual, empreender exige seguir lógicas individualistas de competição e aqueles que não conseguem adquirir saberes necessários para se encaixarem a elas tendem a ser descartados. Realidade que impacta diretamente migrantes que se vem forçados a empreender no Sul global para sobreviverem. No entanto, as consequências nefastas de tal prática podem ser atenuadas quando em vez de seguirem por princípios competitivos, predatórios e individualistas, seus participantes se juntarem em redes de apoio mútuo, de maneira a facilitar o compartilhamento de saberes que a prática exige. Logo, a nossa segunda premissa é que **práticas de viés solidário favorecem o alcance dos saberes**, pois através das redes que se formam os migrantes tem apoio mútuo para contornar os bloqueios que o ambiente impõe, diferente do que acontece quando eles investem em empreender por conta própria.

Tal premissa também se mostrou verdadeira quando visualizamos as jornadas migratórias dos venezuelanos a Pernambuco. Através de participação em projetos de viés de

economia solidária, em especial um fundo rotativo solidário, os migrantes venezuelanos conseguiram contornar o baixo capital de rede que possuíam e a baixa motilidade em razão dos acessos bloqueados que o destino impunha, de maneira a compartilhar e apreender uma gama de saberes que eram necessários para desempenharem a prática empreendedora.

Logo, se empreender exige saberes e o viés solidário favorece a obtenção deles, **aqueles que empreendem permeados por práticas solidárias tendem a serem mais exitosos**. No caso dos migrantes venezuelanos, aqueles que se envolveram em empreendimentos com viés solidário, em sua maioria, tiveram as vulnerabilidades enfrentadas durante o processo de integração atenuadas. O que confirmou nossa hipótese inicial e respondeu como seria possível a integração econômica dos venezuelanos em um Brasil que lhes é hostil. Por consequência, defendemos que a adoção de práticas de viés solidário seja basilar para o trato da questão migratória no Sul global.

8.2.1 Contribuições do estudo

A contribuição teórica aportada por este trabalho encontra-se na geração de um entendimento das migrações de sobrevivência entre países de um Sul global envolto em distintas crises, a partir de um olhar que combine as epistemologias do Sul, como olhar epistêmico, com teorias que tratam da integração econômica dos migrantes, porém trazendo como ineditismo a busca de se ver o fenômeno por uma lupa das migrações sul-sul. O que se mostrou oportuno para reconstruir teorias previamente pensadas para responder questionamentos surgidos de conjunturas das quais pelo menos um dos lados seja de lugares ou regiões ditas do Norte global, de maneira a abarcarem as novas dinâmicas emergentes dentro desse desafiador contexto.

Já no primeiro capítulo, apresentamos um modelo elucidativo das migrações de sobrevivência a partir de um processo circular onde após linhas abissais se formarem graças à influência de forças hegemônicas, os migrantes tem sua normalidade deteriorada no lugar onde viviam e perdem as condições de existência – o “ser-aqui” passa para um “não-ser aqui”. Diante disso, enfrentam uma jornada migratória numa condição de vulnerabilidade em busca de condições de existência para recuperar alguma normalidade em suas vidas no destino de acolhida através do processo de integração – o “não-ser acolá” visando “ser acolá”. Tal modelo tem potencial para auxiliar discussões do fenômeno migratório em contextos semelhantes de

maneira a tornar o processo de integração dos migrantes de sobrevivência, principalmente no Sul global, mais viável.

Após a exposição de aspectos teóricos e metodológicos adotados nessa tese nos capítulos dois e três, observamos no capítulo quatro como se deu o panorama da presença venezuelana em Pernambuco no período entre a chegada do primeiro grupo ao Estado e o fim do ano de 2021, quando para tratar das demandas dos migrantes houve uma audiência pública organizada pela CMMIR. Com base nos achados, pudemos visualizar como a temática migrante teve grande opulência no debate público de Pernambuco nos meses iniciais a chegada dos venezuelanos, porém sem a geração de políticas públicas de integração contundentes, o que levou ao arrefecimento da questão forçando os migrantes a encontrar soluções próprias com as instituições de acolhida fomentando o empreendedorismo como única alternativa para eles obterem renda. Ou seja, a migração venezuelana em terras pernambucanas começou com uma acolhida improvisada e tem caminhado para uma responsabilização dos migrantes por sua continuidade em condições de vulnerabilidade.

No capítulo cinco, identificamos os bloqueios que atuaram como ausências para impedir o processo de integração dos migrantes. Além de pontos já trazidos pela teoria da mobilidade bloqueada como nas áreas de financiamento, adaptação sociocultural, entraves de mercado e do Estado, pudemos perceber a presença de desafios em pontos como o cuidado de familiares, a limitação de mobilidade urbana e a adaptação ao mundo/mercado digital como entraves à integração econômica desses migrantes. Por isso, defendemos que favorecer a mobilidade dos migrantes, tanto a física como a virtual, no destino de acolhida deve ser uma ação primordial a ser adotada pelos entes públicos que tratam da questão.

O capítulo seis enveredou-se pelos saberes que emergiram das lutas travadas pelos migrantes durante sua jornada em busca de normalidade em Pernambuco. Se as condições oferecidas permanecem desafiantes mesmo com o apoio de organizações de acolhida, os migrantes vão encontrando maneiras de superar os desafios que o Brasil hostil lhes impõe. Com isso, saberes como saber se deslocar, saber angariar recursos, saber se manter em evidência, saber se esquivar de problemas, saber aprender e ensinar, entre outros, que emergiram no processo se compartilhados podem atenuar as vulnerabilidades que outras pessoas passando por jornadas semelhantes venham a enfrentar. Logo, um domínio basilar que possa dar protagonismo aos distintos saberes que se fazem necessários deve ser considerado para o processo de integração dos migrantes e adotado como estratégia para facilitar a obtenção dos outros domínios.

O papel da economia solidária na formação de redes foi explorado no capítulo sete. Através de uma prática de viés solidário, visualizamos como iniciativas desse porte podem auxiliar na superação das barreiras encontradas pelos migrantes. Contudo, apesar de avanços, um dos elementos que ajudaram na construção dessa pesquisa, o fundo rotativo solidário que fomenta empreendimentos de migrantes, ainda se mostrou uma ferramenta a ser melhorada já que seus participantes continuam a enfrentar certas dificuldades. Tal fato pode ser explicado tanto pelo pouco tempo de implementação do fundo, o que torna passível que erros iniciais sejam corrigidos com a continuidade dos projetos que o fomentam, quanto pelo mesmo ainda ficar preso a lógicas hegemônicas capitalistas em parte de suas diretrizes. No entanto, cabe aos participantes e fomentadores ajustar seus processos para que projetos como o Creciendo e o RAFA, ou outros que venham a surgir, sejam ainda mais eficazes em trazer alguma da normalidade outrora perdida pelos migrantes.

Os desenvolvimentos aqui realizados ao longo dos capítulos nos levam a perceber que embora árdua, a jornada migratória dos venezuelanos a Pernambuco possui amplo potencial de nos ensinar a contornar desafios que o Sul global impõe e por isso, como contribuição prática, espera-se que os achados resultantes de nossos esforços além de poderem influenciar em debates para que políticas públicas de acolhida mais robustas sejam desenvolvidas em Pernambuco, também possam ser transformados em ferramentas que auxiliem outros migrantes a terem as vulnerabilidades de sua jornada atenuadas e propiciam também a comunidade receptora ensinamentos sobre as hostilidades que oferecem a recém-chegados mesmo sem perceberem.

8.2.2 Limitações e futuras pesquisas

Os achados resultantes de nossos esforços suscitaram reflexões que aprofundam a compreensão do fenômeno escolhido para ser perscrutado nesse estudo. Porém, algumas limitações ao mesmo se fizeram presentes e carecem de ser iluminadas. Em primeiro lugar, é de se considerar o tempo curto de maturação da prática de viés solidária observada. Com menos de dois anos de existência e considerando que a pandemia ainda permeia todo o processo desde o início, é de se esperar que resultados mais robustos sobre a eficácia da economia solidária para a integração de migrantes possam ser testemunhados à medida que a prática avança e os

venezuelanos participantes assumam a total liderança do fundo rotativo solidário, algo que ainda não aconteceu.

Uma segunda limitação a ser considerada refere-se ao número de casos abordados, considerando que cada jornada é portadora da própria história e dela podemos aprender novas formas de encarar as vulnerabilidades que insistem em se fazer presentes aos migrantes, os dez empreendimentos localizados em Pernambuco que ajudaram a compor nosso corpus revelam apenas parte do fenômeno das migrações de sobrevivência entre países do Sul global, e por isso, espera-se que outros casos também sejam estudados cada vez mais para que um quadro mais completo vá se formando de tal fenômeno.

Por fim, há ainda o reconhecimento dos efeitos de poder sobre a produção desse texto (BURAWOY, 2014). Apesar de termos adotado o estudo de caso ampliado que tem como princípio atenuar os efeitos de dominação, silenciamento, objetivação e normalização oriundos da relação entre participantes e observador/pesquisador, estes ainda permanecem mesmo que em menor medida. Considerando ainda que também buscamos acompanhar as lógicas das epistemologias do Sul que pedem não estudos *sobre* os pesquisados, mas sim estudos *com* os pesquisados, o peso dos participantes na pesquisa poderia ser ainda maior. O que pode vir a ser contornado com a inclusão dos mesmos em coautoria de futuros trabalhos que venham a surgir a partir das ideias aqui trazidas, até mesmo em projetos com formatos não acadêmicos, para que possam atingir mais pessoas.

Persistindo no tema de indicação de futuras pesquisas, parece ser interessante o desenvolvimento de trabalhos com um olhar institucional da acolhida pernambucana de maneira que os autores possam se aprofundar nas articulações, atores, pontos nodais e vozes convergentes e divergentes para a criação de políticas públicas de acolhimento no Estado de Pernambuco. Além disso, outras áreas de integração também merecem ser objeto de estudo, para que assim os bloqueios em outras esferas da vida social dos migrantes também possam ser evidenciados e atenuados, assim como os saberes emergentes iluminados.

Por último, um olhar mais aprofundado sobre as migrações em Pernambuco por um viés de gênero também se mostra fundamental. As mulheres migrantes acabam enfrentando ainda mais obstáculos que os homens nas tentativas de se integrarem a um novo destino e por isso novas pesquisas sob tal perspectiva podem ajudar a revelar quais as principais lógicas hegemônicas que tem atuado para isso e como é possível contorná-las. De tal modo, estudos voltados à crítica e aprofundamento das lógicas patriarcais dominantes no Sul global são muito bem-vindos.

A recuperação da normalidade outrora perdida pelos migrantes acaba por ser um projeto coletivo, se hoje a diáspora é venezuelana para o Brasil, os elementos para que os polos se invertam também estão aqui presentes e cabe a cada um de nós entender seu papel nesse contexto e agir.

REFERÊNCIAS

ACCO, M. A. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: Uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 4, p. 708-730, 2018.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil, **ACNUR**, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

ADAM, F. *et al.* “Lost in transition”? Integration of refugees into the local housing market in Germany. **Journal of Urban Affairs**, v. 43, n. 6, p. 831-850, 2021.

AGÊNCIA BRASIL. Migrantes venezuelanos na América Latina serão 8,9 milhões em 2022. **Agência Brasil**, 10 Dez. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-12/migrantes-venezuelanos-na-america-latina-serao-89-milhoes-em-2022>>. Acesso em: 03 de março de 2022.

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: A conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008.

AIZAWA, J. T. R. Educação inclusiva e a validação do diploma escolar estrangeiro sob a ótica da nova Lei da Migração Nº 13.445/2017. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 8, n. 16, p. 106-119, 2021.

ALASLANI, M. A.; COLLINS, J. The blocked mobility hypothesis and Muslim immigrant entrepreneurship in Sydney, Australia. **Review of Integrative Business and Economics Research**, v. 6, n. 3, p. 333, 2017.

ALASLANI, M. A. **The role of the blocked mobility hypothesis in explaining the pathways to entrepreneurship and the entrepreneurial aspirations of Muslim Migrants in Sydney, Australia**. 255p. Tese de Doutorado. University of Technology Sydney. Sydney, 2019.

ALDRICH, H. E.; WALDINGER, R. Ethnicity and entrepreneurship. **Annual review of sociology**, v. 16, n. 1, p. 111-135, 1990.

ALIAGA-ISLA, R.; RIALP, A. Systematic review of immigrant entrepreneurship literature: previous findings and ways forward. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 25, n. 9-10, p. 819-844, 2013.

ALLEN GONZÁLEZ, A. J. **Emigración calificada desde Venezuela: una interpretación sistémica**. 2017. 157f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ALRAWADIEH, Z.; KARAYILAN, E.; CETIN, G. Understanding the challenges of refugee entrepreneurship. **The Service Industries Journal**, v. 39, n. 9-10, p. 717-740, 2019.

AMBROSINI, M. Migrants' entrepreneurship in transnational social fields: research in the

- Italian context. **International Review of Sociology**, v. 22, n. 2, p. 273-292, 2012.
- ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Rev. adm. pública**, v. 32, n. 1, p. 7-25, 1998.
- ANGULO, M. I. Procesos migratorios desde Europa Central y del Este en España: estatus jurídico, identidad social e inserción laboral. **Revista CIDOB d'afers internacional**, n. 84, p. 105-152, 2009.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, n. 21, p. 282-317, 2009.
- BAENINGER, R. *et al.* **Migrações sul-sul**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2020.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: A migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119-143, 2017.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, L.; TONHATI, T.; UBIALI, M. **Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados(as), solicitantes da condição de refugiado(a) e migrantes venezuelanos(as) no Brasil**. Cátedra Sérgio Vieira de Melo – UnB. Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Brasília, DF: ACNUR, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 11. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- BASTOS, A. F. S.; MELLO, S. C. B.; MELLO, G. B. Dinâmicas Migratórias No Sul Global: por um processo de integração baseado na Economia Solidária. **Interface**, v. 19, n. especial, p. 54-80, 2022.
- BAUER, M. AARTS, B.; A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2002.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BEAUJOT, R.; MAXIM, P. S.; ZHAO, J. Z. Self-employment among immigrants: a test of the blocked mobility hypothesis. **Canadian Studies in Population**, p. 81-96, 1994.
- BEEAMAN, R. D. What are the three characteristics of Trumpism?: A Discourse Analysis of Trump's Four Major Campaign Speeches. **Political Analysis Volume**, v. 19, 2018.

BENZAQUEN, J. F. Reflexões a respeito da ideia de (r) existências do sul. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 20, 2014.

BERTINI, S. **Migrantes y Refugiados: Emprendedores de la economía social**. 1. ed. Posadas: Edunam - Editorial Universitaria, 2018.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BETTS, A. Survival migration: A new protection framework. **Global Governance**, v. 16, n. 3, p. 361-382, 2010.

BEAUMEL, E. C.; MORALES, O. G. Aproximación etnográfica a la nueva migración africana em Argentina. **Astrolabio**, n. 8, 2012.

BORON, A. Orígenes, magnitud y condicionantes de la situación actual de Venezuela. In: CHAVEZ, D. *et al.* **Venezuela: Lecturas urgentes desde el sur**. Buenos Aires: Clacso, 2017.

BOTELHO, L. L. R. *et al.* Revisão integrativa da produção científica nacional da relação entre tecnologia social, economia solidária e incubadoras tecnossociais de cooperativas populares. **Revista ESPACIOS**, v. 36, n. 07, 2015.

BRANCANTE, P. H.; REIS, R. R. A “securitização da imigração”: mapa do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 77, p. 73-104, 2009.

BRANCO, I. L. A Integração Sociocultural de Imigrantes. **Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade**, v. 2, n. 1, p. 27-27, 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 30 de out. 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 30 de out. 2019.

BRASIL, **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 30 de out. 2019.

BRASIL. Brasil reconhece condição de refugiado de quase oito mil venezuelanos. **Governo do Brasil**, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/brasil-reconhece-condicao-de-refugiado-de-quase-oito-mil-venezuelanos>. Acesso em: 09 out. 2020.

BRASIL. Operação Acolhida - Histórico. **Governo do Brasil**, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 09 out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010

BRICEÑO-LEÓN, R. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. suppl, p. 1223-1233, 2006.

BRZOZOWSKI, J. Entrepreneurship and economic integration of immigrants: A critical review of literature. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 23, n. 6, p. 584-604, 2019.

BURAWOY, M. *et al.* **Ethnography unbound**: power and resistance in the modern metropolis. Univ of California Press, 1991.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.

BURAWOY, M. The extended case method. **Sociological Theory**, v. 16, n. 1, p. 4-33, 1998.

CÁRITAS NE2. Famílias venezuelanas fortalecem empreendimentos através de Fundos Rotativos. **Cáritas Brasileira Regional NE2**, 17 set. 2020. Disponível em: <http://www.caritasne2.org.br/familias-venezuelanas-fortalecem-empreendimentos-atraves-de-fundos-rotativos/>. Acesso em 04 de out. 2020.

CÁRITAS. Migração, refúgio e apátridas. **Cáritas Brasileira**, 20 dez. 2019. Disponível em: <http://caritas.org.br/area-de-atuacao/6>. Acesso em: 09 out. 2020.

CARNEIRO, F. F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. R. A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. Pág. 331-338, 30 jun. 2014.

CARMO, L. J. O. *et al.* O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 18-31, 2021.

CARVALHO, A. A. Análise da atuação do Estado brasileiro na garantia do patamar mínimo civilizatório aos refugiados venezuelanos no contexto da Operação Acolhida. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 81729-81741, 2020.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz & Terra, 2007.

CASTLES, S. Entendendo a Migração Global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 35, p. 11-43, 2010.

CASTLES, S. *et al.* **Integration: Mapping the Field**. London: Home Office Immigration Research and Statistics Service, 2002.

CASTLES, S. Towards a sociology of forced migration and social transformation. **Sociology**, v. 37, n. 1, p. 13-34, 2003.

CASTLES, S.; DE HAAS, H.; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 5. ed. New York: P. Macmillan, 2014.

CASTRO, I. D. M. Historia de las muñecas de trapo, **Monografias**, 2011. Disponível em: <<https://www.monografias.com/trabajos91/historia-munecas-trapo/historia-munecas-trapo>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CAVALCANTI, L. *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Editora UnB, 2017.

CHAVEZ, D. *et al.* **Venezuela: Lecturas urgentes desde el sur**. Buenos Aires: Clacso, 2017.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: Um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 721-749, 2011.

CONTIPELLI, E.; MENEZES, D. F. N. Economia solidaria, dignidad humana y Migración ambiental en un mundo globalizado. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 50, p. 46-61, 2018.

CORAZZA, F.; MESQUITA, L. Crise na Venezuela: o que levou o país vizinho ao colapso econômico e à maior crise de sua história. **BBC News**, 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. **Crise de sentido no capitalismo avançado: uma abordagem discursiva**. Recife: Edupe, 2013.

CORRÊA, M. A. S. *et al.* Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 44, p. 221-236, 2015.

CORTAZZI, M. Narrative analysis in ethnography. *In*: ATKINSON, P. *et al.* **Handbook of ethnography**. Sage: London, 2001, p. 384-394.

COVARRUBIAS, H. M.; WISE, R. D. Una perspectiva del Sur sobre capital global, migración forzada y desarrollo alternativo. **Migración y Desarrollo**, v. 09, n. 16, p. 3-42, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISP, J. **The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis**. New Issues in Refugee Research. Geneva: UNHCR, 2004.

CRUZ, E. P.; FALCÃO, R. P. Q. Revisão bibliométrica no tema Empreendedorismo Imigrante e Étnico. **Internext**, v. 11, n. 3, p. 78-94, 2016.

DA SILVA, L. M. M; TEIXEIRA, R. D. A Vulnerabilidade dos Refugiados no Brasil e o Tráfico de Pessoas: o trabalho escravo e seus reflexos na dignidade da pessoa humana. **RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, n. 39, p. 130-150, 2021.

DE LOMBAERDE, P.; GUO, F.; PÓVOA NETO, H. Introduction to the Special Collection: South–South Migrations: What Is (Still) on the Research Agenda?. **International Migration Review**, v. 48, n. 1, p. 103-112, 2014.

DIAS, G. Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 57, p. 61-78, 2019.

DRISKO, J. W.; MASCHI, T. **Content analysis - Pocket Guides to Social Work Research Methods**. New York: Oxford University Press, 2015.

DURAND, J.; LUSSI, C. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

EGBERG THYME, K. E. *et al.* Qualitative content analysis in art psychotherapy research: Concepts, procedures, and measures to reveal the latent meaning in pictures and the words attached to the pictures. **The Arts in Psychotherapy**, v. 40, n. 1, p. 101-107, 2013.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. Abingdon; New York: Routledge, 2010.

EMERSON, R.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Notas de campo na pesquisa etnográfica. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2014.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE eletrônica**, v. 5, n. 1, 2006.

ESPIRO, M. L. Trayectorias laborales de migrantes entre África y Latinoamérica: el caso de los senegaleses em Argentina. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, p. 81-98, 2019.

ESTEVES, A. G. Economia solidária e Empreendedorismo Social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. **O social em questão**, n. 25/26, p. 237-260, 2011.

EXÉRCITO DO BRASIL. Operação Acolhida: núcleo familiar é preservado nos abrigos para imigrantes em Boa Vista. **Exército Brasileiro**, abr, 2018. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/operacao-acolhida-nucleo-familiar-e-preservedo-nos-abrigos-para-imigrantes-em-boa-vista-e-pacaraima>. Acesso em 04 ago. 2019.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. Xenofobia ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: revista interdisciplinar da mobilidade humana**, v. 29, p. 193-210, 2022.

FELDMAN-BIANCO, B. Democracia y Derechos Humanos amenazados: Políticas migratorias nacionales y políticas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019). **In Desde la Región**, n. 57, 2019.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.

FERNÁNDEZ, R. L. "No nos sentimos identificadas". La ética de lo concreto en los procesos de investigación con personas migrantes. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 25, n. 50, p. 81-96, 2017.

FONTAINE, G.; CAVIEDES, C. M. How resource nationalism hinders development: the institutional roots of the economic recession in Venezuela. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP**, v. 37, n. 1, p. 11-31, 2003.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária na Contramarcha da Pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GAIGER, L. I.; CORRÊA, A. S. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. S. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

GARCÉS, A. Comercio inmigrante y economías étnicas: síntesis y críticas de los debates vigentes. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 29, 2011.

GARCIA, A. S. *et al.* Produção científica sobre empreendedorismo social e construção de uma agenda para pesquisa futuras: um Estudo Bibliométrico na base Web Of Science (1994-2018). **Administração Pública e Gestão Social**, 2021, v. 13, n. 1, 2021.

GARCÍA, M. **Pensando las migraciones desde el Sur: reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

GARNICA, A. V. M. Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, p. 29-42, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

GILL, N.; CALETRÍO, J.; MASON, V. Introduction: Mobilities and forced migration. **Mobilities**, v. 6, n. 3, p. 301-316, 2011.

GOLD, S. J.; NAWYN, S. J. (Ed.). **Routledge International Handbook of Migration Studies**. New York: Routledge, 2019.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 4, n. 2, 2005.

GRZYBOWSKI, C. Fórum Social Mundial A reinvenção da democracia? **Observatório Social de América Latina**, v. 6, n. 18, 2006.

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos - Revista de Antropologia**. v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011.

GÜNEY, Ü. Syrian Refugees between Turkish Nationalism and Citizenship. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, p. 1-14, 2021.

GUZMÁN, J. C. Nicaragua: Migrantes en pandemia Covid-19 exclusión e inclusión social: Nicaragua: Migrants in the Covid-19 pandemic exclusion and social inclusion. **Revista del Observatorio Digital Latinoamericano**, v. 4, n. 1, 2022.

HANNAM, K.; SHELLER, M.; URRY, J. Editorial: Mobilities, immobilities and moorings. **Mobilities**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2006.

- HARARI, Y. N. **Uma breve história da Humanidade Sapiens**. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HARDER, N. *et al.* Multidimensional measure of immigrant integration. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 45, p. 11483-11488, 2018.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOGAN, A. Boundary spanners, network capital and the rise of edu-businesses: The case of News Corporation and its emerging education agenda. **Critical Studies in Education**, Londres, v. 56, n. 3, p. 301-314, 2014.
- IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2000.
- JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, p. 123-139, 2021.
- JOHN, M. Venezuelan economic crisis: crossing Latin American and Caribbean borders. **Migration and Development**, v. 8, n. 3, p. 437-447, 2019.
- JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 11-33, 2014.
- JUSTIÇA DO BRASIL, **Portaria nº 9, de 14 de março de 2018**. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694. Acesso em: 30 de out. 2019.
- KAUFMANN, V. Mobility as a Tool for Sociology. **Sociologica**, Bologna, v. 8, n. 1, 2014.
- KAUFMANN, V.; BERGMAN, M. M.; JOYE, D. Motility: mobility as capital. **International journal of urban and regional research**, New York, v. 28, n. 4, p. 745-756, 2004.
- KIBLER, E. *et al.* The evaluative legitimacy of social entrepreneurship in capitalist welfare systems. **Journal of World Business**, v. 53, n. 6, p. 944-957, 2018.
- KOSER, K. **International migration: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- KUHLMAN, T. The economic integration of refugees in developing countries: a research model. **Journal of refugee studies**, v. 4, n. 1, p. 1-20, 1991.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: Edgar Lander (Ed.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LANDER, E. Orígenes, magnitud y condicionantes de la situación actual de Venezuela. *In*: CHAVEZ, D. *et al.* **Venezuela: Lecturas urgentes desde el sur**. Buenos Aires: Clacso, 2017.

LAPORTE, A. L. **Encantar a vida com as finanças solidárias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

LECHINI, G. La cooperación Sur-Sur y la búsqueda de autonomía en América Latina: ¿ Mito o realidad?. **Relaciones Internacionales**, n. 12, out. 2009.

LEITE, A. C. G. *et al.* **Experiências de Finanças Solidárias no Brasil**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

LEITE, A. C. G.; GIAVAROTTI, D. M.; RIBEIRO, C. L. Mobilidade Do Trabalho E Territorialização Do Capital Em Crise: Apontamentos Sobre O Sentido Atual Da Superexploração Da Força De Trabalho. **GEOgraphia**, v. 21, n. 47, p. 29, 2019.

LEITE, A. C. G.; CASTRO, M. A. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, p. 73-103, 2021.

LEITE, M. D. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-52, 2009.

LIMA, O. **Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2020.

LIMEIRA, T. M. **Empreendedorismo social no Brasil: Estado da arte e desafios**. Inovação em cidadania empresarial, 2015.

LUCENA, C. S. *et al.* Um panorama da migração venezuelana em Pernambuco e seus desafios nas áreas do cuidado e da educação. In: SOUSA, F. B.; ALMEIDA, L. P. (Orgs.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 173-191.

MANTOVANI, E. T. **El fantasma de la Gran Venezuela: un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana**. Caracas: CELARG, 2014.

MANTOVANI, E. T. Las nuevas fronteras de las commodities en Venezuela: extractivismo , crisis histórica y disputas territoriales. **Ciencia Política**, v. 11, n. 21, p. 251-285, 2016.

MAQUL, S. A.; GÜNEŞ, S.; AKIN, T. The comparative analysis of life satisfaction among Syrian, Iranian, and Afghan refugees in Turkey: The case of Denizli. **Journal of Refugee Studies**, v. 34, n. 2, p. 2376-2393, 2021.

MARINUCCI, R. Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 25, n. 49, p. 7-11, 2017.

MARQUES, E. M.; SOUZA, T. M. C. Desigualdades socioeconômicas enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 12, p. 52-67, 2021.

MARTES, A. C. B.; RODRIGUEZ, C. L. Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 3, p. 117-140, 2004.

MARTIN, F. Rethinking network capital: hospitality work and parallel trading among Chinese students in Melbourne. **Mobilities**, Lancaster, v. 12, n. 6, p. 890-907, 2017.

MARTINS, I. M. M. Geografias da Imigração Haitiana para o Brasil. **Revista Tamoios**, v. 14, n. 1, p. 71-82, 2018.

MASSEY, D. S. *et al.* Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MATTIAZZI, G. **A participação dos/as migrantes nas políticas públicas para o desenvolvimento local. Os casos de Lisboa e Pádua.** 634p. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014.

MEDVEDOVSKI, N. S. *et al.* Diagnóstico rápido urbano participativo (DRUP): um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social-uma ação extensionista. **Expressa Extensão**, v. 20, n. 2, 2015, p. 99-116.

MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. S.; MELLO, G. B. [Im]Mobility and Trucking Disruption: what happened to isolated cities and individuals in Brazil after a supply blockage. **Applied Mobilities**, v. 7, n. 2, 2022.

MELLO, S. C. B.; LEÃO, A. L. M. S.; PAIVA JR, F. G. Competências empreendedoras de dirigentes de empresas brasileiras de médio e grande porte que atuam em serviços da nova economia. **Revista de administração contemporânea**, v. 10, n. 4, p. 47-69, 2006.

MELLO, S. C. B.; SÁ, M.G. Tecendo uma virtuosa “colcha de retalhos”: a constituição e interpretação de um corpus linguístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 385-410, 2006.

MENDES, J. M. A dignidade das pertenças e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas. **Sociologias [online]**, v. 18, n. 43, 2016.

MENESES, M. P. A questão negra entre continentes: Possibilidades de tradução intercultural a partir das práticas de luta? **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 176-206, 2016.

MENESES, M. P. Pensando desde o Sul e com o Sul. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial.** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

MEZZADRA, S. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista ECO-Pós**, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: A methods sourcebook.** 3rd. 2014.

MILESI, R.; COURRY, P.; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. Pernambuco tem maior taxa de assassinatos do país no primeiro trimestre. 2022. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/05/18/monitor-da-violencia-pe-tem-maior-taxa-de-assassinatos-do-pais-no-primeiro-trimestre-e-e-um-dos-cinco-estados-a-ter-alta-nos->

homicidios.ghtml. Acesso em: 13 jun. 2022.

MORAES, K. Pernambuco tem mais de 9 mil imigrantes, mas falhas nas políticas de integração tornam o recomeço quase impossível. **JC Online**, 27 fev. 2022. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/02/14952644-dificil-recomeco-para-os-imigrantes.html>>. Acesso em: 03 de março de 2022.

MOREIRA, J. B. O Papel Das Cátedras Sérgio Vieira De Mello No Processo De Integração Local Dos Refugiados No Brasil. **Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 4, n. 8, p. 81-96, 2015.

MOREIRA, J. B. Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, 2017.

MOREIRA, J. B. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014.

MUNCK, R. Globalisation, governance and migration: an introduction. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 7, p. 1227-1246, 2008.

NUZZI, V. No dia mundial dos direitos humanos, Brasil tem Estado ‘destruído’ e hostil à cidadania. **Rede Brasil Atual**, 10 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/12/dia-direitos-humanos-brasil-estado-destruido/>>. Acesso em: 03 de março de 2022.

OIM - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Informe de Interiorização Janeiro 2021**. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLEINIKOVA, O. **Life Strategies of Migrants from Crisis Regimes**. Palgrave Macmillan, Cham, 2020.

OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 229-242, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Inserção Laboral de Imigrantes Internacionais**: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Brasil, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe de Interiorização Outubro 2021**. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PAIVA JUNIOR, F. G.; FERNANDES, N. C. M. A contribuição da competência relacional do empreendedor para aperfeiçoar a qualidade de relacionamento entre empresas de base tecnológica. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 3, p. 53-76, 2012.

PAIVA JUNIOR, F. G.; GUERRA, J. R. F. O empreendedorismo como marco solidário na esfera do desenvolvimento. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 267-276, 2010.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na

pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PARDO, D. Como era a “Venezuela saudita”, um dos países mais ricos dos anos 50 e 80. **BBC News Mundo**, 2 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PARENTE, C. *et al.* Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. **Anais...** Lisboa, 26 e 27 de Maio de 2011.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? **e-metropolis**, v. 3, n. 9, p. 285-299, 2012.

PAULI, J. *et al.* Relação entre trabalho precário e racismo para migrantes no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 234-251, 2021.

PEREIRA, M. J. A. Mulheres indígenas e migrantes: a experiência de comercializar produtos oriundos da economia solidária em mercados não solidários. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 1, n. 1, p. 145-153, 2011.

PEROCCO, F. Precarization of work and new inequalities: the role of immigration. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 25, n. 49, 2017.

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013.

PIRES, R. P. Uma teoria dos processos de integração. **Sociología - Problemas e Práticas**, n. 30. p. 9-54, 1999.

PIZARRO, J. M.; FINARDI, L. R.; CONTRUCCI, M. S. Crisis Económica y Migración Internacional: hipótesis, visiones y consecuencias en América Latina y el Caribe. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 18, n. 35, 2010.

POLÍCIA FEDERAL. Migração. **Polícia Federal do Brasil**, out. 2019. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentao_setembro_2019_VF.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2019.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69, p. 73-93, 2004.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. Immigrant America: A portrait. In: **Theoretical Overview: Theories of International Migration and Immigrant Adaptation**. California: UC Irvine, 2014.

R4V - Plataforma Regional de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela. Refugiados y migrantes de Venezuela. **ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**, 2022. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RAIJMAN, R.; TIENDA, M. Immigrants' pathways to business ownership: A comparative ethnic perspective. **International migration review**, v. 34, n. 3, p. 682-706, 2000.

RAMPIN, R.; RAMPIN, V. Taguette: open-source qualitative data analysis. **Journal of Open Source Software**, v. 6, n. 68, p. 3522, 2021.

REIS, T. Doença holandesa: entenda como a atividade primária atrapalha a industrialização. **SUNO**, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/doenca-holandesa>. Acesso em: 09 out. 2022.

RESTREPO, E. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas**. Bogotá: Enviñón editores, 2016.

RETTIE, R. Mobile phones as network capital: facilitating connections. **Mobilities**, Lancaster, v. 3, n. 2, p. 291-311, 2008.

RIBEIRO, S. B. C.; OLIVEIRA, G. M. "Olha, eu acho que assim, a gente fala o portunhol porque nós não sabemos o espanhol": políticas linguísticas em fronteiras multilíngues. **The ESpecialist**, v. 39, n. 2, 2018.

ROSALES, A. Radical rentierism: gold mining, cryptocurrency and commodity collateralization in Venezuela. **Review of International Political Economy**, v. 26, n. 6, p. 1311-1332, 2019.

RUEDIGER, M. A. *et al.* Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 161-179, nov. 2017.

SAMERS, M. **Migration**. New York: Routledge, 2010.

SÁNCHEZ, A. Venezuela, laboratorio de la guerra híbrida del siglo XXI. **Revista Política Internacional**, n. 8, p. 93-102, 2020.

SANTOS, B. S. **Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition**. New York, London: Routledge, 1995.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, B. S. **Fórum Social Mundial: manual de uso**. Madison: Universidade de Wisconsin-Madison, 2004.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, B. S. Globalização. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 24-56, 2016.

SANTOS, B. S. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, B. S. **O Fim do Império Cognitivo: as afirmações das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

SANTOS, B. S. Um mundo sem Fronteiras?. **Outras Palavras**, 9 maio 2019b. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-um-mundo-sem-fronteiras/>>. Acesso em: 22 de out de 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Knowledges Born in the Struggle**. 1st ed. New York: Routledge, 2019.

SANTOS, B. S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 14-23, 2016.

SARDINHA, A. B. Corpus Linguistics: history and problematization. **DELTA**, v.16, n.2, p.323-367, 2000.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SCHERER, L. A.; GRISCI, C. L. I. Migrante e refugiado empreendedor (de si): modos vernáculos de trabalho imaterial como (re) invenção de si no país de destino. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 19, p. 189-207, 2022.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2016.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 6, p. 41-54, 1997.

SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SILVA, D. F. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 163-170, 2017.

SILVA, S. P. **Economia solidária e finanças de proximidade**: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. *In*: Texto para discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SILVA, V. A. B. da. A epistemologia de Michael Burawoy e seus desdobramentos metodológicos. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 3, p. 1503-1530, 2018.

SILVA, J. C. J.; ABRAHÃO, B. A. Migração pela sobrevivência: o caso dos venezuelanos em Roraima. In: JUBILUT, L. *et al.* (org.). **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Roraima: Ed. UFRR, 2018. p. 636-661.

SILVA, R. M. A.; SILVA, R. B. Políticas Públicas de Economia Solidária na América Latina. **Sociedade e Território**, v. 34, n. 1, p. 52-70, 2022.

SIMÕES, G. F. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, J. L.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; XAVIER FILHO, J. L. J. A emergência do Empreendedorismo Educativo-Cultural: o programa de Formação do Jovem Artesão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2015.

SPENCER, S.; CHARLESLEY, K. Conceptualising integration: A framework for empirical research, taking marriage migration as a case study. **Comparative Migration Studies**, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2016.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Sage, 1995.

STRANG, A.; AGER, A. Refugee integration: Emerging trends and remaining agendas. **Journal of Refugee Studies**, v. 23, n. 4, p. 589-607, 2010.

SVAMPA, M. Orígenes, magnitud y condicionantes de la situación actual de Venezuela. In: CHAVEZ, D. *et al.* **Venezuela: Lecturas urgentes desde el sur**. Buenos Aires: Clacso, 2017.

TANG, J.; XU, Y.; QIU, H. Integration of migrants in poverty alleviation resettlement to urban China. **Cities**, v. 120, p. 103501, 2022.

TEDESCO, J. C. Ser imigrante e empreendedor: lógicas e sentidos. Aspectos da imigração brasileira na Itália. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p. 213-242, 2017.

TEIXEIRA, C. Community resources and opportunities in ethnic economies: a case study of Portuguese and black entrepreneurs in Toronto. **Urban Studies**, v. 38, n. 11, p. 2055-2078, 2001.

THOMAS, D. Sarkozy's law and the institutionalization of xenophobia in the new Europe. **Radical Philosophy**, n. 153, p. 7-12, 2009.

UNHCR. **Global Trends in Forced Displacement – 2021**. 16 jun. 2022a. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

UNHCR. **Global Trends in Forced Displacement – 2020**. 18 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html>>. Acesso em: 29 de junho de 2021.

UNHCR. **Ukraine Situation: Refugees from Ukraine across Europe**. 09 maio 2022b. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/en/documents/details/92580>>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

UNHCR. **Regional and Migrant Response Plan for Migrants from Venezuela**. 20 Dez. 2019. Disponível em: <<https://reporting.unhcr.org/node/21600>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

URRY, J. Social networks, mobile lives and social inequalities. **Journal of Transport Geography**, v. 21, p. 24-30, 2012.

URRY, J. **Sociology beyond societies: Mobilities for the twenty-first century**. 1. ed. New York: Routledge, 2000.

URRY, John. **Mobilities**. Londres: Polity, 2007.

VAINER, C. B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia - Revista do Migrante**, v. 13, n. 36, p. 15-32, 2000.

VASCONCELOS, I. S. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, p. 135-151, 2018.

VASCONCELOS, I. S.; NASCIMENTO, R. “Acolher, proteger, promover e integrar”. desafios do Serviço Pastoral dos Migrantes de Manaus em tempos de pandemia. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, n. 90, p. 101-120, 2021.

VALE, G. V.; WILKINSON, J.; AMÂNCIO, R. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. **RAE eletrônica**, v. 7, n. 1, 2008.

VERTOVEC, S. **Transnationalism**. New York: Routledge, 2009.

VINCENZI, B. V. *et al.* Deslocamento forçado de venezuelanos no Brasil: Modus operandi e ações durante a pandemia de Covid-19. **TRAVESSIA-revista do migrante**, v. 2, n. 91, 2021.

VIRILIO, Paul. **Politics of the Very Worst: An Interview with Philippe Petit**, trans. Micheal Caraliere, Semiotext (e), Columbia University, New York, 1999.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham; London: Duke University Press, 2004.

WAUTERS, B.; LAMBRECHT, J. Barriers to refugee entrepreneurship in Belgium: Towards an explanatory model. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 34, n. 6, p. 895-915, 2008.

WEISZ, A. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Sociologias**, v. 20, n. 49, 2018.

WELLMAN, B.; FRANK, K. Network capital in a multi-level world: Getting support from personal communities. **Social capital: Theory and research**, New York, p. 233-273, 2001.

WENDEN, C. W. New Migrations. **Sur - International Journal on Human Rights**, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.

WONG, S.; SALAFF, J. W. Network capital: emigration from Hong Kong. **British journal of sociology**, Londres, p. 358-374, 1998.

XAVIER FILHO, J. L. J. *et al.* O Empreendedorismo Social como Alicerce do “Programa Empreender Comunidade”. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, 2014.

ZANCO, A. M.; ALVES, A. F.; CORBARI, F. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 233-250, 2018.

ZANFORLIN, S. C.; AMARAL, R. M. DO. Empreendedorismo para migrantes: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. **E-compós**, v. 22, p. 1-27, 2019.

ZAHRA, S. A. *et al.* Globalization of social entrepreneurship opportunities. **Strategic entrepreneurship journal**, v. 2, n. 2, p. 117-131, 2008.

ZHOU, M. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergencies, Controversies, and Conceptual Advancements. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A Lista de documentos formadores do *corpus* de pesquisa

Código	Título	Tipo	Data
D001	Em busca de oportunidades, venezuelanos são transferidos para PB, PE e RJ (Gov.com)	Publicações de terceiros	02/07/2018
D002	Refugiados venezuelanos chegam a Pernambuco para morar no Grande Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	03/07/2018
D003	FAB realiza quarta etapa da interiorização dos imigrantes venezuelanos (EB)	Publicações de terceiros	03/07/2018
D004	“A Venezuela separou a nossa família” (El País Brasil)	Publicações de terceiros	10/07/2018
D005	Crianças venezuelanas têm primeiro dia de aulas em Igarassu, em PE (G1 PE)	Publicações de terceiros	06/08/2018
D006	Venezuelanos refugiados no Grande Recife lamentam falta de trabalho e violência na fronteira brasileira (G1 PE)	Publicações de terceiros	25/08/2018
D007	Venezuelanos recém-chegados ao Brasil não podem tirar título eleitoral, muito menos votar (gazetadopovo)	Publicações de terceiros	30/08/2018
D008	Segundo grupo de refugiados venezuelanos chega ao Grande Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	18/09/2018
D009	Desafio para venezuelanos que estão em Igarassu é conseguir emprego (JC online)	Publicações de terceiros	19/09/2018
D010	Programa da Cáritas trará 102 migrantes venezuelanos para o Recife (Folha PE)	Publicações de terceiros	31/10/2018
D011	Comitê Interinstitucional de Apoio aos Migrantes se reúne na DPU no Recife (DPE PE)	Publicações de terceiros	14/11/2018
D012	Grupo de 18 refugiados venezuelanos chega a PE para morar no Grande Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	09/11/2018
D013	Cáritas e IHU inauguram Casa de Direitos para atender migrantes e refugiados no Recife (CBNE2)	Publicações de terceiros	10/12/2018
D014	Casa de Direitos para atender migrantes e refugiados é inaugurada no Recife (DPE PE)	Publicações de terceiros	10/12/2018
D015	Mais 117 venezuelanos refugiados chegam a Pernambuco (G1 PE)	Publicações de terceiros	17/12/2018
D016	PCR participa do acolhimento dos imigrantes venezuelanos no Recife (PCR)	Publicações de terceiros	17/12/2018
D017	PCR inicia atendimento aos imigrantes venezuelanos (PCR)	Publicações de terceiros	15/01/2019
D018	Famílias venezuelanas chegam a cidade de Pesqueira e são recebidas na sede da Cáritas Diocesana (CBNE2)	Publicações de terceiros	13/02/2019
D019	Venezuelanos no Recife tentam reconstruir a vida longe da crise humanitária (MarcoZero Conteúdo)	Publicações de terceiros	27/02/2019
D020	Fechamento de fronteiras torna mais distante sonho de venezuelanos que planejam trazer parentes para PE (G1 PE)	Publicações de terceiros	26/02/2019
D021	Com 23 refugiados, quinto grupo de venezuelanos chega a PE para morar no Grande Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	13/03/2019
D022	Interiorização renova sonhos e cria oportunidades para mais 5 mil venezuelanos no Brasil (ACNUR)	Publicações de terceiros	19/03/2019
D023	Debate com sociedade e autoridades de Pernambuco aponta necessidade de políticas públicas para migrantes (MPPE)	Publicações de terceiros	11/04/2019
D024	Crianças migrantes exigem um olhar especial nas políticas públicas (Diário de PE)	Publicações de terceiros	01/06/2019
D025	Venezuelanos ainda buscam adaptação em Pernambuco (Folha PE)	Publicações de terceiros	03/07/2019
D026	Cáritas lança página para dar oportunidade de emprego a imigrantes e refugiados (CNBB)	Publicações de terceiros	05/07/2019
D027	Novo grupo de refugiados venezuelanos chega a Pernambuco (G1 PE)	Publicações de terceiros	12/07/2019
D028	Refugiados venezuelanos passam a trabalhar em outras funções por não conseguir emprego na área de formação (NE TV PE)	Publicações de terceiros	22/08/2019
D029	Refugiados venezuelanos contam com direitos em Pernambuco, mas sonham com volta para casa (NE TV PE)	Publicações de terceiros	26/08/2019
D030	Recife e mais três cidades do Brasil sediam Copa dos Refugiados 2019 (Diário de PE)	Publicações de terceiros	10/08/2019
D031	De olho em copa, refugiados no Recife precisam de chuteiras (Folha PE)	Publicações de terceiros	03/09/2019
D032	Copa dos refugiados e imigrantes 2019 tem apoio da DPU na etapa do Recife (DPU PE)	Publicações de terceiros	02/09/2019
D033	Copa dos Refugiados e Imigrantes 2019 etapa Pernambuco teve participação de intercambistas (UFPE)	Publicações de terceiros	17/09/2019
D034	Venezuelanos exibem cartazes e fazem apelo por ajuda nas ruas do Recife (NE TV PE)	Publicações de terceiros	10/10/2019

D035	Quase 40 refugiados venezuelanos em uma casa no Recife (JC online)	Publicações de terceiros	12/10/2019
D036	Venezuelanos vivem em condições precárias no Recife (Folha PE)	Publicações de terceiros	14/10/2019
D037	Sem falar português nem espanhol, indígenas venezuelanos lutam para sobreviver no Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	30/10/2019
D038	Um venezuelano é morto e dois são feridos por engano, diz polícia (JC online)	Publicações de terceiros	10/11/2019
D039	Homem é preso suspeito de envolvimento na morte de adolescente venezuelano (Diário de PE)	Publicações de terceiros	11/11/2019
D040	Venezuelanos que estão morando no Recife pedem ajuda para sobreviver (JC online)	Publicações de terceiros	13/11/2019
D041	No Recife, 73 venezuelanos vivem aglomerados em duas casas (Leia Já)	Publicações de terceiros	06/11/2019
D042	Igarassu é cidade destaque no acolhimento aos imigrantes venezuelanos (Folha PE)	Publicações de terceiros	13/12/2019
D043	Refugiados venezuelanos pedem ajuda nas ruas de Caruaru (JC online)	Publicações de terceiros	27/12/2019
D044	MPF, Unicap e Cáritas lançam documentário sobre a acolhida de migrantes venezuelanos em Pernambuco (MPPE)	Publicações de terceiros	08/01/2020
D045	"Vindas e Vidas" retrata a acolhida de migrantes venezuelanos em PE (JC online)	Publicações de terceiros	20/01/2020
D046	Cáritas e UFPE discutem parceria em projetos sobre migração e refúgio (CBNE2)	Publicações de terceiros	27/01/2020
D047	Brasil reconhece, de uma vez, 17 mil venezuelanos como refugiados (G1 PE)	Publicações de terceiros	31/01/2020
D048	OAB-PE recebe reunião para discutir a situação dos refugiados (OAB PE)	Publicações de terceiros	12/02/2020
D049	Como estão vivendo os venezuelanos no Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	18/02/2020
D050	Cáritas e Compassiva promovem mutirão de atendimento para revalidação de diplomas a refugiados e venezuelanos em Recife (UNICAP)	Publicações de terceiros	12/03/2020
D051	Fronteira do Brasil com a Venezuela é fechada (G1 PE)	Publicações de terceiros	18/03/2020
D052	ONG do Recife faz campanha para ajudar refugiados (Folha PE)	Publicações de terceiros	04/04/2020
D053	Venezuelanos refugiados no Recife relatam falta de doações na pandemia (JC online)	Publicações de terceiros	21/04/2020
D054	Cáritas NE2 lança serviço de atendimento telefônico para migrantes em Pernambuco (CNBE2)	Publicações de terceiros	24/04/2020
D055	Venezuelanos que viviam em ruas do Recife ganham moradia provisória e alimentos para se prevenir da Covid-19 (NE TV PE)	Publicações de terceiros	29/04/2020
D056	Refugiado venezuelano morre com Covid-19 em abrigo no Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	05/05/2020
D057	Dificuldade de acessar auxílio emergencial expõe indígenas venezuelanos à Covid-19 e à fome no Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	21/05/2020
D058	Incêndio atinge casa de imigrantes venezuelanos e deixa um ferido no Recife (G1 PE)	Publicações de terceiros	20/05/2020
D059	Índios venezuelanos sem saber quando poderão reocupar casa que pegou fogo no Recife (JC online)	Publicações de terceiros	22/05/2020
D060	Após incêndio onde moravam, venezuelanos passam a dormir na rua no Recife e pedem ajuda (JC online)	Publicações de terceiros	23/05/2020
D061	Migrantes venezuelanos participam de oficinas sobre empreendedorismo em Recife (Diário PE)	Publicações de terceiros	28/05/2020
D062	Brasil tem 43 mil pessoas reconhecidas como refugiadas, diz Conare (Folha PE)	Publicações de terceiros	10/06/2020
D063	Casa de Direitos acolhe migrantes e refugiados (UNICAP)	Publicações de terceiros	17/06/2020
D064	Casal de brasileiro e venezuelana artesãos dependem de ajuda para sobreviver à pandemia (G1 PE)	Publicações de terceiros	16/07/2020
D065	MPPE realizará roda de conversa para debater a crise migratória e o exercício dos direitos fundamentais (MPPE)	Publicações de terceiros	28/08/2020
D066	MPPE realiza roda de conversa para debater a crise migratória e o exercício dos direitos fundamentais (MPPE)	Publicações de terceiros	01/09/2020
D067	Refugiados venezuelanos podem contribuir para desenvolvimento do país (Diário de PE)	Publicações de terceiros	23/09/2020
D068	Famílias venezuelanas fortalecem empreendimentos através de Fundos Rotativos (CBNE2)	Publicações de terceiros	15/10/2020
D069	Venezuelanos pedem comida e remédios há uma semana nas ruas de Garanhuns (G1 PE)	Publicações de terceiros	30/10/2020
D070	Venezuelanos ganham ação solidária de Dia das Crianças neste sábado, no Recife (Diário PE)	Publicações de terceiros	17/10/2020
D071	Morte de menina torna mais dramática situação dos indígenas Warao no Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	02/11/2020
D072	Planos de governo de candidatos à Prefeitura do Recife ignoram migrantes e refugiados (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	06/11/2020
D073	Cáritas NE2 lança site para impulsionar empreendedores migrantes e refugiados (CBNE2)	Publicações de terceiros	12/11/2020
D074	A importância da resiliência para refugiados é tema de debate (Uninassau)	Publicações de terceiros	19/11/2020
D075	Erros da prefeitura e do TCE atrasam atendimento a indígenas venezuelanos (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	07/12/2020

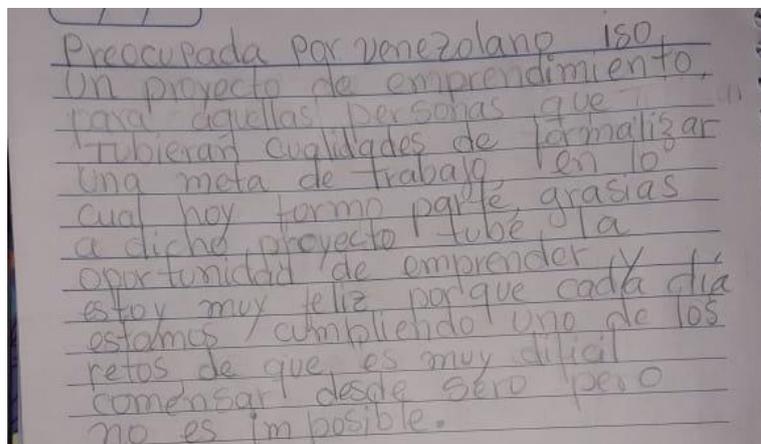
D076	Igreja e sociedade civil denunciam condições precárias dos venezuelanos em PE (CBNE2)	Publicações de terceiros	09/12/2020
D077	Número de imigrantes com carteira assinada no Brasil quase triplica em 10 anos (G1 PE)	Publicações de terceiros	17/12/2020
D078	TCE-PE suspende dispensa da Prefeitura do Recife para locação de imóvel iniciada na gestão de Geraldo Julio (JC online)	Publicações de terceiros	27/01/2021
D079	Falta de políticas públicas expulsa os Warao do Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	03/03/2021
D080	Em PE, recomeço de venezuelanas nem sempre corresponde à altura dos planos traçados (Migramundo/UFPE)	Publicações de terceiros	23/03/2021
D081	Brasil simplifica documentação exigida para venezuelanos que solicitarem autorização de residência no país (G1 PE)	Publicações de terceiros	25/03/2021
D082	Operação Acolhida interiorizou mais de 50 mil venezuelanos no Brasil, diz governo (G1 PE)	Publicações de terceiros	20/04/2021
D083	Curso de marketing digital para migrantes empreendedores que trabalham com gastronomia é concluído com sucesso (CBNE2)	Publicações de terceiros	05/05/2021
D084	Cáritas Regional NE2 participa de mutirão de regularização para migrantes e refugiados venezuelanos (CBNE2)	Publicações de terceiros	27/05/2021
D085	Cáritas Regional NE2 lança Site EAD com cursos gratuitos para quem busca aprender e investir no ramo do empreendedorismo (CBNE2)	Publicações de terceiros	31/05/2021
D086	Reunião solene presta homenagem a COMIGRAR-PE (Câmara Municipal do Recife)	Publicações de terceiros	28/06/2021
D087	IFPE oferecerá curso de português para venezuelanos refugiados no Recife (IFPE)	Publicações de terceiros	14/07/2021
D088	Governo do Estado promove curso sobre a migração no país e no mundo (PE.com)	Publicações de terceiros	24/08/2021
D089	Programa de Migração e Refúgio da Cáritas Regional NE2 entrega mais de 100 cestas de alimentos através do Projeto RAFA (CBNE2)	Publicações de terceiros	01/09/2021
D090	Cáritas Regional NE2 participa de mapeamento nacional sobre assistência em saúde mental e atenção psicossocial à população migrante e refugiada no Brasil (CBNE2)	Publicações de terceiros	05/09/2021
D091	IFPE dá início ao curso de português para venezuelanos refugiados no Recife (IFPE)	Publicações de terceiros	13/09/2021
D092	Plataforma Integrar NE2 entregou em cerimônia certificados da primeira turma de marketing digital (CBNE2)	Publicações de terceiros	17/09/2021
D093	Ateliê de artesanato warao gera renda e muda perspectiva de indígenas venezuelanos no Recife (Marco Zero Conteúdo)	Publicações de terceiros	20/09/2021
D094	Cáritas NE2 faz campanha de arrecadação de brinquedos para crianças venezuelanas (CBNE2)	Publicações de terceiros	05/10/2021
D095	Migrantes fazem curso de português promovido pela Unicap e Cáritas Nordeste (UNICAP)	Publicações de terceiros	08/10/2021
D096	Casa de Direitos retoma atendimento para migrantes e refugiados em Pernambuco (CBNE2)	Publicações de terceiros	15/10/2021
D097	Curso 'Elaboração de Plano de Negócios para Migrantes' é finalizado na plataforma Integrar NE2 (CBNE2)	Publicações de terceiros	23/10/2021
D098	Comissão sobre migrações e refugiados vai ouvir chanceler e analisar situação de venezuelanos no Brasil (Agência Senado)	Publicações de terceiros	27/10/2021
D099	Cáritas NE2 promove 2ª edição da Campanha do Brinquedo através do Projeto RAFA para crianças venezuelanas da Região Metropolitana do Recife (CBNE2)	Publicações de terceiros	31/10/2021
D100	Comissão vai ao Recife para verificar situação dos imigrantes em Pernambuco (Agência Senado)	Publicações de terceiros	05/11/2021
D101	Túlio Gadêlha promove audiência pública para discutir situação dos imigrantes e refugiados (Folha PE)	Publicações de terceiros	06/11/2021
D102	Reitor participa de audiência pública sobre migrantes e refugiados (UNICAP)	Publicações de terceiros	09/11/2021
D103	Cáritas NE2 lança quiosque "Solidariedade que Transforma" para comercialização de produtos da economia solidária (CBNE2)	Publicações de terceiros	17/11/2021
D104	Cáritas Regional NE2 e Fundação Interamericana promovem cartilha com brincadeiras didáticas e educacionais para crianças brasileiras e venezuelanas (CBNE2)	Publicações de terceiros	26/11/2021
D105	Ação de agências da ONU pretende empoderar refugiadas venezuelanas (Diário de PE)	Publicações de terceiros	29/11/2021
D106	MPPE, MPF, MPT e Defensorias Públicas de Pernambuco e da União expedem recomendação conjunta para construção de políticas públicas protetivas a indígenas venezuelanos Warao (MPPE)	Publicações de terceiros	16/12/2021
D107	Empreendedores concluem curso gratuito de Criatividade nos Negócios (CBNE2)	Publicações de terceiros	22/12/2021
N001	Narrativa de vida Migrante 1	Relatos narrativos	12/06/2020
N002	Narrativa de vida Migrante 2	Relatos narrativos	13/06/2020
N003	Narrativa de vida Migrante 3	Relatos narrativos	14/06/2020
N004	Narrativa de vida Migrante 4	Relatos narrativos	15/06/2020
N005	Narrativa de vida Migrante 5	Relatos narrativos	16/06/2020
N006	Narrativa de vida Migrante 6	Relatos narrativos	17/06/2020
N007	Narrativa de vida Migrante 7	Relatos narrativos	18/06/2020

N008	Narrativa de vida Migrante 8	Relatos narrativos	19/06/2020
N009	Narrativa de vida Migrante 9	Relatos narrativos	20/06/2020
N010	Narrativa de vida Migrante 10	Relatos narrativos	21/06/2020
EM01	Entrevista com Migrante 01	Entrevista Migrante	22/06/2020
EM02	Entrevista com Migrante 02	Entrevista Migrante	23/06/2020
EM03	Entrevista com Migrante 03	Entrevista Migrante	24/06/2020
EM04	Entrevista com Migrante 04	Entrevista Migrante	25/06/2020
EM05	Entrevista com Migrante 05	Entrevista Migrante	26/06/2020
EM06	Entrevista com Migrante 06	Entrevista Migrante	27/06/2020
EM07	Entrevista com Migrante 07	Entrevista Migrante	28/06/2020
EM08	Entrevista com Migrante 08	Entrevista Migrante	29/06/2020
EM09	Entrevista com Migrante 09	Entrevista Migrante	30/06/2020
EM10	Entrevista com Migrante 10	Entrevista Migrante	01/07/2020
EM11	Entrevista com Migrante 11	Entrevista Migrante	02/07/2020
EM12	Entrevista com Migrante 12	Entrevista Migrante	03/07/2020
EM13	Entrevista com Migrante 13	Entrevista Migrante	04/07/2020
EM14	Entrevista com Migrante 14	Entrevista Migrante	05/07/2020
EM15	Entrevista com Migrante 15	Entrevista Migrante	06/07/2020
EM16	Entrevista com Migrante 16	Entrevista Migrante	07/07/2020
EM17	Entrevista com Migrante 17	Entrevista Migrante	08/07/2020
EM18	Entrevista com Migrante 18	Entrevista Migrante	09/07/2020
EM19	Entrevista com Migrante 19	Entrevista Migrante	10/07/2020
EM20	Entrevista com Migrante 20	Entrevista Migrante	11/07/2020
EM21	Entrevista com Migrante 21	Entrevista Migrante	12/07/2020
EM22	Entrevista com Migrante 22	Entrevista Migrante	13/07/2020
EM23	Entrevista com Migrante 23	Entrevista Migrante	14/07/2020
EM24	Entrevista com Migrante 24	Entrevista Migrante	15/07/2020
EM25	Entrevista com Migrante 25	Entrevista Migrante	16/07/2020
EE01	Entrevista com membros da instituição de acolhida 1	Entrevista Equipe	17/07/2020
EE02	Entrevista com membros da instituição de acolhida 2	Entrevista Equipe	18/07/2020
EE03	Entrevista com membros da instituição de acolhida 3	Entrevista Equipe	19/07/2020
EE04	Entrevista com membros da instituição de acolhida 4	Entrevista Equipe	20/07/2020
EE05	Entrevista com membros da instituição de acolhida 5	Entrevista Equipe	21/07/2020
NC01	Nota de Campo elaborada pelo autor 1	Notas de Campo	22/07/2020
NC02	Nota de Campo elaborada pelo autor 2	Notas de Campo	23/07/2020
NC03	Nota de Campo elaborada pelo autor 3	Notas de Campo	24/07/2020
NC04	Nota de Campo elaborada pelo autor 4	Notas de Campo	25/07/2020
NC05	Nota de Campo elaborada pelo autor 5	Notas de Campo	26/07/2020
NC06	Nota de Campo elaborada pelo autor 6	Notas de Campo	27/07/2020
NC07	Nota de Campo elaborada pelo autor 7	Notas de Campo	28/07/2020
NC08	Nota de Campo elaborada pelo autor 8	Notas de Campo	29/07/2020
NC09	Nota de Campo elaborada pelo autor 9	Notas de Campo	30/07/2020
NC10	Nota de Campo elaborada pelo autor 10	Notas de Campo	31/07/2020
NC11	Nota de Campo elaborada pelo autor 11	Notas de Campo	01/08/2020
NC12	Nota de Campo elaborada pelo autor 12	Notas de Campo	02/08/2020
NC13	Nota de Campo elaborada pelo autor 13	Notas de Campo	03/08/2020

NC14	Nota de Campo elaborada pelo autor 14	Notas de Campo	04/08/2020
NC15	Nota de Campo elaborada pelo autor 15	Notas de Campo	05/08/2020
NC16	Nota de Campo elaborada pelo autor 16	Notas de Campo	06/08/2020
NC17	Nota de Campo elaborada pelo autor 17	Notas de Campo	07/08/2020
NC18	Nota de Campo elaborada pelo autor 18	Notas de Campo	08/08/2020
NC19	Nota de Campo elaborada pelo autor 19	Notas de Campo	09/08/2020
NC20	Nota de Campo elaborada pelo autor 20	Notas de Campo	10/08/2020
NC21	Nota de Campo elaborada pelo autor 21	Notas de Campo	11/08/2020
NC22	Nota de Campo elaborada pelo autor 22	Notas de Campo	12/08/2020
NC23	Nota de Campo elaborada pelo autor 23	Notas de Campo	13/08/2020
NC24	Nota de Campo elaborada pelo autor 24	Notas de Campo	14/08/2020
NC25	Nota de Campo elaborada pelo autor 25	Notas de Campo	15/08/2020
NC26	Nota de Campo elaborada pelo autor 26	Notas de Campo	16/08/2020
NC27	Nota de Campo elaborada pelo autor 27	Notas de Campo	17/08/2020
NC28	Nota de Campo elaborada pelo autor 28	Notas de Campo	18/08/2020
NC29	Nota de Campo elaborada pelo autor 29	Notas de Campo	19/08/2020
NC30	Nota de Campo elaborada pelo autor 30	Notas de Campo	20/08/2020
NC31	Nota de Campo elaborada pelo autor 31	Notas de Campo	21/08/2020
NC32	Nota de Campo elaborada pelo autor 32	Notas de Campo	22/08/2020
NC33	Nota de Campo elaborada pelo autor 33	Notas de Campo	23/08/2020
NC34	Nota de Campo elaborada pelo autor 34	Notas de Campo	24/08/2020
FC01	Fotografia de campo retirada pelo autor 1	Fotos de Campo	25/08/2020
FC02	Fotografia de campo retirada pelo autor 2	Fotos de Campo	26/08/2020
FC03	Fotografia de campo retirada pelo autor 3	Fotos de Campo	27/08/2020
FC04	Fotografia de campo retirada pelo autor 4	Fotos de Campo	28/08/2020
FC05	Fotografia de campo retirada pelo autor 5	Fotos de Campo	29/08/2020
FC06	Fotografia de campo retirada pelo autor 6	Fotos de Campo	30/08/2020
FC07	Fotografia de campo retirada pelo autor 7	Fotos de Campo	31/08/2020
FC08	Fotografia de campo retirada pelo autor 8	Fotos de Campo	01/09/2020
FC09	Fotografia de campo retirada pelo autor 9	Fotos de Campo	02/09/2020
FC10	Fotografia de campo retirada pelo autor 10	Fotos de Campo	03/09/2020
FC11	Fotografia de campo retirada pelo autor 11	Fotos de Campo	04/09/2020
FC12	Fotografia de campo retirada pelo autor 12	Fotos de Campo	05/09/2020
FC13	Fotografia de campo retirada pelo autor 13	Fotos de Campo	06/09/2020
FC14	Fotografia de campo retirada pelo autor 14	Fotos de Campo	07/09/2020
FC15	Fotografia de campo retirada pelo autor 15	Fotos de Campo	08/09/2020
FC16	Fotografia de campo retirada pelo autor 16	Fotos de Campo	09/09/2020
FC17	Fotografia de campo retirada pelo autor 17	Fotos de Campo	10/09/2020
FC18	Fotografia de campo retirada pelo autor 18	Fotos de Campo	11/09/2020
FC19	Fotografia de campo retirada pelo autor 19	Fotos de Campo	12/09/2020
FC20	Fotografia de campo retirada pelo autor 20	Fotos de Campo	13/09/2020
FC21	Fotografia de campo retirada pelo autor 21	Fotos de Campo	14/09/2020
FC22	Fotografia de campo retirada pelo autor 22	Fotos de Campo	15/09/2020
FC23	Fotografia de campo retirada pelo autor 23	Fotos de Campo	16/09/2020
FC24	Fotografia de campo retirada pelo autor 24	Fotos de Campo	17/09/2020
FC25	Fotografia de campo retirada pelo autor 25	Fotos de Campo	18/09/2020

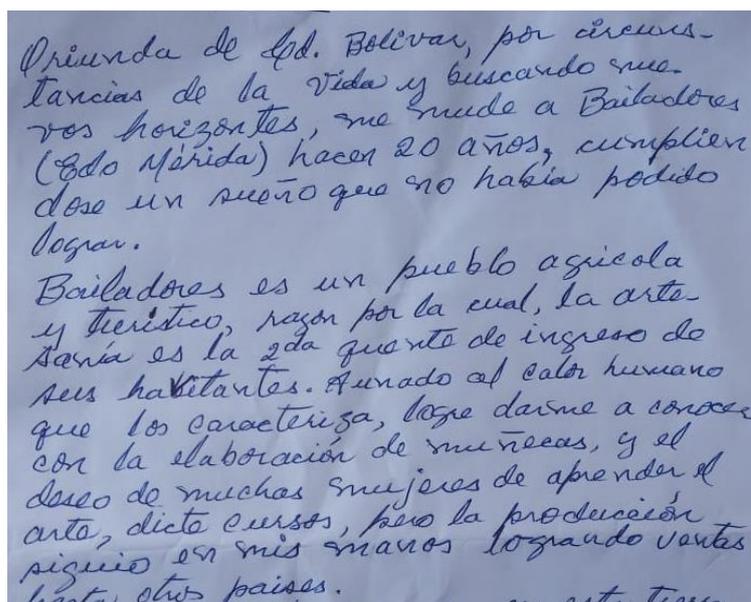
FC26	Fotografia de campo retirada pelo autor 26	Fotos de Campo	19/09/2020
FC27	Fotografia de campo retirada pelo autor 27	Fotos de Campo	20/09/2020
FC28	Fotografia de campo retirada pelo autor 28	Fotos de Campo	21/09/2020
FC29	Fotografia de campo retirada pelo autor 29	Fotos de Campo	22/09/2020
FC30	Fotografia de campo retirada pelo autor 30	Fotos de Campo	23/09/2020
FC31	Fotografia de campo retirada pelo autor 31	Fotos de Campo	24/09/2020
FC32	Fotografia de campo retirada pelo autor 32	Fotos de Campo	25/09/2020
FC33	Fotografia de campo retirada pelo autor 33	Fotos de Campo	26/09/2020
FC34	Fotografia de campo retirada pelo autor 34	Fotos de Campo	27/09/2020
FC35	Fotografia de campo retirada pelo autor 35	Fotos de Campo	28/09/2020
FC36	Fotografia de campo retirada pelo autor 36	Fotos de Campo	29/09/2020
FC37	Fotografia de campo retirada pelo autor 37	Fotos de Campo	30/09/2020
FC38	Fotografia de campo retirada pelo autor 38	Fotos de Campo	01/10/2020
FC39	Fotografia de campo retirada pelo autor 39	Fotos de Campo	02/10/2020
FC40	Fotografia de campo retirada pelo autor 40	Fotos de Campo	03/10/2020
VT01	Vídeos produzidos por terceiros 1	Vídeos de Terceiros	04/10/2020
VT02	Vídeos produzidos por terceiros 2	Vídeos de Terceiros	05/10/2020
VT03	Vídeos produzidos por terceiros 3	Vídeos de Terceiros	06/10/2020
VT04	Vídeos produzidos por terceiros 4	Vídeos de Terceiros	07/10/2020
VT05	Vídeos produzidos por terceiros 5	Vídeos de Terceiros	08/10/2020
DR01	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	09/10/2020
DR02	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	10/10/2020
DR03	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	11/10/2020
DR04	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	12/10/2020
DR05	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	13/10/2020
DR06	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	14/10/2020
DR07	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	15/10/2020
DR08	Documentos ou Relatórios produzidos por terceiros	Documentos ou Relatórios	16/10/2020

Apêndice B Exemplos de material utilizado para construção das narrativas



Preocupada por venezolanos ISO
 Un proyecto de emprendimiento
 para aquellas personas que
 tuvieran cualidades de formalizar
 una meta de trabajo en lo
 cual hoy formo parte gracias
 a dicho proyecto tube la
 oportunidad de emprender y
 estoy muy feliz porque cada día
 estamos cumpliendo uno de los
 retos de que es muy difícil
 comenzar desde cero pero
 no es imposible.

Fonte: Parte do Corpus de pesquisa código N002.



Origen de Ed. Bolívar, por circuns-
 tancias de la vida y buscando nue-
 vos horizontes, me mude a Bailadores
 (Edo Mérida) hace 20 años, cumpli-
 endo un sueño que no había podido
 lograr.
 Bailadores es un pueblo agrícola
 y turístico, razón por la cual, la arte-
 sanía es la 2da fuente de ingreso de
 sus habitantes. Aunado al calor humano
 que los caracteriza, logre darme a conocer
 con la elaboración de muñecas, y el
 deseo de muchas mujeres de aprender el
 arte, dicto cursos, pero la producción
 siguio en mis manos logrando ventas
 hasta otros países.

Fonte: Parte do Corpus de pesquisa código N004.

“era muy difícil ganar dinero porque no había empleo y casi no daba para comprar comida. Cuando mi hijo nació yo hacía de todo para comprar las cosas del bebé y ya estaba muy delgado pero podía dar de comer a mi familia. en 2016 me alisté en el ejército para poder tener un ingreso fijo y conseguir algún beneficio alimentario ya que solo comía una vez al día y así seguí luchando 7 meses en el ejército hasta que comenzamos a enfermarnos y mis hijos estuvieron muy grave de salud. ese fue mi gran segundo punto de quiebre, decidí que debíamos salir del país junto a mi esposa”

Fonte: Parte do Corpus de pesquisa código N007.